

Relatório de Sustentabilidade 2019



Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	003
SOBRE O RELATÓRIO	007
EVENTOS SUBSEQUENTES: Contexto Socioeconômico e Impactos da Covid-19	009
MATERIALIDADE.....	014
PETROBRAS EM NÚMEROS	016
DESTAQUES.....	020
QUEM SOMOS.....	023
ONDE ESTAMOS	024
COMO GERAMOS VALOR.....	025
GESTÃO DE PORTFÓLIO, ESTRUTURA DE CUSTOS E INVESTIMENTOS	026
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E TRANSFORMAÇÃO CULTURAL.....	034
COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE	041
GOVERNANÇA.....	043
GOVERNANÇA CORPORATIVA	045
Estrutura de Governança	051
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA.....	061
Conformidade.....	070
Controles Internos.....	080
Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção.....	086
GERENCIAMENTO DE RISCOS	097
AMBIENTAL	105
GESTÃO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS E CARBONO	107
ENERGIA.....	113
BIODIVERSIDADE.....	115
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.....	119
GESTÃO DE MATERIAIS E RESÍDUOS.....	124
PRONTIDÃO PARA RESPOSTAS A VAZAMENTOS.....	128
SEGURANÇA DAS OPERAÇÕES.....	132
PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DE GESTÃO DE SMS	139
SOCIAL	141
PROGRAMA COMPROMISSO COM A VIDA.....	144
RECURSOS HUMANOS.....	154
Gestão de Pessoas	156
Treinamento	175
DIREITOS HUMANOS.....	183
CADEIA DE FORNECEDORES.....	208
RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE	219
INICIATIVAS E ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS	241
INVESTIMENTO SOCIOAMBIENTAL.....	244
RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES.....	258
SUMÁRIO GRI	261
EXPEDIENTE.....	278

102-10; 102-14

Mensagem do Presidente

A eclosão da pandemia do covid-19 e as medidas necessárias à contenção do vírus transformaram 2020 em um ano fora do normal. Em linha com nosso compromisso com as pessoas, o meio ambiente e a segurança, nos engajamos na luta para mitigar os efeitos dessa pandemia, a maior dos últimos 100 anos. Agimos rapidamente e adotamos uma série de medidas para preservar a saúde de nossos empregados nas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços para mitigar os riscos da doença.

De forma tempestiva, foram adotadas medidas como trabalho remoto, diminuição dos turnos nas operações para reduzir o número de profissionais circulando, rigorosa higienização dos locais de trabalho, distribuição de equipamentos de proteção individual, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal e testagem rápida no pré-embarque para as plataformas de petróleo, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

“Uma crise como a que estamos vivendo costuma ensinar muitas lições. Nossas ações reforçam nosso compromisso com a saúde e a segurança de nossos empregados, fornecedores e sociedade em geral.”



Adicionalmente, estamos acompanhando as medidas de segurança adotadas pelas empresas responsáveis por unidades afretadas e pelas empresas prestadoras de serviços. Lançamos uma ampla frente de apoio para desenvolvimento de soluções de combate ao coronavírus, num movimento coordenado com nossos parceiros de negócios, universidades, institutos de ciência e tecnologia e organizações sociais, utilizando nossa infraestrutura tecnológica, recursos e capacidade de resposta.

Além de doarmos combustíveis, testes para diagnóstico do coronavírus e produtos de higiene, contamos com a solidariedade de nossos colaboradores e o apoio de nossa rede de projetos socioambientais para arrecadar fundos e beneficiar as comunidades no entorno de nossas operações. Essas ações reforçam nosso compromisso com a saúde e a segurança de nossos empregados, fornecedores e sociedade em geral.

A pandemia forçou as empresas de petróleo a protegerem seu caixa diante de uma contração da demanda associada ao colapso dos preços do petróleo. Sendo assim, ao mesmo tempo em que nos preocupamos com a saúde de nossos empregados e a segurança de nossas operações, agimos rapidamente para preservar a saúde financeira da empresa.

Temos confiança na nossa capacidade de superação de desafios, que fez com que alcançássemos resultados extremamente positivos no ano de 2019. Os resultados refletem a implementação de cinco pilares estratégicos: maximização do retorno sobre o capital, redução do custo de capital, busca incessante por custos baixos, meritocracia e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança.

A respeito do nosso resultado financeiro, reduzimos a nossa dívida bruta em US\$ 24 bilhões, de US\$ 111 bilhões para US\$ 87 bilhões, e o custo da nossa dívida caiu de 6,1% ao ano em 2018 para 5,9% em 2019. Tivemos um lucro recorde de R\$ 40 bilhões e retornamos à sociedade o valor também recorde de R\$ 246 bilhões em royalties, impostos e bônus de subscrição, o que consolida a posição da companhia como maior contribuinte do Brasil.

O respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, observado em nossa estratégia, é confirmado por nossos indicadores. A segurança é nossa prioridade máxima e, em 2019, atingimos o menor nível histórico da taxa de acidentados registráveis (TAR). Foram 0,76 acidentes/milhão de homens-hora, um decréscimo de 24,7% em relação a 2018. Apesar da conquista, não vamos parar por aqui. Continuamos a perseguir a meta de zero fatalidade e, com profundo pesar, registramos duas fatalidades em 2019.

A responsabilidade ambiental é um imperativo ético de nossos negócios e, em 2019, estabelecemos os nossos 10 Compromissos de Sustentabilidade, sendo seis focados em carbono. Somos associados à *Oil and Gas Climate Initiative* (OGCI) e priorizamos a descarbonização de nossas operações, com metas e ações para redução das emissões de CO₂ e metano e aumento da captura de carbono. Nossas operações em Exploração & Produção emitem 17,3 kg de carbono equivalente por barril de petróleo, o que nos coloca em segundo lugar entre as grandes empresas de petróleo no mundo. Continuamos a investir em pesquisa no desenvolvimento de combustíveis mais sustentáveis e na aquisição de competências para que, no futuro, possamos ingressar no negócio de renováveis em condições de vencer. Graças à qualidade de nosso petróleo, estamos produzindo e comercializando combustível marítimo (*bunker oil*) com o teor de enxofre de 0,5% requerido pelas normas da *International Maritime Organization 2020*.

Em 2019, apoiamos, voluntariamente, 23 projetos com foco na conservação de espécies e de ecossistemas brasileiros, em especial da biodiversidade marinha e costeira. Esses projetos são responsáveis pela proteção de 56 espécies da fauna ameaçadas de extinção e compartilham o conhecimento adquirido, contribuindo para a sociedade e para a conservação do meio ambiente.

Na área social, lançamos em agosto de 2019 a Iniciativa Petrobras Primeira Infância, com a implementação de uma série de ações voltadas para a proteção, a educação e o desenvolvimento de crianças de zero a seis anos, período no qual a taxa de retorno social é elevada, o que reforça o nosso compromisso com as gerações futuras das comunidades onde desenvolvemos as nossas operações.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, em conformidade com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse olhar atento que temos com nossos públicos, bem como o conjunto de princípios éticos e compromissos de conduta que permeiam nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, que vai para além do combate à corrupção e do fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

Nossos esforços têm sido reconhecidos e, em 2019, atingimos a pontuação de 46,6% no Corporate Human Rights Benchmark, resultado superior à média de 29% para empresas do setor de mineração e petróleo.

Uma crise como a que estamos vivendo costuma ensinar muitas lições. E os conhecimentos adquiridos contribuirão para sairmos mais fortes e mais saudáveis.

A situação atual reforça a importância dos nossos cinco pilares estratégicos, que devem continuar a ser perseguidos ainda com mais foco. Continuaremos operando com alta produtividade, custos baixos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, com o objetivo de ser a melhor empresa de energia na geração de valor no longo prazo, contribuindo positivamente para a sociedade e para o Brasil.

Roberto Castello Branco

Presidente da Petrobras

102-32; 102-48; 102-50; 102-54

Sobre o Relatório

O Relatório de Sustentabilidade 2019 atende às exigências das Lei 13.303/16 e cobre o período de 01/01/19 a 31/12/19, permitindo acréscimo de dados relevantes referentes a histórico ou a fatos ocorridos nos primeiros meses de 2020, especialmente no que diz respeito às consequências da pandemia da Covid-19. Para isso, incluímos um capítulo específico na abertura do relatório que reúne informações relativas à nossa atuação até a data de 14/05/2020, em decorrência do contexto social e econômico que se apresentou. Ainda que algumas informações relativas a 2020 possam estar pontuadas, eventualmente, ao longo do relatório, quando isso ocorre, o período está informado.

Os capítulos iniciais, além do tema supracitado, apresentam a organização, trazem nossa estratégia para geração de valor nos negócios e nossos principais indicadores. Em seguida, as temáticas de governança, ambiental e social, devido à natureza desse relatório, mereceram capítulos específicos, nos quais é possível observar as nossas principais iniciativas, práticas de gestão e indicadores.

O escopo de informações refere-se às nossas atividades no Brasil e fora dele, incluindo dados referentes às subsidiárias e às empresas em outros países, quando materiais para a Controladora.

No caso da subsidiária Petrobras Distribuidora S.A., em 29/07/19, informamos o fato relevante do encerramento da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da nossa titularidade. Com a conclusão da operação, a nossa participação foi reduzida para 37,50% do capital social da subsidiária. Portanto, os dados da BR constantes no Relatório de Sustentabilidade 2019 dizem respeito apenas ao período anterior ao encerramento da oferta pública.

Adotamos as diretrizes para relato de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI Standards)*, na opção Abrangente. O Sumário GRI pode ser encontrado ao final deste documento. Pela primeira vez, utilizamos como metodologia complementar de relato o Guia para Relatórios Voluntários da Indústria de Óleo e Gás da Ipieca, a associação global da indústria de óleo e gás para desempenho ambiental e social. Apresentamos também a correlação das nossas atividades com os Princípios do Pacto Global e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Este relatório foi aprovado por nossa Diretoria Executiva.

A KPMG foi responsável pelo serviço de asseguuração limitada das informações do Relatório de Sustentabilidade 2019.

CONTATO

sustainabilityreport
@petrobras.com.br

AVISO AO LEITOR

Este documento contém previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas previstos ou não por nós.

Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas. Não nos obrigamos a atualizar tais previsões à luz de novas informações ou de seus desdobramentos futuros.

Eventos Subsequentes: Contexto Socioeconômico e Impactos da Covid-19

Nosso Relatório de Sustentabilidade trata de fatos e dados ocorridos no ano de 2019. No entanto, os impactos da pandemia da Covid-19 (coronavírus) e da queda abrupta do preço do petróleo nos levaram a reportar os principais riscos e incertezas decorrentes desse novo cenário, incluindo o nosso posicionamento e as ações tomadas no início de 2020 (até 14/05/2020), em consonância com nosso perfil transparente com os investidores e nossos demais públicos. O cenário apresentado nesse período se mostra sem precedentes devido a uma combinação inédita de fatores. Vivemos, por um lado, uma questão de saúde pública avassaladora que provoca a forte contração da demanda global por petróleo e combustíveis e, por outro, o excedente de oferta de tais produtos no mercado. Coube-nos, nesse sentido, tomar decisões de forma ágil e responsável, focadas em duas prioridades: a primeira preservar a saúde dos trabalhadores e contribuir para a sociedade nesse momento sensível e a segunda preservar a nossa liquidez contando com o trabalho em equipe e primando pela segurança das operações.

Saúde dos Trabalhadores e Sociedade

Desde o início da pandemia, adotamos medidas preventivas em linha com as recomendações de autoridades sanitárias e órgãos reguladores, tendo como prioridades a proteção da saúde das pessoas e a garantia da segurança e da continuidade operacional das nossas atividades. Essas medidas são propostas pela Estrutura Organizacional de Resposta (EOR), que acompanha diariamente a evolução do quadro de saúde mundial causado pela Covid-19, propondo ações preventivas de maneira tempestiva.

Além de reforçar as medidas de higiene e rotinas de limpeza em nossas instalações, orientamos continuamente o distanciamento seguro entre as pessoas. Adotamos teletrabalho para colaboradores com atividades administrativas que podem ser realizadas de forma remota e para profissionais do grupo de risco em qualquer atividade. Nas nossas unidades operacionais, reduzimos o efetivo ao mínimo necessário para a garantia da continuidade das operações e da segurança, com ajustes nas escalas de trabalho.

Para o setor *offshore*, considerando a característica especial de confinamento, adotamos medidas ainda mais rigorosas, sempre mantendo constante contato com órgãos reguladores, empresas de serviços e outras entidades deste setor para alinhamento das práticas. Implementamos isolamento domiciliar monitorado e triagem médica no pré-embarque em plataformas, com suspensão do embarque de quem apresentar qualquer sintoma nos sete dias antecedentes. Avaliamos, por meio de equipe médica dedicada, todos os colaboradores com sintomas respiratórios a bordo e, ainda que não configurem quadro clínico para a Covid-19, providenciamos o desembarque.

Todos os colaboradores foram orientados a relatar eventuais sintomas imediatamente. Divulgamos canais de comunicação específicos (call center 24h e e-mail), bem como um formulário online para autodeclaração de suspeitas de sintomas. Monitoramos os casos suspeitos desde o primeiro relato de sintomas, tomando todas as medidas preventivas para evitar o contágio e orientando o colaborador e seus familiares. Também aplicamos teste RT-PCR (Reação em Cadeia da Proteína Transcriptase Reversa) em colaboradores sintomáticos, quando indicado pela equipe de saúde.

Adicionalmente às medidas já implementadas, passamos a fornecer máscaras faciais de uso não profissional para colaboradores em atividades operacionais. Iniciamos a realização de testes rápidos antes do embarque, de forma escalonada, pois essa medida depende da disponibilidade dos insumos e serviços no mercado.

De forma a assegurar que as melhores práticas sejam adotadas também por nossos fornecedores, acompanhamos as medidas e o planejamento das empresas responsáveis por unidades afretadas e das empresas prestadoras de serviços.

Num movimento coordenado com nossos parceiros de negócio, universidades, institutos de ciência e tecnologia e organizações sociais, lançamos uma ampla frente de apoio para combater o coronavírus com ações que mobilizaram nossos colaboradores, pesquisadores e parceiros, utilizando nossa infraestrutura tecnológica, recursos e capacidade de resposta para benefício da sociedade nesse momento. Essas iniciativas abrangem desde a cooperação científica com nossa rede tecnológica em busca de soluções ágeis nas áreas de prevenção, tratamento da doença e suporte hospitalar, até iniciativas de doação de equipamentos e testes de detecção da Covid-19. Listamos a seguir as principais ações desenvolvidas:

— Criamos a Estrutura Científica de Resposta (ECR) para gerar soluções que auxiliem no combate à pandemia da Covid-19, levando em conta a urgência, a sinergia com nossas competências tecnológicas e o impacto para sociedade. A ECR está articulada

com as iniciativas de Responsabilidade Social vinculadas à EOR;

- Apoiamos a Coppe-UFRJ na produção de protótipos de ventiladores pulmonares mecânicos;
- Direcionamos parte da capacidade de processamento de computadores de alto desempenho (HPC) – os chamados “supercomputadores” – para colaborar com pesquisas de combate ao coronavírus, por meio do projeto Folding@Home, em parceria com o departamento de Química da Universidade de Stanford, nos EUA;
- Adaptamos nossas câmeras de controle infravermelho ou termográficas – utilizadas originalmente em inspeção de equipamentos – para identificação da temperatura corporal dos nossos colaboradores;
- Mobilizamos todos os nossos colaboradores para envio de ideias que possam ajudar a ampliar a nossa frente científica de combate ao coronavírus com foco na prevenção da Covid-19, tratamento para a doença aliado à busca da cura e suporte hospitalar.

Também concentramos esforços para ajudar a sociedade a atravessar a crise. Nesse sentido, além de doações da própria empresa para o combate ao coronavírus, contamos com a solidariedade de nossos colaboradores e o apoio de nossa rede de projetos socioambientais para beneficiar as comunidades no entorno de nossas operações.

- Disponibilizamos cerca de 22 mil itens de segurança e produtos de higiene de nosso estoque do Centro de Pesquisas (Cenpes) para universidades e hospitais do Rio de Janeiro e Três Lagoas (MS) e para a Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas;
- Doamos 600 mil testes, tipo RT-PCR, para diagnóstico da Covid-19 ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro;
- Doamos cerca de 3 milhões de litros de combustível para abastecer ambulâncias, veículos de transporte de médicos, além de hospitais públicos e filantrópicos vinculados às secretarias estaduais de saúde de todo país, o suficiente para atender à demanda das entidades públicas no enfrentamento à pandemia pelo período de até três meses;
- Doamos álcool anidro para produção de álcool em gel, conectores para respiradores pulmonares, equipamentos de proteção individual e itens de higiene para hospitais no país;
- Fizemos uma doação financeira para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP para a implementação de uma plataforma de diagnóstico da Covid-19;
- Promovemos, por meio do nosso programa de voluntariado corporativo, doações

financeiras da força de trabalho para instituições parceiras do Programa Petrobras Socioambiental para a destinação de alimentos, materiais de higiene e limpeza para as comunidades mais vulneráveis e expostas ao risco da Covid-19.

Resiliência e Preservação da Liquidez

A partir de março de 2020, adotamos uma série de medidas para redução de desembolso e preservação do caixa em prol da nossa saúde financeira que envolve a otimização da produção de petróleo, a postergação de desembolso de caixa e a redução de custos. Hibernamos plataformas em operação em campos de águas rasas, com custo de extração por barril mais elevado, e ajustamos o processamento de nossas refinarias, em linha com a demanda por combustíveis. Reduzimos custos com intervenções em poços, otimizamos a logística de produção e postergamos novas contratações relevantes.

Tivemos também iniciativas voltadas à aceleração da redução de gastos operacionais com uma diminuição adicional de US\$ 2 bilhões, com destaque para a redução e a postergação de gastos com recursos humanos, às otimizações de capital de giro, e, por fim, à redução dos investimentos programados para 2020 de US\$ 12 bilhões para US\$ 8,5 bilhões, sendo US\$ 7 bilhões na visão caixa.

Utilizamos-nos do desembolso das linhas de crédito compromissadas (*Revolving Credit Lines*) no montante de cerca de US\$ 8 bilhões e postergamos o pagamento de dividendos no valor de R\$ 1,7 bilhão (proposta pendente de aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 31/07/2020).

Em 26 de março, comunicamos o início da hibernação de 62 plataformas em campos de águas rasas das bacias de Campos, Sergipe, Potiguar e Ceará. A parada dessas unidades corresponde a um corte de produção de 23 mil barris de petróleo por dia. Tais plataformas não apresentavam condições econômicas para operar com preços baixos e 80% delas não estavam habitadas.

Ações em nossas Subsidiárias

A Petrobras Biocombustível adotou diversas medidas de proteção para seus colaboradores e para a manutenção da continuidade operacional. Foi disponibilizado acesso remoto na modalidade de teletrabalho para colaboradores, respeitando as especificidades das atividades de cada cargo. Nas usinas, foi implementado um protocolo de segurança sanitária para liberação de acesso do público externo. Foram instalados intercomunicadores e tendas abertas para os caminhoneiros, assim como

os horários de atendimento ao público externo foram organizados de forma a evitar público maior que 20 pessoas nos ambientes compartilhados. Nas unidades de produção, também foi adotado o regime de turno de 12 horas e escalas de revezamento para reduzir o efetivo no horário administrativo.

A Transpetro, nossa subsidiária integral, além de adotar medidas voltadas à saúde de seus colaboradores, também aprovou plano de resiliência, que consiste em medidas para reduzir a estrutura de custos, tanto de gastos operacionais quanto de investimentos, postergando ou otimizando desembolsos, no valor de R\$ 507 milhões em 2020.

Diante dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 e pela crise do petróleo revelou-se necessária a revisão do cenário base e das projeções de preços de petróleo, conforme apresentado no nosso resultado do 1º trimestre de 2020, divulgado em 14/05/2020. Atualizações quanto ao nosso posicionamento em relação a essa crise, incluindo decisões estratégicas e de negócios, poderão ser acompanhadas e acessadas em nosso portal e principalmente nos seguintes canais:

- Portal Nossa Energia: www.petrobras.com.br/nossaenergia
- Blog Fatos e Dados: www.petrobras.com.br/fatos-e-dados
- Portal Novos Caminhos: novoscaminhos.petrobras.com.br
- Relações com Investidores: www.petrobras.com.br/ri

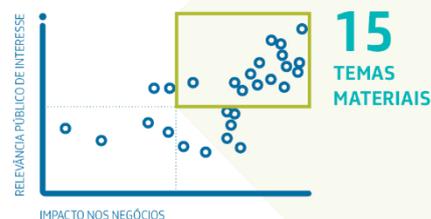
102-46; 102-47; 102-49

Materialidade

Os 15 temas materiais que compõem nossa matriz são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização dos tópicos relevantes que podem afetar nossa geração de valor no curto, médio e longo prazos. Em 2018, nossa materialidade foi revista e priorizamos os temas que mais impactam nossos negócios, tomando como referência nossos públicos de interesse.

Validados pela Alta Administração em fevereiro de 2019, os temas materiais foram mantidos e a matriz que orientou a elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2019 apresenta os seguintes tópicos:

Priorização



- PREÇOS DOS DERIVADOS
- PREVENÇÃO DE ACIDENTES E VAZAMENTOS
- CONFORMIDADE, ÉTICA NOS NEGÓCIOS E COMBATE À CORRUPÇÃO
- REPOSIÇÃO DE RESERVAS
- QUESTÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS
- EFETIVIDADE DA CURVA DE PRODUÇÃO
- SEGURANÇA E COMPROMISSO COM A VIDA
- AMBIENTE REGULATÓRIO, ABERTURA MERCADO E CONCORRÊNCIA
- EFICIÊNCIA OPERACIONAL E DE INVESTIMENTOS
- ESTRATÉGIAS DE PORTFÓLIO
- GOVERNANÇA CORPORATIVA
- ESTRATÉGIA FINANCEIRA
- QUALIDADE DO PRODUTO E RELACIONAMENTO COM CLIENTES
- GESTÃO DE FORNECEDORES
- RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE

Nossas atividades e operações contribuem para vários dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. Nossos temas materiais vinculam-se principalmente aos seguintes ODS:



Ao longo do nosso relatório, também podem ser encontradas nossas contribuições para o alcance dos ODS:



102-2; 102-10; OG3

Petrobras em Números

Somos uma empresa de capital aberto que opera no setor de petróleo, gás natural e energia. Somos reconhecidos mundialmente por nossa tecnologia de exploração de petróleo em águas ultraprofundas. Entretanto, nossos negócios vão além do alcance do campo e da retirada de petróleo e gás. Isso implica um longo processo por meio do qual transportamos petróleo e gás para nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural, que devem estar equipadas e em constante evolução para fornecer os melhores produtos.

Possuímos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas no mercado interno está localizada nas bacias marítimas de Campos e Santos, no sudeste do Brasil, o que permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de desenvolvimento e produção para nossas novas descobertas. Além disso, desenvolvemos conhecimentos em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas a partir de quase 50 anos de desenvolvimento das bacias marítimas brasileiras. A Bacia de Santos consiste na principal fonte de nosso crescimento futuro em reservas provadas e em produção de petróleo.

Operamos a maior parte da capacidade de refino no Brasil, substancialmente concentrada no Sudeste, região onde se localizam os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às fontes da maior parte de nosso petróleo bruto. Atendemos à demanda por derivados de petróleo por meio de uma combinação planejada de refino de petróleo no país e importação de derivados, buscando a maximização da margem. Também estamos envolvidos na produção de petroquímicos por meio de participações em várias empresas. Nossos principais produtos comercializados no Brasil e no mundo são petróleo, diesel, gasolina, gás natural, querosene de aviação, GLP, nafta e óleo combustível.

Somos responsáveis pelo maior parque termelétrico movido a gás natural do Brasil. Nossas usinas possuem papel importante no escoamento e monetização do gás próprio e uma gestão de portfólio do parque gerador está em permanente avaliação. Em relação ao Gás Natural, nosso segmento compreende os elos de escoamento, processamento, transporte, distribuição, regaseificação de GNL e fornecimento de gás para consumo próprio e de terceiros, estando as atividades de transporte e distribuição de gás natural em processo de desinvestimento.

Para atender nosso mercado consumidor, processamos gás natural derivado de nossa produção *onshore* e *offshore* (principalmente de campos nas Bacias de Campos, Espírito Santo e Santos), importamos gás natural da Bolívia e, na medida do necessário, importamos GNL através de nossos terminais de regaseificação. Participamos do mercado brasileiro de energia principalmente por meio de nossos investimentos em usinas termelétricas a gás, óleo combustível e óleo diesel e em energia renovável.

Também mantemos atividades em oito países. Na América Latina, nossas operações se estendem da exploração e produção ao marketing, serviços de varejo e gás natural. Na América do Norte, produzimos petróleo e gás por meio de uma joint venture e, até janeiro de 2019, possuíamos operações de refino nos Estados Unidos. Temos empresas controladas na Inglaterra (Londres), Holanda (Roterdã), EUA (Houston) e Singapura que apoiam nossas atividades comerciais e financeiras. Essas unidades são responsáveis por inteligência de mercado e comercialização de petróleo, derivados e gás natural, além de operações de expedição e embarcação.

Mudanças
começam a
materializar
nosso Plano
Estratégico

MUDANÇAS RELEVANTES DE ESTRUTURA

Para nós, investir em tecnologia é fundamental para agregar valor aos negócios e construir as vantagens competitivas para a nossa sustentabilidade. Em 2019, as principais alterações em nossa estrutura organizacional foram a extinção da Área de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão e a criação da Área de Relacionamento Institucional, dada a relevância das atividades de relacionamento interno e externo, a necessidade de maior proximidade da Presidência nas decisões estratégicas e de gestão de portfólio e a oportunidade de maximizar sinergias por meio do rearranjo de estruturas.

Além disso, foi criada a Área de Transformação Digital e Inovação, considerando a nossa estratégia de preparação para um ambiente mais competitivo, buscando a eficiência e o aumento de produtividade, além de acelerar a jornada da transformação digital e inovação nos próximos anos.

A partir de maio de 2020, teremos nova configuração de diretorias, com a criação da Área de Logística e a extinção da Área de Assuntos Corporativos. As mudanças visam gerar maior eficiência na gestão dos ativos logísticos, eliminando ineficiências operacionais e comerciais, reduzindo custos e buscando a excelência e a geração de valor no uso de serviços.

Em 29/07/19, encerramos a venda de nossa subsidiária Petrobras Distribuidora, realizada a partir de um *follow-on* na bolsa de valores como parte do nosso programa de gestão de portfólio. Com o exercício da Opção de Lote Suplementar, a quantidade de ações ofertada foi acrescida de 43.687.500 ações, nas mesmas condições e ao mesmo preço por ação inicialmente ofertado. Com a colocação integral da Ações do Lote Suplementar, o montante da oferta totalizou R\$9.633.093.750,00 e a nossa participação foi reduzida para 37,50% do capital social da subsidiária. Os impactos foram quantificados em nosso caixa, com a entrada da compra dos papéis, na redução da dívida da Petrobras Distribuidora, receitas e custos.

Com a venda, a nossa cadeia de fornecedores foi modificada, principalmente em relação à produção de embalagens de óleos lubrificantes e ao fornecimento de alimentos comercializados pelas lojas de conveniência de postos de combustíveis.



2.770

Mboed, sendo

82

Mboed no exterior e

2.688

Mboed no Brasil. Desses:

2.172

Mboed de óleo e LGN e

516

Mboed de gás natural.

96%

Índice de Utilização de Gás.

107

plataformas operadas.

6.587

poços produtores.



1.873

Mbpd de derivados produzidos. Sendo

1.779

Mbpd no Brasil em

13

refinarias e

1

unidade xisto e

94

Mbpd no exterior em

1

refinaria.*

*refinaria vendida em abril de 2019 (volume corresponde até essa data).

928.400

m³ de biodiesel.

4

unidades de produção de biodiesel

87.764

m³ de etanol.

1

unidade de produção de etanol.



567,2

milhões de m³ de petróleo e derivados movimentados nos oleodutos e terminais operados pela subsidiária Transpetro.

66,7

milhões de m³ de gás natural movimentados em gasodutos operados pela Subsidiária Transpetro.

93,1

milhões de toneladas métricas movimentadas por navios operados pela subsidiária Transpetro.

9.190*

km de gasodutos.

7.719

km de oleodutos.

45

navios próprios.

83

navios afretados.

47

terminais próprios:

20

terrestres

24

aquaviários

3

terminais de regaseificação de GNL.

*Sendo 7.155 km operados pela subsidiária Transpetro.



91.224.439

m³ de diesel, gasolina, querosene de aviação, GLP, nafta e óleo combustível vendidos no mercado interno.



2.028

MW médios de geração de energia elétrica pela Petrobras no Brasil.

20

usinas termelétricas, dados referentes à geração realizada nas usinas termelétricas sob nossa gestão.

6.447

MW (capacidade instalada total) em

20 usinas termelétricas,

1 solar e

1 fotovoltaica

+11 participações

5 UTEs

4 Eólicas e

2 PCHs

PCH: pequena central hidrelétrica. UTE: usina termelétrica. LGN: líquido de Gás Natural. QAV: querosene de aviação. GLP: gás liquefeito de petróleo.

Destques

Nosso plano estratégico conta com três métricas de topo, com foco na segurança das pessoas, na redução do endividamento e na geração de valor:



*TAR: Taxa de acidentados por milhão de homens-hora;

**Métrica de topo alterada pelo Conselho de Administração em 28/04/2020 por refletir de forma mais direta o endividamento da empresa em substituição à meta anterior Dívida Líquida/EBITDA;

***EVA: Valor Econômico Adicionado, na sigla em inglês;

****Valor da meta atualizado pelo Conselho de Administração em 28/04/2020 para manter o incentivo correto e estimular o direcionamento das metas após a crise da Covid-19.

INDICADOR DE PRODUÇÃO

Indicador	Realização					Meta 2019	%**	Meta 2020
	2015	2016	2017	2018	2019			
Total de óleo, LGN e gás natural sem liquefeito (MMboed)*	2,79	2,79	2,77	2,63	2,77	2,7	102,6%	2,7

*Divulgação da meta de produção é realizada em milhões de boed (barris de óleo equivalente por dia), com variação de 2,5%, para cima ou para baixo.

**Desempenho de 2019 (percentual de realização de 2019 relacionado à meta de 2019).

INDICADORES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
Meio Ambiente					
Vazamentos de óleo e derivados (m ³)	71,6	51,9	35,84	18,47	415,34
Consumo de energia (terajoule – TJ)	1.115.185	899.487	947.645	852.600	840.400
Emissões de gases de efeito estufa (milhões tCO _{2e})	78	66	67	62	59
Emissões diretas de dióxido de carbono – CO ₂ (milhões t)	74	62	63	58	55
Emissões diretas de metano – CH ₄ (mil t)	150	145	133	127	130
Emissões diretas de óxido nitroso – N ₂ O (t)	2.332	1.820	1.761	1.629	1.514
Emissões atmosféricas – NO _x (mil t)	267	235	281	239	217
Emissões atmosféricas – SO _x (mil t)	120	131	135	139	138
Material particulado (mil t)	19	15	15	14	13
Retirada de água doce (milhões de m ³)	213,3	191,6	177,7	182,3	156,9
Descartes de efluentes hídricos (milhões de m ³)	277,1	281,8	293,2	289,1	271,6
Segurança e Saúde					
Segurança e Saúde Ocupacional					
Fatalidades ¹	16	3	7	6	2
Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA)	0,76	0,59	0,58	0,57	0,48
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)	2,15	1,63	1,08	1,01	0,76
Segurança de Processo					
Número de Anomalias de Segurança de Processo Nível 1 (Nasp Tier 1)	51	24	27	24	23
Contribuições para a Sociedade					
Investimentos em projetos socioambientais (milhões R\$)	271	120	60	87	116
Investimentos em projetos culturais (milhões R\$)	139	71	61	38,3	37,3
Investimentos em projetos esportivos (milhões R\$)	86	50	21	79,7	70,9

INDICADORES FINANCEIROS E DA OPERAÇÃO

Indicadores	2017	2018	2019
Operações			
Reservas provadas de óleo, condensado e gás natural (Biboe)	9,8	9,6	9,6
Produção de óleo e LGN (Mbpd) ¹	2.217	2.099	2.222
Produção de gás natural sem liquefeito (Mboed) ¹	549	529	548
Volume de vendas no mercado interno (mil bpd) ²	1.835	1.807	1.754
Volume de vendas no mercado externo (mil bpd) ²	669	592	735
Informações Financeiras Consolidadas			
Receita de vendas (milhões R\$) ³	283.695	310.255	302.245
Lucro bruto (milhões R\$) ³	91.595	118.687	122.105
Lucro operacional (prejuízo) (milhões R\$) ³	35.624	60.545	81.154
Ebitda ajustado (milhões R\$)	76.557	114.852	129.249
Lucro líquido (prejuízo) – Acionistas Petrobras (milhões R\$)	(446)	25.779	40.137
Lucro líquido (prejuízo básico e diluído) por ação (R\$)	(0,03)	1,98	3,08
Fluxo de caixa livre (milhões R\$)	44.064	55.450	73.232
Dívida Líquida (milhões R\$)	280.752	268.824	317.867
Dívida Líquida (excluindo efeitos do IFRS 16) (milhões R\$) ⁴	280.752	268.824	222.403
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado	3,67x	2,34x	2,46x
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado (excluindo efeitos do IFRS 16) ⁴	3,67x	2,34x	1,99x
Investimentos (milhões R\$) ⁵	48.219	49.370	111.120

¹A partir de 2019, a unidade de medida de produção de gás é mil barris por dia (mboed)

²Devido ao desinvestimento da Petrobras Distribuidora (2019), os dados do período de 2015-2019 não consideram suas vendas.

³As demonstrações de resultado de 2018 e 2017 foram reapresentadas em 2019, em virtude da venda adicional de participação da BR ter caracterizado uma "operação descontinuada" a partir de junho de 2019, atendendo requerimentos da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e SEC (Securities and Exchange Commission).

⁴Os efeitos da adoção do IFRS 16 se deram a partir de 1º de janeiro de 2019, quando a norma entrou em vigor

⁵Valor considera bônus de aquisição de R\$ 68.612 mi

102-5

Quem Somos

Somos uma empresa brasileira com mais de 46 mil empregados comprometidos em gerar mais valor para nossos acionistas e para a sociedade. Somos um dos maiores produtores de petróleo e gás do mundo, dedicados principalmente à exploração e produção, ao refino, à geração e à comercialização de energia. Adquirimos experiência em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas como resultado de quase 50 anos passados no desenvolvimento das bacias brasileiras, tornando-nos líderes mundiais nesse segmento.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, orientação ao mercado, superação e confiança são nossos valores, assim como a ética, a transparência e o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente. Nesse sentido, as temáticas sociais, ambientais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da operação de nossos ativos, mas da forma de fazê-la.



102-4; 102-6; 202

Onde Estamos



REFINARIAS

- | | | | |
|---|--|--|--|
| <p>1 REMAN
(ISAAC SABÁ)</p> <p>2 LUBNOR
(LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO NORDESTE)</p> <p>3 UN-RNCE-PROD-RN
(ATIVO INDUSTRIAL DE GUAMARÉ-AIG)</p> | <p>4 RNEST
(ABREU E LIMA)</p> <p>5 RLAM
(LANDULPHO ALVES)</p> <p>6 REGAP
(GABRIEL PASSOS)</p> | <p>7 REDUC
(DUQUE DE CAXIAS)</p> <p>8 REPAR
(PRES. GETÚLIO VARGAS)</p> <p>SIX
(SUPERINTENDÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO XISTO)</p> <p>9 REFAP
(ALBERTO PASQUALINI)</p> | <p>10 RPBC
(PRES. BERNARDES)</p> <p>REVAP
(HENRIQUE LAGE)</p> <p>REPLAN
(PAULÍNIA)</p> <p>RECAP
(CAPUAVA)</p> |
|---|--|--|--|

103-1; 103-2; 103-3

Como Geramos Valor

Nossas estratégias estão direcionadas para a criação de valor para nossos públicos de interesse em todos os negócios e cenários. Nossa agenda transformacional é sustentada por cinco pilares: maximização do retorno sobre o capital, redução do custo de capital, busca incessante por custos baixos, meritocracia e respeito às pessoas, meio ambiente e segurança.

Em um contexto de negócios cada vez mais complexo e competitivo, vamos nos fortalecer mediante uma gestão ativa de portfólio, uma estrutura de custos e investimentos eficiente, com o desenvolvimento e implementação de tecnologias inovadoras, tendo na transformação digital um relevante impulsionador e através de compromissos robustos de sustentabilidade.

Nossa gestão de portfólio busca apresentar a melhor alocação de capital, indicando os movimentos necessários para reduzir nosso endividamento e gerar mais valor para o acionista. Assim, nossa diretriz foca na avaliação da eficiência dos ativos e na capacidade de geração de resultados, mesmo em um cenário de baixo nível de preços de petróleo. Estamos direcionando nosso portfólio para o segmento de E&P, especialmente em águas profundas e ultraprofundas, e caminhamos na direção da abertura dos mercados de gás natural e refino. Por isso, focamos no pré-sal, que deve receber a maior parte dos U\$ 76 bilhões que planejamos investir entre 2020 e 2024.

Esse caminho reflete a trajetória que tornou a nossa empresa líder mundial na exploração de águas profundas, assim como detentora de uma capacidade técnica que a torna a empresa mais capacitada para extrair o máximo desses ativos, com uma estimativa de produção de 3,5 milhões de barris de óleo equivalente por dia até 2024.

103-1; 103-2; 103-3; 201; OG1

Gestão de Portfólio, Estrutura de Custos e Investimentos

Gestão de Portfólio

A definição de nosso portfólio de negócios ocorre anualmente dentro do processo de elaboração do Plano Estratégico para o quinquênio. Nossas estratégias são monitoradas em fóruns, que contam com reuniões periódicas e avaliação do desempenho por parte da Alta Administração (diretores e gerentes executivos).

A gestão de nosso portfólio compreende a análise contínua e integrada de nossos ativos e projetos, assegurando a nossa sustentabilidade no curto prazo e gerando valor e competitividade no médio/longo prazo. Assim, alocamos nossos investimentos de maneira a garantir que os ativos sejam aqueles que gerem o maior retorno e, ao mesmo tempo, estejam balanceados em diferentes perspectivas estratégicas e de segmentos de negócio. A gestão ativa de portfólio é um dos pilares do nosso processo de mudança, garantindo a apropriação de boas oportunidades de mercado, nos aproximando dos nossos objetivos estratégicos e gerando valor para acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores e parceiros.

Nosso gerenciamento ativo de portfólio, parte de nosso Plano Estratégico 2020-2024, é o principal direcionador de nossas parcerias e desinvestimentos, que visam a melhorar nossas eficiências operacionais e retornos sobre capital, além de gerar caixa adicional para atender nossas dívidas e nossas oportunidades de investimento. Atualmente, nossas parcerias e desinvestimentos compreendem a venda de posições minoritárias, majoritárias ou integrais em algumas de nossas subsidiárias, associadas e ativos para investidores estratégicos, financeiros ou por meio de ofertas públicas.

DESINVESTIMENTOS REALIZADOS DE JANEIRO DE 2019 A MARÇO DE 2020

Data de Assinatura	Data de Fechamento	Transação
27/06/2018	08/03/2019	Alienação integral da nossa participação societária nas empresas Petrobras Paraguay Distribución Limited (PPDL UK), Petrobras Paraguay Operaciones y Logística SRL (PPOL) e Petrobras Paraguay Gas SRL (PPG)
30/01/2019	01/05/2019	Alienação integral das ações detidas pela Petrobras America Inc. nas empresas que compõem o sistema de refino de Pasadena, nos Estados Unidos
25/04/2019	13/06/2019	Alienação de 90% de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG)
23/07/2019	26/07/2019	Alienação de 33,75% do capital da Petrobras Distribuidora S.A. por meio de Oferta Pública de Distribuição Secundária de ações
08/03/2019	10/09/2019	Cessão total da nossa participação no Campo Maromba
28/11/2018	08/10/2019	Cessão da participação total nos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho, o chamado Polo Nordeste, localizados em águas rasas na costa do estado do Rio de Janeiro
08/08/2019	01/11/2019	Venda de 50% de participação na empresa Belem Bioenergia Brasil (BBB), subsidiária da Petrobras Biocombustível S.A.
25/04/2019	09/12/2019	Cessão total de 34 campos de produção terrestres, localizados na Bacia Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte
25/04/2019	27/12/2019	Cessão de 50% dos direitos de exploração e produção do campo de Tartaruga Verde e Módulo III do campo de Espardate
27/12/2019	27/12/2019	Venda da participação da Petrobras Biocombustível S.A. na Bioóleo.
31/10/2018	14/01/2020	Alienação integral da nossa participação societária (50%) na empresa Petrobras Oil & Gas B.V. ("PO&G BV")

Em janeiro de 2020, após encerradas as tentativas para venda da subsidiária Araucária Nitrogenados S/A (ANSA), comunicamos nossa decisão de hibernar a fábrica. Localizada na cidade de Araucária, no Paraná, a fábrica de fertilizantes vinha apresentando prejuízos, em decorrência do contexto do mercado.

PLATAFORMAS DESMOBILIZADAS

Entre 2018 e 2019

3 plataformas foram desmobilizadas: A P-27 deixou o Brasil em 2018, o FPSO Cidade de Rio das Ostras deixou o Brasil em 2019 e o FPSO Cidade do Rio de Janeiro foi desmobilizado da locação com destino a estaleiro no Brasil em dez/2019, deixando o país em fevereiro/2020.

Em 2019

5 plataformas entraram em hibernação: PCM-10, PCB-03, PGA-04, PGA-05 e P-09

6 plataformas foram vendidas: PCP-1, PCP-2, PPG-1, PVM-1, PVM-2 e PVM-3

3 plataformas deixaram de operar: P-37, PCM-6, PCM-8

Para informação sobre hibernações e descomissionamentos em 2020, consultar "Eventos Subsequentes: Contexto Socioeconômico e Impactos da Covid-19".

Orientamo-nos por uma sistemática de desinvestimentos referendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), fundamentada no Estatuto das Estatais (Lei Federal 13.303/16) e na Lei Geral do Petróleo (Lei 9.478/98). A sistemática empregada está alinhada aos decretos 9.355/2018 e 9.188/2017, e disciplina processos de desinvestimentos transparentes ao mercado, além de garantir ampla competitividade, isonomia e publicidade, com a divulgação de fatos relevantes sobre as etapas de cada processo.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicador	2017	2018	2019
Retorno Sobre o Capital Empregado Ajustado (Excluindo IFRS 16)	3,97%	8,54%	8,22%
Alavancagem de Mercado: Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Market Cap)	57%	46%	44%

Além disso, ampliamos nossa geração de valor e competitividade frente aos concorrentes ao focar o investimento em ativos em que temos maior *expertise*.

Nossa evolução resulta na geração de riquezas nas sociedades em que estamos inseridos por meio de tributos e geração de emprego e renda. Por outro lado, a

gestão de portfólio pode indicar a saída de determinados negócios ou ativos, o que pode gerar impacto em empregabilidade, cadeia de fornecedores e tributos nas regiões em que se localizam.

Em ativos e unidades em processo de desinvestimento, dispomos de um plano de pessoal para empregados lotados que prevê três ferramentas: Recrutamento Interno, Procedimento de Desligamento por Acordo (PDA) e Programa de Desligamento Voluntário (PDV) específico. Esse plano é apresentado aos empregados após a fase vinculante de cada processo de desinvestimento.

R\$ 177 mi

em contratos de
arrendamento

Processo
realizado com
respeito às
pessoas e
transparência

FAFENS

Celebramos, em novembro de 2019, contratos de arrendamentos de nossas fábricas de fertilizantes (FAFENS) na Bahia e em Sergipe com a empresa Proquigel Química S.A, no valor total de R\$177 milhões para um período de 10 anos, prorrogáveis pelo mesmo período.

Com a hibernação das fábricas e as desmobilizações de alguns prédios administrativos, todos os empregados impactados foram realocados em outras de nossas unidades, nos termos dos padrões de Recursos Humanos vigentes à época, com respeito às pessoas e transparência. Além disso, ocorreram desinvestimentos na área de E&P, tendo sido aplicado o Plano de Pessoal que prevê três ferramentas alinhadas às políticas de Recursos Humanos e às iniciativas de gestão de portfólio: Recrutamento Interno, Procedimento de Desligamento por Acordo e Programa de Desligamento Voluntário Específico.

Em dezembro, firmamos acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e definimos que asseguraremos o posto de trabalho dos nossos empregados, salvo hipótese de venda ou arrendamento envolvendo ativos de unidade em quaisquer dos Estados da Federação, quando será observado nosso Plano de Pessoal.

Nós buscamos criar condições para que os profissionais façam a melhor escolha, de acordo com o momento de vida de cada um. Além disso, mantemos nosso comprometimento com a transparência e com os mais elevados níveis de segurança e eficiência das operações, em todos os nossos ativos em processo de desinvestimento.

Recebemos posicionamentos dos mais variados públicos de interesse acerca dos desinvestimentos realizados no âmbito de nossa gestão ativa de portfólio, tais como acionistas, analistas financeiros, sindicatos, membros da sociedade civil, representantes de entes da administração pública municipal, estadual e federal,

parlamentares, entre outros. Buscamos disseminar informações sobre o tema para todos esses públicos de interesse de maneira clara e transparente. Calculamos os impactos na geração de postos de trabalho decorrentes dos investimentos e gastos presentes nos Planos de Desenvolvimento (PD) dos campos de exploração e produção. Os PDs são registrados na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e os postos de trabalho gerados são estimados por meio da metodologia Insumo-Produto e dos dados presentes nas tabelas de recursos e usos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Efetividade da Curva de Produção

Nossa produção de óleo e gás é um dos principais indicadores não financeiros acompanhados pelos investidores, devido à sua ligação direta com a geração de caixa e de valor para o acionista. A produção é uma das principais metas divulgadas em nosso Plano Estratégico e dispomos de indicadores que tratam da aderência da Curva de Produção às metas planejadas. Divulgamos trimestralmente nosso Relatório de Produção, que contém as principais informações sobre o tema e está disponível para consulta em nosso sítio na internet voltado a Relações com Investidores.

A efetividade da nossa curva de produção permite uma maior aderência do planejamento otimizado de frota de navios, tancagem, movimentações em dutos e demais recursos logísticos à sua utilização real, gerando menores custos e melhor resultado. Volumes de produção abaixo ou acima dos volumes previstos podem impactar a eficiência das operações, o escoamento do óleo e gás das plataformas e o suprimento das refinarias. Todavia, para mitigar tais questões, realizamos uma gestão efetiva dos riscos, através de reavaliações constantes dos planos de contratação dos ativos, dos níveis de estoque do sistema e das alternativas logísticas, buscando manter a continuidade operacional e o melhor resultado para a companhia.

Nosso Índice de Eficiência da Produção é o *Key Performance Indicador* (KPI) de desempenho operacional das Unidades de Produção, sendo métrica de apuração em *Balanced Scorecards* (BSCs) e também usado como *benchmarking*. O indicador, além de apurar o desempenho operacional dos ativos e permitir ajustes da curva de produção, é empregado ativamente no suporte à decisão de investimentos, desinvestimentos, intervenções e paradas programadas.

O investimento em desenvolvimento da produção visa garantir o crescimento sustentável da curva de produção de óleo e gás por meio da reposição de reservas desenvolvidas e, conseqüentemente, agregar valor aos nossos resultados. A gestão

eficiente dos projetos de desenvolvimento da produção aumenta o nosso potencial de geração de caixa por meio desses projetos. Por outro lado, o desempenho abaixo do esperado na gestão e implantação dos projetos pode acarretar em aumento de custos e prazo dos projetos, com o atraso no primeiro óleo, impacto no *ramp-up* e perda de valor para a companhia.

A Petrobras adota a metodologia de Fases para a condução dos seus projetos de investimento de capital, na qual cada fase é caracterizada por um fluxo de atividades que incluem governança, revisões técnico-econômicas e análises de riscos que resultam em um conjunto de entregas que visam atender aos requisitos de passagem de fase. Nossa Sistemática para Projetos de Investimento de Capital do Segmento de Exploração e Produção (E&P), alinhada à Sistemática Corporativa de Projetos de Investimento, contém as definições das tarefas e atividades a serem desenvolvidas durante o andamento do projeto, além dos requisitos de governança e aprovação.

O processo de monitoramento e controle ocorre ao longo de todo o ciclo de vida do projeto e os desvios são registrados e justificados, de forma a permitir sua rastreabilidade e a adoção de ações corretivas. São realizados, no mínimo, os seguintes monitoramentos de desempenho de projetos: pós-EVTE, monitoramento de riscos e monitoramento físico-financeiro.

Mensalmente, realizamos reunião de análise crítica com diretor e gerentes executivos para acompanhamento do desempenho dos principais projetos e para verificação do andamento dos indicadores de projetos relacionados a prazos, custos, riscos e eficiência operacional.

Temos atualmente programas estratégicos para melhoria de nossa eficiência de investimentos com foco em redução do brent de equilíbrio dos projetos, redução do prazo entre a confirmação da descoberta *offshore* e o início de produção comercial e maximização da rentabilidade dos projetos em regime de Partilha de Produção.

Estratégia Financeira

Um importante recurso de geração de valor é a nossa estratégia financeira, focada na redução da alavancagem, uma de nossas métricas de topo.

Somos avaliados pelas três principais agências de classificação de crédito (Standard & Poor's – S&P, Moody's e Fitch) e nossas classificações estão baseadas em nossa situação financeira, estratégias e governança, sendo influenciadas, ainda, pela classificação do risco soberano do Brasil. Em 2019, S&P, Fitch e Moody's aumentaram

nossa nota de crédito independente (*stand-alone rating*), enquanto nossa perspectiva de classificação global de crédito (*global rating*) foi atualizada de estável para positiva pela S&P e mantida como estável pela Fitch e a Moody's. No início de 2020, a Fitch elevou novamente nossa nota de crédito independente, quando atingimos a classificação BBB, o segundo nível na escala de grau de investimento; e a S&P alterou nossa perspectiva de classificação global de crédito de positiva para estável, mantendo o nível de risco da dívida corporativa. Esses movimentos mantiveram nosso *rating* global em BB- (S&P e Fitch) e Ba2 (Moody's). A melhora da percepção do mercado deve-se em grande parte ao gerenciamento da nossa dívida (*liability management*), no qual trocamos dívidas mais caras por mais baratas, reduzindo a taxa média de financiamento e alongando seus prazos.

Por meio do relacionamento com investidores, também capturamos a percepção da aderência da estratégia financeira que praticamos com relação às expectativas desse público. Como resultado de nossa estratégia financeira, em 2019, verificamos o aumento do nosso valor de mercado, o maior interesse de investidores e a alteração das recomendações dos analistas *sell-side* que, em sua maioria, recomendaram a compra dos nossos papéis.

Cada unidade organizacional possui ações, compromissos e metas relacionados à estratégia financeira que adotamos, a fim de alcançarmos os resultados esperados nas nossas estratégias e em nosso plano de negócio.

Preços dos Derivados

Nosso desempenho econômico também é influenciado por fatores externos à nossa gestão, como o preço internacional do petróleo e seus derivados. Tanto o preço do Brent – o marcador internacional de petróleo – quanto a taxa de câmbio (BRL/USD) levam a nossa receita a apresentar grande volatilidade, com conseqüente variação em nosso valor de mercado e, eventualmente, em nossa reputação junto aos públicos de interesse.

Compete à nossa Diretoria Executiva (DE) a aprovação de políticas de preços. A política de preços definida para diesel e gasolina, nossos principais produtos, considera o preço de paridade internacional (PPI), as margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação. Os reajustes são realizados sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise do ambiente externo, possibilitando competirmos de maneira mais eficiente e flexível.

Visando uma melhor compreensão de como os preços que praticamos e suas variações associadas ao mercado internacional contribuem para os preços finais ao

consumidor, disponibilizamos em nossa página na internet um conjunto de informações sobre a cadeia de comercialização de combustíveis no Brasil e estimativas da composição dos preços finais ao consumidor com base em dados da ANP.

A pesquisa RepTrak™, realizada trimestralmente, reporta, entre outras informações, a percepção que a opinião pública possui dos nossos preços em relação ao mercado (“Preços compatíveis com o mercado”). Essa percepção contribui para a nossa reputação. Além disso, contamos com os canais da Ouvidoria e da área de Relacionamento com Investidores para receber manifestações associadas ao tema, além do SAC e do Serviço de Informação ao Cidadão.

Reposição de Reservas

Outro fator relevante para a sustentabilidade do nosso negócio é a reposição de nossas reservas, o que indica que a reserva já produzida foi compensada por novos volumes a serem produzidos no futuro. Uma reposição de reservas inferior a 100% significa que os volumes incorporados não foram suficientes para compensar a produção do ano, indicando que a empresa pode estar reduzindo sua fonte de geração de receita futura. Manter uma elevada reposição de reservas é um desafio, sobretudo em empresas com elevado patamar de produção. Em 2019, nossas reservas provadas de óleo, condensado e gás natural, segundo critérios da *Securities and Exchange Commission* (SEC), somaram 9,6 bilhões de barris de óleo equivalente e nosso índice de reposição de reservas ficou em 98%. Nosso Índice de Reposição de Reservas orgânico (IRR orgânico), isto é, sem considerar o efeito da venda de ativos, foi de 106%.

Anualmente, pelo menos 90% de nossas reservas provadas, segundo os critérios da *Securities and Exchange Commission* (SEC), são submetidos à avaliação de empresa independente. O processo de estimativa de reservas ocorre anualmente, com base nos projetos previstos no Plano Estratégico e seguindo critérios de estimativa e classificação de reservas definidos por órgãos reguladores. Ao longo do ano, as variações de reservas e as oportunidades de incorporação de novos volumes são acompanhadas pela Gerência Executiva de Reservatórios, em contato com as unidades operacionais e as áreas de concepção e implantação de projetos.

102-15

Pesquisa e Desenvolvimento, Transformação Digital e Transformação Cultural

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Para informação
sobre nosso
relacionamento
com a
comunidade
científica e
acadêmica,
consultar
“Relacionamen-
to Públicos de
Interesse”.

Em 2019, foram investidos R\$ 2,268 bilhões em pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas. A definição das soluções tecnológicas que compõem nosso portfólio de P&D é conduzida pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES) e se dá por meio da identificação das necessidades de nossas áreas de negócio e do desdobramento da estratégia de negócio da companhia, seguindo os princípios de eficiência operacional e de otimização dos recursos.

A gestão ativa deste portfólio é realizada de maneira eficiente, sendo capaz de otimizar os nossos recursos e acelerar as entregas dos projetos, visando sua rápida implementação, a medição dos resultados e a avaliação da taxa de sucesso dos investimentos em P&D. Abaixo, podem ser verificados alguns exemplos de resultados obtidos por projetos de P&D em 2019:

- Mapeamento automatizado, por meio de transformação digital, que permite avanços técnicos na quantificação mineral e na visualização de texturas em rochas do pré-sal, dez vezes mais rapidamente e a 10% do custo original, com economia que monta a R\$ 40 milhões em 2019;
- Desenvolvimento de metodologia de seleção e de injeção de produtos químicos melhoradores de escoamento que elevam a produção de poços em campos marítimos maduros, promovendo ganho diário da ordem de 20 mil barris de petróleo, representando um benefício bruto estimado de US\$ 438 milhões por ano;
- Otimização da interligação de poços, na revitalização dos reservatórios do campo de Marlim, utilizando a ferramenta computacional ICARO, que resulta em aumento de VPL do campo em US\$ 200 milhões;
- Conclusão com sucesso do primeiro teste do novo conceito de broca *Polycrystalline Diamond Compact* (PDC) para perfuração do carbonato do pré-sal, o que gerou uma economia de aproximadamente US\$ 1,1 milhão em decorrência da melhoria da eficiência;
- Implementação do novo conceito do Sistema de Monitoramento da Estaca

Torpedo, que reduz o tempo de operação da instrumentação no campo e elimina a necessidade de técnico especializado embarcado, promovendo redução de custo de R\$ 1 milhão no projeto da unidade piloto de ancoragem da P-77;

— Desenvolvimento da válvula *Sliding Sleeve Valve* (SSV), em conjunto com Welltec e Shell, que viabiliza a configuração de poço aberto com completção¹ inteligente e reduz em nove dias a construção dos poços com completção inteligente de duas zonas, com economia aproximada de US\$ 550 milhões até 2023;

— Primeira aplicação do “*Digital Twin*” do Sistema de Monitoração de Fadiga de *Riser* (SMFR), no gasoduto de interligação da P-18 com a P-20, que contribui para extensão de vida dos *risers* e gera estimativa de economia de US\$ 1 milhão por *riser*, a cada ano em que a vida útil for prolongada;

— Aumento da produção de Gasóleo Pesado verificado nos testes em planta de demonstração na Unidade Operacional de São Mateus do Sul (SIX) e na implementação industrial da operação na Unidade de Destilação da Refinaria Henrique Lage (REVAP), em São José dos Campos, que proporciona ganho estimado em US\$ 2,45 milhões por ano na REVAP e ganho potencial US\$ 44 milhões em todas as nossas unidades;

— Desenvolvimento de metodologia para simulação do fenômeno da formação de depósitos de sais em torres fracionadoras que contribui para a segurança operacional, prevenindo paradas não programadas e evitando perdas da ordem de US\$ 13 milhões;

— Disponibilização de nova solução catalítica comercial para atendimento ao cenário de produção de 100% de óleo diesel S10 nas refinarias do Sudeste, que gera ganho potencial de US\$ 20 milhões por ano.

Por meio do desenvolvimento e implementação de tecnologias inovadoras, conquistamos pela quarta vez o principal prêmio da indústria de petróleo e gás, o *Distinguished Achievement Award for Companies*, concedido anualmente pela *Offshore Technology Conference* (OTC), no qual fomos premiados pelo conjunto de inovações desenvolvidas para viabilizar a produção no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos:

1. Duto de produção de 8 polegadas em um projeto de águas profundas, que nos permite ter um maior escoamento de petróleo;
2. Manifold de injeção simultânea de água e gás, que aumenta nosso fator de recuperação de petróleo no campo com custo menor;
3. Sistema otimizado de 20 linhas de ancoragem por estacas torpedo para amarração

¹Fase da exploração do petróleo na qual se instala, no poço, o equipamento necessário para trazer à superfície, controladamente, os fluidos desejados e permitir a instalação de equipamentos de monitoração no poço.

- de FPSOs em águas ultraprofundas;
4. Nova abordagem para o desenvolvimento da configuração do sistema de linhas de produção, reduzindo custos na produção;
 5. Maior levantamento sísmico já realizado em águas profundas, utilizando receptores de fundo oceânico, o que ampliou a nossa capacidade de mapear o petróleo e as condições do reservatório;
 6. Utilização de medidor virtual de relação gás-líquido (RGL), alavancando o gerenciamento desse reservatório;
 7. Completação inteligente na perfuração dos poços que permite um melhor gerenciamento do reservatório e redução de custos, devido à menor quantidade de poços necessários para a produção.

Anteriormente obtivemos esse reconhecimento internacional em 1992, pelas inovações desenvolvidas para o campo de Marlim, na Bacia de Campos; em 2001, pelas soluções concebidas para Roncador; e em 2015, pelo conjunto de dez tecnologias especialmente criadas para produção do pré-sal. Ainda em 2019, a edição brasileira da conferência (OTC Brasil) nos concedeu o *Distinguished Achievement Award*, pelo conjunto de inovações implementadas durante o Teste de Longa Duração (TLD) de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos.

Transformação Digital e Inovação

Considerando nossa estratégia de se preparar para um ambiente mais competitivo, buscando a eficiência e o aumento de produtividade, criamos a Diretoria de Transformação Digital e Inovação. A missão dessa nova diretoria está alinhada aos 5 pilares estratégicos que sustentam a agenda transformacional da companhia, quais sejam: maximização do retorno sobre capital empregado; redução do custo de capital; busca incessante por custos baixos; meritocracia e; respeito às pessoas, meio ambiente e segurança. Visando acelerar a sua jornada da transformação digital e inovação nos próximos anos, temos perseguido os seguintes objetivos:

Go Digital: Estamos abrindo o caminho para soluções digitais, oferecendo plataformas de dados integradas e tecnologias atualizadas, como inteligência artificial. Em 2019, nossos avanços em tecnologia da informação levaram a várias melhorias em nosso desempenho no trabalho, incluindo (i) reduções nos custos operacionais no segmento de *downstream*, (ii) melhorias significativas em nossos recursos de computação de alto desempenho no segmento de *upstream*, que triplicaram de três para 9 PFLOPS DP em 2019 e deve exceder os 30 PFLOPS de DP até o final de 2020; e (iii) adoção de soluções baseadas em nuvem para aprimorar nossa estratégia de *make or buy* e transformar a maneira como trabalhamos.

— **Be Digital:** Para explorar todo o potencial das novas tecnologias e gerenciar um cenário de complexidade crescente, uma cultura de colaboração e adaptabilidade deve ser implementada. Métodos ágeis podem ser um fator-chave para tornar processos e modelos de negócios mais resilientes, capacitando equipes, aumentando a criatividade e a eficácia. Como exemplo, em 2019 lançamos um programa interno de *startup* por meio do qual os interessados apresentam propostas sobre como a tecnologia digital pode ter um impacto estratégico e entregar retornos exponenciais a um comitê. As ideias selecionadas já estão sendo desenvolvidas em *squads* para entregar valor em pouco tempo.

— **Lean Petro:** Trabalhamos para otimizar e digitalizar processos em toda a nossa organização usando ferramentas tecnológicas como *Robot Process Automation* (RPA), *Enterprise Service Management* (ESM) e *Business Process Management* Suíte. (BPMS). Essas ferramentas nos ajudam a promover (i) uma gestão integrada para um centro de excelência em digitalização de processos; (ii) a inovação e a incorporação de tecnologias nos processos de negócios; e (iii) o mapeamento, redesenho e simplificação de processos e estruturas. Em 2019, começamos a reestruturar nossos processos para implementar o SAP S/4 HANA, que será um grande impulsionador para a reengenharia de processos. Durante o ano, aproximadamente 3.000 processos e procedimentos foram simplificados ou reduzidos, dando continuidade a um esforço iniciado em 2016 que trouxe uma redução de cerca de 18 mil de nossos procedimentos.

— **Inovação e P&D:** Utilizamos a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento como ferramentas para ampliar a criação de valor associado a novos modelos de negócios. O desenvolvimento de um ecossistema de inovação é essencial para alcançar o potencial completo das novas tecnologias e pode acelerar a inovação, influenciando no *time to market*, atuando como um motor de crescimento. Buscamos aprimorar o relacionamento com o ecossistema de inovação adotando novas práticas de inovação aberta com *startups*. Em 2019, foi lançado o novo programa Petrobras Conexões para Inovação, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que conta com um edital para seleção de projetos com *startups* e pequenas empresas. O programa tem por finalidade melhorar o nível de maturidade das tecnologias e as taxas de implantação, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor de petróleo, gás e energia. Adicionalmente, como exemplo de ganhos relacionados à área de inovação, destacamos o PROD1000, que é um programa que visa alcançar o primeiro óleo dentro de 1.000 dias após a descoberta, prazo reduzido ao *benchmark* da indústria para o pré-sal, e o programa EXP100, que tem como ambição aumentar para 100% a descoberta de óleo nos poços exploratórios, reduzindo os riscos e custos do projeto ao antecipar o desenvolvimento da produção, tendo com resultado aumento na

eficiência de capital do ciclo completo.

Proteção: A segurança da informação desempenha um papel importante em nossas operações diárias e é considerada um facilitador da inovação em nossa jornada de transformação digital. Em 2019, realizamos várias iniciativas relacionadas à segurança da informação, conscientização contínua, plataformas de inteligência contra ameaças, adoção de estruturas de segurança cibernética, soluções de prevenção de perda de dados e segurança de sistemas de controle industrial, a fim de melhorar os níveis de maturidade da segurança da informação.

Dentre os nossos investimentos em tecnologia da informação e telecomunicações que promovem a nossa sustentabilidade (*Green IT*), podemos citar a adoção de cartões de visita corporativos por meio de *QR Codes* nos crachás de identificação da força de trabalho, suprimindo a necessidade de impressão desses cartões. Desenvolvemos tecnologia para otimizar processos em toda a companhia, tornando-a mais *lean* e menos dependente de impressoras e papel. Colaboração à distância, com ambientes produtivos em videoconferência e infraestrutura para trabalho remoto efetivo também reduzem necessidades de viagens e deslocamento dos nossos colaboradores, evitando emissão de CO₂ na atmosfera. Por sua vez, a estratégia de provimento de capacidade de processamento computacional de alto desempenho (HPC) auxilia na diminuição da incerteza dos projetos de poços exploratórios e de desenvolvimento da produção, reduzindo o número de poços a perfurar, o tempo de perfuração e, como consequência, a emissão de CO₂.

Transformação Cultural

A transformação cultural foi um processo iniciado em 2017, no contexto do ciclo de planejamento estratégico, momento em que ainda nos víamos impactados por uma profunda crise de imagem e reputação, com potencial impacto nos negócios. Em função disso, decidimos realizar uma intervenção na cultura organizacional baseada em mudanças em sistemas corporativos, símbolos organizacionais e comportamentos, a partir da liderança.

A primeira etapa de nossa iniciativa estratégica de transformação cultural foi a realização de um amplo diagnóstico com os empregados, que compreendeu a aplicação de pesquisa quantitativa e grupos focais, com o envolvimento de cerca de 10 mil colaboradores. Esse diagnóstico foi realizado entre dezembro de 2017 e abril de 2018 e o seu foco foi a caracterização da nossa cultura instalada. O estudo realizado, combinado com a análise do discurso dos empregados, permitiu compreender que possuímos raízes culturais claras, sólidas e bastante uniformes.

Dentre essas características diagnosticadas, podemos destacar:

- Temos muito orgulho do que foi feito, onde chegamos e do que a nossa empresa significa;
- Vivemos o desafio de nos superarmos novamente frente ao cenário da indústria de óleo e gás;
- Sentimos a necessidade de trabalhar de forma colaborativa para gerar resultados.

O diagnóstico destaca ainda que 63% de todos os participantes dos grupos qualitativos dizem que a nossa competência técnica, os nossos profissionais, nosso comprometimento, nosso companheirismo e o orgulho que temos por essa empresa é o melhor da nossa cultura. Por outro lado, esse diagnóstico revelou alguns aspectos culturais que precisam ser aprimorados, de maneira a promover a meritocracia, o foco em resultados, a atuação integrada, a inovação e a superação de desafios.

O relatório de diagnóstico integrado da Cultura Organizacional foi apresentado para a Alta Administração entre os meses de maio e junho de 2019. O diagnóstico, em conjunto com as nossas estratégias, foi avaliado por um grupo de executivos – o Time de Cultura – que o utilizou como insumo para a modelagem da Cultura-Alvo, ou seja, a cultura da qual precisamos. Também foram avaliados os comportamentos da liderança, dados os desafios de negócios e gestão, a fim de alcançarmos nossas aspirações estratégicas. A partir daí, consolidamos um Plano de Cultura tendo em vista a gestão do processo de transformação.

Toda a metodologia utilizada para a transformação da nossa cultura organizacional parte do princípio de que a mudança se dá a partir do exemplo comportamental das lideranças, iniciando pela Alta Administração. Nossa liderança deve, dessa forma, atuar como principal agente da transformação, estando comprometida, alinhada e próxima às equipes. Os gestores, como líderes de pessoas e negócios, devem traduzir a Cultura-Alvo, reforçando os comportamentos desejados e ajustando os elementos que não alavancam o nosso futuro.

Apesar de focar nas lideranças como agentes de mudança, a transformação da cultura organizacional é um processo que tem como alvo todos os nossos colaboradores, de maneira que todos serão instados a avaliar seus comportamentos, de maneira a reforçar aqueles necessários e eliminar ou desencorajar os não tolerados.

Além do diagnóstico, realizamos em 2019 um *workshop* para definição de estratégias e atributos culturais de sustentação, desdobramos a Cultura-Alvo para toda a

liderança e a apresentamos para todos os colaboradores em contiguidade com as nossas novas estratégias.

Em 2020, seguimos engajando líderes e equipes para ampliar ações e sustentar as transformações já implementadas.

102-15; OG2

Compromissos de Sustentabilidade

A responsabilidade ambiental é um imperativo ético de nossos negócios e fundamental para a geração de valor sustentada de nossos negócios, preservando o valor de nossos ativos e produtos. A pressão local e mundial por recursos naturais é crescente, afetando estruturalmente e progressivamente a sociedade e os mercados.

Para informação sobre nossos indicadores para a transição para uma economia de baixo carbono, consultar "Gestão de Emissões Atmosféricas e Carbono".

No contexto de transição para uma economia de baixo carbono e em um cenário de alta incerteza, reforçamos as medidas para resiliência de nosso portfólio a preços mais baixos de petróleo como fator fundamental de nossa competitividade futura. O conceito de resiliência do portfólio de óleo e gás envolve também operar com baixa intensidade de carbono em nossas instalações.

Adicionalmente, reforçamos a consideração de carbono em nossos processos decisórios, intensificamos o acompanhamento das emissões de nossa cadeia de valor e mantivemos ênfase na preparação tecnológica para negócios futuros em energias renováveis.

Até o momento, já avançamos com uma série de ações de descarbonização em nossos processos, que envolvem redução da queima de gás natural em flare, reinjeção de CO₂ e ganhos de eficiência energética.

Nesse sentido, estipulamos dez compromissos com a agenda de baixo carbono e sustentabilidade:

10 COMPROMISSOS DE SUSTENTABILIDADE*



Crescimento zero das emissões absolutas operacionais até 2025



Zero queima de rotina em flare até 2030



Reinjeção de ~40 MM ton CO₂ até 2025 em projetos de CCUS



Redução de 32% na intensidade de carbono no segmento de E&P até 2025



Redução de 30%-50% na intensidade de emissões do metano no segmento de E&P até 2025



Redução de 16% na intensidade de carbono no refino até 2025



Redução de 30% na captação de água doce em nossas operações com foco no aumento do reúso até 2025



Crescimento zero na geração de resíduos de processo até 2025



100% das instalações Petrobras com plano de ação em biodiversidade até 2025



Manutenção dos investimentos em projetos socioambientais

*Compromissos em carbono em relação à base 2015. Demais compromissos com base em 2018.

Em 2019 investimos no Brasil R\$ 67 milhões no segmento de biocombustíveis e R\$ 78 milhões no desenvolvimento de pesquisas em negócios de energia renovável com foco em eólica, solar e BioQav, totalizando R\$ 145 milhões, que representa 0,34% de nosso investimento total.



Governança

Desde 2015, implantamos diversas ações com o intuito de fortalecer nossa cultura de integridade, que inclui nossos controles internos e nossa governança. Assim, em 2019, sentimos que essa robustez na governança nos permitiu caminhar para um modelo de maior *accountability*, reconhecendo os erros de boa-fé. Além disso, o resultado de uma trajetória evolutiva permitiu que nosso Conselho de Administração retornasse ao seu papel estratégico.

Para suportar o foco na eficiência e na geração de valor, criamos duas novas diretorias em 2019, a de Relacionamento Institucional e a de Transformação Digital e Inovação, além da diretoria de Logística em 2020. Com a mudança, passamos a ter quatro diretorias corporativas e quatro diretorias operacionais.

Nos procedimentos internos conduzidos pela empresa, não tivemos novos casos de corrupção envolvendo empregados em 2019. Por outro lado, na esfera judicial, tivemos a comprovação formal de quatro casos transitados em julgado, referentes a denúncias oferecidas entre 2014 e 2018. Seguimos no trabalho de responsabilização das partes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, o que nos permitiu receber de retorno ao caixa, a título de ressarcimento de danos previstos em acordos de leniência, acordos de colaboração e repatriações, a quantia aproximada de R\$ 871 milhões em 2019 decorrentes da OLJ, totalizando R\$ 4,1 bilhões ao longo dos anos.

102-20; 103-1; 103-2; 103-3

Governança Corporativa

As boas práticas de governança corporativa constituem um pilar de sustentação para nossos negócios. Por meio de um esforço contínuo, temos buscado um modelo de governança efetivo, ético e transparente, com foco em resultados para a nossa geração de valor a curto, médio e longo prazos. Ser percebida, junto à opinião pública, como uma empresa ética na forma de fazer negócios e que combate a corrupção favorece o incremento de nosso índice de reputação, a elevação do nosso grau de investimento e a redução do custo de capital via desalavancagem financeira, bem como confere maior competitividade e amplia a possibilidade de formação de parcerias.

Buscamos desenvolver uma cultura de integridade, a fim de fortalecer nossas boas práticas de governança e *compliance*, por meio de ações de comunicação, treinamentos para fornecedores, clientes e público interno, incluindo Alta Administração, gestores, agentes de integridade e fiscais de contrato, além de pesquisas e monitoramento junto aos nossos diversos públicos de interesse, cujos resultados norteiam nossas ações futuras. Por meio de nossos canais de relacionamento, realizamos a divulgação de temas relevantes referentes a governança e *compliance* que reforçam a importância desse compromisso.

Com o objetivo de alcançar as melhores práticas ambientais, sociais e econômicas, o Comitê de Liderança do Sistema de Gestão Evolução (CLE) acompanhou, ao longo de 2019, ações para mitigar riscos sociais e reduzir impactos nos projetos e operações, mensurar o retorno do investimento social, aumentar o nosso nível de governança e *compliance* e fortalecer os mecanismos de detecção e resposta a desvios de ética ou integridade.

Podemos exemplificar algumas métricas de topo e outras específicas das áreas acompanhadas neste fórum e que foram desdobradas para os gestores das áreas para fins de avaliação de desempenho pessoal, com vistas ao alcance dos resultados esperados:

— EL/Ebitda;

— ROCE;

Para informação sobre o resultado de alguns de nossos indicadores, consultar “Destaques” e “Como Geramos Valor”.

- Dow Jones Sustainability Index, desdobrado em dimensões como Responsabilidade Social, Gestão de Riscos, Conformidade e outras;
- Índice de Reputação, que mensura a percepção geral sobre as dimensões racionais que impactam, positiva ou negativamente, na percepção emocional da reputação da empresa com base na metodologia RepTrak™: Governança & Ética, Liderança & Gestão, Desempenho, Inovação, Produtos & Serviços, Cidadania e Ambiente de Trabalho;
- Índice de condicionantes ambientais atendidas; e
- Índice de gases de efeito estufa.

Entre as ações de fortalecimento da nossa governança corporativa, destacamos as medidas de aprimoramento do nosso processo decisório. Implementadas desde 2015, visam fortalecer os nossos controles internos e a nossa governança, assegurando transparência e eficácia para um sistema de prevenção de riscos e combate a desvios, prevendo ações corretivas. Essas medidas vieram para dar mais segurança ao acionista e embasamento à tomada de decisão dos administradores.

De acordo com o artigo 16 do nosso Estatuto Social, nossas regras de governança, bem como nossas regras corporativas comuns, por meio de orientação de natureza técnica, administrativa, contábil, financeira e jurídica, aplicam-se integralmente às nossas sociedades subsidiárias integrais e controladas e, na medida do possível, às coligadas, observadas as deliberações dos órgãos de administração de cada sociedade e o planejamento estratégico aprovado pelo nosso Conselho de Administração.

Nossa estrutura geral compõe-se das unidades organizacionais diretamente vinculadas aos membros da Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, constantes no Plano Básico de Organização (PBO). O PBO é referenciado em nosso Estatuto Social e está publicado no sítio de Relações com Investidores na internet.

Para mais informação sobre nosso processo decisório de tópicos sociais e ambientais, consultar “Estrutura de Governança”.

O processo decisório de tópicos sociais e ambientais envolve diversas estruturas de governança corporativa, incluindo o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Ouvidoria-Geral e a Auditoria Interna estão subordinadas diretamente ao Conselho de Administração e participam da gestão de tais tópicos.

Quanto à esfera decisória de políticas orientadoras para identificação, análise e resposta aos impactos reais e potenciais relacionados a questões econômicas, sociais e ambientais, nossa governança estabelece os seguintes instrumentos:

INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

Documentos	Instância Aprovadora
Estatuto Social	Assembleia Geral
Plano Básico de Organização (PBO)	Conselho de Administração ou Diretoria Executiva
Diretrizes de Governança Corporativa	Conselho de Administração
Nossas políticas globais, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de segurança, meio ambiente e saúde, de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos, de participações minoritárias e de responsabilidade social	Conselho de Administração
Código de Boas Práticas	Conselho de Administração
Código de Ética e Guia de Conduta	Conselho de Administração
Código de Conduta Concorrencial	Diretoria Executiva
Política de preços e estruturas básicas de preço dos nossos produtos, bem como manuais e normas corporativas de governança, contabilidade, finanças, administração de pessoal, contratação e execução de obras e serviços, suprimento e alienação de materiais e equipamentos, de operação e outras regras corporativas necessárias à orientação do nosso funcionamento	Diretoria Executiva
Normas, diretrizes e procedimentos de governança e de conformidade	Diretor executivo de Governança e Conformidade
Normas e procedimentos para desempenho das atividades das unidades sob sua responsabilidade direta	Presidente e diretores executivos

A íntegra do nosso Código de Boas Práticas pode ser acessada em nosso sítio de Relações com Investidores. O Código é atualmente composto por nove políticas, sendo elas:

- I - Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários;
- II - Política de *Compliance*;
- III - Política de Gestão de Riscos Empresariais;
- IV - Política da Função Ouvidoria;
- V - Política de Remuneração aos Acionistas;
- VI - Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal;
- VII - Política de Comunicação;
- VIII - Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras;
- IX - Política de Governança Corporativa e Societária.

A percepção da opinião pública – medida pela pesquisa RepTrak™ – sobre a dimensão Governança & Ética da Petrobras apresentou melhora significativa. Houve um incremento de 38% na avaliação da referida dimensão, no último trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Foi o indicador que mais evoluiu no ano. Nele é capturada a percepção que os respondentes têm da Petrobras nos atributos empresa ética, transparente sobre sua atuação, correta na forma de fazer negócios e que atua para prevenir e combater a corrupção em suas atividades. O RepTrak™ é uma metodologia proprietária do *Reputation Institute*, que realiza pesquisas trimestrais para a Petrobras com amostras de 1.200 respondentes, para acompanhamento da nossa reputação corporativa.

A partir do esforço de obtermos uma governança corporativa com medidas que vão além das exigidas pela Lei 6.404 (Lei das Sociedades por Ações) e pela Lei 13.303/16 (Lei das Estatais), diversas iniciativas foram tomadas no sentido de uma governança diferenciada e do aprimoramento da qualidade das informações que prestamos.

De modo a permitir a maior representação dos acionistas preferencialistas, destacamos a ampliação das atribuições do Comitê de Minoritários, que passou a realizar o assessoramento prévio aos acionistas em situações consideradas críticas, como a aprovação de fusões e incorporações e contratos entre o controlador e a companhia, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas.

Além disso, em razão de nossa adesão voluntária ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3, também passamos a contar com regras novas para oferta pública de aquisição de ações, a divulgar calendário anual de eventos societários, a garantir a concessão de 100% de *tag along* para ações preferenciais, nas mesmas condições concedidas às ações ordinárias, e a prever procedimento arbitral para questões provenientes do regulamento do Nível 2.

Quanto ao direito de voto das ações preferenciais, de modo a possibilitar a adesão, a B3 nos concedeu tratamento excepcional com base: em impedimento legal previsto na Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo); na ampliação das atribuições do Comitê de Minoritários, especialmente para matérias em que as ações preferenciais deveriam ter direito de voto, de acordo com o Nível 2; e na composição do Conselho de Administração, com no mínimo 40% de conselheiros independentes.

As mudanças adotadas em nosso modelo de governança e gestão caminham no sentido de transformar os esforços já realizados em um conjunto de boas práticas que assegurem robustez, eficácia e resiliência para este modelo e perenidade para a nossa organização.

Entre 2018 e 2019, promovemos uma série de revisões de instrumentos e ações de melhoria da nossa governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas ao mercado e à nossa estratégia, em conformidade com as exigências de novos regramentos de governança (Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016, Segmento Especial de Listagem Nível 2 de Governança Corporativa da B3 e Código Brasileiro de Governança Corporativa).

Entre as principais ações realizadas em 2019 e 2020, refletidas em nosso Estatuto Social, estão:

- **Papel mais estratégico do CA:** Aprovada mudança na competência de aprovação das alterações organizacionais e de indicação e destituição de titulares da nossa estrutura geral, tendo em vista a necessidade de retornar o Conselho de Administração ao seu papel estratégico; mover nossa companhia de um modelo influenciado por “situações de desconfiança” para um modelo de “delegação com *accountability*”; redistribuir as decisões com revisão das atribuições/alçadas e; aumentar a eficiência do processo decisório provendo mais agilidade. Neste contexto, as atribuições e a denominação dos diretores são transferidas para o Plano Básico de Organização (PBO) e essas informações passam a ser matéria de competência do Conselho de Administração. Esta mudança está em linha com a prática de mercado e simplifica o processo e seus custos, já que os ajustes organizacionais não mais demandam alterações no Estatuto Social. Destaca-se que o PBO, tal qual o Estatuto Social, é divulgado em nosso sítio eletrônico para consulta.
- **Maior eficiência nas decisões colegiadas:** Com a revisão do Estatuto Social, não há mais necessidade de uma pauta fixa anual no Conselho de Administração para avaliar os limites de competência da Diretoria Executiva e o que seria objeto de avocação pelo Conselho de Administração. Nesse contexto, essa competência somente será exercida caso a revisão desses limites seja necessária, tornando mais eficiente a atuação do colegiado.
- **Membros externos:** Aprovamos a recomendação expressa no Código Brasileiro de Governança Corporativa, com a previsão de composição do Conselho de Administração por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais conosco. Há exceção para os casos do presidente e do membro eleito pelos empregados.
- **Criação da área de Transformação Digital e Inovação (TDI):** A área tem o propósito de nos preparar para um ambiente mais competitivo, com base na eficiência de custos, escala e transformação digital. Queremos garantir a constante ampliação de competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento, fortalecendo o desempenho do negócio atual, capturando as oportunidades criadas

Para mais
informação
sobre nossa
transformação
digital, consultar
“Pesquisa e De-
senvolvimento,
Transformação
Digital e
Transformação
Cultural”.

pela transformação digital e aplicando novas tecnologias aos nossos processos, sempre com foco na geração de valor.

— **Regras mais claras:** Inclusão expressa no Estatuto Social das hipóteses de impedimento para a assunção de cargo de administrador da Petrobras, na forma da Lei nº 13.303/16 e do Decreto nº 8.945/16.

— **Participações societárias:** Alteração do Estatuto, de forma a compatibilizar o percentual de participação societária em outras sociedades que impede os nossos administradores de participarem de deliberação que as envolva, salvo no caso de participações societárias, diretas e indiretas, não relevantes, nos termos da regulação da Comissão de Valores Mobiliários, em sociedades anônimas de capital aberto, que não tenham potencial de gerar conflito de interesses conosco.

— **Membros independentes:** Inclusão no Estatuto Social da recomendação constante no Código Brasileiro de Governança Corporativa, trazendo para a competência do Conselho de Administração a avaliação e divulgação anual dos membros independentes.

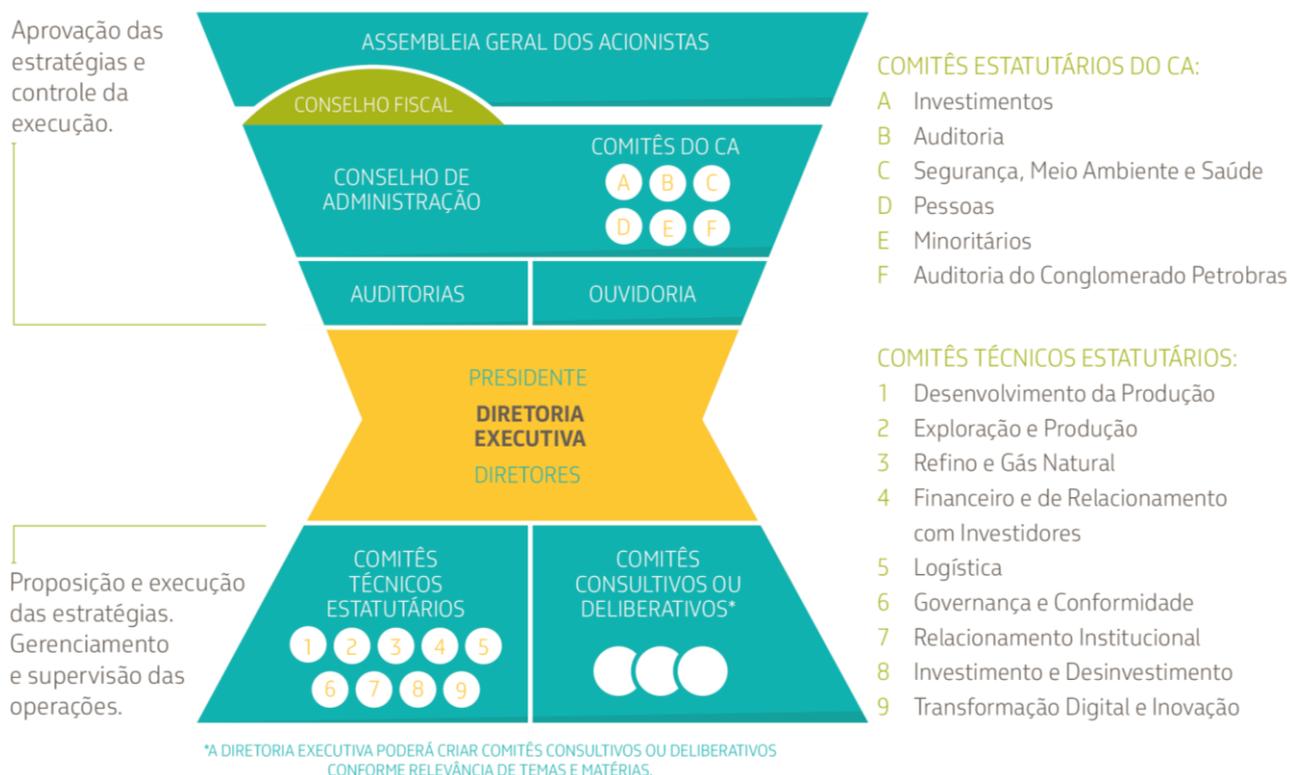
Em 29 de janeiro de 2020, solicitamos nossa desvinculação do Programa Destaque em Governança de Estatais da B3, que foi formalizada em 13 de fevereiro de 2020. A adesão ao Programa ocorreu em 8 de agosto de 2017. Em seguida, continuamos evoluindo no aperfeiçoamento de nossas práticas de governança, tendo aderido ao segmento especial de listagem Nível 2 de Governança Corporativa da B3, em 14 de maio de 2018. Este segmento se destaca, dentre outros aspectos, pelas regras mais rigorosas de transparência e governança. Nesse sentido, permanecemos sob supervisão da B3 enquanto companhia aberta e reiteramos nosso compromisso com a melhoria contínua de nossas práticas, primando sempre por maior eficiência e geração de valor, sem, contudo, diminuir nossos controles internos.

102-18; 102-19; 102-20; 102-22; 102-23; 102-24; 102-26; 102-27; 102-28; 102-31; 102-33

Estrutura de Governança

O nosso Modelo de Governança Corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração (CA) e visa aprimorar o nosso desempenho e o processo decisório na Alta Administração. Nossa estrutura de governança é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal (CF), Conselho de Administração (CA) e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias, Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva (DE) e seus comitês (Comitês Técnicos Estatutários e Comitês Executivos Consultivos ou Deliberativos).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é um órgão colegiado, de caráter permanente, composto por até cinco membros eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com atribuição de fiscalizar os atos praticados pelos administradores, especificamente sob o aspecto de sua conformidade com a lei e com o nosso Estatuto Social. Os conselheiros fiscais também avaliam as nossas demonstrações financeiras, cabendo aos administradores a análise de conveniência e oportunidade dos nossos atos de gestão.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é um órgão colegiado de orientação e direção superior responsável pela definição de nossas estratégias. Suas atribuições estão estabelecidas em nosso Estatuto Social. Esse órgão é composto por, no mínimo, sete membros e, no máximo, por onze membros eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, que também designa entre esses o presidente do Conselho.

O presidente do CA é membro externo não executivo da organização. De acordo com nosso Estatuto Social, em seu artigo 18, parágrafo 6º, o CA deve ser composto apenas por membros externos, sem vínculos estatutários ou empregatícios atuais com nossa companhia, exceto o membro designado como o nosso presidente e o membro eleito pelos empregados. As funções de presidente do CA e de presidente da Petrobras ou principal executivo não serão exercidas pela mesma pessoa (§8º).

Cabe ao CA aprovar as Políticas de Responsabilidade Social e de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, bem como o Código de Ética e o Guia de Conduta, documentos que abordam a temática de direitos humanos.

A composição do Conselho de Administração e o perfil de seus membros podem ser consultados no Formulário de Referência e no Form 20F, disponíveis para consulta em nosso sítio de Relações com Investidores.

Processo de seleção e nomeação

Os processos de seleção e nomeação do Conselho de Administração (CA), nosso mais alto órgão de governança, seguem as orientações previstas no Estatuto Social e na Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal (CF). A Política aplica-se a nós e às nossas sociedades, conforme artigo 16 do nosso Estatuto Social e artigos 10, parágrafo único, e 14, III, da Lei nº 13.303/16.

Segundo o artigo 29, inciso XII, do nosso Estatuto Social, compete ao CA aprovar a Política de Indicação que contenha os requisitos mínimos para indicação de membros do CA e de seus Comitês, do CF e da DE, a ser disponibilizada, de forma ampla, aos acionistas e ao mercado, nos limites da legislação aplicável.

De acordo com o artigo 40, inciso XII do Estatuto, a Assembleia Geral deve deliberar, quando necessário, sobre a aprovação dos requisitos da Política de Indicação que sejam adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os conselheiros de administração e conselheiros fiscais.

A Política de Indicação explicita o fortalecimento dos princípios de transparência, equidade, *accountability*, responsabilidade corporativa, independência, foco no resultado e diligência no tocante aos processos de seleção, indicação e avaliação da elegibilidade dos indicados, que devem ser observados juntamente com a legislação e o nosso Estatuto Social. Nesse sentido, as diretrizes, os procedimentos, os requisitos mínimos e os impedimentos estabelecidos na legislação, no Estatuto Social e nessa política deverão ser observados por todos aqueles que exerçam o direito à indicação, sejam eles empregados ou acionistas, estes independentemente de serem majoritários ou minoritários, detentores de ações ordinárias ou preferenciais.

A Política de Indicação também introduziu dois novos anexos de requisitos complementares, o Anexo IV – Declaração de elegibilidade e reputação ilibada – Companhias abertas, aplicável às indicações para conselheiros de administração e diretores executivos e o Anexo V – Informações sobre participações societárias, aplicável às indicações para conselheiros de administração, diretores executivos, membros externos dos comitês estatutários de assessoramento do CA, diretores executivos e titulares da nossa estrutura geral. É dispensada a apresentação de informação acerca das participações societárias não significativas em sociedades anônimas de capital aberto, que não tenham potencial de gerar conflito de interesses conosco.

A Política mantém, em seu item 4.1.2, a atribuição já expressa em nosso Estatuto Social de que são vedadas a indicação e a nomeação para exercer funções da Alta Administração, entre outros impedimentos, de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a nossa própria companhia.

Relativamente à indicação do conselheiro de administração eleito pelos empregados, além das diretrizes aplicáveis a todos os indicados a membros do CA, deverão ser observadas as regras contidas na Lei nº 12.353/10 e no regulamento eleitoral aprovado pelo CA.

A Política estabelece, em suas diretrizes, que se deve buscar alcançar diversidade na composição do CA e complementaridade de experiências e qualificações.

A Política de Indicação integra o nosso Código de Boas Práticas, citado na abertura da seção “Governança Corporativa”, foi aprovada originalmente pelo nosso CA em 2016 e sua última revisão foi realizada em 29/01/2020.

Comitês Estatutários do Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) conta com seis Comitês Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, vinculados diretamente ao CA (conforme figura “Estrutura de Governança”). A composição e as regras de funcionamento dos comitês são disciplinadas em regimentos aprovados pelo CA. O escopo das atribuições desses comitês estende-se às nossas sociedades subsidiárias e controladas, observados em todos os casos o nosso Estatuto Social e a legislação aplicável.

COMITÊS ESTATUTÁRIOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comitê	Composição	Principais Atribuições
Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS)	<ul style="list-style-type: none"> - Maria Cláudia Mello Guimarães (presidente) - Danilo Ferreira da Silva - Evely Forjaz Loureiro - Sonia Aparecida Consiglio 	Assessorar o CA em matérias de segurança, meio ambiente e saúde e responsabilidade social, tais como: no estabelecimento de políticas globais relacionadas a esses temas; na definição de diretrizes e objetivos estratégicos referentes a questões como mudança do clima e transição para uma economia de baixo carbono; no acompanhamento e avaliação de indicadores, pesquisas de imagem e reputação e resultados de desempenho relacionados a essas matérias; na proposição de ações preventivas e corretivas; na avaliação e no monitoramento de temas estratégicos de SMS e de reponsabilidade social que impliquem riscos, com ênfase em riscos operacionais, socioambientais, de imagem e de reputação.
Comitê de Investimentos (COINV)	<ul style="list-style-type: none"> - João Cox Neto (presidente) - Nivio Ziviani - Guilherme Jose Macedo Pinheiro de Lima - Edson Chil Nobre 	Monitorar e acompanhar, no mínimo uma vez ao ano, os nossos indicadores e pesquisas de imagem e reputação, reportando ao CA suas análises, bem como recomendando iniciativas e planos de ação quando necessário - salvo quando se referir a tema de SMS e responsabilidade social, acompanhados pelo CSMS.
Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)	<ul style="list-style-type: none"> - Sonia Julia Sulzbeck Villalobos (presidente) - Maria Cláudia Mello Guimarães - Walter Mendes de Oliveira Filho 	Assessorar o CA no estabelecimento de políticas globais relativas à avaliação e gerenciamento de riscos; avaliar e monitorar as nossas exposições a risco; receber, encaminhar e monitorar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, sobre questões contábeis, de controles internos ou de auditoria; analisar os relatórios sobre controles internos relacionados a aspectos financeiros, contábeis, operacionais, legais e éticos, elaborados pela auditoria interna e pelas unidades responsáveis pelas avaliações desses controles, além de verificar o cumprimento das recomendações contidas nesses relatórios; supervisionar as atividades das áreas responsáveis por controles internos, auditoria interna e Ouvidoria-Geral; tomar conhecimento das atividades de governança e conformidade; avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a auditoria interna, a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção; zelar pela adoção, manutenção e aprimoramento de boas práticas de conformidade legal e integridade; avaliar os seguintes relatórios, para, conforme o caso, publicação em nosso sítio na internet e arquivamento na CVM: Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa e Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa.
Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO)	<ul style="list-style-type: none"> - Marcelo Mesquita de Siqueira Filho (presidente) - Durval José Soledade Santos - Francisco Vidal Luna 	Avaliar e monitorar a nossa exposição a risco e avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a auditoria interna das sociedades, a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e à corrupção.

Comitê	Composição	Principais Atribuições
Comitê de Pessoas (COPE)	<ul style="list-style-type: none"> - Walter Mendes de Oliveira Filho (presidente) - Marcelo Mesquita de Siqueira Filho - Tales José Bertozzo Bronzato - Sergio Luiz de Toledo Piza 	<p>Propor e avaliar propostas de alteração da nossa Política de Indicação; verificar a conformidade do processo de indicação de membros da DE e dos membros externos de comitês de assessoramento do CA; avaliar e propor critérios de integridade e <i>compliance</i> e demais critérios e requisitos relacionados ao processo de eleição e destituição de membros da DE, dos titulares da nossa estrutura geral e das demais funções vinculadas ao CA; dar suporte ao CA na organização de um processo formal e periódico de avaliação dos membros da DE, do CA e de seus comitês; verificar a conformidade do processo de avaliação dos nossos administradores e conselheiros fiscais, bem como da Alta Administração de nossas sociedades; avaliar e propor políticas e mecanismos de remuneração dos membros da Alta Administração (CA, DE e Gerências Executivas); além de promover e acompanhar a adoção de práticas de boa governança corporativa relativas a remuneração e sucessão.</p>
Comitê de Minoritários (COMIN)	<ul style="list-style-type: none"> - Marcelo Mesquita de Siqueira Filho (presidente) - Sonia Julia Sulzbeck Villalobos - Durval José Soledade Santos 	<p>Avaliar e mensurar se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas por nós como forma de contribuição para o interesse público que justificou nossa criação são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.¹</p>

¹Atribuição que também é conferida ao Comitê de Investimentos (COINV).

Somos avaliados pelas principais instituições de classificação de risco Ambiental, Social e de Governança (ASG). A metodologia de avaliação utilizada por essas instituições, dentre outros fatores, compreende a avaliação de fatos que possam causar ou aumentar os riscos de investimento naquela empresa que está sendo objeto da análise ASG.

Periodicamente, os comitês do Conselho de Administração são informados a respeito das principais avaliações publicadas por essas agências de classificação. O comitê mais envolvido nesse processo é o Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, mas os temas podem ser apresentados a qualquer comitê, a depender da sua natureza. Após o conhecimento dos temas, as gerências envolvidas naqueles assuntos, juntamente com a área de Relacionamento com Investidores, elaboram um plano de ação com o objetivo de aprimorar nossas práticas. O progresso desse plano de ação é acompanhado periodicamente pelos comitês.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva (DE) é o órgão composto pelo nosso presidente e pelos oito diretores executivos, sendo responsável pela gestão dos nossos negócios de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração (CA).

Compete ao CA aprovar alterações na composição da DE, observado o quantitativo mínimo de três membros, conforme a Lei 13.303/16, e o máximo estabelecido em

nosso Estatuto Social. Os membros da DE atuam individualmente nas atividades das unidades de suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da DE. Ao diretor executivo responsável pelas áreas de governança e conformidade, compete analisar e emitir parecer quanto à conformidade processual de pautas submetidas à DE. Em caso de parecer não favorável, a pauta não seguirá para deliberação da DE, devendo retornar ao seu emissor para enquadrá-la na conformidade requerida. À diretora executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores, compete prover os recursos financeiros necessários à nossa operação, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos; movimentar os nossos recursos monetários, sempre em conjunto com outro diretor executivo; bem como promover a nossa gestão financeira e acompanhar a gestão financeira das nossas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e dos consórcios.

Comitês Técnicos Estatutários

A DE conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento. Já os membros da DE dispõem de oito comitês técnicos de assessoramento, compostos por titulares da nossa estrutura geral, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias (conforme figura “Estrutura de Governança”). A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo CA. Os Comitês Técnicos Estatutários podem constituir comissões e grupos de trabalho, com atuação predominantemente tática e operacional, para apoiá-los no desempenho de suas atribuições.

Comitês Deliberativos e Consultivos

A DE pode criar comitês, com poderes delegados, vinculados a esse órgão ou diretamente a um de seus membros. Os comitês podem ser de natureza deliberativa ou consultiva e têm a finalidade de auxiliar a DE no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas organizacionais, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento dos comitês são disciplinadas em regimentos aprovados pela DE. Atualmente, estão em funcionamento os Comitês Executivos de Riscos e de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Processo de Delegação de Autoridade

As competências e atribuições do Conselho de Administração (CA) e da Diretoria Executiva (DE) estão descritas em nosso Estatuto Social. O Plano Básico de Organização, por sua vez, define as competências dos titulares das unidades organizacionais da nossa estrutura geral, bem como as atribuições gerais dessas unidades, as quais compõem as atribuições do presidente e dos diretores executivos. Entre estas atribuições, está a responsabilidade e o compromisso sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais, também organizados sob a forma de processos no âmbito das áreas da companhia. Na esfera decisória executiva, podemos destacar três gerências executivas com responsabilidades específicas associadas à gestão de tópicos sociais e ambientais: Responsabilidade Social, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Recursos Humanos.

A responsabilidade de linha se desdobra à medida que os gestores se reportam à Diretoria Executiva que, por sua vez, segue as orientações do Conselho de Administração, ambos assessorados por seus respectivos comitês.

Nosso processo de delegação de autoridade é realizado por meio de instrumentos formais, entre estes a Matriz de Limites de Atuação. Aprovada pelo CA em 2015 e revisada, por último, em 2020, a matriz consolida os limites de aprovação para execução de planos, projetos e metas orçamentárias; investimentos de capital, investimentos correntes, vendas; gastos, programas de captação e prestação de garantias, entre outros.

Além da Matriz de Limites de Atuação, a Tabela de Limites de Competência estabelece os limites delegados aos membros da Diretoria Executiva e gestores para aprovação dos atos necessários para a nossa gestão, bem como as diretrizes e regras para aplicação e uso das delegações de competência previstas.

Adicionalmente, implantamos o modelo de autorizações compartilhadas, ou seja, com assinaturas cruzadas de, no mínimo, dois gestores, sem relação de subordinação direta entre eles, para a realização de contratações, compras, desembolsos e outros atos de gestão.

Questões críticas, predominantemente de natureza ambiental, de saúde, de segurança operacional e financeira são encaminhadas ao Conselho de Administração (CA), por meio de nossa Diretoria Executiva (DE). Em alinhamento ao Programa Compromisso com a Vida, que tem por objetivo reduzir acidentes e preservar vidas, foram instituídos Momentos de Segurança nas reuniões da DE e do CA, desde novembro de 2016.

Definição de Estratégia e Políticas

De acordo com o artigo 29 do nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração (CA), entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos nossos negócios, definindo nossa missão, nossos objetivos estratégicos e nossas diretrizes; e aprovar, por proposta da Diretoria Executiva (DE), o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos, promovendo, anualmente, análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução dos referidos planos, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União. Segundo o artigo 34 do Estatuto, compete à DE, entre outras atribuições, avaliar, aprovar e submeter à aprovação do CA as bases e diretrizes para a elaboração do plano estratégico, bem como dos programas anuais e planos plurianuais; e o plano estratégico, os respectivos planos plurianuais, bem como planos e programas anuais de dispêndios e de investimentos com os respectivos projetos.

Compete ao CA fixar nossas políticas globais, incluindo a de gestão estratégica comercial, financeira, de riscos, de investimentos, de meio ambiente, de divulgação de informações, de distribuição de dividendos, de transações com partes relacionadas, de porta-vozes, de recursos humanos e de participações minoritárias, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Cabe à DE e aos seus membros exercer a gestão dos nossos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo CA.

Gestão do Conhecimento

Para mais
informação
sobre
treinamentos da
Alta
Administração,
consultar
"Programa
Petrobras de
Prevenção da
Corrupção".

Os administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta, Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais temas relacionados às nossas atividades.

Neste sentido, a fim de promover a ambientação de novos conselheiros de administração, membros externos dos comitês do Conselho, diretores executivos e conselheiros fiscais e, ao mesmo tempo, apresentar e atualizar o conhecimento sobre temas relevantes definidos na Lei 13.303/16 e no Decreto 8.945/16, nosso Conselho de Administração aprovou, em 2016, o modelo de treinamento para a nossa Alta Administração, composto pelo Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais e pelo Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais, voltado para aqueles que já atuam

conosco.

Nossas Diretrizes de Governança Corporativa também preveem a realização de reuniões presenciais com os membros de nossa Alta Administração e de um programa de introdução para novos conselheiros que aborde temas relevantes de governança.

Os membros do Conselho de Administração (CA) também recebem, por ocasião de sua posse, um conjunto de documentos, como relatórios anuais da administração e de sustentabilidade, atas das assembleias ordinárias e extraordinárias, atas das reuniões do Conselho, Estatuto Social e demais instrumentos de governança corporativa e são convidados a realizar visitas em nossas instalações, etapa em que podem vivenciar os aspectos relativos à segurança e ao meio ambiente nas unidades operacionais.

Desempenho

As avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de seus comitês de assessoramento, enquanto colegiados, e de cada um de seus membros, individualmente, ocorre anualmente e está prevista no nosso Estatuto Social, nas nossas Diretrizes de Governança Corporativa e no Regimento Interno do Conselho de Administração.

Segundo nosso Estatuto Social, cabe ao Conselho de Administração avaliar, anualmente, os resultados de desempenho, individual e coletivo, dos administradores e dos membros dos Comitês do Conselho, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, observados quesitos mínimos, como a exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação gerencial e administrativa; a contribuição para o resultado do exercício; a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e o atendimento à nossa estratégia de longo prazo.

A sistemática que detalha os procedimentos de avaliação do Conselho de Administração é realizada por uma empresa externa especializada e foi aprovada pelo Conselho de Administração. A metodologia tem como objetivo analisar periodicamente o desempenho e a contribuição dos nossos órgãos de administração, dos nossos administradores e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no plano estratégico, visando atingir resultados mais eficientes e eficazes e contribuir para o fortalecimento de nossa imagem e reputação junto aos nossos públicos de interesse.

A criação da metodologia de avaliação considerou entendimento de documentos e relatórios, inclusive os divulgados ao público; entrevistas individuais com os membros do Conselho de Administração; e apresentação das conclusões, recomendações e ações prioritárias. O Conselho de Administração também deverá avaliar, anualmente, o desempenho da Diretoria Executiva, a partir de sistemática e critérios por ele definidos.

Para mais
informação
sobre
remuneração
variável,
consultar
"Gestão de
Pessoas".

O resultado da avaliação de desempenho é utilizado no cálculo da remuneração variável dos membros da Diretoria Executiva. Desta forma, caso todos os pré-requisitos e metas do programa sejam atendidos, o indicador de Avaliação da Diretoria pelo Conselho de Administração terá influência na remuneração variável do participante. Não é previsto impacto da avaliação de desempenho na remuneração dos membros do Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, uma vez que sua remuneração é fixa.

102-16; 102-17; 102-25; 102-34; 103-1; 103-2; 103-3; 417-3; 418; 418-1; 419

Ética e Transparência

Temos como propósito empresarial “prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva” e reafirmamos nossos valores em nosso posicionamento estratégico, que representam nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, parceiros e acionistas:



Respeito à vida, às
pessoas e ao meio
ambiente



Ética e
transparência



Orientação ao
mercado.



Superação e
confiança.



Resultados

Acreditamos que a ética é um compromisso de cada um para o bem de todos. Estamos constantemente buscando que o comportamento ético permeie as relações com os diversos públicos por meio da disseminação de um conjunto de princípios éticos e compromissos de conduta, entre outras referências, que regulam a conduta da força de trabalho.

Código de Ética

Criado em 1998 e revisado nos anos de 2006 e 2018, nosso Código de Ética traz os seguintes princípios nos quais nos baseamos para a gestão da ética:

- _ respeito à vida e a todos os seres humanos;
- _ integridade;
- _ verdade;
- _ honestidade
- _ justiça,
- _ equidade;
- _ lealdade institucional;
- _ responsabilidade;
- _ zelo;
- _ mérito;
- _ transparência;

- _ legalidade;
- _ impessoalidade;
- _ coerência entre o discurso e a prática.

De acordo com o disposto no nosso Código de Ética, em seus itens 8.8 e 8.9, nas relações com a Sociedade, o Governo e o Estado, comprometemo-nos a “recusar quaisquer práticas de corrupção e propina, mantendo procedimentos formais de controle e de consequências sobre eventuais transgressões, bem como recusar apoio e contribuições para partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos”. Adicionalmente, monitoramos a interação de nossos empregados com agentes políticos, com relatos periódicos, observando normas e padrões específicos para o relacionamento com esses agentes.

Guia de Conduta

Para mais
informação
sobre
treinamentos
em ética e
integridade,
consultar
“Treinamento”.

Aprovado em 2014 e revisado em 2018, nosso Guia de Conduta é constituído de desdobramentos práticos do nosso Código de Ética, reforçando que os princípios de respeito, de honestidade e de responsabilidade compõem as regras básicas para o agir ético em nossa organização. Tanto o Código de Ética quanto o Guia de Conduta foram aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e estão publicados em português e inglês.

O Código de Ética e o Guia de Conduta podem ser acessados por toda a força de trabalho (via intranet e internet, em nosso sítio eletrônico externo). Disponibilizamos para os empregados um sistema eletrônico para a assinatura do termo de ciência desses documentos, periodicamente, principalmente quando tais documentos sofrem revisões em seus conteúdos.

Em relação aos parceiros de negócio e a outras organizações externas, tais como nossos fornecedores, dispomos de uma “cláusula padrão” em nosso modelo de contrato, que exige que os mesmos tomem conhecimento e cumpram as diretrizes de nosso Código de Ética e de nosso Guia de Conduta.

Política de *Compliance*

Nossa Política de *Compliance* possui princípios e diretrizes que objetivam descrever e divulgar os compromissos que assumimos em relação à promoção dos mais altos valores éticos, de integridade e de transparência na condução de nossos negócios, com tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Política de Recursos Humanos

A gestão das relações de trabalho guia-se fundamentalmente pela nossa Política Corporativa de Recursos Humanos, na extensão de seus princípios e suas diretrizes. Sob os aspectos normativos, a gestão das relações de trabalho é regulada por padrões corporativos que estabelecem as condições adequadas a essas relações.

Responsabilidades

Os documentos que estabelecem o nosso compromisso com os mais altos valores éticos são aplicáveis aos nossos diversos públicos de interesse, como clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, Alta Administração, empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

Contamos com uma diretoria de Governança e Conformidade, liderada por diretor independente, com previsão expressa em estatuto social sobre a possibilidade de relato direto ao Conselho de Administração. Desde 2014, o diretor executivo de Governança e Conformidade (DGC) é eleito a partir de uma lista de profissionais pré-selecionados por meio de uma empresa terceirizada especializada. Em caso de destituição, deverá ser observada a regra do quórum qualificado, prevista no Regimento Interno do CA.

O DGC, ao contrário de outros membros da DE, é responsável por emitir um parecer quanto à conformidade processual de pautas submetidas à Alta Administração. Questões com alto risco de *compliance*, de acordo com a nossa matriz de riscos de fraude e corrupção, requerem pareceres de *compliance*. Em caso de parecer não favorável, a pauta não seguirá para deliberação da DE, devendo retornar ao seu emissor para enquadrá-la na conformidade requerida.

O Plano Básico de Organização, referenciado em nosso Estatuto Social, evidencia as responsabilidades da Diretoria de Governança e Conformidade, que contemplam as seguintes atribuições: planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de disseminação da cultura de conformidade, de prevenção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, de controles internos, de análise de integridade dos gestores e de contrapartes, bem como garantir a responsabilização de terceiros e reportar à alta administração o andamento das ações de conformidade, visando garantir um ambiente íntegro para os nossos negócios.

A cada trimestre, as atividades de governança e conformidade são reportadas à Alta Administração, permitindo a supervisão das ações de integridade e a recomendação de esforços para mitigar os riscos corporativos, incluindo aqueles relacionados a fraude e corrupção.

Adicionalmente à estrutura responsável pelas ações de conformidade, contamos com cerca de 200 profissionais de diferentes áreas atuando como Agentes de Integridade, com o objetivo de contribuir para a multiplicação da informação e da disseminação da cultura de integridade.

Já a nossa Comissão de Ética tem por finalidade promover a gestão da ética em nossa companhia e emitir recomendações, atuando como fórum para discussão e aprofundamento de temas relacionados à ética, além de tratar condutas em desacordo com as normas éticas pertinentes. A Comissão de Ética possui como uma de suas atribuições supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCA AF) e comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

Nossos administradores e gestores possuem responsabilidade adicional com a efetividade das ações de *compliance*, devendo servir de exemplo legítimo do agir ético para todos os públicos de interesse, mantendo o contínuo fortalecimento do ambiente de integridade como uma de nossas prioridades.

Dispomos de uma rede de unidades organizacionais em nossa estrutura para garantir o atendimento às premissas relacionadas à ética e à conformidade, tais como as áreas de Conformidade (funções de gestão do Programa de Integridade, análise de integridade de contrapartes e empregados, além de controles internos), Integridade Corporativa, Ouvidoria-Geral, Auditoria Interna, Governança e Inteligência e Segurança Corporativa.

Ouvidoria-Geral, Canal de Denúncia e Portal da Transparência

Compondo o nosso Sistema de Integridade, a Ouvidoria-Geral é responsável por receber denúncias, solicitações de informação, reclamações, pedidos, consultas, elogios e sugestões de todas as nossas partes interessadas de uma maneira confidencial, livre e acessível. Vinculada ao nosso Conselho de Administração, o que lhe assegura independência e imparcialidade, a Ouvidoria-Geral interage com as áreas pertinentes, visando fortalecer e promover o atendimento a demandas e contribuir para melhoria dos processos internos.

Por meio de nossa Ouvidoria-Geral, oferecemos a nossos públicos (incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais) um canal externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. Nos casos de denúncias, a proteção aos denunciantes se dá na preservação da confidencialidade dos relatos recebidos e no recebimento de relatos anônimos. No caso de denúncias de violência no trabalho, em circunstâncias em que se torne impossível o tratamento do caso sem a identificação do denunciante, a averiguação apenas prossegue se houver consentimento. Além

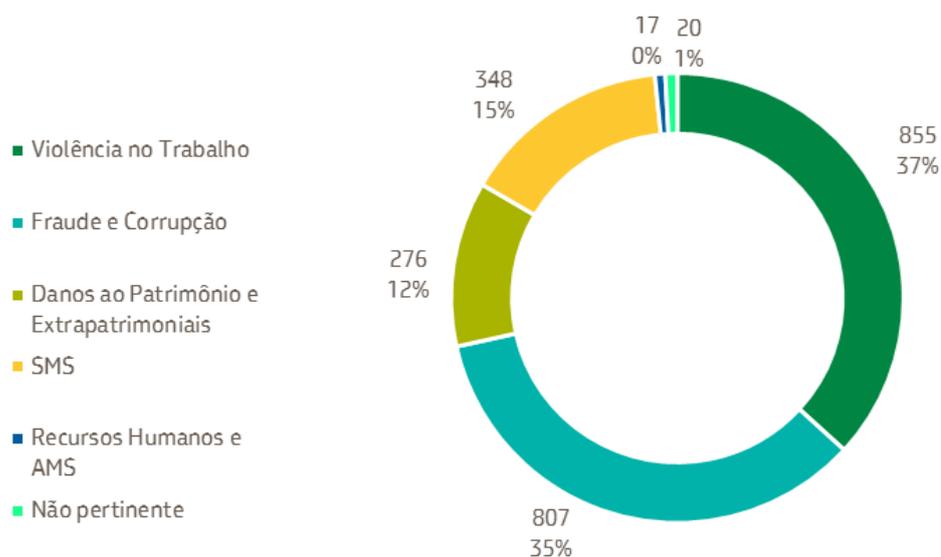
dos diversos recursos e procedimentos para a preservação da identificação do manifestante, incluindo aqueles adotados pela empresa que operacionaliza o Canal de Denúncia, a não retaliação está prevista como tema específico para identificar situação em que o denunciante se sinta prejudicado e retaliado após relatar uma denúncia.

De forma sistêmica, a vedação à retaliação está contida objetivamente no Código de Ética, no Guia de Conduta e na diretriz de “Não retaliação a denunciantes”, gerida pela Comissão de Ética, além de outros normativos internos específicos.

A Ouvidoria-Geral apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário as denúncias de fraude e corrupção de maior risco. Além disso, apresenta semestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e anualmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração informações quantitativas e qualitativas, fornecendo subsídios para o aprimoramento da gestão.

O gráfico a seguir apresenta o total de denúncias recebidas, apresentadas em grandes grupos, pela similaridade dos relatos recebidos.

DENÚNCIAS RECEBIDAS EM 2019



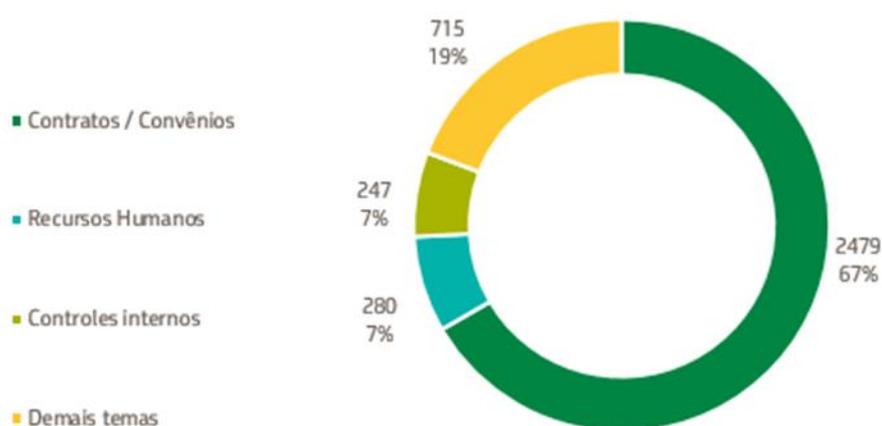
Para mais informação sobre gestão para prevenção de fraude e corrupção, consultar "Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção".

O nosso Conselho de Administração tomou conhecimento do compilado de denúncias recebidas, e obteve, de forma detalhada, informações sobre 86 denúncias de fraude e corrupção consideradas mais críticas, classificadas como de alto e muito alto risco em nossa Matriz de Risco de Fraude e Corrupção.

A maior parte das denúncias relacionadas aos temas de fraude e corrupção versou sobre favorecimento. Em relação as denúncias sobre violência no trabalho, a maior parte foi referente à ofensa. Sobre danos ao patrimônio e extrapatrimoniais, a maior parte foi referente à segurança patrimonial; e sobre recursos humanos e Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), a maioria foi referente a desvio de função e concurso público.

No que diz respeito à promoção da transparência e ao acesso à informação, reeditamos o nosso Manual de Transparência. Além disso, conduzimos, ao longo do ano, atualizações e inclusões no Portal de Transparência, adequando-o à legislação pertinente e facilitando a navegação pelo cidadão. Em relação ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, encerramos o ano entre os cinco órgãos ou entidades mais demandadas de todo Poder Executivo Federal e apresentando alto índice de fornecimento das informações solicitadas.

SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO RECEBIDAS EM 2019



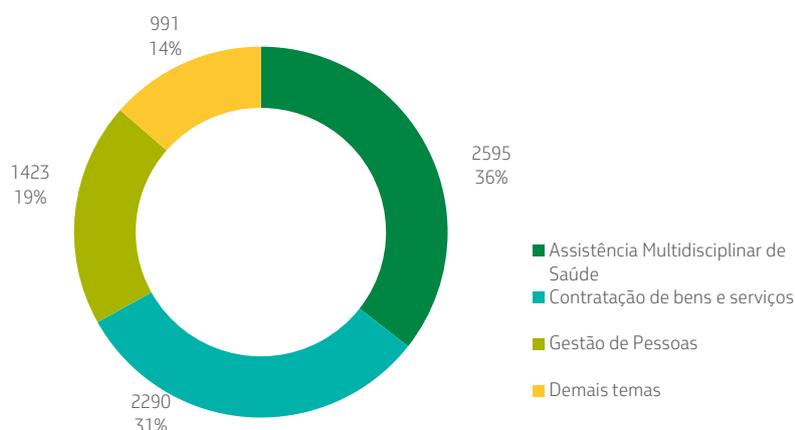
Das solicitações de informação recebidas sobre contratos e convênios, a maior parte se refere a acesso a contratos e convênios. Em relação a recursos humanos, a maior parte foi relativa a processos seletivos. Em relação a controles internos, a maior parte foi referente a controle de acesso às unidades.

Quanto aos demais tipos de manifestações recebidas e tratadas pela nossa Ouvidoria-Geral, (reclamação, pedido, elogio e sugestão), cabe esclarecer que esta

funciona como canal de segundo atendimento, não substituindo os diversos canais de comunicação que disponibilizamos aos nossos públicos (SAC, Central de Relacionamento com Pessoas, Canal Fornecedor, etc.).

O gráfico a seguir apresenta o total de reclamações recebidas, apresentadas em grandes grupos, pela similaridade dos relatos recebidos.

RECLAMAÇÕES RECEBIDAS EM 2019



Para mais informação sobre conflito de interesse, consultar “Controles Internos”.

Para mais informação sobre conflitos trabalhistas em 2019, consultar “Gestão de Pessoas”.

Das reclamações relativas à Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) oferecida a nossos empregados, a maior parte foi sobre questões financeiras. Das reclamações sobre contratação de bens e serviços, a maioria foi sobre relacionamento com contratadas e/ou fornecedores. Já das reclamações sobre gestão de pessoas, a maior parte foi referente à remuneração.

Além disso, a Ouvidoria-Geral é a área responsável pelo recebimento de consultas relacionadas ao tema Conflito de Interesses dos empregados que não são os administradores da companhia. Essas consultas recebidas a respeito de conflitos de interesse são encaminhadas à nossa Comissão de Ética.

Nossos canais não substituem o papel legítimo dos sindicatos na abordagem de disputas trabalhistas, nem impedem o acesso a mecanismos judiciais ou outros mecanismos de queixas não judiciais. Também não impomos quaisquer restrições de acesso a autoridades competentes para a investigação de violações de direitos humanos, exceto para preservar o anonimato de denunciante. Incluímos alternativas como telefone, carta e atendimento presencial para garantir acesso a todos os nossos públicos, incluindo grupos marginalizados.

Para assegurar às comunidades uma resposta mais efetiva, também dispomos de telefones gratuitos com cobertura de atendimento 24h, de domingo a domingo, que são amplamente divulgados nas comunidades onde atuamos. Além disso, a equipe

Para mais
informação
sobre nossos
canais de
relacionamento,
consultar
"Relacionamen-
to com Públicos
de Interesse".

de Responsabilidade Social disponibiliza contato telefônico específico para cada unidade operacional e e-mail para atendimento das demandas comunitárias.

Disponibilizamos, em nosso Portal de Gestão, uma área permanente para o cadastramento de ideias que possam subsidiar melhorias nos nossos canais de comunicação. Sugestões também podem ser enviadas pelos canais da Ouvidoria, sendo analisada a viabilidade de implementação. Adicionalmente, a própria Ouvidoria-Geral busca o aprimoramento contínuo de nossos canais ao identificar necessidades de melhorias em nossos processos.

Realizada anualmente desde 2015, a Pesquisa de Percepção sobre as Ações de Conformidade é o mais importante diagnóstico da percepção dos empregados sobre as ações de *compliance* implementadas. Respondida de forma voluntária e anônima, a pesquisa é conduzida por instituto independente e as respostas são mantidas em total sigilo. Os resultados da pesquisa subsidiam melhorias no planejamento e na execução de nossas ações neste tema, buscando alcançar o objetivo de sermos reconhecidos como referência em ética, integridade e transparência. A pesquisa de 2019 foi disponibilizada a todos os nossos empregados e de nove subsidiárias no Brasil e no exterior. Nela, 97,7% dos respondentes concordaram com a afirmação "ajudar na prevenção dos desvios de conduta também é minha responsabilidade".

Para o atendimento a questões relacionadas a reclamações e pedidos, implementamos uma pesquisa de satisfação junto aos manifestantes que demandaram nossa Ouvidoria-Geral. Essa pesquisa, ainda em fase inicial, apresentará informações que servirão de subsídios nas revisões habituais dos nossos processos.

Em função de contínua busca por transparência, clareza e qualidade de informações, fomos mais uma vez reconhecidos pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). Recebemos, em dezembro de 2019, menção honrosa pelos aspectos socioambientais nos relatórios anuais de 2018 e ficamos em segundo lugar no Prêmio Abrasca. Outro reconhecimento foi o Troféu Transparência, recebido em outubro de 2019, pela melhor demonstração financeira no país em 2018, na categoria empresas de capital aberto com faturamento acima de R\$ 5 bilhões.

Confidencialidade dos Dados do Cliente

Em relação à confidencialidade dos dados do cliente, preocupamo-nos com uma eventual publicação de informações que sejam estratégicas ou sensíveis à competitividade das partes contratantes. Para tanto, nos utilizamos de cláusulas de segurança e sigilo da informação e das condições contratuais firmadas, dentro dos ditames legais e das nossas políticas comerciais. Adicionalmente, contamos com sistemas de registro, armazenamento e arquivamento de contratos e das

informações com acesso restrito a pessoas devidamente autorizadas. O processo conta com revalidação das práticas comerciais, está alinhado ao mercado e não apresenta nenhuma queixa ou reclamação de partes interessadas quanto a essa temática.

Os clientes do segmento envasado possuem seus dados publicados pela ANP, não existindo uma política de gestão de privacidade dos dados dos revendedores, uma vez que a informação é pública. No sítio da ANP na internet, é possível verificar quais são os sócios das revendas, sua vinculação e endereço, entre outros dados.

A Central de Atendimento Liquigás integra o contrato de prestação de serviços, que contém cláusula específica da confidencialidade segundo a qual a contratada deve manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações e documentos que receba ou venha a ter ciência em razão da prestação dos serviços, sejam os mesmos de natureza técnica ou comercial, obrigando-se, por si, seus empregados, contratados ou qualquer outro designado para a execução dos serviços a não divulgá-los nem fornecê-los a terceiros, sem autorização prévia e expressa da Liquigás. Todos os documentos relativos à execução do contrato e que se encontrem em poder da contratada, quando do término da prestação do serviço, deverão ser restituídos pela mesma, independentemente de sua execução integral, no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento. O descumprimento de qualquer obrigação ensejará o pagamento de perdas e danos pela inadimplência, sem prejuízo da rescisão contratual.

O contrato com a empresa operadora do SAC dispõe de termos de confidencialidade, assim como os contratos entre ela e seus colaboradores. Adicionalmente, o acesso ao CRM é protegido por login e senha, conforme nossa política de segurança da informação e todas as informações do sistema são classificadas como reservadas.

Em relação à violação de privacidade do cliente, não registramos queixas de qualquer natureza, seja de partes externas ou agências reguladoras, bem como não registramos casos de não conformidade com regulamentos e códigos relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínios, no ano de 2019.

102-29; 103-1; 103-2; 103-3; 206; 206-1; 307; 307-1; 416; 416-1; 416-2; 417; 417-1; 417-2; 419; 419-1

Conformidade

Desenvolvemos nossa atividade em conformidade com as leis e os regulamentos vigentes, além de cumprirmos nossas próprias regras, normas e procedimentos internos baseados nas melhores práticas de mercado. Diversos mecanismos de *compliance* existem para reforçar esse compromisso.

Ambiente Regulatório, Abertura de Mercado e Concorrência

Temos a convicção de que o respeito à legislação de defesa da concorrência ou antitruste é fundamental para que os princípios e objetivos socioeconômicos da Política Energética Nacional, em conformidade com diplomas legais relativos aos setores de petróleo, gás e energia, possam ser preservados e ampliados.

Dessa forma, foi realizado diagnóstico de nosso ambiente concorrencial e mapeamento dos riscos referentes ao tema e mecanismos de gestão foram criados. Nosso Código de Conduta Concorrencial, aprovado pelo Conselho de Administração, consubstancia o nosso compromisso com o cumprimento estrito da legislação de defesa da concorrência ou antitruste brasileira e das jurisdições estrangeiras em que realizamos negócios.

Orientações adicionais sobre o tema são objeto de circulares internas emitidas pela Coordenação de Defesa da Concorrência de nossa área jurídica, órgão responsável por dirimir dúvidas em relação às normas de defesa da concorrência e sua aplicação concreta. Adicionalmente, temos alguns canais de relacionamento que permitem que necessidades, expectativas e percepções dos nossos públicos relacionados ao tema sejam tratadas: SAC, Canal de Denúncias, Ouvidoria e Fale Conosco.

Após diretrizes emitidas pelo CNPE, a Petrobras assinou um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, órgão que tem como missão zelar pela concorrência do mercado, se comprometendo a vender 50% do parque de refino (oito refinarias de petróleo, incluindo os ativos relacionados a transporte de combustível). Com isso, nesse TCC, o CADE se comprometeu a suspender um Inquérito Administrativo (nº 08700.006955/2018-22), instaurado em 05 de dezembro de 2018, com o objetivo de averiguar eventual abuso de posição dominante pela Petrobras no mercado de refino no Brasil.

A Petrobras também assinou um TCC com o CADE relativo ao setor de gás natural. As medidas incluem desinvestimento na área de gás natural, negociações de acesso aos ativos de escoamento e processamento, não contratação de compra de novos

volumes de gás de parceiros ou terceiros, exceto em determinadas situações previstas em acordo, e arrendamento do Terminal de Regaseificação no Estado da Bahia, sujeitas à adequação da legislação tributária ao modelo de tributação pelo fluxo dos contratos. Assim como o TCC do setor do Refino, o CADE se comprometeu a suspender procedimentos administrativos para investigar a atuação da Petrobras no setor.

Pela ótica do CADE os acordos são medidas salutares e que sustentam melhorias nos mercados de gás e derivados de petróleo.

Por fim, vale ressaltar que as assinaturas dos TCCs estão alinhadas com a estratégia da companhia de melhoria na sua alocação do capital, redução da alavancagem e do risco regulatório.

Não houve ações judiciais referentes a concorrência desleal ou a violações de lei antitruste e regulamentação de monopólio em que tenhamos sido parte em 2019. Na Liqueigás, houve uma ação judicial concluída em 2019 e três estão pendentes. A ação concluída trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelos Ministérios Público Federal e do Rio Grande do Sul visando a condenação por dano moral coletivo em razão de suposta prática de ofensa à livre concorrência, especificamente cartel em Porto Alegre e Canoas. Foi interposto Recurso Especial, provido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), revendo a condenação anterior e absolvendo a Liqueigás. Ocorreu o trânsito em julgado da ação de forma totalmente favorável à Liqueigás e o processo judicial foi extinto em março de 2019.

Saúde e Segurança do Cliente

Seguindo os nossos dez compromissos com a agenda de baixo carbono e sustentabilidade, temos avançado com uma série de ações de descarbonização em nossos processos, que envolvem redução da queima de gás natural em flare, reinjeção de CO₂ e ganhos de eficiência energética. Mantemos o nosso compromisso com a descarbonização de processos e produtos, com um plano de ação robusto em relação à resiliência e à eficiência em carbono.

Em 2019, foram realizados investimentos nas refinarias em projetos para redução de emissões de NO_x, SO_x e material particulado, em sua grande maioria para atender aos limites de emissões estabelecidos pela Resolução CONAMA 436/2011. Adicionalmente, houve investimentos na área de eficiência energética bem como na redução de gás em tocha nas refinarias. Foi estabelecida uma carteira segregada de projetos potenciais para redução de emissão de GEE (gases de efeito estufa), de forma a reforçar a prioridade dos mesmos.

Nosso desenvolvimento de combustíveis para o setor de transportes tem como um dos focos a avaliação dos impactos que possam afetar o meio ambiente, a segurança e a saúde. Tal avaliação tem a finalidade de promover melhorias em cada uma das etapas para a disponibilização de um produto, tais como: desenvolvimento do conceito do produto, pesquisa e desenvolvimento, certificação, fabricação, produção, marketing e promoção, armazenamento, distribuição e fornecimento.

Os principais motivadores para o desenvolvimento de novos produtos, que começa com a definição de seu conceito, são os aspectos ligados à melhoria da qualidade do ar e à saúde, à segurança, à eficiência energética e à adequação ao uso.

Como exemplo de ações visando à melhoria da qualidade do ar e eficiência energética no uso de combustíveis, podemos citar a redução do teor de enxofre no óleo combustível marítimo (bunker) de 3,5 % para 0,5 %, atingindo 100% da produção em 01/10/2019. Outra contribuição importante é o aumento percentual da participação do óleo diesel S-10 no mercado automotivo, com a Petrobras evoluindo de 34,7 % em dezembro de 2018 para 40,9 % em dezembro de 2019. Também no ano de 2019, a Petrobras participou das discussões da portaria que definiu a massa específica mínima para a gasolina, o que implicará em ganho de eficiência energética de 4 % no uso do combustível. A nova especificação tem previsão de entrada em vigor a partir de agosto de 2020 e o aumento de eficiência implicará em reduções nas emissões tanto de poluentes regulados quanto de gases de efeito estufa.

O aumento do teor de renováveis nos combustíveis, com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, é avaliado em conjunto com o levantamento dos impactos causados na vida útil dos equipamentos e a compatibilidade com a frota circulante, de modo a garantir a segurança e a durabilidade dos veículos, além de evitar a degradação precoce das emissões de poluentes durante o uso.

A manutenção da qualidade do produto, desde a produção nas refinarias até a queima no motor, passando por etapas de transporte, transferências e armazenamento, também é um requisito levado em conta durante o desenvolvimento. Diversos projetos de P&D têm como objetivo garantir e aumentar a estabilidade dos produtos, permitindo maior tempo de armazenamento. Isso implica a redução de descartes de resíduos, bem como a maior confiabilidade das operações dos clientes.

Além disso, trabalhamos em parcerias nacionais e internacionais com petroleiras, montadoras, órgãos de governo e universidades, de modo a participar de ações relacionadas à melhoria da qualidade do ar e dos combustíveis. Entre essas parcerias, podemos destacar o Programa Brasileiro de Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões (PCVE) e a *Oil and Gas Climate Initiative* (OGCI).

Além da nossa participação, o PCVE conta com a participação do Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ANP e Agência Brasileira de Engenharia Automotiva. O Programa tem a finalidade de gerar dados técnicos de emissões veiculares de motores com diferentes tecnologias e diferentes combustíveis, para avaliar os impactos na qualidade do ar.

Já a OGCI conta com a participação de BP, Chevron, CNPC, ENI, Equinor, Exxon Mobil, OXY, PEMEX, REPSOL, Saudi Aranco, Shell e Total, além de nós. Essa iniciativa tem como objetivo a cooperação entre os participantes no sentido de reduzir a pegada de carbono da cadeia de produção de energia, acelerar soluções para uma economia de baixo carbono e viabilizar um modelo de economia circular de carbono (CO₂). Na OGCI, participamos ativamente do grupo denominado "*Transportation Working Stream*", que tem como foco a elaboração de ações específicas para a redução da emissão de CO₂ nos segmentos de transporte, incluindo os segmentos rodoviário, marítimo e aéreo. No grupo, destacam-se ações para o uso de combustíveis líquidos de baixa pegada de carbono e o uso de hidrogênio renovável gasoso, assim como ações para a captura de CO₂ a bordo de veículos e o aumento da eficiência de motores.

Cabe ressaltar que não houve casos de não conformidade - processos judiciais ou administrativos - referentes a impactos de saúde e segurança de produtos e serviços no período de 2019.

Quanto à rotulagem de produtos, a Liquigás rotula os recipientes transportáveis para GLP com etiquetas para atender a determinação do artigo 41 item IV (a) da Portaria ANP 49 de 30/11/2016 e do item 9 da Portaria INMETRO 681 de 21/12/2012. Tais determinações exigem que o rótulo tenha data de envasilhamento, nome do distribuidor que realizou o envasilhamento, do distribuidor que realizará a comercialização, indicação de que o gás é inflamável, cuidados com a instalação, manuseio, procedimentos em caso de vazamento, telefone de assistência técnica e presença do selo de identificação da conformidade na etiqueta como requisito geral de certificação de produto.

As etiquetas que rotulam os recipientes da Liquigás também atendem ao Código de Defesa do Consumidor quanto aos artigos 6º e 31º, que tratam dos direitos básicos do consumidor, da garantia do produto, validade, informações claras sobre o GLP e canal de comunicação do consumidor com a Liquigás.

A Liquigás é certificada pela ABNT no serviço de seleção visual de recipientes transportáveis para GLP, em conformidade com a norma ABNT NBR 8866. Nas auditorias de certificação, um dos requisitos auditados é a conformidade da etiqueta.

Além das determinações em relação ao rótulo, os recipientes devem possuir lacre de inviolabilidade da válvula de fluxo que informe a razão social do distribuidor e estar devidamente certificados com a Marca Nacional de Conformidade - MNC, emitida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

Além de todos os recipientes transportáveis de GLP da Liquigás serem comercializados com etiquetas que contêm informações sobre os riscos e o uso seguro, existem padrões de sinalização nas centrais de GLP (Clientes Granel) e revendedores de recipientes com alertas sobre riscos.

No sítio da Liquigás na internet, são disponibilizadas informações sobre o impacto ambiental do GLP, dicas de segurança, orientações para os consumidores, manual de segurança, Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico (FISPQ) e seção de perguntas frequentes.

A empresa também patrocina a Campanha Chama Segura, uma campanha de educação pública realizada em parceria com o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Fundabom (Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo) que tem por objetivo difundir informações em favor da segurança no uso do botijão doméstico e seus componentes de instalação. Nas comunidades em que ocorrem os eventos, também é realizada, gratuitamente, a troca de kits de instalações de GLP vencidos ou fora das normas vigentes por kits novos.

As Fichas de Informação de Segurança sobre Produto Químico (FISPQs) e as Fichas de Emergência para o Transporte (FEs) informam sobre a presença de substâncias que possam produzir impactos ambientais ou sociais, sobre o uso seguro dos produtos e sobre a disposição adequada do produto e impactos ambientais e sociais nos produtos da Petrobras Distribuidora, nossa subsidiária até julho de 2019. Os produtos que apresentam impactos ambientais e sociais estão listados nas FISPQs e FEs disponíveis em sua página na internet. Adicionalmente, seus serviços de distribuição são executados em conformidade com os requisitos da legislação de SMS e com seus padrões internos, sempre considerando as boas práticas nacionais e internacionais do mercado.

Em 2019, tivemos, pela Liquigás, 54 casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços que resultaram em aplicação de multa ou penalidade. Não tivemos casos que resultaram em advertência ou não conformidade com códigos voluntários sem consequência. Não houve não conformidades relativas à rotulagem de produtos e serviços da BR.

Conformidade Socioeconômica

A socioeconomia está alinhada à nossa Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) no que diz respeito a:

- Prevenir e minimizar impactos socioambientais de projetos, processos e produtos;
- Prevenir, monitorar e controlar os impactos de nossas atividades nas comunidades onde atuamos;
- Buscar o alinhamento às boas práticas de SMS da indústria, em conformidade com a legislação, a regulação, as normas e os padrões;
- Prever e responder com prontidão às situações de emergência;
- Implementar continuamente a melhoria em SMS.

Está alinhada também com a Diretriz 4 de SMS, que dispõe sobre a conformidade com a legislação e a incorporação das melhores práticas de segurança, meio ambiente e saúde para novos empreendimentos, durante todo o seu ciclo de vida e à nossa Política de Responsabilidade Social, que tem como diretriz identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas.

Para implantarmos nossos empreendimentos, passamos por processos de licenciamento ambiental, que incluem a análise dos possíveis impactos na região. Esses impactos são identificados por meio de Estudos de Impactos Ambientais (EIA), nos quais fica possível a leitura da relação entre os aspectos do empreendimento ou atividade e os fatores ambientais. Nessa análise, é feito o levantamento de todos os aspectos das atividades e seus impactos, negativos e positivos, e sugerimos as medidas de atenuação, mitigação, compensação ou potencialização, conforme os estudos de impactos ambientais e a regulamentação vigente. Todo esse processo está alinhado às melhores práticas do setor e está representado no Padrão de Avaliação de Impactos Socioeconômicos, acompanhado pelo indicador ICAA (Índice de Condicionantes Ambientais em Atendimento).

Entre os impactos relacionados à socioeconomia das atividades, destacam-se como positivos a geração de tributos, *royalties* e participações especiais, a geração de empregos e a disponibilização de energia para desenvolvimento social e econômico do país. Entre os negativos, destacam-se aqueles relacionados ao conflito de uso do espaço (marítimo e terrestre), como por exemplo a alteração da atividade pesqueira artesanal e a liberação de áreas necessárias à implantação de instalações, impactos sobre o patrimônio histórico e artístico nacional e relacionados à divulgação dos empreendimentos, destacando-se a geração de expectativas. Desta forma, observa-

se que os grupos sociais mais afetados são a comunidade pesqueira artesanal e a população da área de influência dos empreendimentos.

Todos os nossos canais de comunicação para o público externo podem ser utilizados para manifestações das comunidades. Contudo, cabe destacar que possuímos o Programa de Comunicação Social (PCS), que tem como uma das premissas a indicação de uma Central de Atendimento por meio de canal 0800, além de sítios na internet. Também são apresentados comentários e sugestões em reuniões temáticas dos projetos com as comunidades.

Para todo o processo, destinamos recursos humanos, tecnológicos e financeiros, sob a gestão da Gerência Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo da área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), bem como pelas gerências de SMS de cada unidade de negócio. Para isso, tratamos o tema socioeconomia em duas vertentes: (i) orientação e nivelamento do tema junto às nossas áreas e (ii) no âmbito do licenciamento ambiental, por meio dos processos de cada empreendimento, nos quais são executados estudos ambientais e projetos de gestão ambiental relacionados ao tema.

Destacamos como principais projetos relacionados à socioeconomia: Projeto de Educação Ambiental (PEA), Projeto de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP), Projeto de Comunicação Social (PCS), Projeto de Caracterização Socioeconômica da Pesca (PCSPA), Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos (PAIC), monitoramento e resgate arqueológico, planejamento, acompanhamento e indenizações para liberação de áreas necessárias à implantação de instalações, entre outros.

Para mais informação sobre nosso padrão de reassentamento, consultar “Direitos Humanos”.

JUDICIAIS (EM MIL REAIS)¹

Sanções	Órgão Regulador	Valor
17 processos sancionatórios relacionados à segurança operacional	ANP	31.200
Multa por descumprimento da Lei 9.605/98, por fazer funcionar atividade utilizadora de recursos ambientais (captura, coleta e transporte de material biológico) sem licença ou autorização	IBAMA	1.000
1 multa por fazer funcionar atividade e serviço com uso de recursos potencialmente poluidores, em desacordo com a licença obtida, em Santos	IBAMA	5.165
1 multa pela destinação de animais resgatados em desacordo com licença, em Santos	IBAMA	1.000
1 multa por vazamento de óleo na plataforma p-58, no Espírito Santo	IBAMA	8.192
Descumprimento dos Artigos 32 e 33 da Lei Complementar Estadual nº272/04	IDEMA	1.000
Vazamento/Poluição ambiental no monitoramento	IBAMA	2.505
Vazamento/Descarte contínuo de água de processo ou produção em desacordo com a regulamentação ambiental específica: Resolução CONAMA 393/206. AI 9224812 – E (plataforma PGP-1)	Min. Meio Ambiente	1.553

Sanções	Órgão Regulador	Valor
Vazamento/Efetuar a plataforma CHERNE 2 com suas instalações de apoio o descarte contínuo de água de processo em desacordo com a regulamentação ambiental específica Resolução CONAMA 393/2007	Min. Meio Ambiente	30.918
Vazamento de 25/03/2019 da Plataforma P-53		
Emissão de efluente	IBAMA	25.226
Deixar de atender a condicionante 1,5 estabelecida na licença ambiental 1º Renovação da Licença de Operação nº 792/2008 ao não comunicar imediatamente a ocorrência do incidente de descarga de óleo	IBAMA	5.033
Efetuar descarga de 122m ³ de óleo em desacordo com a legislação e com o autorizado no processo de licenciamento	IBAMA	35.212
Impedir o uso público das praias do Pontal do Atalaia de 03 a 05/04/2019 no município de Arraial do Cabo no interior da Unidade de Conservação Resex	IBAMA	25.226
Sanções à Transpetro	Órgão Regulador	Valor
Vazamento por derivação clandestina (Auto de Infração nº. 400 por ser constatado vazamento na válvula do duto no município de Mangaratiba/ RJ) ²	Prefeitura Municipal de Mangaratiba (Sec. de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca)	75.000
Vazamento de aproximadamente 3,5 mil litros de óleo combustível no mar de São Sebastião (Artigo 54, §2º, incisos IV e V, da Lei 9.605/1998). Processo nº 0000019-21.2014.4.03.6135 ³	1ª Vara Federal de Caraguatatuba	2.000

¹ O valor considerado significativo foi acima de R\$ 1 milhão

² Além do valor de multa relatado, a Transpetro recebeu sanção de prestação de serviços à comunidade.

³ O acidente foi causado por conduta omissiva de empregados do TEBAR (Terminal Aquaviário Almirante Barroso de São Sebastião, São Paulo) que inobservaram procedimentos de segurança da Transpetro, sendo o fato atribuível a comportamento negligente, verificado em comissão de apuração. O recurso sobre essa condenação judicial encontra-se, ainda, pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Além dos processos citados na tabela, temos outros 139 autos de infração de menor valor (usualmente entre R\$ 8 mil a R\$ 30 mil por multa). Adicionalmente, fomos condenados em segunda instância pelo TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região em três ações que apuram os danos ambientais decorrentes do vazamento ocorrido no Oleoduto Santa Catarina-Paraná (OSPAR) em 16 de julho de 2000, no município de Araucária/PR, para as quais foi contingenciado o valor de R\$ 595 milhões. Como o processo está em andamento e permite a interposição de recursos, não houve o pagamento da condenação.

Em relação a disputas não judiciais, não tivemos processos movidos por meio de mecanismos de arbitragem.

CONTENCIOSOS (EM MIL REAIS)

Processo	Descrição	Situação	Valor Provisionado
0000223-32.2000.8.25.0017	Autor: Município de Carmópolis Réu: Petrobras Alegação: danos ao meio ambiente (destruição de balneários, esterilidade das terras, poluição sonora, contaminação do ar, contaminação da água potável, proliferação de doenças e alteração genética na fauna e na flora).	Em outubro de 2016, o órgão ambiental estadual se manifestou atestando o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado conosco em 17/12/02. A ação foi julgada favoravelmente a nós, tendo o Juízo decidido pela improcedência dos pedidos. Atualmente, o processo encontra-se em fase de recurso especial relativo aos honorários sucumbenciais e custas a serem pagas pelo autor da ação.	-
0000648-35.2010.8.16.0025	Autor: Município de Araucária Réu: Petrobras e Instituto Ambiental do Paraná (IAP) Alegação: danos causados ao município pelas obras de modernização da Refinaria do Paraná (REPAR).	Sentença ainda não proferida. A municipalidade e o IAP firmaram acordo extrajudicial, em 30/09/2015, estipulando a transferência de R\$ 10 milhões do valor depositado pelo IAP nos autos do processo, acrescidos de juros legais e correção monetária, em favor da municipalidade. O Acordo visa a solução definitiva da ação sem ônus para nós. Aguarda-se a sentença de homologação pelo juízo da ação para garantia de eficácia do Acordo.	-
0810137-59.2017.8.10.0001	Autor: Associação de Desenvolvimento Socioambiental da Bacia do Mearim – Guapé Réu: Petrobras e Petrobras Distribuidora Alegação: danos ambientais e sociais decorrentes das obras de implantação da Refinaria Premium I, no Município de Bacabeira.	Em 23/03/2018, o Ministério Público (MP) apresentou manifestação concordando com a existência da conexão entre esta ACP e a ACP n.º 0809188-69.2016.8.10.0001 (Petrobras X Estado do Maranhão), pendendo decisão judicial a respeito. Foi proferida decisão determinando a conexão dos processos. Na última audiência de conciliação, realizada em dezembro de 2019, as partes concordaram com a suspensão dos processos a fim de estabelecerem diretrizes para celebração de acordo, com a intermediação do MP.	-
9919-12.2018.8.19.0023 9869-83.2018.8.19.0023 9859-39.2018.8.19.0023 9897-51.2018.8.19.0023 9884-52.2018.8.19.0023	Autor: Diversos Réu: Petrobras, Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Estado do Rio de Janeiro (SEA) Alegação: questionamento do licenciamento ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) por irregularidade na condução, bem como falha de fiscalização do INEA e da SEA.	As ações foram suspensas antes da citação das rés, a fim de buscar uma solução por meio de acordo, destacando-se a celebração de TAC em agosto de 2019 para encerrar a principal ação civil pública, bem como a celebração do outro TAC, em fevereiro de 2020, para encerrar as outras ações.	-
Diversas ações e/ou processos administrativos decorrentes de multas, bem como Ação Civil Pública	Autor: Diversos Réu: Petrobras Objeto: divergência quanto à interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA e alegação de dano ambiental por afundamento acidental da Plataforma P-36.	Quanto às multas, algumas aguardam julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa e outras já estão sendo discutidas judicialmente. No que toca à ação civil pública da P-36, recorremos da sentença desfavorável e o valor da condenação foi reduzido à metade pelo Tribunal Regional Federal, sendo cabíveis os recursos pertinentes.	119.278
5071436-43.2014.4.04.7000 5081785-08.2014.4.04.7000 5082462-38.2014.4.04.7000	Autores: Ministério Público Federal (MPF) Ministério Público do Estado do Paraná, Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (AMAR) e IBAMA Réu: Petrobras Alegação: área atingida por vazamento de óleo ocorrido em 16/07/2000 no oleoduto OSPAR, no município de Araucária/PR.	Em 25/06/2013, foi proferida sentença condenatória em 1ª instância abrangendo as três ações, conjuntamente. Os recursos de apelação interpostos pelas partes foram julgados parcialmente procedentes pelo TRF da 4a. Região na sessão de julgamento de 11/09/2019, mas ainda dependem de decisão a ser proferida nos Embargos de Declaração interpostos pelas partes no processo, que solicitam que o Tribunal esclareça pontos específicos do acórdão proferido.	614.609

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA OU COMPROMISSO AMBIENTAL

Em 23/07/2019, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) preventivo com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro em razão do vazamento de óleo ocorrido em 25/03/2019, na P-53, com toque de costa, em praias dos municípios de Arraial do Cabo, Búzios e Cabo Frio. Assim, de forma inovadora e preventiva (não existe litígio sobre o tema), foi firmado TAC que prevê o pagamento de indenização total de aproximadamente R\$ 9,2 MM a cerca 2 mil pescadores, maricultores e marisqueiras, sendo que 1.400 já foram indenizados ainda em 2019.

Em 09/08/2019, foi celebrado o primeiro TAC do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), o Estado do Rio de Janeiro (RJ) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Com prazo até 30/12/2021 e prorrogável por igual período, o TAC tem como objeto o encerramento da Ação Civil Pública (ACP) movida pelo MPRJ, no valor de R\$ 4 bilhões, na qual se questionava o licenciamento ambiental do Comperj e os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes de suas obras e paralisação. Já em 18/02/2020, celebramos o segundo TAC do Comperj com o MPRJ e a SEAS/INEA dando fim às ações civis públicas remanescentes relativas ao Emissário, Dutos e Terminais, UPGN e Linhas de Transmissão – LT 345 kV. As ações civis movidas pelo MPRJ, no valor de R\$ 3,5 bilhões, questionavam os licenciamentos ambientais dos referidos empreendimentos.

Em 31/10/2019, foi celebrado TAC com o Estado de Minas Gerais de modo a regularizar a operação da UTE-JF, que no entendimento do órgão ambiental operava sem licença, em razão do requerimento de renovação ter sido feito fora do prazo previsto na norma. O TAC prevê a execução das condicionantes e programas de automonitoramento. A licença ambiental foi emitida e o TAC considerado adimplido.

No âmbito da Transpetro, foram celebrados três termos: TAC com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para remediação de áreas impactadas no Terminal de Paranaguá (LO 93085048); TAC com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro para redução da multa imposta em decorrência do acidente com o navio N/T Gothenburg (redução de R\$ 50 milhões para R\$ 36 milhões); e Termo de Compromisso Ambiental (TCA) com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a regularização do licenciamento ambiental da malha dutoviária do Estado de São Paulo.

102-16; 102-25; 102-33; 205; 415; 415-1

Controles Internos

Visando garantir um ambiente íntegro para os nossos negócios, possuímos diversas iniciativas para avaliação e monitoramento contínuo do sistema de controles internos para prevenção, detecção e correção de incidentes como fraude, corrupção e lavagem de dinheiro na gestão dos controles internos e na análise de integridade de gestores e de contrapartes. Adicionalmente somos responsáveis por acompanhar a implantação dos planos de ação, desenvolvidos para tratamento de falhas ou mitigação de riscos.

Prevenção de Conflito de Interesses

Além de atendermos ao artigo 115 §1º da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), dispomos de instrumentos, continuamente aprimorados, que tratam da identificação e da administração de potenciais conflitos de interesses relativos a nossos administradores.

INSTRUMENTOS PARA PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Instrumento	Mecanismo para prevenção de conflito de interesses
Estatuto Social	Impede que cargos de administração apresentem conflito de interesses com a União ou conosco; conflito de interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do Conselho Fiscal; e composição e regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração
Diretrizes de Governança Corporativa	Definem que o CA tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesses entre acionistas e membros da Alta Administração
Regimento Interno do Conselho de Administração	Definem que o CA tem como princípio monitorar e gerenciar potenciais conflitos de interesses entre acionistas e membros da Alta Administração
Código de Ética	Determina que colaboradores não devem se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os nossos interesses corporativos e devem comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses
Guia de Conduta	Considera conflito de interesses qualquer situação gerada pelo confronto entre os interesses corporativos e os interesses particulares dos empregados e daqueles abrangidos pelo guia que possa vir a comprometer os nossos interesses corporativos ou influenciar de maneira imprópria o desempenho das atividades dos nossos empregados
<i>Background Check</i> de Integridade	Análises consideram as informações acerca da participação do candidato indicado a posições-chave, incluindo sua participação em outras empresas e a relação destas empresas conosco
Comissão de Ética	Instância consultiva para questões sobre conflito de interesses e agir ético. Também atua com foco na prevenção, por meio de ações de disseminação de conhecimentos, de elaboração e de proposição de normativos internos

Instrumento	Mecanismo para prevenção de conflito de interesses
Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)	Orienta que o conflito de interesses é prejudicial aos negócios e ao ambiente de controles internos, pois pode influenciar de maneira imprópria a conduta dos empregados e reforça a existência de instrumentos de comunicação disponíveis aos empregados para a realização de consultas sobre potenciais situações de conflito de interesses e solicitação de autorização para exercer atividades que, em função de sua natureza, possam ser conflitantes com os nossos interesses
Código de Boas Práticas	Versa que é necessário que tanto os nossos administradores quanto os nossos empregados pautem sua conduta de acordo com os mais altos padrões éticos, evitando qualquer conflito de interesses ou impropriedade na negociação com valores mobiliários de emissão nossa
Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal	Estabelece os requisitos mínimos e diretrizes para a indicação de membros da alta administração e do Conselho Fiscal
Política de Transações com Partes Relacionadas	Estabelece os princípios que orientam a nós e a nossa força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que exista potencial conflito de interesses nestas operações

Caso seja identificado potencial conflito de interesses, o nosso administrador ou integrante da força de trabalho deverá declarar-se impedido e abster-se de participar da negociação, da estruturação e do rito decisório relativo à operação, com o objetivo de garantir o nosso exclusivo interesse. A nossa Comissão de Ética atua como instância consultiva nesse tema e deve ser acionada em caso de dúvidas sobre o agir ético.

Na hipótese de algum membro do Conselho de Administração (CA) ou da Diretoria Executiva (DE) ter potencial ganho privado decorrente de alguma decisão e não manifestar seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha ciência do fato deverá fazê-lo. Neste caso, a ausência de manifestação voluntária do administrador poderá ser considerada uma violação aos seus deveres fiduciários, passível de medida corretiva pelo CA. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião pertinente.

Durante as análises do *Background Check* de Integridade, são consideradas as informações sobre a participação e atuação dos candidatos indicados a atuarem em posições-chave, em outras empresas e a relação destas empresas conosco, a fim de identificar potencial conflito de interesses. Tais informações compõem o Relatório Final e são endereçadas apenas ao gestor responsável pela designação, não existindo plena divulgação.

A Ouvidoria-Geral é a área responsável pelo recebimento de consultas relacionadas a conflito de interesses dos empregados que não são nossos administradores. Potenciais conflitos de interesses de empregados devem ser consultados por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses (SeCI), sistema

Para mais
informação
sobre matérias
críticas
comunicadas à
Alta
Administração,
consultar
“Estrutura de
Governança”.

desenvolvido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), em atendimento à Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses).

Subsidiando o papel de supervisão da Alta Administração, a Ouvidoria-Geral apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário informações detalhadas sobre as denúncias de fraude e corrupção consideradas mais críticas, classificadas como de alto e de muito alto risco em nossa matriz. Além disso, apresenta semestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e anualmente à DE e ao CA informações quantitativas e qualitativas das denúncias recebidas, bem como de outras manifestações, incluindo a solicitação de informações e reclamações, fornecendo subsídios para o aprimoramento da gestão.

Controle da União

Somos controlados pela União Federal, a qual detém (de acordo com as informações disponíveis em 31 de março de 2020) diretamente, 50,26% de nossas ações ordinárias e 28,67% do nosso capital social total. A União Federal detém, ainda, participação indireta de 0,24% das nossas ações ordinárias; 18,48% das nossas ações preferenciais; e 8,08% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e Fundo de Participação Social (FPS). Adicionalmente, informamos que não possuímos acordo de acionistas. Para mais informações sobre os nossos acionistas controladores, consultar o item 15.4 do Formulário de Referência, disponível em nosso sítio de Relações com Investidores na internet.

Políticas Públicas e Advocacy

Conforme previsto no artigo 238 da Lei 6.404/1976, podemos ter nossas atividades orientadas com a finalidade de atender ao interesse público que justificou a nossa criação, ou seja, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no artigo 1º, inciso V, da Lei nº 9.478/1997, de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional. A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o nosso objeto social e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco a nossa rentabilidade e a nossa sustentabilidade financeira.

Nosso Estatuto Social indica, de forma clara, o relevante interesse coletivo que justificou nossa criação e formaliza os requisitos para que seu atendimento se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Neste caso, caberá à União a compensação, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Em atendimento às exigências de divulgação de dados sobre as atividades que estão relacionadas à consecução dos fins de interesse público em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, resumimos a seguir os compromissos vigentes no ano de 2019:

COMPROMISSOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

PPT – Programa Prioritário de Termelétricidade

O Programa, instituído pelo Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, visou à implantação de usinas termelétricas. Estas usinas, integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade, fazem jus ao suprimento de gás natural por um prazo de até 20 anos, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana. O suprimento de gás para as usinas no âmbito deste programa, em 2019, gerou receitas de aproximadamente R\$ 1.235 milhão e custos de R\$ 2.341 milhões, resultado este custeado pelo nosso orçamento. Em 31 de dezembro de 2019, possuíamos contratos nessa modalidade com duas usinas e, com uma terceira usina, o fornecimento de gás natural ocorre por força de mandado judicial.

CONPET – Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural

O Programa, instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991, visa promover o desenvolvimento de uma cultura de antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Participamos também do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos que utilizam gás, além de outras tratativas para elaboração de convênios com entidades para fins de monitoramento e orientação quanto a emissões veiculares. Em 2019, os custos associados ao CONPET, custeados pelo nosso orçamento, foram considerados imateriais.

Para mais informação sobre projetos que apoiamos, consultar “Investimento Socioambiental”.

Para mais informação sobre nossas participações em associações, consultar “Iniciativas e Associações Voluntárias”.

As informações sobre interesse público também estão disponíveis em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, desenvolvida em atenção à Lei 13.303/2016 e ao Decreto 8.945/2016. Destinada ao público em geral, a Carta reúne, de forma sintética, as principais informações contidas em nosso Formulário de Referência relativas a políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da nossa administração. O Formulário de Referência e a Carta Anual estão publicados em nosso sítio de Relações com Investidores na internet.

Nosso *advocacy* ocorre por meio de associações setoriais nacionais e internacionais relacionadas à cadeia da indústria de óleo e gás; somos signatários de iniciativas relacionadas ao setor e aos compromissos nacionais e internacionais que assumimos relacionados a questões sociais, ambientais e de governança; e apoiamos projetos de organizações da sociedade civil que visam o debate e a produção de conteúdo em temáticas relevantes para nós e de interesse para a sociedade.

Como parte de nosso compromisso de fomentar uma cultura de integridade e promover o comportamento ético em nossos negócios, temos um papel ativo na indústria em que atuamos, participando e incentivando ações coletivas no Brasil e no exterior, tais como:

PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS

Pacto Global das Nações Unidas	Estamos ativamente envolvidos nos esforços para promover a conformidade em conexão com o Pacto Global das Nações Unidas. Integramos o Grupo de Trabalho Anticorrupção da Rede Brasil para o Décimo Princípio do Pacto Global.
Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)	Em 2017, iniciamos a coordenação do Comitê de <i>Compliance</i> do IBP, cuja missão é estabelecer um fórum de discussão das políticas de <i>compliance</i> e integridade corporativa praticadas pelos membros do setor de petróleo, gás e biocombustíveis e coordenar esforços para combater a corrupção e disseminar conhecimento e tecnologia no campo da governança corporativa. Como resultado, assinamos, junto com outras 13 empresas, o Pacto Empresarial Brasileiro pela Integridade e Contra a Corrupção.
Acordo da UNESCO para Projetos Sociais	Assinamos um acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para implementar um projeto social de tutoria de líderes e gestores de organizações da sociedade civil apoiadas pelo Programa Petrobras Socioambiental. Para alcançar esses objetivos, o projeto promove o debate sobre <i>compliance</i> com seus participantes, abordando a prevenção, a detecção e a correção de qualquer má conduta ética, incluindo fraude e corrupção. O projeto também fortalece as organizações da sociedade civil que trabalham em ambientes vulneráveis, ajudando as organizações a promover uma cultura de responsabilidade e <i>compliance</i> em todas as suas esferas de influência.
Instituto Ethos	Somos signatários do Pacto Empresarial pela Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção do Instituto Ethos, no qual as empresas se organizam voluntariamente em prol da ética empresarial. O instituto também desenvolveu métricas para avaliar as práticas empresariais e fortalecer o próprio Pacto. As empresas signatárias do Pacto precisam completar a ferramenta "Guia Temático" para avaliar e melhorar seus programas de integridade.
Fórum de <i>Compliance</i> das Empresas Públicas	O Fórum de <i>Compliance</i> das Empresas Públicas foi concebido em 2018 para construir um canal de comunicação e troca de experiências na implementação de programas de <i>compliance</i> entre as empresas estatais localizadas no Rio de Janeiro. A iniciativa tem promovido o acompanhamento do Programa de <i>Compliance</i> das empresas participantes e a troca de experiências, contribuindo para a evolução do ambiente de <i>compliance</i> das empresas estatais no Brasil.
Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais	Criado em 2007, o Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais é um ambiente dedicado ao aprimoramento e disseminação de conhecimentos relacionados à ética. Atualmente constituído por 23 empresas estatais, o Fórum é um importante interlocutor das propostas de seus participantes junto à Comissão de Ética Pública da Presidência da República e órgãos governamentais, visando à consideração de suas características nos normativos e orientações emitidos.

Por fim, cabe salientar que, de acordo com nosso Código de Ética e com o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), estamos comprometidos em recusar apoio e contribuições para partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos.

Realizamos nossa gestão de participação em atividades desenvolvidas pelo poder público por meio da Diretoria de Relacionamento Institucional. Sua principal atribuição visa ao relacionamento com nossos públicos de interesse, reforçando as atividades de comunicação empresarial e gerenciamento de marcas, ações de projetos sociais e ambientais e relacionamento externo junto ao poder público em defesa dos interesses de nossos temas-chave.

Nosso relacionamento com o poder público é regulado pelo nosso Código de Ética e pelo nosso Guia de Conduta, além de outros normativos internos como o de

Relacionamento Institucional e o de Interações com Agentes Políticos.

Buscamos estabelecer relacionamento com o poder público atendendo aos compromissos preconizados nos documentos citados, dentre os quais destacamos:

- Exercer influência social, em todos os meios, como parte do exercício de nossa responsabilidade econômica, ambiental, social, política e cultural para com o Brasil e demais países em que atuamos; e
- Contribuir com o poder público na elaboração e execução de políticas públicas gerais e de programas e projetos específicos comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Cabe ressaltar que as discussões mantidas com o poder público buscam defender os nossos interesses legítimos e a consecução dos objetivos estabelecidos em nosso Plano de Negócios, sempre orientadas pelo Código de Ética e pelo Guia de Conduta, buscando evitar inconsistências ao estabelecer relacionamento com tal público, não havendo registros quanto a reclamações a respeito de nossa participação em políticas públicas.

103-1; 103-2; 103-3; 205; 205-1; 205-2; 205-3; 409; 409-1

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

Nosso programa de integridade, denominado Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), é movido por ações contínuas de prevenção, detecção e correção de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. O programa se destina aos nossos diversos públicos de interesse, tais como Alta Administração, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

Todos os nossos negócios e as nossas relações com as contrapartes devem ser pautados nos mais altos valores de ética, integridade e transparência, em estrita observância às normas e leis nacionais e internacionais aplicáveis, com tolerância zero a qualquer tipo de desvio de conduta.

Desenvolvemos mecanismos de integridade voltados a nossos públicos de interesse, incluindo fornecedores, incentivando-os a implementar programas de integridade e a aperfeiçoar continuamente seus processos, de forma a garantir o cumprimento das leis, normas e procedimentos aplicáveis às suas atividades. Tais mecanismos tratam de temas como: conflito de interesses; nepotismo; lavagem de dinheiro; financiamento do terrorismo; atos ilícitos, como fraude e corrupção; recebimento ou oferecimento de presentes, brindes, hospitalidades e contrapartidas de patrocínios; transparência nas ações e recursos a projetos patrocinados; favorecimento, suborno ou pagamento de facilitação; pagamento de verbas a governos estrangeiros; leis anticorrupção; embargos e sanções internacionais; investigações internas; controles internos; práticas contábeis e registros de ativos e passivos; segurança da informação; medidas disciplinares; sobrepreço e subpreço; e relacionamento com o poder público.



Nossos principais mecanismos de integridade consistem em:

- Gerenciamento de riscos relacionados a fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;
- Regime disciplinar;
- Processo Administrativo de Responsabilização (PAR);
- Apurações internas;
- Monitoramentos (e-mails, contratos, processos de licitação, listas de sanções, participação em treinamentos de conformidade, entre outros);
- Consultas às listas restritivas - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); Empresas impedidas de transacionar conosco; e listas de sanções internacionais vigentes;
- Gerenciamento do relacionamento institucional e interações com agentes políticos;
- Gerenciamento de patrocínios e convênios;
- Guia de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes, Hospitalidades e Contrapartidas de Patrocínio;
- Treinamentos sobre temas de ética e integridade;
- *Due Diligence* de Integridade (DDI) de Contrapartes;
- *Background Check* de Integridade (BCI) de Empregados;
- Canal de Denúncia;
- Pesquisa de Percepção sobre as Ações de Conformidade;
- Momento Integridade nas reuniões de trabalho e nos eventos institucionais; e
- Cláusula de conformidade em minutas contratuais padrão.

Cultura de Integridade

A divulgação das políticas, normas e procedimentos dos preceitos de conduta e integridade é realizada para todas as nossas áreas e intermitentemente reforçada junto aos nossos empregados por meio de campanhas internas nos diversos canais (intranet, correio eletrônico, entre outros), alcançando toda a força de trabalho. Tais ações são conjugadas com ações de disseminação e capacitação, havendo treinamento anual sobre temas de integridade para todos.

O combate à corrupção consiste em uma temática transversal presente em nosso Código de Ética e em nosso Guia de Conduta, assim como em outros documentos corporativos que refletem nossa cultura de integridade. Em 2019, 97% dos empregados assinaram termo de ciência ao Código de Ética e ao Guia de Conduta, refletindo os percentuais de gênero, categoria funcional e região de nosso efetivo. Nossa Alta Administração é anualmente confrontada com conteúdos de integridade, incluindo temas anticorrupção em cursos como o Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais, o Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais e o Programa de Capacitação em Governança Corporativa e Societária, este também voltado para técnicos. Empregados envolvidos na atividade de conformidade, gestores e empregados envolvidos em atividades de contratação também recebem periodicamente conteúdos que abarcam a temática anticorrupção, conforme tabela abaixo.

CAPACITAÇÕES EM CONFORMIDADE (CONTROLADORA)

Mecanismo	Números de 2019	Gênero	Categorial funcional	Região
Curso de Aperfeiçoamento em Temas Relacionados a Compliance	97 empregados	42 Feminino 55 Masculino	93 nível superior 4 nível médio	Rio de Janeiro
Treinamento presencial de compliance para gestores	150 gestores	32 Feminino 118 Masculino	109 nível superior 40 nível médio 1 não informado	11 Nordeste 1 Norte 136 Sudeste 1 Centro-Oeste 1 Sul
Treinamento presencial de compliance na atividade de contratação	188 empregados	75 Feminino 113 Masculino	108 nível superior 75 nível médio 5 não informado	12 Nordeste 1 Norte 165 Sudeste 2 Centro-Oeste 3 Sul 5 não informado

Para mais
informação
sobre ações de
disseminação e
capacitação em
ética e
integridade,
consultar
"Treinamento".

Também foi instituído, na abertura das reuniões da Diretoria Executiva (DE), Conselho de Administração (CA) e eventos institucionais, o Momento de Integridade, no qual são discutidos pontos relacionados à temática.

Em dezembro de 2019, promovemos a Semana Petrobras em *Compliance*, em referência ao Dia Internacional de Combate à Corrupção. A abertura do evento contou com a participação dos membros da Alta Administração, quando foram destacadas as ações de *compliance* implementadas e em curso, bem como os nossos avanços e desafios com o objetivo de sermos reconhecidos como uma referência em ética e integridade. Durante uma semana, o evento promoveu a troca de experiências e diálogos entre os nossos representantes e os convidados, entre eles autoridades e profissionais especialistas em *compliance*. Temas como cultura de integridade, gerenciamento de riscos, avaliação de programas de integridade e novas tecnologias foram abordados sob o ponto de vista dos diversos palestrantes presentes.

Os painéis discutiram o "Futuro do *Compliance*", as "Medidas Implementadas para Promoção da Ética e Integridade", os "Principais desafios do Profissional de *Compliance*", as "Melhores Práticas de *Compliance* nas Estatais" e o "Papel das Ações Coletivas e da Sociedade na Promoção de um Ambiente de Negócios Íntegro e Transparente".

Obtivemos, nos últimos anos, diversos reconhecimentos sobre o nosso ambiente de governança, *compliance* e transparência, dentre os quais podemos citar:

- Adesão ao Segmento Especial de Listagem Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (Nível 2);
- Nota máxima nos 4 últimos ciclos do Indicador de Governança (IG-SEST);
- Acordo com o Departamento de Justiça Americano, que nos reconhece como vítima dos atos deflagrados na Operação Lava-Jato e não estabelece a presença de monitores em nossas instalações em virtude do nosso programa de integridade, das melhorias implementadas e toda a colaboração com as autoridades; e
- Prêmio de Transparência das Demonstrações Financeiras da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

Gestão de Riscos de *Compliance*

Nosso gerenciamento de riscos direciona nossas ações de *compliance* e fortalece os nossos controles internos e a nossa governança. A nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais define, em um de seus princípios, que tal gestão se insere em nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atuamos. Definimos os

riscos de *compliance* como aqueles relacionados ao cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis a nossos negócios, assim como às normas e procedimentos internos, incluindo os relativos à fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e à confiabilidade dos relatórios financeiros.

Anualmente, elaboramos e revisamos uma matriz de riscos de *compliance*, que mapeia nossos processos de negócio mais expostos a esses riscos. Em 2019, 1.049 processos (100%) foram reavaliados com base em fatores de risco relacionados à fraude e corrupção.

Durante o ano, os processos de maior severidade em relação aos riscos de fraude e corrupção são acompanhados em reuniões periódicas realizadas junto ao nosso Comitê de Auditoria Estatutário, composto por membros de nosso CA. Além disso, em nosso relacionamento com instituições financeiras, temos a obrigação legal de fornecer informações para mitigar riscos de fraude e corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo, incluindo atividades econômicas com maior potencial de gerar danos ao meio ambiente ou impactos socioambientais.

Monitoramos continuamente nossos processos de negócios, especialmente em áreas de alto risco, para identificar indícios de fraude e corrupção. Os esforços de monitoramento e controle são baseados na nossa avaliação de risco de conformidade. Sempre que identificamos um caso de não conformidade, realizamos uma análise de causa raiz para aprimorar o processo e os controles de negócio ou alertar os responsáveis sobre a falha de execução. Se houver algum indicativo de fraude, medidas adicionais são tomadas. Adicionalmente, revisamos continuamente os resultados de nossos relatórios e monitoramentos de auditoria para criar novos tipos de monitoramento e implementar as mudanças necessárias em processos, controles, sistemas de Tecnologia da Informação (TI) e treinamentos, entre outros.

Os riscos significativos de fraude e corrupção identificados estão relacionados a comercialização de produtos e suprimento de bens e serviços; sobrepreço ou superfaturamento; favorecimento ou direcionamento; fraude em tecnologia da informação; conflito de interesses; suborno e pagamento de facilitação; descumprimento de regras de governança no processo decisório; e nepotismo.

Nossa Alta Administração dispõe de ferramentas para mitigação de riscos como os de fraude, corrupção e desvios de ética em geral, dentre as quais destacamos os trabalhos operacionais da Auditoria Interna e também os do escopo da Lei Sarbanes Oxley (SOx), que são realizados de forma integrada com a Gerência Executiva de Conformidade por meio da execução de testes de controles. A Auditoria Interna disponibiliza aos diretores, gerentes executivos e gerentes de unidades os relatórios de auditorias operacionais, além de, trimestralmente, apresentar seus resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário, à DE e ao CA para que os executivos acompanhem a

implementação, pelas áreas, das melhorias propostas. Os relatos referentes aos trabalhos de SOx são realizados mensalmente.

Os riscos relacionados ao tema fraude e corrupção são abordados no escopo da SOx, mais precisamente nos processos de Gerir Ouvidoria, Assegurar Conformidade Empresarial e *Entity Level*. Para a nossa certificação referente ao exercício de 2019, foram realizados testes em 11 controles internos diretamente ligados a esse assunto, compreendidos em cinco trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

Com base em metodologia aprovada pela Alta Administração, são testadas pela Auditoria Interna atividades de controle manuais e automatizadas. Nesse contexto, é avaliado, por exemplo, se o desenho dos processos para a preparação dos relatórios financeiros é satisfatório e se estão minimizados os respectivos riscos de fraude. São consideradas, ainda, questões como segregação de funções, limites de alçada e registro e guarda de ativos. Os profissionais da Auditoria Interna envolvidos na avaliação dos controles realizam treinamentos periódicos para manter as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais, além de possuírem conhecimentos suficientes sobre os principais riscos de fraude e corrupção para a execução das atividades a eles designadas.

Para mitigar desvios no uso dos recursos relativos aos projetos que patrocinamos, realizamos seleção de projetos em múltiplas fases. As propostas de apoio aos projetos socioambientais e de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia são recebidas via seleção pública ou escolha direta.

A seleção pública corresponde a processo público de seleção de projetos para patrocínio, com regulamento e processos próprios, divulgação nacional e comissões de seleção responsáveis pela eleição das propostas. Na escolha direta, projetos são convidados ou oportunidades são encaminhadas diretamente a nós e sua contratação exige o atendimento aos mesmos critérios especificados em seleção pública, condicionando a contratação ao nosso exclusivo interesse. As propostas passam por análise prévia e, caso adequadas, integram a proposta de Carteira de Projetos a ser encaminhada para o Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional (CTE-RINST) para aprovação do conjunto das propostas.

Após a aprovação da carteira, os projetos de patrocínio são encaminhados à Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) para que seja atestada a conformidade quanto aos aspectos técnicos de comunicação. Além disso, também é realizada a análise *Due Diligence* de Integridade (DDI) das contrapartes para conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes ao nosso relacionamento com os titulares de oportunidades de patrocínio ou convênio. O

resultado da DDI é expresso pelo Grau de Risco de Integridade (GRI) e é considerado pelos gestores em nosso processo decisório.

Medidas Disciplinares

Em 2019, aplicamos 351 medidas disciplinares a empregados de diferentes níveis hierárquicos, sendo 26 rescisões de contrato, 120 suspensões e 205 advertências por escrito. Os casos referem-se a desvios de conduta como descumprimento ou inobservância de normativos internos, descumprimento ou inobservância de procedimentos operacionais/SMS, desídia no desempenho das funções, entre outros, e não necessariamente por corrupção.

Nos procedimentos internos conduzidos pela empresa, não tivemos novos casos de corrupção envolvendo empregados em 2019. Tivemos, ainda, no âmbito dos Processos Administrativos de Responsabilização (PAR), seis investigações cujos resultados, no entanto, não responsabilizaram por atos de corrupção as pessoas jurídicas objeto desses processos.

Saliente-se que estão em curso, no âmbito dos órgãos externos competentes, investigações pré-processuais de fatos ocorridos em 2019. Por outro lado, na esfera judicial, tivemos a comprovação formal de quatro casos transitados em julgado, referentes a denúncias oferecidas entre 2014 e 2018, considerando o artigo 317 do Código Penal. Na seara penal, além dos casos reportados no item Operação Lava Jato, citado mais à frente, nosso Jurídico acompanha três processos judiciais decorrentes da empresa holandesa SBM *Offshore* e outras 10 ações penais envolvendo crime de corrupção. Contudo, não se pode falar tecnicamente em casos confirmados, uma vez que não houve trânsito em julgado das referidas ações.

PPPC

Programa
Petrobras de
Prevenção à
Corrupção

É uma de
nossas
iniciativas para
promoção da
integridade em
nossos
negócios

MECANISMOS DE INTEGRIDADE NA CADEIA DE VALOR

Realizamos *Due Diligence* de Integridade (DDI) de contrapartes visando conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes ao nosso relacionamento com fornecedores de bens e serviços; clientes na comercialização de derivados e de petróleo; instituições em projetos de patrocínios e convênios relacionados às funções de Comunicação e Responsabilidade Social; e empresas interessadas em processos de desinvestimento de ativos e/ou em participações societárias, parcerias estratégicas e operacionais. O resultado da DDI é expresso pelo Grau de Risco de Integridade (GRI) nas categorias alto, médio e baixo, sendo considerado pelos gestores em nosso processo decisório.

Realizamos pesquisas a bancos de dados especializados e fontes abertas. A pesquisa a fontes abertas visa a corroborar ou complementar as informações coletadas por meio da aplicação do Questionário de DDI. As fontes consultadas nesta fase do procedimento incluem: páginas de buscas na internet, bancos de dados especializados, sítio da contraparte na internet, Portal da Transparência, Ministério do Trabalho, Listas de Sanções e Impedimentos, lista de empresas consideradas com GRI alto por denúncia de envolvimento na Operação Lava Jato, lista de empresas do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS/CGU), empresas penalizadas pela Comissão para Análise e Aplicação de Sanções (CAASE/Petrobras) e pelo Processo Administrativo de Responsabilização (PAR/Petrobras), assim como informações a respeito de Apurações Especiais em andamento ou concluídas. Em 2019, foram avaliadas 4.226 contrapartes.

Outro mecanismo de integridade que utilizamos é o *Background Check* de Integridade (BCI). Esse procedimento visa auxiliar os gestores na tomada de decisão por meio de um processo de análise de integridade de candidatos a posições-chave. Em 2019, conduzimos 2.748 avaliações de integridade.

Operação Lava Jato

Conforme reportado desde 2014 em nossos relatórios anuais, a Operação Lava Jato (OLJ), investigação conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, focou, desde o início de suas investigações, irregularidades envolvendo fornecedores de bens e serviços e revelou pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo alguns de nossos ex-executivos, que foram presos e/ou denunciados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Em todas as ações penais e de improbidade administrativa nas quais nossos ex-empregados são réus por atos relacionados à corrupção, fomos reconhecidos pelo Poder Judiciário como vítima das irregularidades apuradas e, por essa razão, atuamos como assistente de acusação ou uma das partes que propõem a ação (litisconsorte ativo), conforme o caso.

À medida que as investigações resultem em acordos de leniência com as empresas investigadas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, podemos ter direito a receber uma parte deles. Deste modo, já retornaram para o nosso caixa, ao longo dos anos da OLJ, a título de ressarcimento de danos previstos em acordos de leniência, acordos de colaboração e repatriações, a quantia aproximada de R\$ 4,1 bilhões até o final de 2019. Apenas em 2019, foram devolvidos para nós mais de R\$ 871 milhões.

Além de reconhecer a nossa qualidade de vítima, o Poder Judiciário vem condenando, na seara penal, os acusados em dano mínimo (que vem a ser o menor valor para indenização dos danos decorrentes dos crimes), cujo valor será revertido em nosso favor. Tais valores serão cobrados dos réus (pessoas físicas) na Justiça Cível— mas somente após o trânsito em julgado da respectiva ação penal. Ao final de 2019, estes valores totalizam cerca de R\$ 1,1 bilhão, além de um valor em dólares de mais US\$ 88,8 milhões (já que em alguns casos o valor da condenação é apresentado em dólares americanos).

Acompanhamos e colaboramos com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal (MPF), Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), bem como cooperamos com as investigações promovidas por órgãos internacionais, como o *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos (SEC) e do *U.S. Department of Justice* (DoJ). Auxiliamos os agentes competentes para a elucidação dos fatos e informamos regularmente os nossos públicos de interesse por meio dos canais de relacionamento.

Ao longo dos anos, foram criados grupos internos para apurar possíveis irregularidades em contratos com prestadores de serviços envolvidos em refinarias, projetos de modernização de terminais e construções de gasodutos, entre outros. Apresentamos às autoridades brasileiras os resultados das averiguações de não conformidades feitas por meio das apurações internas.

Temos tomado as medidas necessárias para recuperar os danos sofridos em função desses atos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa. Para isso, ingressamos em diversas ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, incluindo pedido de indenização por danos morais. Para cada ação de improbidade, foi distribuída ação cautelar para o bloqueio de bens dos réus para

garantir o nosso futuro ressarcimento, o que foi deferido pelos respectivos Juízos.

Ao final de 2019, atingimos a marca de 78 ações penais no âmbito da OLJ, sendo que estamos habilitados como assistentes de acusação em 61 casos e como parte interessada em outros cinco casos. Em 10 casos, estamos aguardando o deferimento de nosso pedido de habilitação como assistente e, em dois casos recentes, estamos ainda avaliando qual será a nossa participação. Esclarecemos, por oportuno, que o que norteia nossa participação como assistentes de acusação é o fato de existir forte evidência na denúncia elaborada pelo Ministério Público de que houve dinheiro desviado dos nossos cofres, sendo que nossa atuação, ao lado daquele órgão de persecução penal, visa à comprovação dos ilícitos para que, ao final, seja proferida uma decisão condenando os réus – pessoas físicas – a devolver valores para nosso caixa (o chamado “dano mínimo”).

QUADRO DE HABILITAÇÕES EM AÇÕES PENAIS NO ÂMBITO DA OLJ

Habilitação da Petrobras	Número de casos habilitados ou aguardando habilitação/análise
Interessada	05
Assistente	61
Solicitada habilitação como assistente, aguardando deferimento	10
Sob consulta	02
TOTAL	78

Destaca-se que, das referidas ações penais decorrentes da OLJ, sete já transitaram em julgado tanto para a defesa quanto para a acusação.

AÇÕES PENAIS QUE TRANSITARAM EM JULGADO

Nº Autos	Caso	Data
5083838-59.2014.404.7000	Cerveró/Samsung	12/07/2017
5007326-98.2015.404.7000	Cerveró/Jolmey	11/02/2016
5083258-29.2014.404.7000	Camargo Correa	22/10/2018
8620331-98.2015.100.0000	Gleisi Hoffman (STF)	11/01/2019
5031719-82.2018.404.7000	Eduardo Musa – Desm. Bumlai	15/01/2019
5027422-37.2015.404.7000	UTC	22/02/2019
8620386-38.2015.100.0000	Nelson Meurer (STF)	12/06/2019

Das 78 ações penais que acompanhamos da OLJ, 69 ações envolvem o crime de corrupção.

Conforme reportado em nosso último Relatório Anual, em setembro de 2018, divulgamos o fechamento de acordos para encerramento das investigações da SEC e do DoJ, relacionados aos nossos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras, durante o período de 2003 a 2012. Os acordos encerraram completamente as investigações das autoridades norte-americanas e estabeleceram pagamentos de US\$ 85,3 milhões ao DoJ e US\$ 85,3 milhões à SEC. Adicionalmente, reconheceram a destinação de US\$ 682,6 milhões às autoridades brasileiras. Pagamos os valores destinados à SEC e ao DoJ, bem como depositamos em juízo a quantia de US\$ 682,6 milhões (o equivalente a R\$ 2,6 bilhões) destinados às autoridades brasileiras, por intermédio do Acordo de Assunção de Compromissos celebrado com a Força Tarefa do MPF para a OLJ. Posteriormente, em setembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 568/PR) e de Reclamação (Rcl nº 33.667), declarou nulo o Acordo de Assunção de Compromissos e, em substituição, homologou o Acordo sobre a Destinação dos Valores, celebrado, sem a nossa participação, entre a Procuradoria-Geral da República e a Presidência da Câmara dos Deputados, juntamente com a Advocacia-Geral da União e com a interveniência da Presidência do Senado Federal e do Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Sendo assim, os valores depositados por nós às autoridades brasileiras foram destinados à Educação (R\$ 1,6 bilhão) e à Amazônia Legal (R\$ 1,1 bilhão). O referido acordo homologado pelo STF discrimina de forma pormenorizada os montantes que serão alocados em ações voltadas para educação e proteção ao meio ambiente.

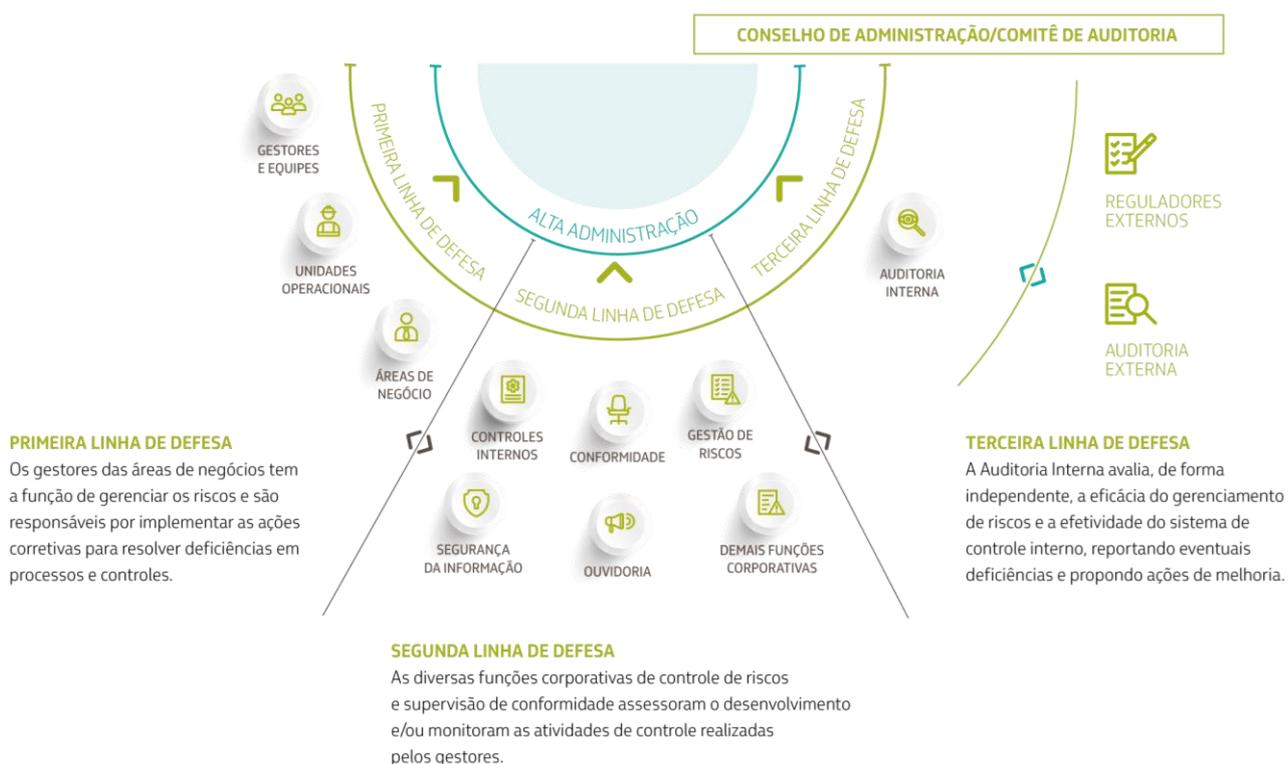
102-15; 102-29; 102-30; 103-1; 103-2; 103-3

Gerenciamento de Riscos

Acreditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico, com a gestão integrada de riscos e com a orientação de ações de resposta a risco voltadas para a agregação ou a preservação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

Para mais
informação
sobre os órgãos
colegiados e
suas respectivas
atribuições,
consultar
“Governança
Corporativa”.

Nosso processo de gestão de riscos está centralizado em uma área corporativa, permitindo a padronização e a uniformização de nossas análises de risco e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturados de acordo com o modelo de três linhas de defesa. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto na estrutura de governança, que pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas numa estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração (CA), a Diretoria Executiva (DE), titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.



Nossa governança no tema gestão de riscos apresenta os seguintes órgãos colegiados e suas respectivas atribuições:

- Conselho de Administração: aprovar o nosso apetite a risco e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos;
- Comitê de Auditoria Estatutário: assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos;
- Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado: assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos de nossas empresas;
- Diretoria Executiva: propor ao Conselho de Administração a aprovação do nosso apetite a risco, aprovar diretamente a tolerância aos riscos empresariais e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite a risco e a execução das nossas estratégias;
- Comitê Executivo de Riscos: monitorar as ações de tratamento e contingência dos riscos empresariais, analisar e emitir recomendações sobre as políticas e processos de gestão de riscos, as métricas de acompanhamento e limites de exposição a riscos, bem como encaminhar à Diretoria Executiva tema de gerenciamento de riscos que julgar relevante dar conhecimento.

Identificação, Avaliação e Tratamento dos Riscos

A elaboração de Matrizes de Riscos Empresariais para todas as áreas de nossa estrutura é coordenada pela área de Riscos Corporativos. Nesse processo, ocorre o envolvimento de colaboradores de diversas especialidades, para que eles possam identificar e relatar os riscos potenciais para toda a nossa organização. Esse processo fornece a identificação, a probabilidade de ocorrência e a avaliação de impacto de riscos, além de proposições de planos de ação para tratamento.

Todos os riscos identificados são tratados e as ações de tratamento podem ser dos seguintes tipos: evitar, explorar, reduzir, transferir ou aceitar o risco.

Os riscos aos quais estamos expostos estão agrupados em quatro categorias, que refletem a possível origem dos riscos, sendo elas: de negócios, operacionais, financeiro e conformidade. Esses riscos são avaliados quanto a seus impactos financeiros, na imagem e reputação, legal e de conformidade, e na dimensão ambiental e vida. A gestão de cada tipo de risco faz parte do nosso dia a dia e a priorização dada a cada tema se dá em função dos respectivos impactos.

Riscos de Negócios

Nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com nosso Plano Estratégico. Os riscos são considerados em todas as nossas decisões estratégicas e a gestão é sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão de carteira, que preza pela economicidade na seleção dos projetos, pela diversificação das linhas de negócios e pelo estrito cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disto, monitoramos a evolução do cenário externo e a atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse continuamente.

Riscos Financeiros

A gestão dos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. Gerenciamos ativamente

nossos riscos financeiros, considerando nossos diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, as condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para mitigar a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento desses riscos.

Riscos de Conformidade

Para mais
informação
sobre ações de
conformidade,
consultar
"Conformidade".

A gestão de riscos insere-se no nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde exercemos as nossas atividades. Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do nosso Código de Ética, do nosso Guia de Conduta, do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e outros instrumentos de prevenção.

Riscos Operacionais

A gestão de riscos operacionais engloba a identificação, a análise e o tratamento de riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços e sistemas, assim como catástrofes naturais e/ou ações de terceiros. O tratamento destes riscos é realizado por meio de planos de ação, controles e transferência de risco via seguros.

Para mais
informação
sobre segurança
operacional,
consultar
"Segurança das
Operações".

Estabelecemos rígidos programas de inspeções e de manutenções em nossas instalações, iniciativas de otimização de processos e melhoria da gestão operacional. Investimos no fortalecimento da cultura de segurança por meio de um contínuo esforço de treinamento de nossos colaboradores para o correto cumprimento de requisitos de segurança e minimização da exposição aos riscos operacionais, de acordo com as melhores práticas internacionais. Nossa sistemática de Gerenciamento de Crise alinha-se às recomendações do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

Riscos Estratégicos

Anualmente, a partir das matrizes de riscos empresariais, da análise do desempenho do negócio e da conjuntura externa e interna, nossa Diretoria Executiva e nosso Conselho de Administração definem aqueles riscos que, individualmente ou de forma consolidada, devem ser acompanhados por estes colegiados. Esses riscos, denominados "Riscos Estratégicos", são selecionados devido à sua importância para

a implementação da estratégia, à sua abrangência, ao seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

Foco na resiliência econômica e na geração de valor

Avaliações constantes permitem elaboração de planos de mitigação de risco

QUESTÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Por sermos uma empresa de economia mista que opera com commodities internacionais, nossos negócios são impactados por variáveis do ambiente externo, como, por exemplo, o preço do petróleo, o crescimento do nível de atividade e as taxas de câmbio e juros. Dessa maneira, nosso valor de mercado, nossa avaliação de risco e nossas taxas de captação oscilam, respondendo ao cenário político e ao aumento da incerteza mundial ou risco país. Além disso, o crescimento econômico tem relação direta com a dinâmica da demanda por nossos produtos e a taxa de câmbio é uma importante variável na determinação de nossos custos e receitas.

Esses impactos são identificados por meio do monitoramento do ambiente externo e dos nossos indicadores de desempenho. A avaliação desses processos permite a elaboração de planos de mitigação de risco, procurando garantir resiliência econômica e geração de valor.

Riscos Relacionados aos Temas de Sustentabilidade

Os principais riscos, ameaças e oportunidades que podem afetar o nosso desempenho de longo-prazo são escassez hídrica e mudanças climáticas. Entendemos também a importância de gerir riscos sociais que possam interferir tanto nas comunidades de nosso entorno, quanto diretamente em nosso negócio. Apresentamos a forma como lidamos com cada um desses temas.

Disponibilidade e qualidade da água: Avaliamos os riscos relacionados à água utilizando as seguintes ferramentas:

- WBCSD/IEPCA *Global Water Tool for Oil & Gas*, até 2018, e *WRI's Aqueduct Water Risk Atlas*, em 2019;
- Balanço hídrico qualiquantitativo brasileiro, pela Agência Nacional de Águas (ANA); e
- "Índice de Risco de Escassez Hídrica", uma ferramenta interna e específica que desenvolvemos em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Também desenvolvemos estudos de avaliação de disponibilidade hídrica e de fontes alternativas para bacias hidrográficas estratégicas.

O Índice de Risco de Escassez Hídrica considera a suscetibilidade das unidades operacionais à escassez de água e outros fatores, como as vulnerabilidades das bacias hidrográficas onde se situam e as suas ações internas de resiliência. Em 2019, realizamos a segunda rodada de aplicação dessa ferramenta, abrangendo 46 instalações, as quais correspondem a cerca de 87% da captação de água doce de nossas unidades operacionais no Brasil. Os resultados do Índice permitem entender e comparar os níveis de risco hídrico para diferentes instalações, bem como identificar os locais e instalações mais importantes para onde direcionar estudos locais detalhados de disponibilidade hídrica, além de ações de mitigação e de gerenciamento de riscos.

Para mais
informação
sobre a gestão
de riscos sociais,
consultar
"Direitos
Humanos".

Riscos sociais: consideramos tanto os riscos que nos afetam quanto aqueles que tangem às comunidades e demais partes interessadas. Entre os riscos considerados pela sistemática de avaliação de riscos sociais está o de violação aos Direitos Humanos pela cadeia de fornecedores. Este e outros riscos vinculados a aspectos sociais são avaliados e tratados a cada novo projeto de investimento e nos casos de desinvestimento e descomissionamento. Como exemplos de risco de violação a direitos humanos na cadeia de fornecedores, encontram-se condições de alojamento, jornadas exaustivas de trabalho, discriminação e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para mais
informação
sobre nossos
mecanismos de
queixas,
consultar "Ética
e
Transparência".

Ao gerir o relacionamento comunitário, atuamos de forma preventiva para evitar passivos sociais em um processo de longo prazo, baseado no diálogo, na transparência e na coerência entre o nosso posicionamento e as ações implementadas. Sistematizamos a gestão do relacionamento comunitário durante todo o ciclo de vida dos nossos negócios.

Também atuamos com equipes de relacionamento comunitário nas áreas de recuperação de passivos ambientais a fim de estabelecer diálogo constante e levar informações relevantes sobre todo o processo de remediação de áreas contaminadas para os moradores de comunidades impactadas. Este trabalho nos permite identificar riscos sociais e gerir os impactos que causamos. Atuamos ainda no atendimento às demandas colocadas pela própria comunidade por meio dos mecanismos de queixas e reclamações estabelecidos.

Adicionalmente, promovemos todos os anos um Encontro Técnico de Passivos Ambientais que tem por objetivo o aprimoramento das práticas de gestão e de técnicas dos passivos ambientais através da discussão de lições aprendidas entre as várias áreas participantes e empresas do grupo, que precisam atuar em conjunto e integradas de forma a obter os melhores resultados. Neste fórum o relacionamento comunitário tem expressiva participação sendo um dos norteadores das ações necessárias ao aprimoramento da gestão dos passivos ambientais. Instituímos

grupos de trabalho para a melhoria de processos e a identificação de oportunidades de mitigação de passivos na área ambiental.

Mudança climática: A área de Estratégia Corporativa prepara periodicamente nossos cenários corporativos. Os cenários são criados com base nos fatores mais críticos para os nossos negócios, assumindo que essas variáveis possam ter diferentes conjuntos de condições. Para os cenários, os seguintes itens são estimados para um período que abarca os próximos 20 anos: preços do petróleo Brent e gás natural; composição da matriz energética global; penetração de carros híbridos e elétricos; preços internacionais de carbono; inflação; taxa de câmbio e; taxas de juros no Brasil. Esses cenários são considerados no desenvolvimento do nosso Plano Estratégico e utilizados na avaliação de projetos de investimento individualmente e como portfólio.

Ao longo dos últimos anos, houve intensificação nos vetores da transição energética, com o crescimento do apoio social à agenda de mitigação de emissões; o avanço dos compromissos de mitigação (NDC, IMO, ICAO) e instrumentos de regulação, com mais de 20% das emissões cobertas por esquemas de precificação de carbono (inclusive, no Brasil, com o RENOVABIO); e a redução acentuada dos custos de descarbonização em função do avanço da tecnologia, sobretudo na geração renovável e no armazenamento de energia.

Por outro lado, o crescimento da demanda primária, a infraestrutura existente e as barreiras econômicas e não econômicas são desafios para aceleração da transição, sendo que todos os cenários consideram que haverá persistente demanda de petróleo, mesmo depois da desaceleração e eventual pico de demanda.

Nesse ambiente de incerteza, investidores vêm solicitando o fortalecimento dos mecanismos de quantificação financeira e transparência quanto à resiliência ao risco carbono, buscando evitar a perda de valor e não monetização de seus ativos. Dentre os movimentos relevantes destaca-se a criação da TCFD (*Taskforce for Climate-Related Financial Disclosures*), vinculada ao G20, que conta com a adesão de 72% dos nossos investidores privados. Estudos recentes apontam que significativa porção dos investimentos em óleo e gás anunciados pela indústria pode não ser monetizável (*stranded assets*) no cenário dos compromissos atuais dos países (aquém dos 2oC).

Nesse cenário, realizamos a opção estratégica, para o período até 2024, de foco em óleo e gás, acelerando a execução de nossos projetos e antecipando a produção. Além disso, torna-se fundamental um plano de ação robusto quanto à resiliência da posição em fósseis em relação ao risco carbono. Nesse sentido, buscamos transformar o nosso processo produtivo para que esse se torne mais eficiente e com menor intensidade em carbono, bem como explorar oportunidades de novos

Para mais
informação
sobre às ações
de
descarbonização
e sustentabili-
dade, consultar
"Como Geramos
Valor".

negócios. Nosso Plano Estratégico 2020-24 apresenta duas estratégias em Baixo Carbono:

- Desenvolver pesquisas visando a atuação, em longo prazo, em negócios de energia renovável com foco em eólica e solar no Brasil;
- Viabilizar comercialmente o diesel renovável e o BioQav² como resposta às políticas de sustentabilidade da matriz energética brasileira.

Informações sobre nossa gestão de riscos podem ser verificadas no Form 20F e no Formulário de Referência, disponíveis para consulta em nosso sítio de Relações com Investidores na internet.

²BioQAV é o combustível produzido a partir de várias fontes de biomassa em diferentes processos de produção, também conhecido como "biojet" ou "biokerosine" ou "SAF" (combustível de aviação sintético) e nomeado pela ANP como "Combustível alternativo a jato", que deve ser adicionado ao combustível de aviação até um limite máximo que varia de 10% a 50% em volume, dependendo do processo de produção, conforme definido no anexo D-7566 da ASTM (Sociedade Americana de Ensaios e Materiais) e na Resolução 778/2019 da ANP.



Ambiental

No contexto de transição para uma economia de baixo carbono, reiteramos nosso comprometimento por meio de seis dos dez compromissos de sustentabilidade focados em carbono para a década 2015–2025. Intensificamos o acompanhamento das emissões de nossa cadeia de valor e, em 10 anos, reduzimos 42% na intensidade de carbono na exploração e produção. Nossas operações em E&P emitem 17,3 kg de carbono equivalente por barril de petróleo, o que nos coloca em segundo lugar entre as grandes empresas de petróleo no mundo.

Outro tema de alta relevância para nossa agenda ambiental é a proteção da biodiversidade, fundamental tanto pelo valor intrínseco quanto pelos serviços ambientais que presta à humanidade. Realizamos estudos robustos de caracterização ambiental nas áreas onde atuamos, inclusive em lâminas d'água profundas nas bacias *offshore*, como forma de subsidiar nossa atuação. Recentemente, publicamos nosso compromisso de que todos os nossos ativos tenham planos de ação individuais para proteção da biodiversidade até 2025. Adicionalmente, apoiamos projetos com foco na conservação de espécies e ecossistemas brasileiros, em especial da biodiversidade marinha e costeira. Atualmente, tais projetos visam à proteção e à recuperação de 56 espécies da fauna ameaçadas de extinção.

A expansão da atividade econômica e o crescimento de centros urbanos traz desafios para a segurança hídrica. Nesse sentido, ampliamos nos últimos 15 anos o reúso como fonte alternativa de água para nossas instalações e, em nossa cesta de compromissos, estabelecemos meta para reduzir nossa captação de água doce, com foco no reúso, contribuindo para a disponibilidade de água à população. Na mesma linha, comprometemo-nos a não aumentar a nossa geração de resíduos de processo, mesmo com a expansão de nossa curva de produção. Isso exigirá expandir ainda mais as rotas preferenciais de reúso, reciclagem e recuperação, que já vêm sendo ampliadas nos últimos anos.

Por fim, a robusta prontidão, preparação e resposta a emergências é sempre fundamental para uma empresa de óleo e gás. Temos reforçado a nossa gestão de integridade e a segurança de processo, com atenção especial à influência dos fatores humanos e à implantação de métricas e processos preventivos. Nossa robusta estrutura de preparação e resposta à emergência é o pilar de nossa atuação e, ao longo de 2019, nos permitiu contribuir fortemente na limpeza de praias atingidas por vazamentos não oriundos de nossas operações.

201-2; 305; 305-1; 305-2; 305-3; 305-4; 305-5; 305-6; 305-7; OG6

Gestão de Emissões Atmosféricas e Carbono

Gerenciamos nossas emissões atmosféricas buscando a ecoeficiência de nossas operações e negócios. Nosso inventário de emissões é publicado voluntariamente desde 2002 e verificado por terceira parte anualmente, sendo que fomos uma das fundadoras do Programa Brasileiro GHG *Protocol*. Nosso inventário e gestão de emissões contempla gases de efeito estufa, incluindo dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hexafluoreto de enxofre (SF₆) hidrofluorcarbonetos (HFCs) e outros gases: óxidos de enxofre (SO_x), óxidos de nitrogênio (NO_x), material particulado (MP), monóxido de carbono (CO), compostos orgânicos voláteis (COVs) e hidrocarbonetos totais (HCT). O inventário é realizado por meio do Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas (SIGEA®), que processa informações mensais de mais de 17 mil fontes cadastradas.

Nossas emissões de carbono também são reportadas, desde 2006, por meio do *Carbon Disclosure Project* (CDP), alcançando em 2019 a nota B (nível Management) para o questionário referente à mudança do clima.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

Publicamos recentemente nossos 10 compromissos com a sustentabilidade, na divulgação do nosso Plano Estratégico, dos quais seis são relativos à temática de carbono (base 2015) e acompanhados pela nossa Alta Administração e com recursos financeiros dedicados:

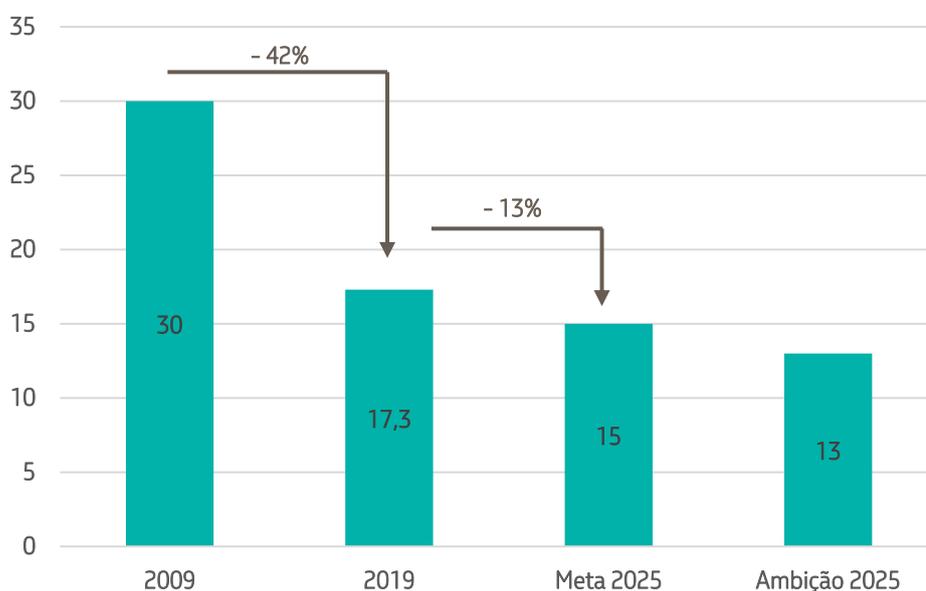
1. Crescimento zero das emissões absolutas operacionais até 2025 (100% de cobertura dos ativos operados)³;
2. Zero queima de rotina em flare até 2030, conforme iniciativa *Zero Routine Flaring* do Banco Mundial;
3. Reinjeção de ~40 MM ton CO₂ até 2025 em projetos de CCUS (*Carbon Capture, Usage and Storage*);
4. Redução de 32% na intensidade de carbono no segmento de E&P até 2025, atingindo 15kgCO₂e/boe;

³ Considera as emissões absolutas do ano de 2015, que totalizaram 78 milhões de toneladas de CO₂e. O nosso compromisso é não exceder 78 milhões de toneladas de CO₂e em nenhum ano até 2025, exceto se houver pressão acentuada por geração de eletricidade a partir das térmicas devido a eventos nacionais de estresse hídrico.

- 5. Redução de 30%-50% na intensidade de emissões do metano no segmento de E&P até 2025;
- 6. Redução de 16% na intensidade de carbono no refino até 2025, atingindo 36kgCO_{2e} /CWT.⁴

Os compromissos acima listados se somam aos resultados do ciclo de metas de 2009 a 2015, já divulgados em relatórios anteriores. No segmento de E&P, a melhoria de intensidade de carbono de 2009 até 2019 foi superior a 40%, com melhorias adicionais de 13% planejadas até 2025.

INTENSIDADE DE CARBONO E&P (kgCO_{2e}/boe)

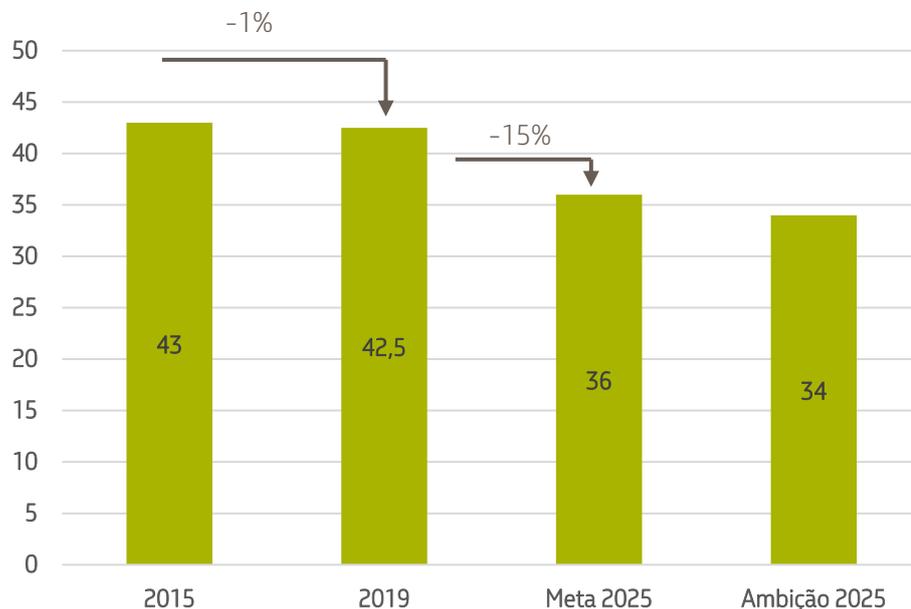


O indicador kg CO_{2e} / boe considera em seu denominador a produção bruta de óleo e gás (*wellhead*).

No segmento de refino, foi apurada a redução de 19% de envio de gás para tocha de 2014 a 2015, além de melhoria de intensidade de carbono de 1% de 2015 a 2019 e com melhorias adicionais de 15% na intensidade de carbono previstas até 2025.

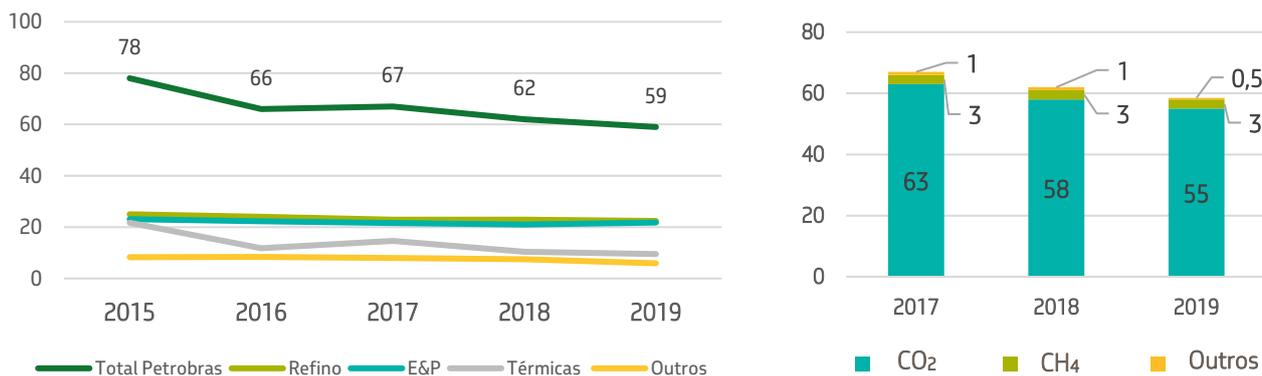
⁴ O indicador kg CO₂/CWT foi desenvolvido pela Solomon Associates especificamente para refinarias e foi adotado pelo Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU Emissions Trading System, EU ETS) e pela CONCAWE (Associação de companhias europeias de refino e distribuição de óleo e gás). O CWT (Complexity Weighted Tonne) de uma refinaria considera o potencial de emissão de gases de efeito estufa (GEE), em equivalência à destilação, para cada unidade de processo. Assim, é possível comparar emissões de refinarias de vários tamanhos e complexidades. Acompanhamos o indicador kg CO₂/CWT, conforme sua identidade original. Acompanhamos também um indicador adaptado: kg CO_{2e}/CWT, para possibilitar a inclusão das emissões dos demais gases de efeito estufa (por exemplo metano), as quais, no entanto, representam pequena parcela de nossas emissões de refino.

INTENSIDADE DE CARBONO REFINO (kgCO₂e/CWT)



Em termos de emissões absolutas de gases de efeito estufa, registramos a emissão de 59 milhões de toneladas de CO₂ equivalente em 2019. Esse valor representa uma redução de aproximadamente 3% em comparação com a emissão do ano anterior (2018).

HISTÓRICO DE EMISSÕES DE GEE (milhões de t CO₂e)



a) Emissões ao longo do período são relativas às operações de exploração e produção, refino, fertilizantes, petroquímica, geração de energia elétrica, transporte terrestre (dutiaviário e rodoviário) e marítimo, bem como às atividades de distribuição no Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, México, Paraguai, Peru e Uruguai. A abrangência de tipos de atividade e países de atuação podem variar ao longo dos anos de acordo com a nossa gestão de portfólio.

b) Incluímos as emissões de gases de efeito estufa operacionais diretas (Escopo 1) e indiretas provenientes da aquisição de energia elétrica e/ou térmica produzida por terceiros (Escopo 2).

c) O inventário de emissões atmosféricas é elaborado segundo as orientações do GHG Protocol, desenvolvido pelo World Resources Institute (WRI) e pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). A abordagem do inventário segue a metodologia fonte a fonte, ou seja, o inventário total é o resultado da soma das emissões de cada fonte de emissão. Os cálculos das emissões de GEE se baseiam em referências internacionais, como o API Compendium, o AP-42 (US EPA) e o Protocolo de Gases de Efeito Estufa do GHG Protocol.

d) As emissões de CO₂ foram calculadas com base nos valores de Potencial de Aquecimento Global (GWP) do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (AR4). Nos relatórios anteriores, tais emissões foram calculadas considerando os valores de GWP (Global Warming Potential – Potencial de Aquecimento Global) do Segundo Relatório de Avaliação do IPCC (SAR); logo, podem ser observadas alterações nos dados de anos anteriores.

e) Demais possíveis alterações em informações numéricas históricas, referentes a publicações anteriores do Relatório de Sustentabilidade, devem-se a melhorias no sistema de gestão de emissões atmosféricas ou às recomendações decorrentes do processo de verificação por terceira parte.

f) Nossas emissões são verificadas anualmente por terceira parte, com previsão de conclusão da verificação dos dados de 2019 até julho de 2020, podendo sofrer ajustes até esta data.

Nossos avanços foram devidos a ações de redução da queima de gás em tocha, gestão de portfólio, perfil dos novos ativos de produção, reinjeção de CO₂, otimização de cargas, projetos de eficiência energética e também de redução do despacho termelétrico.

Em 2019, atingimos 96,5% de aproveitamento de gás (IUGA - índice de utilização de gás associado) na área de Exploração e Produção e reinjetamos 4,6 milhões de toneladas de CO₂ separado do gás produzido nos nossos campos de pré-sal, totalizando 14,4 milhões de toneladas de CO₂ desde 2008.

Além de gerenciar as emissões de nossas operações, acompanhamos as emissões oriundas de nossos fornecedores e produtos (emissões de Escopo 3), sendo que as emissões referentes ao uso de nossos produtos compõem a categoria mais relevante para a nossa cadeia de valor. Estes dados também estão incluídos no processo de verificação por terceira parte.

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DE NOSSOS PRODUTOS (ESCOPO 3) (t CO₂e)



Todos os investimentos estão sujeitos à avaliação de segurança, meio ambiente e saúde desde a primeira fase do planejamento, incluindo a avaliação obrigatória dos requisitos de emissões atmosféricas e mudança do clima. Para atingimento de nossos compromissos, temos efetuado melhorias no planejamento de nossos investimentos. Dentre elas, realizamos análises de sensibilidade para distintos preços de carbono em relação ao valor presente líquido (VPL) dos projetos de

investimento em E&P. Além disso, todos os projetos precisam ter viabilidade econômica no cenário de resiliência, com menor preço de petróleo, compatível com cenários de transição energética acelerada.

Ressaltamos nossa participação em iniciativas e fóruns sobre mudança do clima, com o objetivo de identificar e avaliar os principais avanços e as melhores práticas de mitigação para possível incorporação nos nossos processos. Destacam-se a Associação da Indústria Global de Óleo e Gás para Assuntos Ambientais e Sociais (Ipieca) e a *Oil and Gas Climate Initiative* (OGCI).

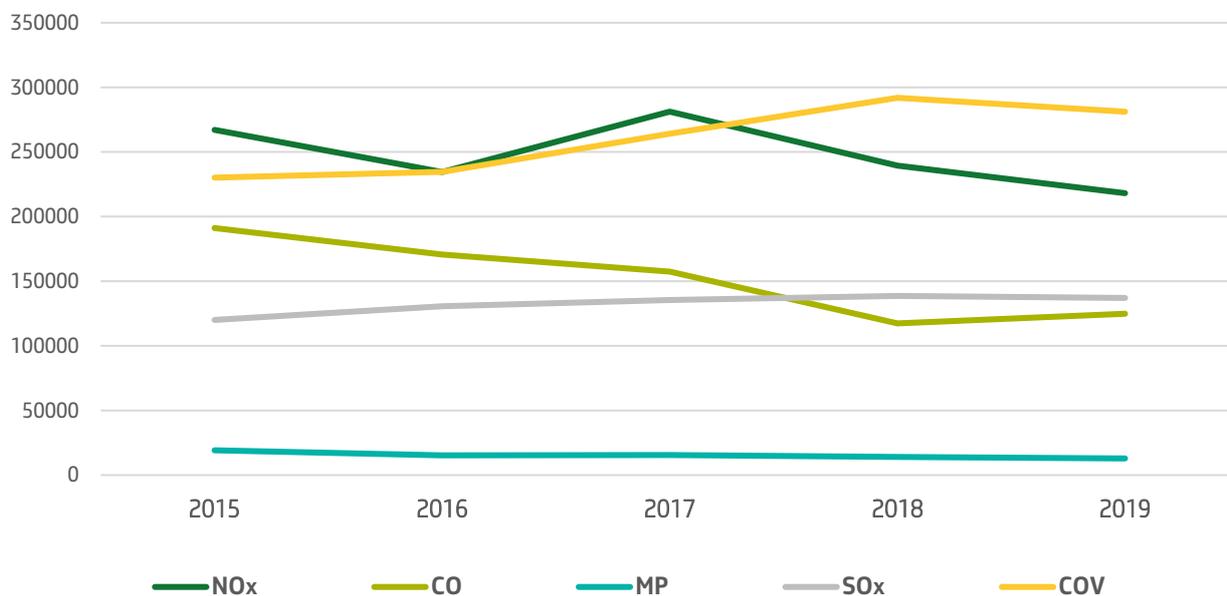
Outras Emissões Atmosféricas

Investimos, continuamente, na mitigação de emissões de poluentes regulados de nossas operações e mantemos uma rede de monitoramento da qualidade do ar que conta com 42 estações, operando em nove estados brasileiros.

Todos os nossos investimentos são avaliados em relação a seus impactos na atmosfera, desde a etapa inicial de concepção do projeto até a desmobilização do ativo.

Além de acompanhar as emissões de nossas operações, avaliamos, também, o desempenho de nossos produtos. Investimos, continuamente, na melhoria da qualidade de nossos combustíveis, produzindo tanto gasolina, quanto diesel de baixo teor de enxofre, o que levou a uma progressiva redução das emissões veiculares de SOx e MP, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades.

EMISSÕES DE POLUENTES REGULADOS (t)



Observa-se, desde 2017, uma redução nas emissões de óxidos de nitrogênio em aderência à redução do despacho termelétrico no período. As variações observadas nas emissões de monóxido de carbono e compostos orgânicos voláteis no período decorrem de condições operacionais e aprimoramento contínuo do inventário desses poluentes. Com relação às emissões de óxidos de enxofre e de material particulado, não são verificadas alterações significativas no período.

No período de 2017 a 2019, apesar do aumento da produção, observa-se a redução do volume total de hidrocarbonetos não aproveitados, que está relacionada às nossas ações voltadas para melhoria de eficiência operacional e redução de queima em tocha. Ressaltamos que, em 2019, registramos uma média de queima de 7,4 milhões de metros cúbicos por dia de gás em tocha nas nossas atividades, 12% abaixo do valor de 2018.

HIDROCARBONETOS NÃO APROVEITADOS (milhões de m³)

Hidrocarbonetos não aproveitados (Milhões de metros cúbicos)	2017	2018	2019
Queimados em tocha	2.924	3.071	2.717
Dissipados na atmosfera	60,3	52,5	57,44

a) Consideramos os registros de volume de gás queimado em tocha nas atividades de exploração e produção, refino, produção de fertilizantes, tratamento de gás e transporte.
 b) Consideramos registros de gás liberado diretamente para a atmosfera por meio de ventilação e despressurização

302; 302-1; 302-2; 302-3; 302-4;

Energia

Energia Consumida

Em 2019, consumimos 840 mil de terajoules (TJ) ou 391 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) de energia, o que representa uma redução de 1,4% em relação ao ano anterior. Tal redução está associada principalmente ao menor consumo de óleo combustível em termelétricas e refinarias.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (TJ)

	2017	2018	2019
Óleo diesel	61.948	50.643	50.258
Óleo combustível	51.106	31.349	19.425
Gás natural	641.530	573.330	576.787
Gás combustível	86.150	85.170	83.823
Gás residual	16.612	17.330	18.574
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	1.130	286	109
Coque de FCC	67.715	59.779	58.782
Outros	8	0	0
Vapor importado	1.852	20.123	20.886
Energia elétrica importada	19.593	14.589	11.756
TOTAL	947.645	852.600	840.400

a) A energia elétrica e o vapor são contabilizados com base no equivalente térmico teórico (0,0036 TJ = 1 MWh).

b) Outros considera combustíveis não indicados na tabela

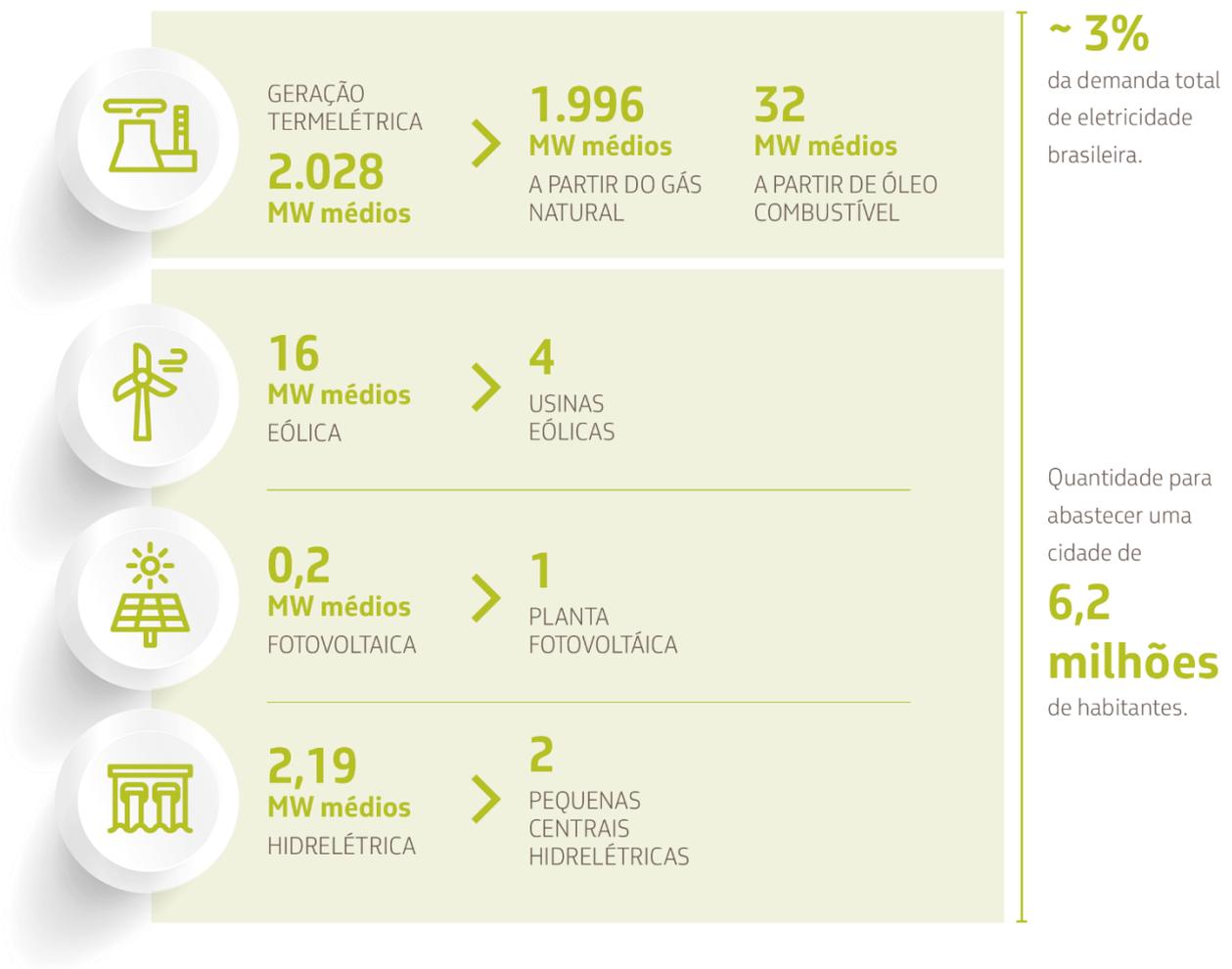
c) O volume de gás natural e de combustíveis líquidos queimados em tocha, em 2019, totalizou 104 mil TJ e não é considerado no cálculo do consumo de energia.

Em 2019, iniciativas para conservação de energia contemplaram ações de redução de envio de gases para tocha, otimização de balanço termoelétrico e recuperação de calor de turbinas, além da entrada em operação de pré-aquecedores de ar e projetos de controle de eficiência em fornos do Refino.

Geração de Energia

Em 2019, nosso parque termelétrico gerou cerca de 18 milhões MWh, sendo 98% desta energia gerada a partir de termelétricas a gás natural e apenas 2% provenientes de termelétricas a óleo. Além disso, também registramos geração de energia a partir de fontes renováveis, totalizando cerca de 160 mil MWh no ano de 2019.

GERAÇÃO DE ENERGIA COMERCIAL



304; 304-1; 304-2; 304-3; 304-4; OG4

Biodiversidade

A nossa gestão de riscos e impactos à biodiversidade é direcionada por orientações estabelecidas em padrões e normas internos, além de instrumentos de gestão como o GeoPortal, que possibilita a integração de bases de dados ambientais georreferenciados em uma plataforma única de visualização, e o Relatório Anual de Biodiversidade, que consolida as medidas de gestão e demais iniciativas relativas à biodiversidade ou de interface com o tema, sendo importante subsídio na avaliação crítica e no aprimoramento das nossas estratégias.

Em 2019, no âmbito no Plano Estratégico, estabelecemos os nossos 10 Compromissos de Sustentabilidade, estando entre eles a elaboração de Planos de Ação de Biodiversidade para todas nossas instalações até 2025.

Conforme estabelecido em nosso padrão interno que orienta a nossa gestão do tema, os Planos de Ação de Biodiversidade (PAB) devem considerar as avaliações de riscos e impactos sobre a biodiversidade, medidas de prevenção, minimização, recuperação ou compensação e os programas de monitoramento. Além disso, as partes interessadas devem ser identificadas e envolvidas em todas as etapas do processo de gestão da biodiversidade, incluindo monitoramento ambiental.

Identificamos e avaliamos impactos de forma a subsidiar a definição de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias nas fases de instalação, operação e desativação dos nossos empreendimentos. Conforme a fase do ciclo de vida dos empreendimentos, as tipologias das operações, os fatores ambientais, as exigências legais, os requisitos dos órgãos ambientais (no caso de condicionantes de licenças), entre outros fatores, desenvolvemos diversos estudos e projetos com o objetivo de avaliar os riscos para a biodiversidade e estabelecer planos de ação.

Também investimos em projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas e metodologias que promovam a melhoria da gestão ambiental e a mitigação dos impactos de nossas operações. Os projetos em andamento contemplam caracterizações ambientais, mitigações ou redução de efeitos sobre a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos e a recuperação de ambientes degradados e impactados através de projetos de reflorestamento, recomposição de espécies nativas e outros.

A nossa Política de Responsabilidade Social apresenta como uma de suas diretrizes o investimento em programas e projetos socioambientais, contribuindo para as

comunidades onde atuamos e para a sociedade e para a conservação do ambiente. O investimento em projetos socioambientais também figura como um dos nossos dez compromissos de sustentabilidade e é realizado de forma estruturada por meio do Programa Petrobras Socioambiental. Neste sentido, em 2019, foram apoiados 23 projetos com foco na conservação de espécies e ecossistemas brasileiros, em especial da biodiversidade marinha e costeira, ambientes relevantes para nós. Estes projetos visam à proteção e recuperação de 56 espécies da fauna ameaçadas de extinção. Um exemplo é o mero (*Epinephelus itajara*), a maior espécie de garoupa do Oceano Atlântico, criticamente ameaçada de extinção e objeto de ações de pesquisa e conservação do Projeto Meros do Brasil, que apoiamos desde 2006.

Para mais
informação
sobre os
projetos que
patrocinamos,
consultar
"Investimento
Socioambiental".

Em 2019, o Projeto Baleia Jubarte, que patrocinamos há 23 anos, realizou voos de monitoramento de cetáceos (baleias e golfinhos) desde Cabo Frio (RJ) até a divisa entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará. A pesquisa conduzida pelo projeto, além de permitir estimar o tamanho da população, ajuda a determinar a distribuição das baleias em nosso litoral e identifica áreas de maior concentração. O trabalho também permite entender quais as potenciais sobreposições com atividades antrópicas nessas áreas e trabalhar de forma preventiva para compatibilizar usos e mitigar impactos. Os dados levantados contribuem para o Projeto de Monitoramento de Cetáceos da Bacia de Santos (PMC-BS), que tem por objetivo conhecer a distribuição e a ecologia dos cetáceos para avaliar possíveis impactos das atividades humanas nas diferentes espécies desses animais na Bacia de Santos.

Áreas Protegidas

A distribuição espacial e a variedade de nossas operações tornam frequente a interface com áreas protegidas e sensíveis. A identificação dessas áreas configura-se em uma etapa de prevenção e mitigação de riscos e impactos associados e é realizada a partir do cruzamento de informações das nossas operações com os dados do Banco Mundial de Áreas Protegidas, disponibilizado pelo Centro Mundial de Monitoramento de Conservação do Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente e com as bases do mapeamento sistemático brasileiro. No caso das Áreas de Preservação Permanente (APPs), com o objetivo de realizar uma análise espacial mais abrangente das interfaces de nossas operações com essas áreas, passamos a utilizar como referência a base hidrográfica nacional em escala 1:250.000. Essa análise considerou inclusive instalações lineares de grande extensão, como faixas de dutos.

Possuímos 25 blocos de produção (949km²) e 23 unidades de refino e gás natural (288km²) e 3.039 km² de áreas de faixas de dutos que se interseccionam com áreas protegidas.

INTERSECÇÃO COM ÁREAS PROTEGIDAS (km²)

Tipo de Área Protegida	Áreas em Sobreposição com Operações
Áreas de Preservação Permanente (APP)	4.298
RAMSAR	27
Reserva Legal	16
Patrimônio Mundial	4
Terras Indígenas	48
Unidades de Conservação	371
TOTAL	4.764

* E&P = Exploração & Produção; RGN = Refino e Gás Natural; TP = Transpetro

Impactos na Biodiversidade

Em 2019, houve 17 ocorrências de vazamentos de óleo ou derivados, em volumes acima de 1 barril, que atingiram ambientes terrestres ou marítimos. Esses eventos são objeto de medidas de mitigação do impacto ambiental e/ou recuperação dos ambientes atingidos.

O critério volumétrico (> 1 barril) é utilizado no indicador corporativo de Volume Vazado de Óleo e Derivados e está alinhado ao manual para comunicação de incidentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para atividades de E&P.

A Área de Exploração e Produção, em 2019, trabalhou na recuperação de 411,34 ha de áreas degradadas, seguindo normas e padrões internos que abrangem as melhores práticas em técnicas e procedimentos de recuperação de áreas degradadas.

Na área de Refino e Gás Natural, estamos realizando o reflorestamento de uma área de 650 hectares de floresta ombrófila referente aos compromissos de licenciamento ambiental do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Para este mesmo empreendimento, está sendo recuperada uma área degradada de 4.835km², dos quais 2.128 km² já foram recuperadas até o momento.

Em relação à fauna, vários empreendimentos acompanham e monitoram diversas espécies de animais, tendo sido identificadas, com base nas listas nacional e internacional, a presença de espécies ameaçadas nas áreas de influência de nossas atividades.

NÚMERO DE ESPÉCIES EM HABITATS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DE NOSSAS OPERAÇÕES

Categoria de Ameaça	Lista Nacional	Lista Internacional (IUCN)
Vulnerável	150	114
Em Perigo	69	48
Criticamente em Perigo	39	16

303; 303-1; 303-2; 303-3; 306; 306-1; 306-5; OG-5; OG7

Gestão de Recursos Hídricos

A disponibilidade de água em quantidade e qualidade é essencial para as nossas operações. Utilizamos água diretamente em unidades de processo; geração de vapor; refrigeração; produção e processamento de óleo, gás e derivados; consumo humano; entre outros. Como consequência, praticamente todas as nossas atividades geram efluentes industriais, domésticos ou água produzida. Entendemos, dessa forma, que os temas são muito relevantes e estratégicos para a sustentabilidade dos nossos negócios.

A nossa gestão de recursos hídricos tem como princípio básico a constante busca pela racionalização do uso da água, que permita tanto garantir o suprimento necessário às atividades quanto contribuir para a sua conservação e disponibilidade nas áreas de influência de nossas instalações. Nesse sentido, buscamos a adoção de tecnologias pouco intensivas no uso da água, a minimização do seu uso nas operações e processos, o reúso e a identificação de fontes alternativas de suprimento, sempre considerando a disponibilidade hídrica local e a viabilidade técnico-econômica das ações. Em 2019, estabelecemos, entre os nossos Compromissos de Sustentabilidade, o de reduzir 30% da captação de água doce nas nossas operações, com foco no aumento do reúso até 2025. Com relação aos efluentes gerados, buscamos a minimização das substâncias poluentes descartadas, a segregação, o tratamento e a destinação adequada das correntes, também observando os aspectos de disponibilidade hídrica local para a assimilação de efluentes e a viabilidade técnico-econômica das medidas.

Utilizamos diversas ferramentas para a gestão dos recursos hídricos e efluentes, que é capitaneada por uma gerência corporativa dedicada à gestão de meio ambiente, cujos resultados são acompanhados pela alta administração. Desenvolvemos padrões de processos e normas técnicas específicas para esses temas, os quais estabelecem requisitos que devem ser observados e desdobrados por todas as nossas Áreas de Negócio e servem como referência para as nossas demais empresas.

Com relação à sistematização da informação, contamos com um banco de dados corporativo, o DATA HIDRO (Sistema Corporativo sobre Recursos Hídricos e Efluentes), no qual são registradas, consultadas e processadas as informações sobre volumes de água utilizados, fontes de captação, cargas potencialmente poluidoras lançadas, volumes dos efluentes industriais e sanitários, custos envolvidos, entre outros aspectos necessários à gestão dos temas. É por meio desse sistema que

realizamos anualmente o nosso inventário de recursos hídricos e efluentes, o qual, em 2019, contemplou 440 instalações usuárias de água e geradoras de efluentes.

Avaliamos o nosso desempenho ambiental nesses temas por meio da apuração, acompanhamento e análises críticas mensais de cinco indicadores corporativos: DAD – Demanda de Água Doce; ADC – Volume de Água Doce Captada; VAR – Volume de Água Reusada; EHD – Volume de Efluente Hídrico Descartado e OG – Massa de Óleos e Graxas do efluente.

Investimos cerca de R\$ 29 milhões em projetos de P&D relativos ao gerenciamento de recursos hídricos e efluentes, em parceria com 09 instituições brasileiras (universidades e institutos tecnológicos). As linhas de pesquisa buscaram aumentar a eficiência do tratamento dos nossos efluentes, além de garantir a oferta de água necessária para as operações das nossas unidades. Nesse sentido, iniciamos o desenvolvimento de estudos para avaliar a disponibilidade hídrica atual e futura e identificar fontes alternativas de captação em 16 bacias de onde 26 de nossas instalações captam ou recebem água.

Acesso à Água e Gestão de Riscos

Com relação à água doce, utilizamos 188 fontes de captação, sendo 165 localizadas no Brasil (respondendo por cerca de 99% do volume total de água doce que captamos) e 23 nos demais países onde atuamos. No Brasil, os limites máximos de retirada de água doce do ambiente são estabelecidos pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão de recursos hídricos, considerando critérios hidrológicos e os múltiplos usos humanos e ecológicos da água dentro de uma bacia hidrográfica.

Investimos, continuamente, na avaliação de impactos das nossas atividades, observando as áreas protegidas e as áreas sensíveis mapeadas nas regiões de influência de nossas unidades, a partir de processo interno específico e padronizado para este fim. Em 2019, não identificamos impactos significativos nos mananciais nos quais realizamos captação direta de água.

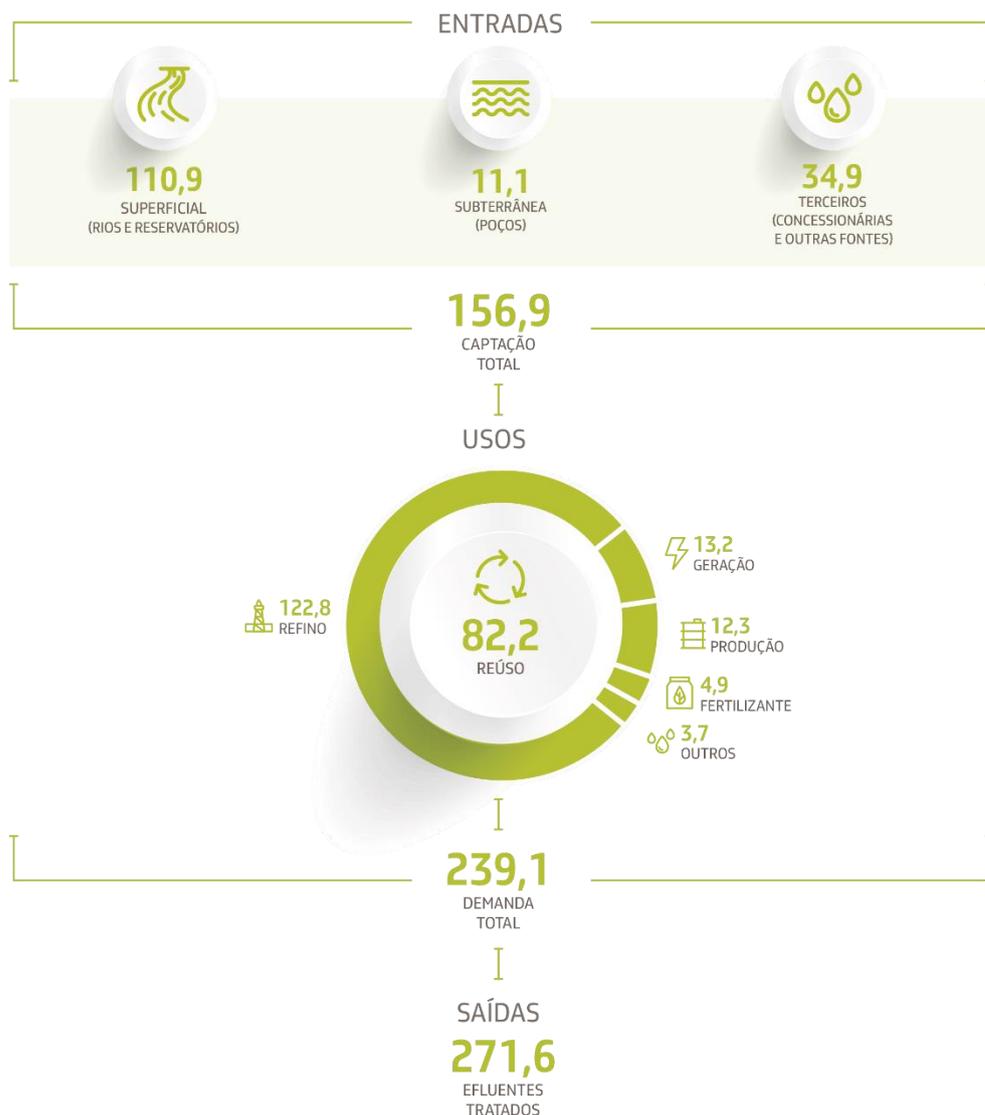
Para o mapeamento de riscos hídricos às nossas operações, utilizamos o Índice de Risco de Escassez Hídrica (IREH), desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse índice permite a identificação e a priorização das localidades e unidades operacionais para o desenvolvimento de estudos de disponibilidade hídrica detalhados e para a implementação de medidas de mitigação ou gestão de riscos. A metodologia leva em consideração não só a suscetibilidade das instalações à escassez física do recurso hídrico, mas também as vulnerabilidades das bacias hidrográficas e as ações de resiliência desenvolvidas nas instalações.

Em 2019, para as nossas unidades identificadas como expostas a riscos relevantes, demos continuidade a ações previstas no nosso plano de ação corporativo para mitigação e acompanhamento dos riscos hídricos, como, por exemplo, a participação de nossas unidades em fóruns de recursos hídricos (como os Comitês de Bacias), os estudos de avaliação de disponibilidade hídrica e de fontes alternativas de captação, os estudos sobre oportunidades de racionalização do uso da água, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) tecnológico no tema, entre outras.

Uso da Água

Ao longo de 2019, captamos 156,9 milhões de m³ de água doce e 1,4 bilhões de m³ de água salobra e salina para nossas atividades operacionais e administrativas.

BALANÇO HÍDRICO (milhões de m³)



- a) Os valores apresentados são obtidos por meio da consolidação de medições diretas nas unidades (Inventário de Recursos Hídricos e Efluentes 2019).
- b) O volume de efluentes hídricos descartados, apresentado no balanço, contempla os efluentes de origem industrial e a água produzida associada ao petróleo extraído.
- c) Os volumes de água pluvial estão contabilizados na categoria “Terceiros (Concessionárias e outras fontes)”, tendo somado 85,1 mil m³.
- d) O volume de água doce recebido de outras unidades ou empresas controladas está contabilizado na categoria “Terceiros (Concessionárias e outras fontes)”, em função da sistemática de apuração definida.
- e) Não houve, ao longo do ano, captação de água residual de outras organizações.
- f) Entre nossas operações, aquelas com maior captação de água doce foram: refino (78,3%), geração de energia (8,4%) e produção de óleo e gás (7,8%).
- g) Os volumes contabilizados para reúso não incluem condensado recuperado em ciclos térmicos e água de resfriamento recirculada.
- h) Não estão incluídas as entradas e saídas de água doce de resfriamento em circuito aberto. Em 2019, utilizamos 28,6 milhões de m³ de água doce para esse fim.

Parte significativa de nossos investimentos na racionalização do uso da água tem sido orientada para o desenvolvimento de projetos de reúso. Entre os benefícios alcançados, obtivemos a redução das nossas necessidades globais de captação de “água nova”. Em 2019, o volume total de reúso foi de 82,2 milhões de m³, o que corresponde a 34,4% de nossa demanda total de água doce. Esse volume reusado seria o suficiente para abastecer, por exemplo, uma cidade de aproximadamente 1,5 milhão de habitantes por um ano.

A partir dessas ações de reúso, estimamos uma economia anual de aproximadamente R\$ 35,8 milhões nos custos de captação de água e lançamento de efluentes.

VOLUME TOTAL DE ÁGUA REUSADA

Descrição	2016	2017	2018	2019
Água reusada (milhões de m ³)	24,8	25,4	84,0	82,2
Reúso em relação ao total de água doce utilizada (%)	11,5	12,5	31,5	34,4

a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Relatório Anual de Recursos Hídricos e Efluentes 2019.

b) A partir de 2018, em função de revisão na identidade do indicador corporativo “Volume de Água Reusada”, passamos a contabilizar os volumes de água produzida reinjetada para recuperação secundária de óleo e gás em campos terrestres.

Geração de Efluentes

O volume de efluentes hídricos descartados no ambiente devido a nossas operações foi de 271,6 milhões de m³, incluindo efluentes de natureza industrial e água produzida oriunda do processo de extração de petróleo. Esse volume total de efluentes continha: 5,8 mil toneladas de óleos e graxas; 5,5 mil toneladas de demanda química de oxigênio (DQO) e 0,2 mil toneladas de amônia.

DESCARTE TOTAL DE EFLUENTES POR DESTINAÇÃO

Destino	2016	2017	2018	2019
Corpos Hídricos Superficiais				
Volume descartado (milhões de m ³)	274,8	285,1	276,2	269,1
Volume descartado (%)	97,5	97,3	95,5	99,1
Corpos Hídricos Subterrâneos				
Volume descartado (milhões de m ³)	1,1	0,4	3,9	1,7
Volume descartado (%)	0,4	0,1	1,3	0,6
Concessionárias de Abastecimento ou Empresas Terceirizadas				
Volume descartado (milhões de m ³)	5,8	7,7	9,0	0,9
Volume descartado (%)	2,1	2,6	3,1	0,3
Totais				
Volume descartado (milhões de m ³)	281,8	293,2	289,1	271,6
Volume descartado (%)	100	100	100	100

a) A fonte de dados utilizada para os cálculos foi o Relatório Anual de Recursos Hídricos e Efluentes 2019.

b) A partir de 2017, a consolidação do volume de efluente hídrico descartado não considera efluentes sanitários. Em 2018, estes efluentes somaram 3,84 milhões de m³ e, em 2019, este volume foi de 3,69 milhões de m³.

Para a assimilação de nossos efluentes, utilizamos 62 corpos hídricos superficiais, 9 pontos de descarte subterrâneo e 27 concessionárias de abastecimento/tratamento ou empresas terceirizadas.

Os efluentes descartados são previamente tratados de forma a atenderem aos padrões de qualidade de lançamento estabelecidos na legislação ambiental. Em 2019, não identificamos impactos quantitativos ou qualitativos significativos nos mananciais nos quais nossos efluentes são lançados.

301; 301-1; 301-2; 306; 306-2; 306-4

Gestão de Materiais e Resíduos

A busca pela excelência na gestão de resíduos integra o nosso valor de "Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente", em conformidade com nosso Plano Estratégico para o quinquênio 2020-2024, a legislação vigente e as boas práticas de processos.

Classificamos resíduos como perigosos ou não perigosos seguindo definições reportadas na ABNT NBR 10004 que está baseada no *Code of Federal Regulation – Title 40 – Protection of Environmental – Part 260-265 – Hazardous waste management*. Em 2019, a geração de resíduos sólidos perigosos e não perigosos, em nossos processos foi de 118 mil e 245 mil toneladas, respectivamente.

Independente da classificação, as massas de resíduos são determinadas por pesagem direta ou estimadas considerando critérios técnicos e de engenharia (densidade e volume). O processo de destinação de resíduos é realizado por nós ou por meio de empresas contratadas. O resultado da geração de resíduos sólidos perigosos foi 4% abaixo do limite de alerta estabelecido de 123 mil toneladas.

PRODUÇÃO DE ÓLEO, LGN E GÁS NATURAL X RESÍDUOS PERIGOSOS DE PROCESSOS

Ano	Produção (Mboe/dia)	Resíduos perigosos gerados (mil toneladas/ano)	Resíduos não perigosos gerados (mil toneladas/ano)
2016	2.790,0	132	210
2017	2.766,7	113	153
2018	2.627,8	120	158
2019	2.770,0	118	245

Nota: Efluentes não são considerados nos cálculos dos quantitativos de resíduos.

Desde 2013, desenvolvemos iniciativas para minimização de geração de resíduos sólidos, alinhadas ao conceito de economia circular. Destacamos dois processos:

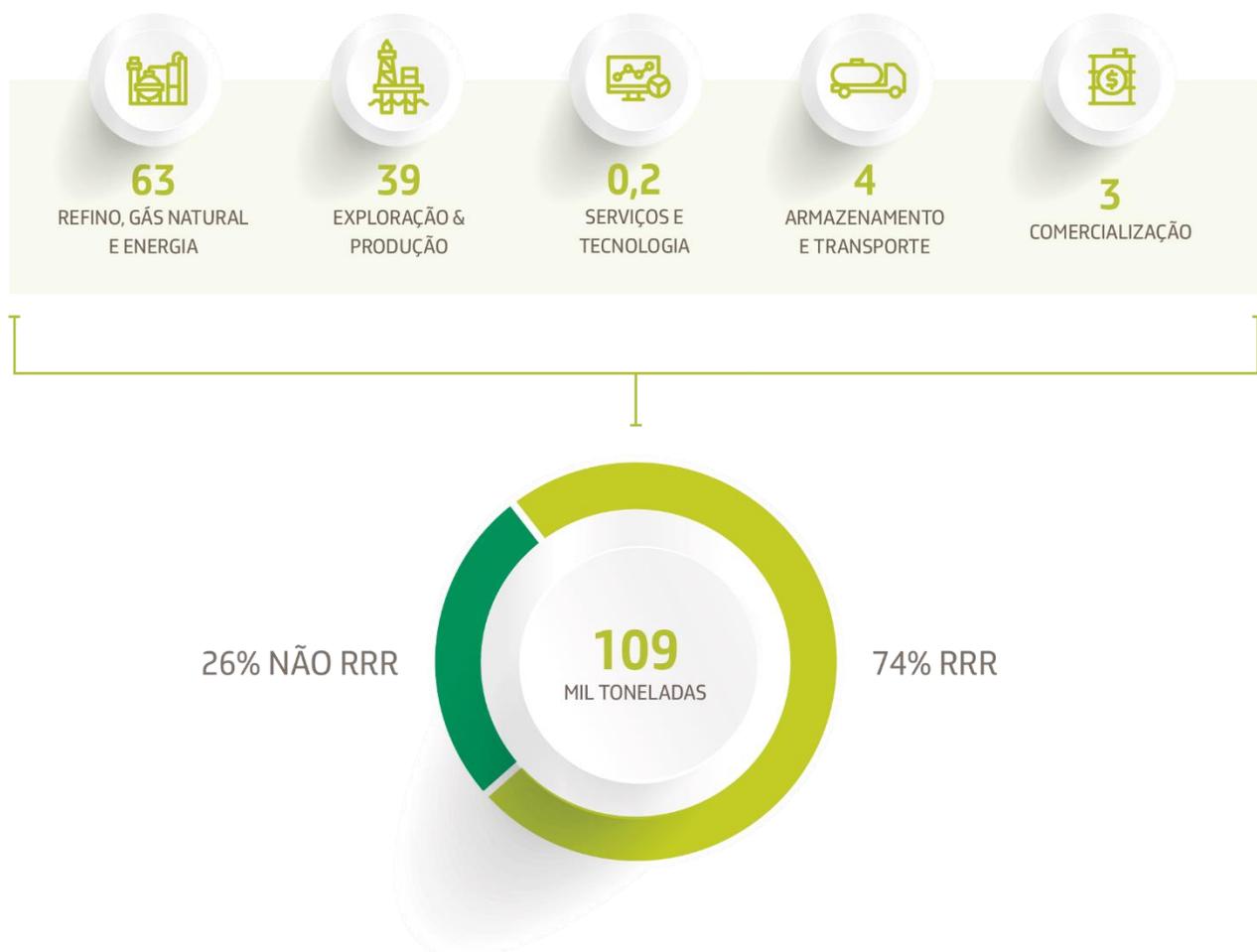
- 1) Processamento de correntes residuais oleosas, com a recuperação de hidrocarbonetos e a redução da geração de resíduos oleosos na Unidade de Xisto (SIX) no Paraná, que permitiu evitar a geração de 88 mil toneladas de resíduos oleosos, em 2019;
- 2) Operação de unidade de recuperação de óleo na Refinaria Alberto

Pasqualini (Refap) que permitiu, em 2019, o reaproveitamento de 12 mil m³ de correntes residuais oleosas, com a recuperação de hidrocarbonetos e a produção de coque verde de petróleo, evitando a geração de resíduos oleosos.

Minimizamos a geração de resíduos perigosos ao longo dos últimos 4 anos. Houve redução de 11% de 2016 para 2019. O incremento na geração de resíduos não perigosos, em 2019, quando comparado ao histórico, se deu pelo aumento pontual de atividades não-contínuas de limpeza e manutenção, bem como obras de engenharia.

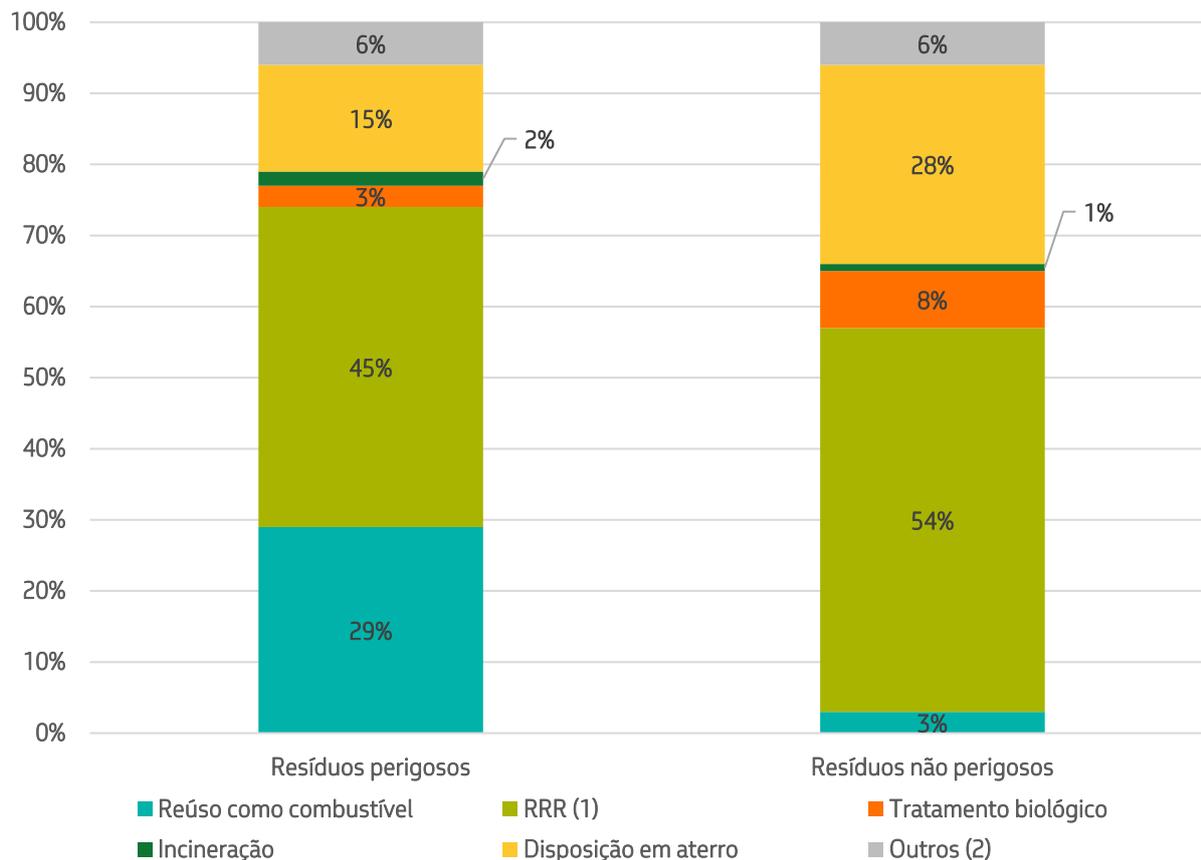
Foram destinadas, respectivamente, 109 mil e 230 mil toneladas de resíduos perigosos e não perigosos dos nossos processos. O gerenciamento adequado dos nossos resíduos sólidos permitiu que 74% da massa dos resíduos perigosos gerados nos processos fosse destinada para rotas RRR (Reúso, Reciclagem e Recuperação), desempenho melhor que o de 2018 (71%). O total de resíduos de processos destinados para rotas não RRR foi de 125 mil toneladas, portanto, inferior ao Limite de Alerta estabelecido para o ano (137 mil toneladas).

RESÍDUOS PERIGOSOS DESTINADOS (MIL TONELADAS)



Os métodos de destinação dos resíduos são determinados por nós e executados por empresas contratadas, especializadas e licenciadas pela autoridade ambiental.

TECNOLOGIAS DE DESTINAÇÃO



(1) Excetuando reúso como combustível.

(2) Resíduos devolvidos aos fornecedores, submetidos a tecnologias não convencionais de destinação ou a mais de um tipo de tratamento.

Todos os resíduos perigosos destinados foram transportados para permitir que ocorresse o tratamento ou a disposição final ambientalmente adequados. Empregamos, tanto para a etapa de transporte quanto para a de destinação, fornecedores licenciados pelas autoridades competentes (ambientais, de transporte e de vigilância sanitária). Em 2019, foram transportados nacionalmente 109 mil toneladas de resíduos perigosos e 230 mil toneladas de resíduos não perigosos dos nossos processos. No ano em referência, não realizamos qualquer remessa internacional de resíduos.

Geramos aproximadamente 5 mil toneladas de cascalhos e fluidos perigosos nos processos de exploração e produção, em 2019. Alternativas de tratamento ou disposição final ambientalmente adequadas desses materiais são adotadas, em consonância com a legislação vigente e as autoridades ambientais.

A Petrobras Distribuidora, nossa subsidiária até julho de 2019, relata sua associação como fundadora do Instituto Jogue Limpo, programa de logística reversa e destinação ambientalmente correta de embalagens plásticas de lubrificantes usadas, o qual se transformou em instituto, em 2014, como instrumento para o cumprimento das observações legais do acordo setorial proveniente da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei nº 12.305/10). As operações do Instituto Jogue Limpo abrangem, atualmente, 14 estados e o Distrito Federal. Em 2019, foram recolhidas pelo instituto mais de 5 toneladas de embalagens usadas.

Dentro das atividades desenvolvidas pela Petrobras Distribuidora, a fabricação de lubrificantes para uso em veículos e equipamentos é considerada como “produção e serviço primário”. Constam na lista, abaixo, os materiais utilizados em 2019 para a fabricação desses produtos que não são integrados ao produto final:

PRODUTO	PESO(TON)
Materiais não-renováveis utilizados	531,8
Baldes, latas, recipientes metálicos ou cilindros de gás (vazios) contaminados	23,8
Embalagens plásticas contaminadas com óleo (incluindo bombonas)	36,7
Tambores metálicos (200l) vazios contaminados	471,3
Materiais renováveis utilizados	374,85
Pallets	374,85

A Petrobras Distribuidora realiza recuperação de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (OLUC), bem como recuperação de embalagens plásticas de lubrificantes.

Os percentuais de materiais recuperados são:

- 36% de lubrificantes recuperados* do total da comercialização líquida do Brasil e 40% de lubrificantes recuperados do total de lubrificantes passíveis de coleta no Brasil
- 27% de embalagens plásticas de 1L de lubrificantes recuperadas do total de lubrificantes vendidos nesse formato de embalagens.

* Os dados para o indicador de lubrificantes recuperados foram coletados no Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP) e para o indicador de embalagens recuperadas foram usados dados do Programa Jogue Limpo. Todas essas informações são organizadas pela gerência responsável pela fabricação, armazenamento e distribuição de lubrificantes na Petrobras Distribuidora.

306-3

Prontidão para Resposta a Vazamentos

Os planos de resposta a vazamentos se estruturam em níveis local, regional e corporativo. O plano de contingência corporativo fornece a estrutura e as informações para disponibilização de recursos adicionais aos Planos de Resposta a Emergências das unidades, no Brasil e no exterior. Esses recursos adicionais estão distribuídos nos Centros de Defesa Ambiental (CDAs) e em bases avançadas, localizados em vários pontos do território nacional, além de nos Centros de Resposta a Emergência da Transpetro.

Além da estrutura do Sistema CDA, somos sócios da *Oil Spill Response Limited* (OSRL), instituição especializada de resposta a emergências relacionadas a derramamento de óleo que provê apoio com recursos para atuação complementar no caso de resposta nacional ou internacional (Tier 3) com o uso de *capping* (capeamento), aeronaves para aplicação de dispersantes e dispersantes químicos para o controle da fonte em cenários de *blowout* (explosão).

Para mais
informação
sobre nossos
simulados,
consultar
"Segurança das
Operações".

Em 2019, realizamos 26 exercícios simulados de âmbito regional, incluindo treinamentos de resposta a vazamentos.

Por intermédio do Cenpes, mantemos, em caráter permanente, linhas de pesquisa nas áreas de aplicação de dispersantes químicos, monitoramento ambiental, avaliação de impactos ambientais, ecotoxicidade, modelagens e caracterização do comportamento de petróleo no mar. Adicionalmente, o parque de equipamentos de contingência vem sendo atualizado continuamente com a incorporação de dispositivos mais eficientes, tanto para uso terrestre e costeiro, como para o *offshore*. Por fim, parcerias internacionais foram firmadas de forma a permitir o acesso a equipamentos e recursos de vanguarda.

O volume vazado de petróleo e derivados registrado foi de 415,3 m³ em 2019, em um total de 17 vazamentos.

VOLUME VAZADO DE PETRÓLEO E DERIVADOS - VAZO (m³)

Descrição	2019
Número total de vazamentos acima de 1 bbl	17
Volume total de vazamentos acima de 1 bbl	415,3 m ³
Volume médio vazado por outras empresas do setor de óleo e gás em 2018*	649,25 m ³

São computados os volumes de óleo vazado relacionados à nossa operação (não inclui derivações clandestinas) de todas as ocorrências que individualmente respondam por volume vazado acima de um barril (0,159m³) e que tenham atingido corpos hídricos ou solo não impermeabilizado. O total de 415,3 m³ equivale a cerca de 2.612 barris.

*Média *peer group*: dados de volumes vazados extraídos de relatórios de sustentabilidade ou similares publicados pelas empresas que compõem o nosso *peer group*. Até o fechamento deste relatório, não haviam sido divulgados todos os dados a respeito de volumes vazados pelas empresas no nosso *peer group* referentes a 2019.

CARACTERÍSTICAS DAS OCORRÊNCIAS POR VOLUME DE VAZAMENTOS (%)

PAÍS ONDE OCORREU O VAZAMENTO	Status
Brasil	100%
Outros	0%
Derivados	0,5%
Petróleo	99,5%
Mar	97,9%
Solo	2%
Corpo Hídrico	0,1%
CAUSA DOS ACIDENTES	
Tombamento de veículos	0,4%
Rompimento de duto ou tubo	0,6%
Falha em equipamentos	61,8%
Corrosão de tubo ou equipamento	6,4%
Falha em válvula	0,1%
Outros	30,7%

Medidas de Resposta Adotadas nos Casos de Vazamentos Significativos

Nossa subsidiária Transpetro dispõe de sistemas informatizados para monitoramento da integridade de determinados ativos que opera. Os *softwares* auxiliam as equipes a implementarem técnicas de manutenção para prevenir a

ocorrência da perda da contenção primária, mitigando riscos de derramamento acidental dos produtos transportados no meio ambiente. A estratégia de prevenção de vazamentos considera:

- a) Atividades de inspeção, manutenção e atendimento à integridade de equipamentos, sistemas de oleodutos e faixas de dutos;
- b) Cumprimento de procedimentos operacionais, treinamento de operadores e controle de variáveis de processo;
- c) Atividades de comunicação e relacionamento com comunidades próximas às faixas de dutos.

A Transpetro realizou em setembro uma simulação de vazamento de gasolina causado por tentativa de furto no duto Osvat 22, na altura do bairro Parque Guarani, na zona leste de São Paulo (SP). O exercício teve o objetivo de verificar a efetividade das ações de resposta da subsidiária e treinar a comunidade para agir com segurança em situações de emergência. A atividade, que contou com a participação dos moradores do entorno e de diversas instituições, alerta, ainda, para os riscos associados a esse crime, entre eles incêndio e explosão. Cerca de 200 pessoas participaram do treinamento, que reproduziu um cenário de perfuração de duto por três criminosos, culminando em vazamento de gasolina e incêndio. A contenção do vazamento foi feita em conjunto com os diversos órgãos que participaram da atividade. Toda a ação contou com a parceria da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Saúde (Samu), Ibama, Cruz Vermelha, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e Companhia de Engenharia de Tráfego (CET).

Em 2019, a Transpetro registrou 203 ocorrências de derivações clandestinas. Dessas ocorrências oriundas de derivações clandestinas, 22 foram com vazamento. O volume de vazamento referente a essas 22 ocorrências foi de 832,4 m³.

Atuação na Limpeza de Praias do Nordeste Brasileiro em Vazamento não Oriundo de nossa Operação

Em virtude de nosso robusto processo de preparação e resposta a emergências, contribuímos fortemente na limpeza de praias atingidas por vazamentos não oriundos de nossa operação na região Nordeste do Brasil entre setembro e novembro de 2019.

Pudemos contribuir para o reparo deste desastre ambiental em virtude de nossa capacidade de preparação e resposta de abrangência ímpar no Brasil. Além dos serviços ressarcidos pelo Ibama, também atuamos com serviços voluntários para a recuperação dos ecossistemas atingidos.

Mesmo não sendo responsáveis pelo vazamento do óleo, atendemos a todas as solicitações do Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), grupo multidisciplinar composto por Marinha, ANP e Ibama nos termos do Plano Nacional de Contingência e que apoiou a coordenação em âmbito nacional dos esforços de resposta ao vazamento. Desta maneira, atuamos de forma integrada a esse grupo, apoiando as ações de planejamento e prestando suporte técnico para os aspectos operacionais e logísticos da emergência.

PRINCIPAIS NÚMEROS DA OPERAÇÃO

	<p>RESÍDUOS</p> <p>Treinamos + de 900 pessoas em técnicas de limpeza de praias, com previsão de treinar 1.200 no total.</p>		<p>RESÍDUOS</p> <p>Fornecemos + de 10.000 kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para militares, empregados e voluntários que fazem a limpeza das praias.</p>
	<p>RESÍDUOS</p> <p>Recolhemos cerca de 500 toneladas de resíduos.</p>		<p>GEORREFERENCIAMENTO</p> <p>Utilizamos sistema on-line com informações de apoio à tomada de decisões.</p>

MONITORAMENTO AÉREO, MARÍTIMO E REMOTO
+ DE 15.000 KM DE VOO E 1.700 KM NAVEGADOS

 <p>2 HELICÓPTEROS PARA MONITORAMENTO AÉREO DAS PRAIAS E ÁREAS SENSÍVEIS.</p>	 <p>2 NAVIOS RECOLHEDORES DE ÓLEO PARA MONITORAMENTO MARÍTIMO.</p>	 <p>FORNECEMOS IMAGENS DE SATÉLITE DE ÁREAS DO NORDESTE PARA MONITORAMENTO.</p>
--	---	--

*Atualizado em 11.11.2019

102-43; 103-1; 103-2; 103-3; OG13

Segurança das Operações

A integridade dos ativos, uma das condições para a segurança de processos, está relacionada ao nosso compromisso com a vida, a segurança e o meio ambiente.

O desenvolvimento de tecnologias mais seguras e a aplicação de requisitos de SMS nos projetos de investimento são de extrema importância para nossa atuação em condições desafiadoras como as do pré-sal. Em 2020 a Petrobras inaugurou no CENPES o Laboratório de Inovação em Segurança, com o objetivo de desenvolver de forma ágil as novas soluções digitais em segurança voltadas à melhoria e simplificação de processos, incorporação das tecnologias digitais e implementação da visão de futuro da Petrobras em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). O ambiente busca interação entre a Petrobras, a Indústria, *startups* e a Academia (Universidades e Institutos de pesquisas e desenvolvimento) com foco na geração de ideias, demonstração de soluções e desenvolvimento de modelos conceituais e protótipos, além de testes de soluções em campo, sempre com a visão de implantação: o projeto só termina se fracassar ou se for aplicado e perenizado.

O Laboratório de Inovação em Segurança irá desenvolver soluções digitais utilizando tecnologias como robótica, análise inteligente de vídeos, dispositivos vestíveis (*wearables*), realidade virtual e aumentada, *data analytics*, *human-centered design*, entre outras, com o objetivo de melhorar e simplificar processos e compreender o comportamento humano, buscando diminuir os erros e melhorar as condições de segurança operacional, ocupacional e de processos.

Na carteira de projetos de P&D de Libra, temos o Projeto Fatores Humanos, aplicado nas operações no campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos, em cooperação com a PUC-RS, que emprega uma nova abordagem, abrangente e transversal, fundamentada nos conceitos de fatores humanos e engenharia de resiliência. Por utilizar uma visão interdisciplinar, possibilita identificar pontos desconhecidos ou mesmo invisíveis às abordagens clássicas de gestão da segurança. A primeira fase do projeto foi encerrada em maio de 2019 e suas entregas consistiram na análise e modelagem de operações críticas e prova de conceito de ocasiões em que o sistema (a operação propriamente dita) foi capaz de desarmar, recuperar-se ou adaptar-se às potenciais situações de risco. Adicionalmente, essas análises geraram um conjunto de 20 recomendações cuja implementação é encaminhada por um grupo interdisciplinar de Libra, com a cooperação da PUC-RS na segunda fase desta pesquisa, iniciada em novembro de 2019.

Na fase de operação dos ativos, a gestão da integridade envolve o acompanhamento e a avaliação contínua dos ativos, sejam plataformas, refinarias, usinas termelétricas, ativos de processamento de gás, para assegurar que continuem adequados à sua finalidade. A gestão da integridade reduz a possibilidade de ocorrências de consequências negativas, com impactos adversos sobre a segurança das pessoas, das instalações, do meio ambiente e, conseqüentemente, sobre a produção do ativo. São realizadas inspeções nos itens do ativo a fim de detectar as possíveis falhas e realizar manutenções preventivas ou corretivas. Para tanto, destacamos as paradas de manutenção programadas.

Em 2019, realizamos 27 paradas de manutenção em ativos termelétricos, 7 em ativos de gás natural e 107 em refino. Na Petrobras Biocombustível, foram realizadas 3 paradas totais de manutenção nas usinas de biodiesel e 10 parciais. Além disso, em nossos ativos de Exploração e Produção, realizamos 37 paradas em plataformas e 2 em instalações terrestres. E em 2020, planejamos realizar 36 paradas de manutenção em plataformas e 5 em instalações terrestres, 18 em termelétricas, 10 em ativos de gás natural, 83 em refino e 12 na Petrobras Biocombustível, sendo 11 parciais e 1 total.

Em intervalos de tempo definidos conforme as características dos ativos, são realizadas paradas programadas para manutenção. Essas paradas pressupõem um minucioso planejamento do escopo e das contratações necessárias para a execução dos serviços, que visam garantir a integridade dos ativos, assegurando alto nível de confiabilidade durante o prazo de campanha.

Nossas práticas de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) se baseiam nas Diretrizes Corporativas de SMS que são convergentes com o Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional (SGSO), que consiste em um conjunto de práticas de gestão definidas a partir da Resolução nº 5 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que trata da garantia da segurança operacional das instalações industriais.

As nossas 15 Diretrizes de SMS são:

- 1) **Liderança e Responsabilidade:** Ao integrarmos segurança, meio ambiente e saúde à nossa estratégia empresarial, reafirmamos o compromisso de todos os nossos empregados e contratados com a busca de excelência nessas áreas;
- 2) **Conformidade Legal:** As nossas atividades devem estar em conformidade com a legislação vigente nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde;
- 3) **Avaliação e Gestão de Riscos:** Riscos inerentes às nossas atividades devem ser identificados, avaliados e gerenciados, de modo a evitar a ocorrência de acidentes e/ou assegurar a minimização de seus efeitos;
- 4) **Novos Empreendimentos:** Os novos empreendimentos devem estar em

- conformidade com a legislação e incorporar, em todo o seu ciclo de vida, as melhores práticas de segurança, meio ambiente e saúde;
- 5) **Operação e Manutenção:** As nossas operações devem ser executadas de acordo com procedimentos estabelecidos e utilizando instalações e equipamentos adequados, inspecionados e em condições de assegurar o atendimento às exigências de segurança, meio ambiente e saúde;
 - 6) **Gestão de Mudanças:** Mudanças temporárias ou permanentes devem ser avaliadas visando à eliminação e/ou minimização de riscos decorrentes de sua implantação;
 - 7) **Aquisição de Bens e Serviços:** O desempenho em segurança, meio ambiente e saúde de contratados, fornecedores e parceiros deve ser compatível com os nossos padrões;
 - 8) **Capacitação, Educação e Conscientização:** Capacitação, educação e conscientização devem ser continuamente promovidas, de modo a reforçar o comprometimento dos nossos colaboradores com o desempenho em segurança, meio ambiente e saúde;
 - 9) **Gestão de Informações:** Informações e conhecimentos relacionados a segurança, meio ambiente e saúde devem ser precisos, atualizados e documentados, de modo a facilitar sua consulta e utilização;
 - 10) **Comunicação:** As informações relativas a segurança, meio ambiente e saúde devem ser comunicadas com clareza, objetividade e rapidez, de modo a produzir os efeitos desejados;
 - 11) **Contingência:** As situações de emergência devem estar previstas e ser enfrentadas com rapidez e eficácia, visando à máxima redução de seus efeitos;
 - 12) **Relacionamento com a Comunidade:** Devemos zelar pela segurança das comunidades onde atuamos, bem como mantê-las informadas sobre impactos e/ou riscos eventualmente decorrentes de nossas atividades;
 - 13) **Análise de Acidentes e Incidentes:** Os acidentes e incidentes decorrentes das nossas atividades devem ser analisados, investigados e documentados, de modo a evitar sua repetição e/ou assegurar a minimização de seus efeitos;
 - 14) **Gestão de Produtos:** Devemos zelar pelos aspectos de segurança, meio ambiente e saúde de nossos produtos, desde sua origem até a destinação final, bem como empenhar-nos na constante redução dos impactos que eventualmente possam causar;
 - 15) **Processo de Melhoria Contínua:** A melhoria contínua do nosso desempenho em segurança, meio ambiente e saúde deve ser promovida em todos os níveis da nossa organização, de modo a assegurar nosso avanço nessas áreas.

Nossa subsidiária Transpetro realiza inspeções de segurança na malha de dutos e de integridade das faixas de dutos. Em 2019, destacamos auditoria externa que avaliou o padrão de segurança do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, apontando como resultado a inexistência de desvios críticos de segurança nas instalações da Estação de Redução de Pressão (ERP) de Manaus e Iranduba e os Pontos de Entrega de Manaus (Mauá e Aparecida) e dos municípios de Iranduba e Manacapuru.

Em decorrência do aumento dos furtos de combustíveis nos nossos dutos, lançamos, em 2019, o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos (Pró-Dutos). Furtos e tentativas de furto nos dutos trazem inúmeros riscos à segurança nas faixas, sendo um dos maiores a possibilidade de vazamentos, explosões e incêndios. Em junho, uma menina de 9 anos morreu após ter contato com gasolina em uma tentativa de furto de combustíveis em um oleoduto operado pela Transpetro. Trabalhamos intensamente na conscientização dos riscos que envolvem as derivações clandestinas e lamentamos que esse ato ilegal perpetrado por terceiros tenha vitimado uma criança.

No dia 15/12/2019, ocorreu um acidente com uma criança da comunidade de Siririzinho, em Sergipe, que acessou a locação de um poço em produção através de abertura na cerca danificada por terceiros. Foi acionada a estrutura de resposta à emergência, porém o acidentado veio a óbito no local. Prestamos apoio à família, constituímos comissão de investigação e reforçamos nossas rondas de inspeção nas instalações e estruturas de proteção das mesmas.

Por isso, reforçamos constantemente o relacionamento com os moradores e esclarecemos sobre a importância do engajamento de todos. Neste sentido, em 16 de agosto realizamos o “Dia do 168”. O evento aconteceu simultaneamente em 12 cidades dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, com ações de orientação às comunidades vizinhas às nossas instalações sobre segurança nas faixas de dutos e os riscos que as tentativas de furtos podem trazer. Também teve por meta ampliar a divulgação do número 168, canal de contato direto entre nós e a população para denúncias de ações não autorizadas em dutos.

PRÓ- DUTOS

Objetiva prevenir furtos de combustíveis, minimizar riscos e evitar impactos das atividades criminosas

Conta com parcerias com o poder público

PROGRAMA INTEGRADO PETROBRAS DE PROTEÇÃO DE DUTOS

Lançamos, em junho de 2019, o Programa Integrado Petrobras de Proteção de Dutos - Pró-Dutos, com o objetivo de prevenir furtos de combustíveis da malha de mais de 14 mil quilômetros de oleodutos operada pela Transpetro. A criação do programa foi motivada pelo aumento das ocorrências desse tipo: de 72 furtos, em 2016, para 203, no ano passado: um crescimento de mais de 180%. O programa prevê parcerias com o poder público e consolida os nossos investimentos para minimizar riscos e evitar impactos das atividades criminosas.

A Transpetro mantém um programa de relacionamento com as comunidades vizinhas à rede de dutos e disponibiliza o número 168 para que a população denuncie ações de pessoas não autorizadas nos dutos. Quem sentir cheiro forte de combustível ou observar pessoas ou veículos pesados trabalhando próximo aos dutos, em especial fora do horário comercial, pode ligar para o 168. A ligação é gratuita e o anonimato é garantido. O contato também pode ser feito pelo Whatsapp (21 99992-0168), com mensagens de texto, voz, vídeo ou mesmo fotografias de qualquer movimentação suspeita próxima aos dutos. Além disso, foi lançado o sítio <https://roubodecombustiveis.transpetro.com.br>, no qual é possível ficar por dentro de nossas ações para prevenir o roubo de petróleo e derivados em nossas instalações.

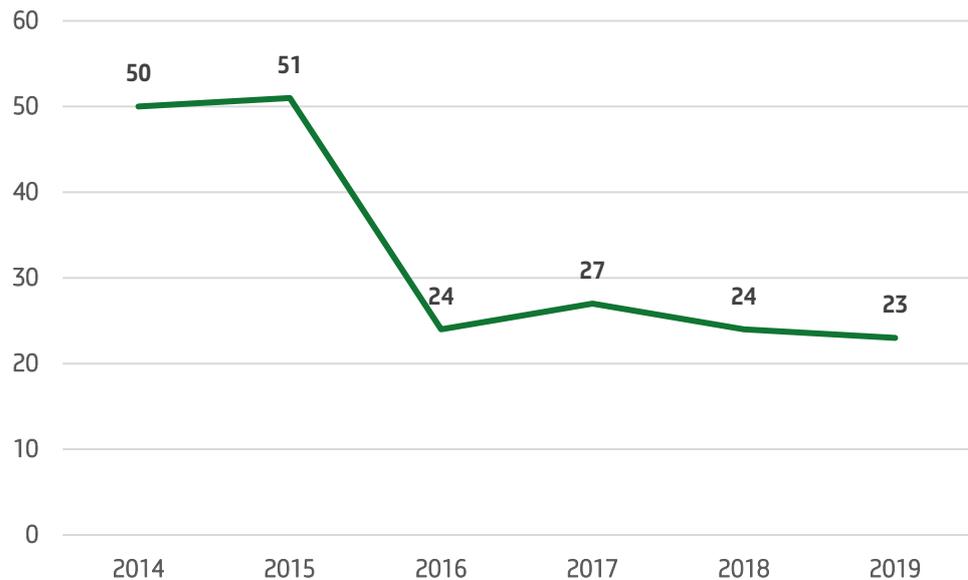
Em 2019, conseguimos reduzir o número de incidentes de furtos de petróleo e derivados em 22%, em comparação com os 261 roubos ocorridos em 2018 e reduzimos o volume de petróleo e derivados roubados em 35% em comparação com os 10,8 milhões de litros de produtos roubados em 2018."

Segurança de Processo

Acompanhamos nosso desempenho em Segurança de Processo por meio de indicadores estabelecidos conforme as melhores práticas da indústria, o que nos permite monitorar nosso desempenho frente ao de nossos pares. Monitoramos o Número de Anomalias de Segurança de Processo Nível 1 (Nasp Tier 1) e Nível 2 (Nasp Tier 2). Esses indicadores registram a ocorrência de acidentes de segurança de processo, que são eventos caracterizados por perdas de contenção primária, com liberações não planejadas ou não controladas de produtos perigosos ou energia em instalações de processamento. Acidentes de segurança de processo possuem potencial de causar impactos ambientais, danos às instalações e à saúde das pessoas. O indicador Nasp Tier 1 registra os acidentes de segurança de processo de maior gravidade.

Em 2019, registramos 23 acidentes de segurança de processo Tier 1 e 87 acidentes Tier 2. Em todos os casos, os acidentes foram investigados para identificação de suas causas e definição de ações corretivas e preventivas, cuja implementação é monitorada.

NASP TIER 1*



*Acidentes de Segurança de Processo são classificados conforme guias do *American Petroleum Institute* (API). Anomalias de segurança de processo relacionadas a derivações clandestinas em dutos são registradas separadamente. Em 2019, houve 43 ocorrências TIER 1.

Preparação e Resposta a Emergências

Nossa gestão de SMS define, na Diretriz 11 – Contingência, que as situações de emergência devem estar previstas e ser enfrentadas com rapidez e eficácia visando a máxima redução de seus efeitos. Desta forma, a gestão de contingência prevê a avaliação de cenários acidentais; os recursos e tecnologias disponíveis; os impactos sociais, ambientais e econômicos das situações de emergência; treinamentos e simulados; bem como o envolvimento de públicos relevantes a exemplo das comunidades vizinhas. Contamos com planos de resposta a emergência (PRE) em níveis local, regional e nacional.

Em 2019, realizamos diversos simulados, dos quais 15 se destacam.

PRINCIPAIS SIMULADOS DE 2019

Área de negócio	Simulado	Destaque de relacionamento comunitário
E&P	UN-BS (Simulado de Campo e <i>Table Top</i>): 09 e 10 de abril – Vazamento de óleo no mar proveniente de rompimento de riser	Parte campo e parte <i>table top</i> – Cenário de vazamento no pré-sal, sem toque de óleo na costa, mas com provável engajamento de entidades do Terceiro Setor
	UN-BA (Simulado de Campo e <i>Table Top</i>): 29 de maio – Vazamento de óleo diesel proveniente de furo em tanque de armazenamento	Sem evidências registradas
	UN-RNCE (Simulado de Campo): 10 de setembro – Vazamento de óleo no mar devido a rompimento de duto submarino	Sem evidências registradas
	UN-Rio (Simulado de Campo): 26 de setembro – Identificação de presença de pelotas de óleo na costa (Região de Arraial do Cabo/RJ)	Integrante da Assessoria de Articulação. Impacto à comunidade na Praia dos Anjos
Refino	RLAM (Simulado <i>Table Top</i>): 21 de maio – Vazamento de óleo no Rio Mataripe	Informar comunidade previamente de que é um simulado. Impacto às comunidades: petrolização de animais e manguezal.
	RLAM (Simulado de Campo, com BST e CMT): 28 de maio – Vazamento de óleo no Rio Mataripe	Informar comunidade previamente que é um simulado. Impacto às comunidades: petrolização de animais e manguezal.
	RECAP (Simulado de Campo): 14 de novembro – Incêndio em no P 807-C (TQ de aguarrás)	Sem evidências registradas
	REFAP (Simulado de Campo): 09 de dezembro – Grande Vazamento Hidrocarboneto Gasoso. Uma descrição mais detalhada seria: Vazamento de propano pelo flange inferior do casco do P-300042 com formação de nuvem seguida de explosão.	Participação da área de Responsabilidade Social na fase de planejamento e execução. Responsabilidade Social informou aos grupos de contato e relacionamento comunitário. A Defesa Civil informou a ocorrência às empresas do PAM, que deram auxílio no atendimento às vítimas. Na Escola Municipal de Educação Infantil Marione Leite, em Canoas, crianças e professores adotaram o procedimento de abandono.
	REGAP (Simulado de Campo): 12 de dezembro – Explosão em nuvem de GLP formada a partir de vazamento no costado do TQ 16C (esfera)	Participação da área de Responsabilidade Social na fase de planejamento e execução. De acordo com o cenário estabelecido, houve envolvimento de órgãos externos e o impacto seria nas comunidades Cascata e Petrolina, de Ibirité.

Área de negócio	Simulado	Destaque de relacionamento comunitário
Gás	UTGCA (Simulado <i>Table Top</i>): 07 de outubro – Grande vazamento de gás propano devido à ruptura de tubulação.	Sem evidências registradas
	UTGCAB (Simulado de Campo, com BST): 22 de outubro – Curto circuito em painel elétrico com formação de arco voltaico na face de um dos Operadores de Área.	Sem evidências registradas
Projetos	COMPERJ (Simulado <i>Table Top</i>): 26 de agosto – Incêndio em vegetação	Sem evidências registradas
	POÇOS (Simulado <i>Table Top</i>): 09 e 10 de outubro – Perda de contenção em poço	Sem evidências registradas
	SUB (Simulado <i>Table Top</i>): 23 de outubro – Deriva de embarcação e acidente com mergulhador	Sem evidências registradas
	Dutos: 13 de outubro - simulação de acidente iniciado por derivação clandestina no Osvat 16, em trecho localizado próximo à Estação de Suzano.	Sem evidências registradas

103-1; 103-2; 103-3

Programa de Avaliação de Gestão de SMS

Estamos cientes da importância do meio ambiente, segurança e saúde tanto para a sociedade quanto para nossas atividades cotidianas. Além disso, a melhoria contínua do desempenho em segurança, meio ambiente e saúde (SMS) deve ser promovida em todos os níveis de nossa organização, de modo a assegurar nosso avanço nessas áreas. Para tanto, a avaliação da gestão de SMS é executada por meio do Programa de Avaliação da Gestão de SMS (PAG-SMS). Esse processo é baseado na verificação do atendimento aos padrões derivados das 15 Diretrizes Corporativas de SMS.

O PAG-SMS tem o objetivo de reduzir os riscos de acidentes e incidentes e seus impactos nos processos industriais, nas pessoas e no meio ambiente, promovendo o aprendizado e a melhoria contínua do desempenho de SMS. A avaliação do PAG-SMS é a mais abrangente possível, de modo que os resultados possam representar o universo avaliado.

As avaliações são realizadas por especialistas nas seguintes Dimensões: Gestão; Segurança Ocupacional; Segurança das Operações; Integridade dos Ativos; Meio Ambiente; Saúde e outras dimensões específicas.

Cada dimensão é composta por temas e subtemas (ver figura a seguir) que são detalhados por meio de Listas de Verificação (LVs) customizadas para atendimento às suas especificidades. As LVs servem como ponto de referência para a trilha de avaliação. Com base no resultado da avaliação da gestão de SMS, as unidades, em articulação com o SMS corporativo, consolidam planos de ação que visam à prevenção e/ou correção das anomalias identificadas. Nesses planos, devem estar definidos os responsáveis, os recursos e os prazos para a implementação.

RELAÇÃO DE DIMENSÕES, TEMA SE SUBTEMAS DO PAG-SMS

GESTÃO

- PLANEJAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA
- AUDITORIAS
- COMPROMISSO DA LIDERANÇA
- GESTÃO DA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS
- TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO
- COMUNICAÇÃO
- CONFORMIDADE
- GESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO
- ANÁLISE E TRATAMENTO DE ANOMALIAS
- ASPECTOS, IMPACTOS, PERIGOS E DANOS
- COMUNIDADE

SEGURANÇA OCUPACIONAL

- PRÁTICAS DE TRABALHO SEGURO (PT E ATIVIDADES ESPECIAIS)
- PRODUTOS QUÍMICOS E PERIGOSOS
- CONTINGÊNCIA
- AMBIENTE DE TRABALHO E FATORES HUMANOS

SEGURANÇA DAS OPERAÇÕES

- ESTUDOS DE RISCOS DOS PROCESSOS E DA INSTALAÇÃO
- PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS
- GESTÃO DE MUDANÇAS
- PRONTIDÃO OPERACIONAL
- CONTINGÊNCIA



INTEGRIDADE DE ATIVOS

- EQUIPAMENTOS CRÍTICOS
- INTEGRIDADE MECÂNICA
- PROJETO, CONSTRUÇÃO E MONTAGEM

MEIO AMBIENTE

- LICENCIAMENTO E AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS
- IMPACTO AMBIENTAL
- EMISSÕES ATMOSFÉRICAS
- RECURSOS HÍDRICOS E EFLUENTES
- RESÍDUOS SÓLIDOS
- ÁREAS CONTAMINADAS
- ÁREAS DEGRADADAS
- BIODIVERSIDADE

SAÚDE

- HIGIENE OCUPACIONAL
- PCMSO
- CONTINGÊNCIA
- PROMOÇÃO DE SAÚDE
- ERGONOMIA
- ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE ACIDENTE E /OU DOENÇAS
- RISCO HIGIÊNICO SANITÁRIO

DIMENSÕES ESPECÍFICAS DA ÁREA

- SISTEMAS NAVAIS
- CONTINGÊNCIA
- CONFORMIDADE LEGAL
- SISTEMAS NAVAIS
- INTEGRIDADE DE POÇOS
- DUTOS TERRESTRES
- INTEGRIDADE MECÂNICA
- SISTEMAS SUBMARINOS
- PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADE
- GERENCIAMENTO DA INTEGRIDADE
- EXTENSÃO DE VIDA ÚTIL
- OPERAÇÃO

O PAG-SMS é um processo de avaliação proativo, independente e integrado, cujos resultados são acompanhados em reuniões de análise crítica com a alta administração. As constatações identificadas durante as avaliações são classificadas em críticas, graves, moderadas e leves. São estabelecidos planos de ação, cujos prazos para tratamento levam em conta o grau de criticidade.

Em 2019, foram realizadas 101 auditorias, compreendendo 162 instalações, sendo 133 na Área de Exploração e Produção (E&P).



Social

Nosso capital humano é um dos pilares do crescimento sustentável de nossos negócios. Estimulamos o comportamento voltado para resultados, recompensamos as pessoas pelas metas alcançadas, remuneramos de forma diferenciada por entrega e contribuimos para a atração e retenção de talentos, em uma estratégia de fomento à meritocracia.

A segurança é a nossa prioridade máxima, e em 2019, atingimos o menor nível histórico da taxa de acidentados registráveis (TAR). Foram 0,76 acidentes/milhão de homens-hora, um decréscimo de 24,7% em relação a 2018. Ainda assim, temos o pesar de informar a ocorrência de duas fatalidades desde janeiro do último ano, o que nos entristece e impulsiona cada vez mais a tomar medidas que nos permitam chegar à fatalidade zero. Além do impacto que atinge nossos colaboradores, sofremos pela morte de duas crianças de comunidades localizadas no entorno de nossas operações, sendo uma delas em virtude de uma tentativa de furto de combustíveis em um oleoduto da Transpetro. Trabalhamos intensamente na interação com comunidades e, principalmente, na conscientização dos riscos que envolvem as derivações clandestinas.

Nossa agenda social inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, em conformidade com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, temos conduzido nossos processos de desinvestimentos com responsabilidade e transparência. Adicionalmente, nossa atuação para mitigação e prevenção de violações aos Direitos Humanos junto a comunidades conduziu diagnóstico que priorizou as comunidades tradicionais de pescadores, quilombolas, indígenas, comunidades ribeirinhas e povos de terreiro. Com isso, foi possível elaborarmos planos de relacionamento comunitário, os quais resultaram em desempenho que superou a meta estabelecida. Desenvolvemos também projetos voluntários que atuam diretamente com povos indígenas e estabelecemos abordagem corporativa para orientar casos de reassentamento.

Nosso compromisso pela prevenção à violação aos Direitos Humanos é observado ao longo de nossa cadeia de valor, em especial junto à nossa cadeia de fornecedores. Nos contratos de prestação de bens e serviços considerados de maior risco para violação de direitos humanos aplicamos uma cláusula declaratória específica de responsabilidade social. Realizamos também treinamento de 70 mil pessoas, entre empregados e não empregados, para prevenção e combate ao assédio moral e sexual.

Nossos esforços têm sido reconhecidos e, em 2019, atingimos a pontuação de 46,6% no *Corporate Human Rights Benchmark*, resultado superior à média de 29% para empresas do setor de mineração e petróleo.

Com relação aos nossos investimentos socioambientais, lançamos em agosto a Iniciativa Petrobras Primeira Infância, com intuito de priorizar o investimento em capital humano para crianças de 0 a 6 anos, tendo em vista que ao investir nessa fase de vida a taxa de retorno social é mais elevada.

Outro dado decorrente de nosso investimento socioambiental que merece ser destacado é o marco de 40 milhões de tartarugas protegidas e devolvidas ao mar com as intervenções do Projeto Tamar. Patrocinado por nós há 38 anos, o Tamar promove o engajamento das comunidades costeiras e obtém esses impressionantes resultados graças à formação de uma rede que reúne pescadores, moradores locais, poder público, oceanógrafos, biólogos, engenheiros de pesca e veterinários, em um trabalho contínuo para a recuperação e a estabilidade populacional das cinco espécies de tartaruga encontradas no Brasil.

Destacamos, entre nossas iniciativas ambientais, o esforço integrado de 22 projetos nas atividades do dia mundial de limpeza de praias, com a coleta de 18 toneladas de lixo em 15 estados e 125 quilômetros da costa brasileira, contribuindo para a conservação do oceano e suas espécies.

No que diz respeito aos nossos projetos ambientais com foco em florestas e clima, elaboramos, em 2019, um guia metodológico destinado a orientar a quantificação de carbono dos projetos de conservação e recuperação florestal apoiados pelo nosso programa. O documento estabelece referências técnicas e aplica-se à estimativa das contribuições socioambientais e de redução de gases de efeito estufa (GEE). Os responsáveis pelos projetos podem observar as instruções para quantificar o carbono removido ou emitido para a atmosfera em consequência das suas atividades.

Por fim, nossos resultados permitiram um retorno à sociedade em *royalties*, impostos e bônus de subscrição o valor total de R\$246 bilhões, um recorde histórico que consolida a nossa posição como o maior contribuinte do Brasil.

103-1; 103-2; 103-3; 403; 403-1; 403-2; 403-3; 403-4; OG8; OG13

Programa Compromisso com a Vida

O respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente é um valor que foi reafirmado no nosso posicionamento estratégico, apresentado em setembro de 2019. Temos por meta operar dentro dos melhores padrões de segurança mundial. Uma de nossas métricas de topo, em 2019, é a Taxa de Acidentados Registráveis por milhão de homens-hora (TAR) abaixo de 1,0; desafio confirmado também para o plano estratégico do quinquênio 2020-2024. Para atingir este patamar, desenvolvemos a iniciativa estratégica “Programas para reforço da Gestão de SMS”, que se materializa no Programa Compromisso com a Vida.

O Programa Compromisso com a Vida é formado por ações com foco na prevenção de acidentes e na preservação da vida e do meio ambiente. As ações que compõem o Programa Compromisso com a Vida são estruturadas com base nos resultados das nossas avaliações de gestão de segurança, meio ambiente e saúde (SMS), nas causas básicas identificadas nos processos de investigação de acidentes e nos cenários ambientais dos últimos anos. Lançado em outubro de 2016, é revisado a cada ano e novas ações são inseridas. Em 2019, entrou em seu quarto ciclo, com destaque para ações como:

- Treinamento em Fatores de Risco, com o slogan Saia do Automático;
- Treinamento da força de trabalho;
- Maior avanço na segurança de processo, com prevenção, mitigação e resposta a eventos de perda de contenção de produtos perigosos;
- Avanço no Simplifica Permissão de Trabalho (PT), ganhando agilidade e segurança no processo de PT; e
- Utilização de maneira mais efetiva da tecnologia e da inovação na gestão de riscos.

PROGRAMA COMPROMISSO COM A VIDA



As ações previstas para o Programa Compromisso com a Vida são reportadas mensalmente por cada responsável pela ação no Sistema Planeja. O avanço do programa é acompanhado em diversos níveis organizacionais, culminando na Diretoria e no Comitê de SMS do Conselho de Administração.

Desde o lançamento do primeiro Programa Compromisso com a Vida, em 2016 tivemos a significativa redução da Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) de 2,15 para 0,76. Estamos trabalhando para ter uma cultura de alto desempenho, o que demanda saúde, respeito ao meio ambiente e segurança.

Participação da Força de Trabalho

Todos os nossos empregados estão representados em comitês formais de segurança e saúde. Em nossas unidades de operação e em instalações administrativas, existem Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS)

responsáveis por relatarem condições de risco nos ambientes de trabalho e contribuírem para a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores. Nas unidades localizadas nos demais países onde atuamos, existem também comissões compostas por empregados e orientadas por legislações locais que estabelecem as características, atribuições e responsabilidades dos membros. Os integrantes das comissões recebem capacitação, cumprem rotinas de verificação das condições de segurança das instalações e das ações implementadas para a melhoria dessas condições e participam da investigação de acidentes.

Estimulamos a participação de todos os colaboradores no aprimoramento das questões de segurança e saúde. Consideramos que cuidar uns dos outros é fundamental e, desde 2018, mantemos a campanha de SMS “Cuidar e ser Cuidado”, que incentiva a cultura de segurança para si mesmo e para o próximo. “Cuidar e ser Cuidado” traz a reflexão sobre a necessidade de percebermos que a ajuda, por meio de alertas e intervenções dos colegas, é importante.

A fim de apoiar a cultura de segurança, em 2016, foram definidas dez Regras de Ouro de Segurança. Para tanto, foram considerados os acidentes mais recorrentes na indústria de óleo e gás e no nosso histórico. O treinamento nas Regras de Ouro é uma das ações previstas no Programa Compromisso com a Vida. Ele é obrigatório para todos os nossos colaboradores no Brasil e no exterior.

REGRAS DE OURO



Antes de cada atividade, os colaboradores envolvidos são apresentados aos riscos de SMS. Caso alguma situação se apresente como arriscada, o colaborador deve interromper o trabalho. Quando surgir um imprevisto que represente risco à segurança ou à vida, o trabalhador pode e deve exercer seu direito de recusa em seguir adiante. Nessas situações, é preciso interromper a atividade e comunicar a ocorrência ao superior hierárquico, que deve manter a suspensão das atividades até que a situação venha a ser normalizada, se for constatado o risco grave e iminente.

Adicionalmente, a análise de acidentes de processo Tier1 indicou que a aplicação de um conjunto de “Fundamentos de Segurança de Processo” (FSPs) teria o potencial de eliminar uma parcela significativa desses eventos. Esse resultado evidenciou a importância dessa estratégia de prevenção de acidentes e fez com que esforços fossem direcionados para a implementação dessa iniciativa no âmbito do Programa Compromisso com a Vida.

Os FSPs reforçam boas práticas, já conhecidas nas frentes operacionais, de forma que sejam seguidas pelas equipes e apoiadas pelos supervisores e líderes. O que se espera é que os dilemas enfrentados pelas frentes operacionais no atendimento aos FSPs sejam levantados e que as questões de Segurança de Processo se tornem uma conversa diária com as lideranças envolvidas.

Os FSPs complementam as Regras de Ouro, trazendo foco às questões de Segurança de Processo.

Cinco Fundamentos foram então definidos e reunidos no nosso Manual de Fundamentos de Segurança de Processo. São eles:

**FSP 1****Siga os procedimentos operacionais e de manutenção****FSP 2****Conheça e respeite os limites operacionais seguros****FSP 3****Entenda e monitore as barreiras de proteção****FSP 4****Entenda e controle as fontes de ignição****FSP 5****Percorra a linha e certifique-se dos alinhamentos**

O Manual foi emitido ao final do ano de 2019 e a implementação dos Fundamentos de Segurança de Processo em nossas unidades é prevista para o ano de 2020, por meio do treinamento das frentes operacionais e das lideranças.

Também vale ressaltar as ações de treinamento em Segurança de Processo que vêm sendo conduzidas nos últimos anos na modalidade de ensino a distância. Em 2018, o treinamento foi aplicado aos nossos níveis gerenciais, com atividades ligadas à segurança de processo. Mais de 5 mil gerentes foram treinados.

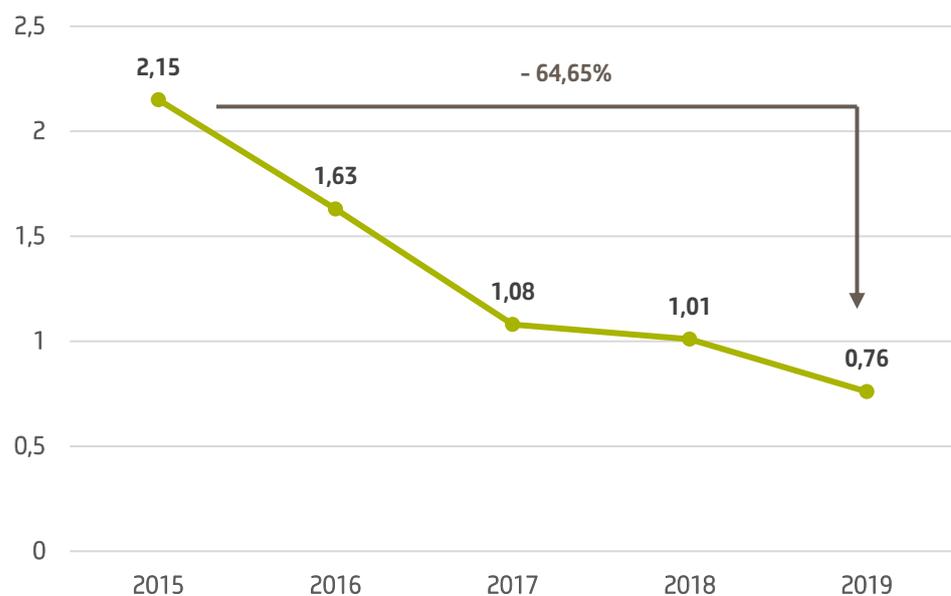
No ano de 2019, o treinamento foi voltado aos trabalhadores das unidades operacionais, bem como operadores de plantas-piloto, tendo por foco aprimorar o reconhecimento de eventos de segurança de processo, os efeitos de perda de contenção primária de produtos perigosos e as barreiras ou camadas de proteção existentes em uma instalação industrial. Mais de 20 mil trabalhadores foram treinados no ano de 2019.

O treinamento habilita quem está lotado ou opera remotamente uma unidade operacional, bem como operadores de plantas-piloto, a reconhecer eventos de segurança de processo, conhecer efeitos de perda de contenção primária de produtos perigosos e quais são as barreiras ou camadas de proteção existentes em uma instalação industrial. Mais de 27 mil trabalhadores e gerentes foram treinados.

Indicadores de Segurança e Saúde Ocupacional

Temos percorrido um caminho que busca maior segurança em nossas operações. E o resultado pode ser percebido no índice recorde da taxa de acidentados registráveis (TAR) de 2019, que ficou em 0,76. Esse é um sinal de que estamos aprimorando nossas práticas de segurança e estamos no mesmo nível de grandes empresas do setor.

TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS (TAR)



Apesar dos esforços direcionados à cultura de segurança, registramos e lamentamos a ocorrência de duas fatalidades em 2019, sendo uma fatalidade em operação de mergulho e uma envolvendo movimentação de materiais. O desempenho dos nossos indicadores de segurança e saúde ocupacional é apresentado abaixo.

INDICADORES DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020 Meta/LMA
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) - Total	1,63	1,08	1,01	0,76	0,99
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) - Empregados	1,09	0,81	0,82	0,71	Não definido
Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) - Contratados	1,81	1,18	1,08	0,78	Não definido
Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA - Total	0,59	0,58	0,57	0,48	0,50
Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA - Empregados	0,47	0,60	0,61	0,62	Não definido
Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFCA - Contratados	0,64	0,57	0,56	0,43	Não definido
Taxa de Incidência de Doença Ocupacional – TIDO - Empregados	0	0,02	0,02	0	0
Média de Dias perdidos por empregado relacionados ao trabalho - Empregados	0,19	0,23	0,18	0,15	Não definido
Percentual de Tempo Perdido - PTP/PTP-S ⁽¹⁾ (%) - Empregados	2,13	2,05	2,13	2,09	2,35 ⁽²⁾

Nota (1): A partir de 2020, este indicador passa a ser denominado Percentual de Tempo Perdido – Saúde – PTP-S. Decidimos por realizar um ajuste no cálculo do indicador Percentual de Tempo Perdido – PTP, de forma a expurgar as horas referentes a férias do total de horas planejadas de trabalho, assim como dados relacionados a empregados cedidos. Com isso, fez-se necessário o ajuste na sua fórmula de cálculo, assim como o estabelecimento de meta para o ano de 2020 com base nos novos parâmetros.

Nota (2): Meta equivalente a 2,07 considerando a metodologia anterior de cálculo.

Nota (3): LMA = Limite Máximo Admissível

Identidade dos indicadores:

- TAR: número de acidentados registráveis por milhão de homens-hora de exposição ao risco. Inclui casos típicos de lesões sem afastamento (excluindo casos de primeiros socorros), de lesões com afastamento, casos de doenças ocupacionais e acidentados fatais.
- TFCA: número de acidentados com afastamento do trabalho decorrente de acidentes típicos ou de casos de doença ocupacional por milhão de homens-hora de exposição ao risco.
- TIDO: número total de casos novos de doenças ocupacionais, por 1.000 empregados.
- Média de dias perdidos por empregado relacionados ao trabalho: número de dias perdidos por empregado. Dados referentes aos afastamentos por causas de saúde relacionadas ao trabalho – acidente e doença. São considerados para o cálculo os dias civis desde o dia seguinte ao da lesão até o dia anterior ao do retorno.
- As taxas relacionadas à segurança no trabalho (TAR e TFCA) incluem empregados próprios e de empresas contratadas. As taxas relacionadas à saúde (TIDO, Média de dias perdidos e PTP) incluem apenas empregados próprios.
- PTP: Total de horas não trabalhadas por doença e acidente acumuladas no período, dividido pelo total de horas planejadas de trabalho acumuladas no período, multiplicado por 100.

Os indicadores de segurança e saúde ocupacional atendem às normas e às práticas da indústria. Para prevenir acidentes, cumprimos normas e adotamos padrões e procedimentos operacionais rigorosos. Somos treinados para operar com segurança e em caso de qualquer dúvida, durante a execução de um procedimento, somos orientados a interrompê-lo imediatamente.

Saúde dos Trabalhadores

Os riscos relacionados aos processos e atividades desenvolvidos nas nossas operações são controlados e descritos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), conforme a NR-9, o qual fundamenta as medidas de proteção e controle elencadas no Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO), normatizado pela NR-7 e desdobrado por meio da Norma N-2691. De acordo com os riscos mapeados no PPRA e monitorados por nossa área de Serviço de Saúde Ocupacional, não foi identificada alta incidência de doença ocupacional em nossos processos.

Nossos colaboradores são convocados para realização de exames de monitoramento específicos, com frequência semestral e/ou anual, com base nos riscos identificados. Monitoramos as principais causas de adoecimento dos nossos empregados por meio de diferentes indicadores de saúde, tais como: Taxa de Hipertensos Compensados (THC), Risco Coronariano (RC), Percentual de Tempo Perdido (PTP), Saúde, Taxa de Prevalência de Diabetes, Taxa de Prevalência de Doença Periodontal (TDP), entre outros. Com base no perfil de saúde da nossa força de trabalho, disponibilizamos aos colaboradores programas de saúde, como por exemplo:

- Programa para Controle de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT);
- Programa de Saúde Mental;
- Programa de Resgate de Potencial Laborativo (PRPL);
- Programa de Controle de Doenças Periodontais;
- Programa de Alimentação Saudável;
- Programa de Promoção de Atividade Física; e
- Programa de Prevenção de Álcool, Tabaco e Outras Drogas.

Modificamos nosso modelo de promoção de atividade física, abrindo a participação para todos os colaboradores. As modalidades de atividade física foram ampliadas, incluindo musculação, *crossfit*, dança, artes marciais, pilates e esportes ao ar livre, estimulando a escolha de uma atividade que o empregado aprecie, ampliando também o número de academias disponibilizadas, tudo isso com o objetivo de tornar a atividade física uma constante na vida do empregado.

Em 2019, desenvolvemos dez campanhas de saúde, por meio da estratégia denominada "Trilha da Saúde", utilizando o nosso portal corporativo e o Portal AMS para publicação de posts interativos mensais, com orientações de saúde relacionadas a aspectos relevantes e prevalentes na população de empregados, como alimentação, atividade física, saúde mental, saúde da família, aleitamento, entre outros. Entre os eventos de saúde realizados, destacamos a "Semana de

Saúde”, a “Campanha de Vacinação Antigripal” e “Longevidade Saudável”.

Em articulação com autoridades de saúde, estamos alinhados às Campanhas Públicas de Vacinação. No ano de 2019, foram imunizados 52.448 trabalhadores (próprios e contratados) contra o vírus da influenza. Além disso, custeamos as vacinas indicadas pelo Programa de Imunização Ocupacional.

Desenvolvemos ações sistemáticas de prevenção de controle de doenças transmissíveis, tais como dengue (vistoria às áreas em busca de possíveis focos e notificação dos casos às autoridades competentes), malária e sarampo.

Por meio do Programa de Saúde do Viajante, orientamos e monitoramos colaboradores em viagem a serviço para regiões endêmicas para doenças transmissíveis, os quais passam por avaliações médica e odontológica prévias. No ano de 2019, foram realizadas 1.021 avaliações pré-viagem médicas e 52 odontológicas.

Tópicos de Saúde e Segurança Abrangidos por Acordos Formais com Sindicatos

Comprometemo-nos, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho, a informar nossos colaboradores, por via eletrônica e individualmente, sobre os riscos ambientais do seu Grupo Homogêneo de Exposição (GHE) e contidos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da Unidade. Também garantimos a avaliação multidisciplinar e o acompanhamento de todos os empregados envolvidos em atuação em emergência.

Os tópicos abrangidos em acordo com os sindicatos são: exames periódicos, acesso aos locais de trabalho, Comissões de SMS de Empregados Próprios e de Empresas Contratadas e CIPAs, funcionamento das CIPAs, Programa de Alimentação Saudável, comunicação de acidente de trabalho, realização de palestras sobre riscos nos locais de trabalho, participação nas apurações dos acidentes, condições de segurança e saúde ocupacional, segurança no trabalho, inspeções oficiais, combate a incêndios e primeiros socorros, monitoramento ambiental e biológico, política de saúde, direito de recusa, prevenção de doenças, acordo do benzeno, campanha nacional de segurança, perfil profissiográfico previdenciário, renovação de frota, fiscalização e treinamento HUET, entre outros.

Impactos em Saúde e Segurança Relacionados a nossos Produtos e Serviços

Atendemos a normas nacionais e internacionais sobre impactos em saúde e segurança, além de explicitarmos a necessidade de seu cumprimento com nossos fornecedores.

Nossos produtos e serviços significativos passam por etapas de avaliação de risco à saúde e à segurança, com vistas a proteger os trabalhadores, as comunidades vizinhas e o consumidor final. Os resultados das avaliações são desdobrados nas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) e nas *Safety Data Sheet* (SDS e eSDS) dos nossos produtos e insumos comercializados no Brasil e no exterior.

O Sistema de Fichas de Produtos Químicos (SFPQ) permite acessar as Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) e as *Safety Data Sheet* (SDS e eSDS) dos nossos produtos e insumos comercializados no Brasil e no exterior. Nos casos em que atuamos como fornecedores, disponibilizamos a FISPQ atualizada para os nossos usuários, na qual estão contidas as principais informações dessas substâncias químicas relativas a saúde, segurança e meio ambiente. Atualmente, o SFPQ disponibiliza 973 fichas de produtos e 1407 de insumos para consulta.

CONTEÚDO DE BENZENO, CHUMBO E ENXOFRE NOS COMBUSTÍVEIS

Descrição	Benzeno médio - Teor Petrobras	Limite máximo da especificação nacional
Gasolina	0,5%	1,0%

Descrição	Enxofre médio - Teor Petrobras	Limite máximo da especificação nacional
Gasolina	36 ppm	50 ppm
Óleo diesel S-10	4 ppm	10 ppm
Óleo Combustível tipo A	0,7 %	2,0 %
Óleo Combustível Marítimo - Bunker	Até 30/09/2019 – 1,0 % A partir de 01/10/2019 – 0,45 %	3,5 %*

*A partir de 01/01/2020, o teor máximo de enxofre do óleo combustível marítimo (Bunker) no Brasil e no mundo passa a ser de 0,5%. Iniciamos, em 01/10/2019, a limitação do teor máximo de enxofre do nosso bunker a esse valor, antecipando o atendimento à nova legislação.

A adição de chumbo somente é realizada na gasolina de aviação GAV, conforme utilizado em todo o mundo. O teor médio de chumbo tetraetila em 2019 foi de 0,46 mLg/L, incluindo o produto importado, sendo o limite máximo de especificação igual

a 0,53 g/L. Nenhum outro produto utiliza aditivos à base de chumbo, conforme legislação vigente.

Em relação ao enxofre, desde 2009, produzimos e comercializamos diesel com baixo teor. Em 2013, o Diesel S-10, que contém teor máximo de enxofre de 10 miligramas para cada 1.000.000 de miligramas do produto (10 ppm, i.e., partes por milhão), substituiu o Diesel S-50, que continha 50 ppm. O Diesel S-10 possibilita aos veículos a diesel utilizarem tecnologias mais modernas de controle das emissões, reduzindo as emissões de material particulado em até 80% e de óxidos de nitrogênio em até 98%, minimizando assim os efeitos respiratórios e cardiovasculares sobre a saúde humana.

Quanto ao benzeno, considerando que este produto é carcinogênico, o parágrafo 1º da Portaria Interministerial Nº 775, de 28/04/2004, do Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego, admite um percentual de benzeno não superior a 1% vol. (um por cento em volume) para os combustíveis derivados de petróleo.

As informações sobre os nossos produtos (incluindo detalhes sobre saúde, meio ambiente e desempenho de equipamentos) estão disponíveis para os consumidores nos seguintes sítios na internet:

- <http://www.petrobras.com.br/pt/produtos-e-servicos/>
- <http://sites.petrobras.com.br/minisite/reach/pt/>
- <http://sites.petrobras.com.br/minisite/assistenciatecnica/>
- <http://www.petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/meio-ambiente/seguranca-operacional/>

103-1; 103-2; 103-3

Recursos Humanos

O mundo está se modificando em velocidade acelerada e a sociedade exige mudanças e quebra de paradigmas. Os hábitos de consumo estão mais conscientes e os ecossistemas sociais empresariais mais complexos. Estratégias do passado não são mais compatíveis com a necessidade de sermos uma empresa mais forte e preparada para atuar neste ambiente de negócios cada vez mais competitivo e dinâmico.

Almejamos ser a melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás e com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente, que se traduz em uma estratégia pautada na criação de valor econômico, com uma gestão ativa de portfólio, garantindo maior resiliência a este cenário de velozes transformações. Portanto, nossos imperativos estratégicos foram pautados em cinco pilares: i) maximização do retorno sobre o capital empregado; ii) redução do custo de capital; iii) busca incessante por custos baixos; iv) meritocracia; v) respeito às pessoas, meio ambiente e segurança.

O Plano Estratégico traz uma agenda de mudanças e a necessidade de transformarmos a nossa cultura, pois as pessoas são o centro de todas essas mudanças. A cultura da Petrobras do Futuro reforça comportamentos alinhados com nossos imperativos estratégicos, como transparência, trabalho em equipe, responsabilidade absoluta sobre as entregas combinadas e assunção do protagonismo das escolhas, com senso de urgência. O incentivo à inovação é total, os colaboradores são convidados a experimentar e aprender e erros honestos são compreendidos como oportunidades de mudança e aprendizado.

Nossa gestão da mudança é focada nas pessoas, por meio de ações coordenadas que visam modificar uma realidade do negócio, em conjunto com processos e tecnologia, aplicadas na implantação de novos projetos, produtos ou nas mudanças organizacionais. Engajamos nossos colaboradores a mudarem sua cultura e seu modo de trabalho, reduzindo a burocracia, aumentando a eficiência, ampliando a quantidade de espaços físicos que fomentam a inovação e reconhecendo o trabalho dos times ágeis.

O foco em alto desempenho e a valorização da cultura de meritocracia se dá a partir do programa de remuneração variável baseado na performance de cada empregado, na evolução de carreira que prioriza o alcance de metas em detrimento do tempo de

Para mais
informação
sobre nossa
transformação
cultural e
transformação
digital, consultar
"Como Geramos
Valor".

serviço, nos processos de seleção para cargos gerenciais e na mobilidade dos colaboradores de acordo com sua ênfase profissional. Queremos ser uma empresa cada vez mais forte, ágil, competitiva e resiliente para nos adaptarmos às mudanças que exigem as estratégias de negócio do século 21.

Vamos preservar e fortalecer aspectos valiosos de nossa cultura, como a capacidade de inovar e de superar desafios, e nos concentrar em produzir com excelência nos campos técnico e econômico, atuando como um só time para gerar valor. E faremos tudo isso com pleno respeito às pessoas e ao meio ambiente, pois a segurança é o nosso maior valor.

102-8; 102-35; 102-36; 102-37; 102-38; 102-39; 102-41; 201-3; 202-1; 202-2; 401; 401-1; 401-2; 401-3; 402; 402-1; 404-2; 404-3; 405; 405-1; 405-2

Gestão de Pessoas

O respeito às pessoas é um dos princípios do nosso Código de Ética e foi explicitado no nosso posicionamento estratégico definido em setembro de 2019. O Guia de Conduta reforça os nossos princípios do respeito, da honestidade e da responsabilidade nas condutas com nossos públicos de relacionamento. Contamos ainda com uma Política Corporativa de Recursos Humanos.

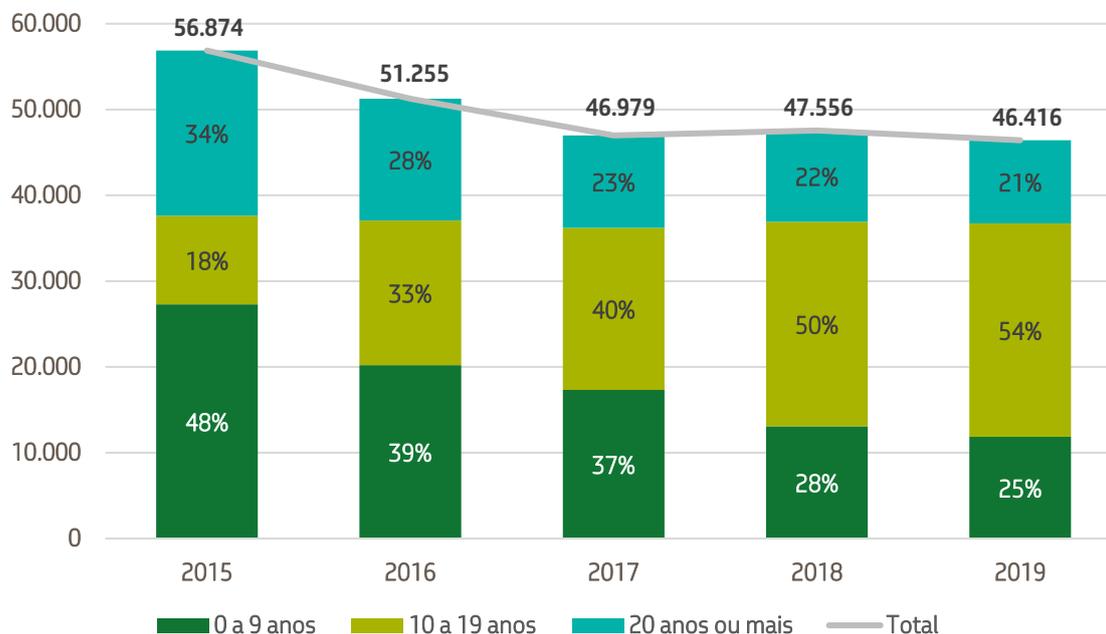
Conforme nosso Posicionamento Estratégico e como expressão de uma gestão de relações de trabalho permeada pelo diálogo, pela valorização dos empregados, pelo respeito por suas representações e pelo equilíbrio entre os anseios dos empregados e os nossos objetivos corporativos, afirmamos nossa política de negociação sindical permanente, com a consolidação de Acordos Coletivos de Trabalho, nos quais as condições objetivas das relações de trabalho estão discriminadas em cláusulas sociais e econômicas.

Efetivo e Perfil da Força de Trabalho

O contrato de trabalho de 46.407 de nossos empregados na controladora segue a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sendo 38.826 homens e 7.581 mulheres. Adicionalmente, temos 9 dirigentes que são estatutários e regidos pelo nosso estatuto, sendo 7 homens e 2 mulheres.

NÚMERO DE EMPREGADOS POR CONTRATO DE TRABALHO E REGIÃO EM 2019 (CONTROLADORA)

Região de Trabalho	CLT	ESTATUTÁRIO
SUDESTE	36.068	9
NORDESTE	7.400	-
SUL	1.853	-
NORTE	929	-
CENTRO-OESTE	157	-
TOTAL	46.407	9

EVOLUÇÃO DO EFETIVO E TEMPO DE COMPANHIA (CONTROLADORA)

Em 2017, foi implementada a redução opcional de jornada diária de oito para seis horas, com redução proporcional da remuneração de 25% aos empregados em regime administrativo e horário flexível que não exercessem função gratificada, por demanda dos empregados identificada em pesquisa de ambiência. Complementarmente, em 2018, foi implantada a redução opcional de jornada semanal com redução proporcional de remuneração de 20%, que possibilitou aos empregados reduzirem de cinco para quatro os seus dias de trabalho por semana, após a negociação das regras com as entidades sindicais. A redução de dias foi oferecida aos empregados que trabalham em regime administrativo de horário flexível e de horário fixo com jornada de trabalho de oito horas diárias e no regime administrativo de categoria diferenciada (assistentes sociais) cuja jornada de trabalho diária é de seis horas, desde que não exercessem função gratificada. Ao final de 2019, um total de 736 empregados (1,59% dos empregados) trabalhavam em jornada de trabalho reduzida com redução proporcional de remuneração, dos quais 610 empregados em redução opcional de carga horária diária, sendo 43% homens e 57% mulheres, e 126 em redução opcional de carga horária semanal com redução proporcional de remuneração, sendo 53% homens e 47% mulheres.

NÚMERO DE EMPREGADOS EM JORNADA REDUZIDA

Descrição	Total	Jornada	Reduzida
		6h/dia	4 dias/sem
Homens	328	261	67
Mulheres	408	349	59
Total	736	610	126

Em 2018, disponibilizamos a opção de trabalho remoto, modalidade na qual empregados de regime administrativo flexível de áreas corporativas podem trabalhar remotamente, em escalas negociadas com seu gestor, limitadas a até 3 dias por semana. Em 31 de dezembro de 2019, 1.080 empregados estavam inscritos nesta modalidade, dos quais 441 mulheres (41%) e 639 homens (59%).

Nos contratos de prestação de serviços, não definimos o número de empregados das empresas contratadas para prestação de serviços que devem atuar na execução dos contratos, mas somente as entregas que deverão ser realizadas conforme previsto no instrumento contratual. Em função disto, informações relacionadas ao gênero ou quaisquer outras informações sobre os profissionais prestadores de serviços, inclusive sobre escala de trabalho, são pertencentes aos seus respectivos empregadores. Dispomos das informações apresentadas para liberação no nosso sistema de acesso corporativo. Assim, em dezembro de 2019, contabilizamos 99.224 empregados de empresas prestadoras de serviços atuando em nossas unidades, classificados em grupos de atividades e áreas geográficas, conforme tabela a seguir.

NÚMERO DE PRESTADORES DE SERVIÇO ATUANDO EM NOSSAS UNIDADES POR REGIÃO GEOGRÁFICA (%)

TIPO DE ATIVIDADE	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Apoio Administrativo	108	1.453	103	7.206	43	8.913
Apoio à Operação Direta e Indireta	334	17.467	2.862	34.636	2.794	58.093
Paradas de Manutenção	11	2.182	2	2.609	55	4.859
Obras	50	4.172	250	22.788	99	27.359
Total	503	25.274	3.217	67.239	2.991	99.224

Em 2019, o número de estagiários ativos totalizou 288, com pagamento de bolsa, auxílio transporte e auxílio alimentação, além de um seguro contra acidentes pessoais. Os estudantes tiveram a oportunidade de atuar nas áreas de Exploração e Produção, Refino e Gás Natural, Desenvolvimento da Produção, Assuntos Corporativos e Presidência.

Já o nosso Programa Petrobras Jovem Aprendiz contemplou 965 jovens distribuídos em 15 estados no país em 2019. O PPJA atende à Lei 10.097/2000 e ao decreto 9.579/2018, que regulamentam que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular em cursos de aprendizagem um número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e a quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. As turmas de aprendizagem do PPJA têm duração de até dois anos e trabalhamos com instituições sociais parceiras que nos apoiam na operacionalização do programa.

Nosso processo interno de sucessão gerencial promove a meritocracia. Assim, é constituído o nosso “banco de talentos”, que considera a identificação dos talentos à luz dos direcionadores estratégicos e dos atributos da nossa cultura. Em 2018, implementamos o processo de seleção interna para o preenchimento de posições gerenciais (de coordenador a gerente geral). Em 2019, o processo de seleção gerencial foi utilizado para o preenchimento de 305 posições, o que correspondeu a 8% das designações gerenciais. No caso do provimento de posições de diretores e titulares de estrutura geral (gerentes executivos e equivalentes) consideramos o perfil necessário, a modalidade de prospecção dos candidatos (banco de talentos, seleção interna e/ou seleção externa), a aplicação de critérios de integridade e *compliance*, a escolha do candidato e a submissão à análise e à validação da DE, do Comitê de Pessoas (COPE) e do CA. Considerando a abrangência de operação predominantemente nacional, o percentual de diretores e titulares de estrutura geral contratados na comunidade local é de 97,8%, dado o número de brasileiros.

O ingresso dos nossos empregados no Brasil é feito por processo de seleção pública, conforme previsão constitucional e plano de cargos e salários vigente, o qual possui como requisito básico exigido para admissão, entre outros, que o candidato tenha nacionalidade brasileira ou portuguesa (quando estiver amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, promulgado no Brasil por meio do Decreto nº 3.927/2001). É permitida a admissão de membro da Diretoria Executiva de outra nacionalidade, quando se tratar de pessoa natural residente no País, conforme previsto em nosso Estatuto Social. Em 2019, os brasileiros eram 99,9% de nossos empregados na controladora, incluindo a alta administração.

Nas empresas do exterior, também mantemos nossa política de priorização de mão de obra local, com 100% dos empregados da Petrobras Operaciones S.A. - Argentina (POSA) sendo de nacionalidade argentina, 100% dos empregados das sucursais da Petrobras Colômbia (PIB-COL e PVIE-COL) colombiana e 97% dos empregados da Petrobras Bolívia (PEB) boliviana.

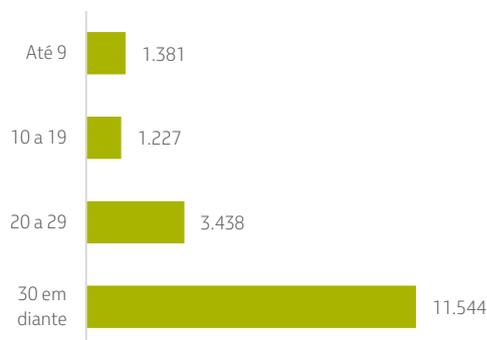
Os processos seletivos públicos na nossa controladora são realizados com salários-base iguais para homens e mulheres e, de acordo com a legislação brasileira, 20% das vagas são reservadas a candidatos negros e 5% a pessoas com deficiência. Em 2019, não foram realizados processos de seleção pública, contudo ingressaram em nossa controladora 288 pessoas, sendo 55 mulheres e 233 homens. Destes ingressos, 199 foram por aprovação em processos seletivos públicos realizados nos anos de 2017 e 2018, ainda vigentes em 2019, sendo 22 mulheres e 177 homens. A distribuição das entradas por faixa etária e região está na tabela a seguir.

NÚMERO DE EMPREGADOS QUE INGRESSARAM EM 2019

REGIÃO	Até 30 anos	De 31 a 41 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total
Centro- Oeste	0	0	1	0	0	1
Nordeste	1	7	1	1	0	10
Norte	0	0	0	0	0	0
Sudeste	170	54	25	18	7	274
Sul	1	0	1	1	0	3
Total	172	61	28	20	7	288

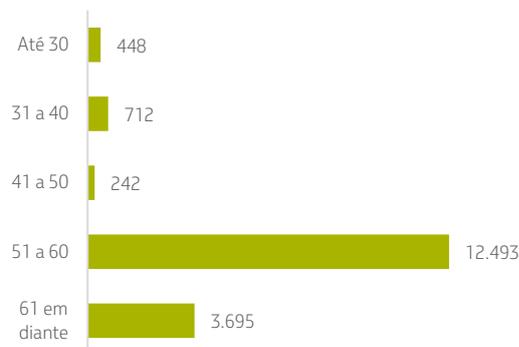
A mobilidade interna dos empregados é organizada, desde 2013, pelo Programa de Movimentação Interna de Empregados (Mobiliza). No Mobiliza, buscamos compatibilizar as necessidades corporativas com as dos empregados. Entre 2013 e 2018, 3.101 movimentações foram aprovadas nesse programa. Em 2019, foram publicadas 1.502 oportunidades, tendo sido aprovadas 945 movimentações. Em 2019, no âmbito do Plano de Pessoal da Gestão de Portfólio, estão sendo planejados processos estruturados de Recrutamento Interno para realocação de empregados oriundos de unidades onde ocorrerem desinvestimentos. Neste caso, são identificadas posições em diversas áreas, com foco no perfil dos empregados das áreas de desinvestimento. O objetivo é oferecermos alternativas de alocação para os empregados em nossas unidades com necessidade de efetivo. Em dezembro, após negociação com Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, foi celebrado acordo com amplitude nacional que estabelece condições complementares para as transferências de empregados decorrentes de desmobilizações e gestão de portfólio. Um dos pontos definidos consiste na comunicação formal e individual aos empregados a serem transferidos, com antecedência mínima de oito semanas da sua efetivação. Em 2019, foram realocados 570 empregados oriundos de unidades em desinvestimento.

PIDVS – POR TEMPO DE CIA



No ano de 2019, lançamos três programas de desligamento voluntário, sendo um deles focado em empregados aposentados, um específico para áreas em processo de desinvestimento e um para empregados de áreas administrativas. Dos 3.294 inscritos nos três programas, 995 se desligaram até 31 de dezembro de 2019. Em 2019, 95 empregados também saíram devido aos programas lançados em 2014 (12 empregados) e 2016 (83 empregados).

PIDVS – POR IDADE



O número total de empregados que optaram por sair devido aos programas é de 17.590 até dezembro de 2019. A indenização total paga como resultado foi de R\$ 5,83 bilhões, representando um retorno financeiro de R\$ 28,34 bilhões em custos evitados em dezembro de 2019. Historicamente, nossa taxa de rotatividade circulou em patamares baixos, com exceção de 2014, 2016 e 2017, em função dos programas realizados. Em 2019, a taxa de rotatividade de empregados observada foi de 1,75%.

Remuneração e Benefícios

O Plano de Carreiras e Remuneração (PCR) e o Plano de Classificação e Avaliação de Cargos (PCAC) estabelecem nossas estruturas de cargos e carreiras, com suas respectivas descrições de atribuições e responsabilidades, requisitos de seus ocupantes, avaliações e respectivas faixas salariais. Alinhado aos nossos objetivos estratégicos, o PCR e o PCAC são os instrumentos que sustentam o planejamento e a gestão de nossos empregados, fornecendo suporte às políticas de atração e retenção de empregados, processos de reconhecimento e recompensa, evolução funcional e desenvolvimento profissional.

Nossos cargos foram classificados com base na pontuação resultante do processo de avaliação de cargos, conduzido por consultoria especializada e correlacionado ao resultado da pesquisa de remuneração. No que diz respeito à remuneração direta, anualmente são realizadas pesquisas de mercado, conduzidas por consultoria especializada, tais como Willis Towers Watson e Korn Ferry Hay Group. Os resultados demonstram que os salários que pagamos estão alinhados às melhores práticas do mercado de óleo e gás. Na última pesquisa, desenvolvida pela consultoria Willis

Towers Watson em 2019, a nossa média mensal encontrava-se compatível com o terceiro quartil do mercado, composto por 50 empresas atuantes no segmento de O&G. Este posicionamento se mantém estável desde 2007. Os valores salariais praticados, sem distinção regional, são revisados e corrigidos anualmente por meio de negociação com os sindicatos representantes da categoria profissional.

Nosso CA aprovou, para o exercício de 2019, um novo modelo de remuneração variável para todos os nossos empregados: o Programa de Prêmio por Performance (PPP), que, alinhado ao Plano Estratégico, visa valorizar a meritocracia e trazer flexibilidade para um cenário em que buscamos mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão. O PPP 2019 foi ativado em virtude do atingimento do pré-requisito mínimo da companhia apresentar lucro líquido acima de R\$ 10 bilhões no exercício de 2019. O montante estimado de desembolso dependerá de determinados fatores, como desempenho individual dos empregados e atingimento das métricas corporativas de desempenho. O atual modelo substituirá os demais benefícios de remuneração variável pagos em relação ao exercício 2018: Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e Programa de Remuneração Variável dos Empregados (PRVE).

Para mais
informação
sobre a
governança e a
Alta
Administração,
consultar
“Estrutura de
Governança”.

A remuneração global dos administradores (CA e DE) é aprovada anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o Art. 152 da Lei de Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15/12/1976). O Comitê de Pessoas (COPE) é vinculado ao nosso CA, sendo composto por conselheiros de administração e/ou pessoas do mercado que detenham notória experiência e capacidade técnica. O Comitê possui entre as suas atribuições avaliar e propor políticas e mecanismos de remuneração dos membros da nossa alta administração ao Conselho de Administração, observadas as nossas estratégias e referenciais de mercado. Compete ao CA aprovar as proposições apresentadas pelo COPE. A remuneração dos membros da DE é definida considerando os resultados econômicos e financeiros, bem como a promoção do reconhecimento dos esforços dos administradores e o alinhamento às nossas estratégias e metas de curto, médio e longo prazos. A remuneração dos membros do CA corresponde a 10% (dez por cento) dos honorários médios mensais recebidos pelos membros da DE. Não há diferença entre planos de benefícios e as taxas de contribuição para o mais alto órgão de governança, os altos executivos e todos os demais empregados.

No cálculo da remuneração variável, os *scorecards* das unidades organizacionais foram considerados como insumos para a avaliação dos diretores, gerentes executivos e demais titulares da nossa Estrutura Geral, reportados pelos seguintes itens: (i) os resultados das métricas de topo EL/Ebitda (mede o nosso grau de alavancagem) e Roce (Retorno sobre o capital empregado); (ii) as notas das métricas específicas dos *scorecards* das unidades organizacionais pelas quais foram responsáveis (representados por indicadores específicos e iniciativas estratégicas

que abrangeram fatores econômicos, ambientais e sociais); e (iii) avaliação discricionária feita pelo superior imediato de acordo com o perfil e o desempenho do empregado. Ao longo de 2019, foi realizado o acompanhamento dos resultados e projeções das métricas de topo e destes indicadores específicos e iniciativas estratégicas, viabilizando desta maneira a avaliação do desempenho das unidades organizacionais ao término do exercício, que servirá de insumo para a avaliação de desempenho pessoal de cada um.

A relação entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e a média salarial de todos os demais empregados é 5,9, sendo a pessoa mais bem paga o presidente. A remuneração mínima de entrada é R\$ 4.634,28 e equivale a 4,64 vezes o salário mínimo nacional vigente, sem qualquer diferenciação por gênero.

Plano de Previdência

Patrocinamos cinco planos de benefícios pós emprego com característica previdenciária:

- Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R)
- Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR)
- Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)
- Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)
- Plano Petros-2 (PP-2)

Juntos, esses planos cobrem 96% dos nossos empregados, considerando que os planos são ofertados e não impostos.

Os planos PPSP operam na modalidade de benefício definido e os benefícios concedidos são suplementares aos da Previdência Social (INSS), mas estão fechados a novas adesões. Nesses planos, a patrocinadora entra com contribuição paritária à da massa de participantes e estes têm contribuições apuradas mediante aplicação de alíquotas específicas. O PPSP-R, formado pelo público de participantes repactuados em 2006 e 2007, e o PPSP-NR, formado pelo público de participantes não repactuados em 2006 e 2007, são oriundos da cisão do PPSP. A repactuação refere-se à concordância com as novas regras de plano, especialmente quanto à desvinculação do plano de cargos e salários das patrocinadoras e do INSS, passando o benefício de suplementação a ser reajustado pelo indexador de inflação do plano. A Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) é a entidade responsável pela gestão dos nossos planos de previdência complementar. No Petros 2, o mesmo valor é recolhido pela patrocinadora (no caso de Participante Patrocinado) e pelo participante, que pode contribuir com percentuais de acordo com sua idade que

variam de um mínimo de 6% e um máximo de 11%.

O passivo atuarial de cada um dos Planos PPSP-R e NR foi calculado com base nos fluxos futuros de pagamento de benefícios líquidos das contribuições das respectivas submassas segregadas em repactuados e não repactuados, conforme estabelecido no termo de cisão celebrado entre a Fundação Petros de Seguridade Social (Petros) e nós em 01/04/2018.

Em dezembro de 2019, cada um dos Planos PPSP-R e PPSP-NR foi cindido em dois novos Planos: (i) um para os empregados e pensionistas que foram admitidos antes de 1970 e (II) para os empregados e pensionistas admitidos após 1970.

Os Passivos Atuariais são cobertos pelos ativos garantidores constituídos pelos recursos oriundos das contribuições normais e extraordinárias paritárias dos Participantes e das Patrocinadoras, sendo que as contribuições extraordinárias se destinam a suprir eventuais desequilíbrios (déficits) entre ativo garantidor e passivo atuarial relativo ao respectivo plano previdenciário.

A gestão dos ativos garantidores é de responsabilidade da Petros e esses são destinados exclusivamente à cobertura dos benefícios dos seus participantes, sendo os benefícios estimados de forma probabilística com base em premissas, parâmetros atuariais, biométricos e nos regulamentos dos planos.

O prazo para equacionamento de déficit, conforme previsto em norma, é de uma vez e meia o prazo de duração do passivo do plano, sendo que, para planos fechados, nos quais se enquadram os Planos PPSP-R e NR, o prazo pode ser estendido até o pagamento do último de benefício.

PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PPSP

O déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado até o exercício de 2015, atualizado até dezembro de 2017, com base na meta atuarial (IPCA + 5,70% a.a.), para R\$ 27,3 bilhões está sendo equacionado com base nas regras estabelecidas no Plano de Equacionamento do Déficit (PED 2015), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros, em 12 de setembro de 2017, e apreciado pelo nosso Conselho de Administração e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras, decorrentes do resultado deficitário do PPSP, relativo ao exercício de 2015, iniciaram em março de 2018, exceto as que se encontram suspensas por força de decisão judicial. Todavia, todas as sentenças foram favoráveis à manutenção do plano de equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da Petros. No período de janeiro a dezembro de 2019, desembolsamos cerca de R\$ 1 bilhão em contribuições referentes ao PED 2015.

Em função dos déficits acumulados em 2018 terem superado o limite legal, será necessário que a Fundação Petros implemente um novo plano de equacionamento em 2020.

Desta forma, a Fundação Petros vem trabalhando na implementação dessa nova proposta de plano de equacionamento (Novo PED) com o objetivo de buscar o reequilíbrio dos planos PPSP-R e PPSP-NR, que inclui o déficit de 2015 e o de 2018, bem com o resultado de 2019, além de reduzir o impacto financeiro das contribuições extraordinárias mensais dos participantes.

Benefícios

Disponibilizamos o Benefício de Saúde da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) para nossos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes. A AMS oferece assistência médica, odontológica, bem como programas de saúde e Benefício Farmácia na modalidade de autogestão. Em 2019, a AMS atendeu a 284.979 beneficiários distribuídos em todos os estados da federação. A relação de custeio do Benefício é de 70% para a empregadora e de 30% pelos empregados, conforme definido no ACT 2019-2020.

Oferecemos benefícios educacionais, visando a contribuir para a formação e a instrução dos empregados e dos seus filhos. Esses benefícios não abrangem os nossos administradores, sendo eles os membros do Conselho de Administração (CA) e da Diretoria Executiva (DE). Não abrangem, também, os membros do Conselho Fiscal (CF). Os benefícios educacionais consistem em valores financeiros concedidos para reembolso com despesas escolares e são os seguintes:

- Auxílio-Creche;
- Auxílio-Acompanhante;
- Programa de Assistência Pré-Escolar;

- Auxílio Ensino Fundamental;
- Auxílio Ensino Médio.

Além dos benefícios acima mencionados, implementamos outras medidas visando ao bem-estar de nossos empregados, como a concessão de abono de carga horária aos empregados com deficiência e aos empregados que possuam filhos com deficiência, que estejam inscritos no Programa de Assistência Especial - PAE e que necessitem de acompanhamento a consultas médicas e/ou terapias. O abono aos empregados que possuam filhos com deficiência foi ampliado para até 240 horas por ano, não cumulativas. Em 2019, 363 empregados(as) fizeram jus ao abono mencionado.

Temos ainda o Programa Jovem Universitário, que é um incentivo ao Ensino Superior para filhos (as) e enteados (as) de empregados, menores de 24 (vinte e quatro) anos, que não possuam nível superior. O programa também auxilia no fomento à formação em profissões altamente demandadas por nós, nossos parceiros e fornecedores, acompanhando o crescimento do setor de Óleo e Gás no país. Esse Programa não abrange os nossos administradores e membros do CF. Com o acordo coletivo de trabalho (ACT) vigente, o Programa Jovem Universitário foi descontinuado para novas inscrições e será mantido até o final do curso de graduação desde que:

- os beneficiários já estejam inscritos no primeiro semestre de 2019 ou que tenham efetuado as inscrições novas até 30/09/2019;
- não ocorra trancamento de matrícula (suspensão de período letivo) e nem alteração de curso superior.

Não oferecemos seguro de vida, nem auxílio-deficiência e invalidez, mas existem dois tipos de benefícios quando do afastamento médico: a complementação de auxílio-doença e o benefício ACT por 48 meses se for relacionado ao trabalho e 36 meses se não for, o primeiro para empregados em auxílio-doença e o segundo para empregados aposentados afastados por motivos médicos acima de 15 dias. Não dispomos de plano de remuneração baseado em ações dos empregados não administradores.

Empregados em jornada reduzida dispõem dos mesmos benefícios de empregados em jornada normal.

Parentalidade

Todos os empregados ou empregadas que tenham comprovado o nascimento ou adoção de filho são aptos a usufruir das licenças-maternidade ou paternidade. Para além da determinação legal, nossos empregados têm direito à prorrogação da licença-maternidade, atingindo um total de 180 dias, e à prorrogação da licença-paternidade, atingindo um total de 20 dias. É garantida também a extensão da licença-maternidade em caso de parto prematuro (antes da 37ª semana de gestação), pelo tempo em que o bebê permanecer internado, limitado a 8 semanas.

100%

é a taxa de retorno ao trabalho e retenção de empregados que estiveram em licença parental

EMPREGADOS QUE UTILIZARAM O BENEFÍCIO

Em 2019, 1.464 empregados estiveram em licença-paternidade e 1 empregado esteve em licença-adoção; e 498 empregadas estiveram em licença-maternidade e 3 em licença-adoção, perfazendo um total de 4,2% dos empregados. Em termos de retorno ao trabalho após licença parental, 51 empregados e 163 empregadas entraram em licença parental em 2018 e retornaram em 2019 e 1.382 empregados e 182 empregadas entraram em licença parental em 2019 e retornarão em 2020.

O número total de empregados que retornaram ao trabalho após licença-maternidade/paternidade e continuaram empregados 12 meses após seu retorno ao trabalho foi de 2.256. Desses, 594 são mulheres e 1.662 são homens. As taxas de retorno ao trabalho e retenção de empregados que estiveram em licença-maternidade/paternidade/adoção foram de 100% em 2019.

Em alinhamento com nossas ações para a primeira infância, a empregada lactante poderá ter abono de até 2 duas horas diárias, por até um ano contado a partir do nascimento da criança amamentada, não prorrogável, mediante avaliação da nossa equipe de saúde. Não faz jus ao abono previsto no parágrafo as empregadas cujas jornadas de trabalho diárias já sejam reduzidas para 6 (seis) horas por força de lei ou de Acordo Coletivo de Trabalho.

Dispomos de 25 salas de apoio à amamentação, distribuídas em unidades operacionais e instalações administrativas. As salas de apoio à amamentação propiciam, além de informação e orientação especializada, um ambiente adequado, seguro e acolhedor, provido de poltrona de amamentação, congelador para a correta estocagem do leite e todo o material necessário para as trabalhadoras que desejam coletar e armazenar o leite materno para posteriormente ofertá-lo a seus filhos.

Para mais
informação
engajamento
com
empregados e
canais de
relacionamento,
consultar
"Relacionamen-
to com Públicos
de Interesse".

Engajamento com Empregados

Temos como prática ouvir os nossos empregados por meio da realização de pesquisas. Até 2018, aplicávamos a Pesquisa de Ambiência, que gerava um amplo relatório sobre satisfação com o trabalho, clima e comprometimento organizacional. Esse modelo está passando por um processo de reformulação em 2019, de maneira a permitir monitoramento mais focalizado e ágil da gestão de recursos humanos por meio do acompanhamento de seus processos-chave e de aspectos relacionados à Cultura Organizacional.

Relações Sindicais

O tema Relações Sindicais está presente no nosso Código de Ética (itens 2.5 e 2.6), bem como na política de RH (diretriz 6). É válido ressaltar também que somos signatários desde 2003 do Pacto Global, cujo princípio 3 prevê o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. Conforme item 2.5 do nosso Código de Ética, reconhecemos o direito de livre associação dos nossos empregados, respeitamos e valorizamos a participação em sindicatos e não praticamos qualquer tipo de discriminação negativa com relação a nossos empregados sindicalizados.

Cerca de 97% de nossos empregados são cobertos por acordos derivados de negociação coletiva, sendo os demais cobertos por acordos individuais de trabalho, conforme previsto pelo art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O reajuste das nossas tabelas salariais é feito por meio de negociação coletiva com os sindicatos representantes da categoria petroleira e das categorias marítimas. O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020, que estabeleceu um reajuste de 2,3% nas tabelas salariais e nos benefícios, foi aprovado por 78% dos empregados nas assembleias sindicais.

Mantemos política de diálogo e negociação permanente com os representantes dos empregados. Exemplo disso são as reuniões de comissões permanentes, realizadas periodicamente com os sindicatos para tratar de temas como regime de trabalho, plano de saúde e acompanhamento do acordo coletivo, que visam tanto a realização de melhorias das condições de trabalho, como a facilitação das negociações para celebração dos acordos coletivos, mitigando o risco de movimentos grevistas. As negociações do ACT ocorrem em salas de reunião dentro dos nossos imóveis.

Um de nossos indicadores de processo é o Índice de Realização de Ações de Relacionamento Planejadas, cujo objetivo é avaliar o cumprimento de agenda com os sindicatos (negociação permanente), incentivando o relacionamento com a representação dos empregados.

Após mediação, a greve foi finalizada e não houve impacto na produção

GREVE OCORRIDA NO INÍCIO DE 2020 FOI CONSIDERADA ILEGAL PELO TST

Em fevereiro de 2020, ocorreu uma greve liderada por 11 sindicatos ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP). As entidades alegaram “desrespeito aos fóruns de negociação instituídos pelo ACT; e descumprimento do ACT da Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA)”. Em decisão proferida no dia 17/02, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) declarou que a greve era abusiva e ilegal. O Tribunal decidiu:

- “reconhecer (...) a abusividade e ilegalidade do movimento paredista dos petroleiros, que já dura 17 dias, tem motivação política, e desrespeita ostensivamente a lei de greve e as ordens judiciais de atendimento às necessidades inadiáveis da população em seus percentuais mínimos de manutenção de trabalhadores em atividade”;
- “autorizar a Empresa Suscitada [Petrobras] a adotar as medidas administrativas cabíveis para cumprimento da presente decisão, a partir do reconhecimento da abusividade da greve e da ilegalidade praticada por aqueles que nela permanecerem, inclusive com a convocação dos empregados que não atenderem ao comando judicial, com a aplicação de eventuais sanções disciplinares”.

Após mediação do TST, ocorrida no dia 21/02/2020, chegamos a um acordo com os sindicatos e a greve foi finalizada. Apesar de ter durado 21 dias, não houve impacto na produção.

Promoção da Diversidade e Inclusão

Nossa gestão da diversidade está pautada por referências corporativas como:



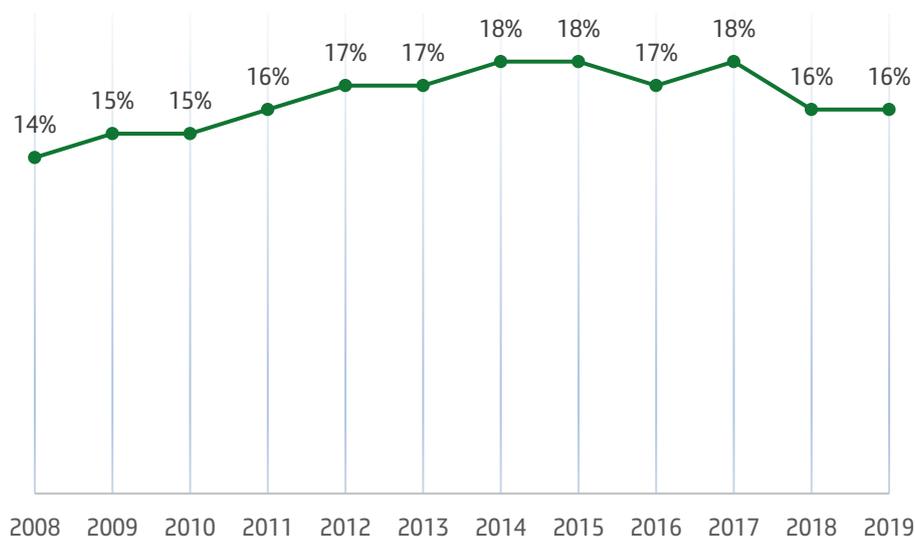
Quando falamos em diversidade, abarcamos a inclusão e a equidade, em prol de um ambiente favorável à expressão e ao reconhecimento das identidades dos empregados e à consolidação das relações baseadas no respeito e na confiança. Sua gestão se realiza por meio dos princípios do respeito às diferenças, da igualdade de oportunidades e da não discriminação.

PERFIL DO EFETIVO POR GÊNERO E NÍVEL DOS CARGOS (CONTROLADORA)

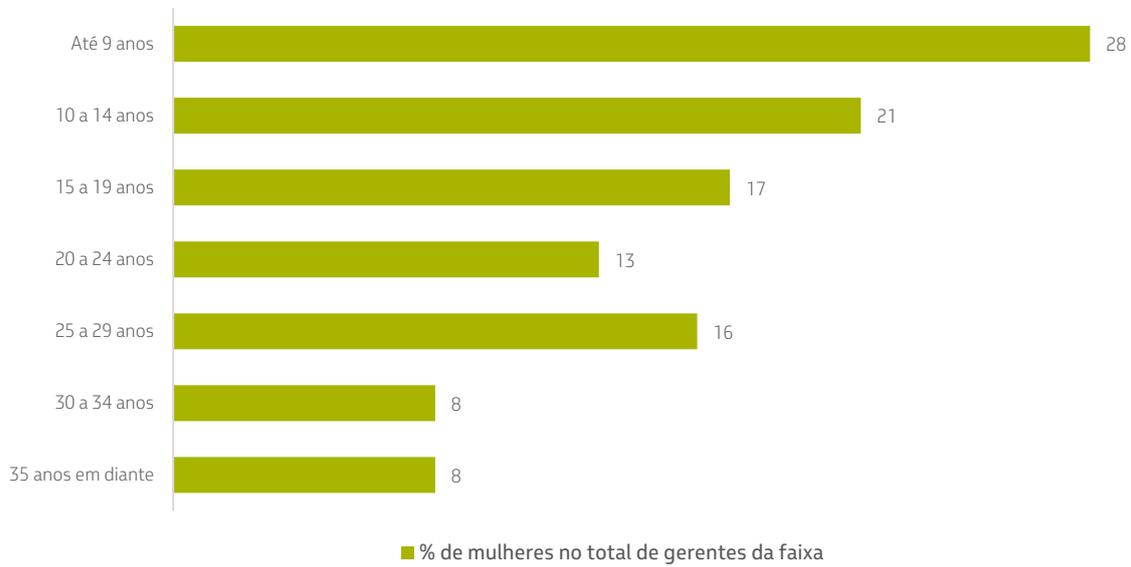
Nível Médio	2017		2018		2019	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	3.331	7	3.359	7	3.222	7
Masculino	23.969	51	24.057	51	23.200	50
SUBTOTAL	27.300	58	27.416	58	26.422	57
Nível Superior	2017		2018		2019	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	4.280	9	4.408	9	4.361	9
Masculino	15.399	33	15.732	33	15.633	34
SUBTOTAL	19.679	42	20.140	42	19.994	43
TOTAL	46.979	100	47.556	100	46.416	100

Apesar de ser uma indústria caracterizada pela prevalência de mão de obra masculina, estamos conseguindo manter um patamar estável de mulheres em funções gerenciais, conforme gráfico a seguir:

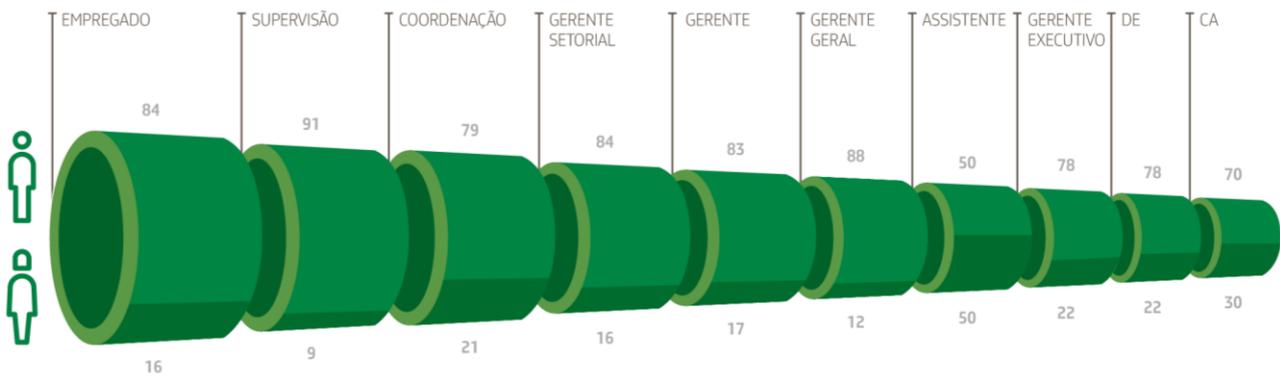
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MULHERES EM FUNÇÕES GERENCIAIS (CONTROLADORA)



DISTRIBUIÇÃO DE GERENTES MULHERES POR TEMPO DE CIA (CONTROLADORA)

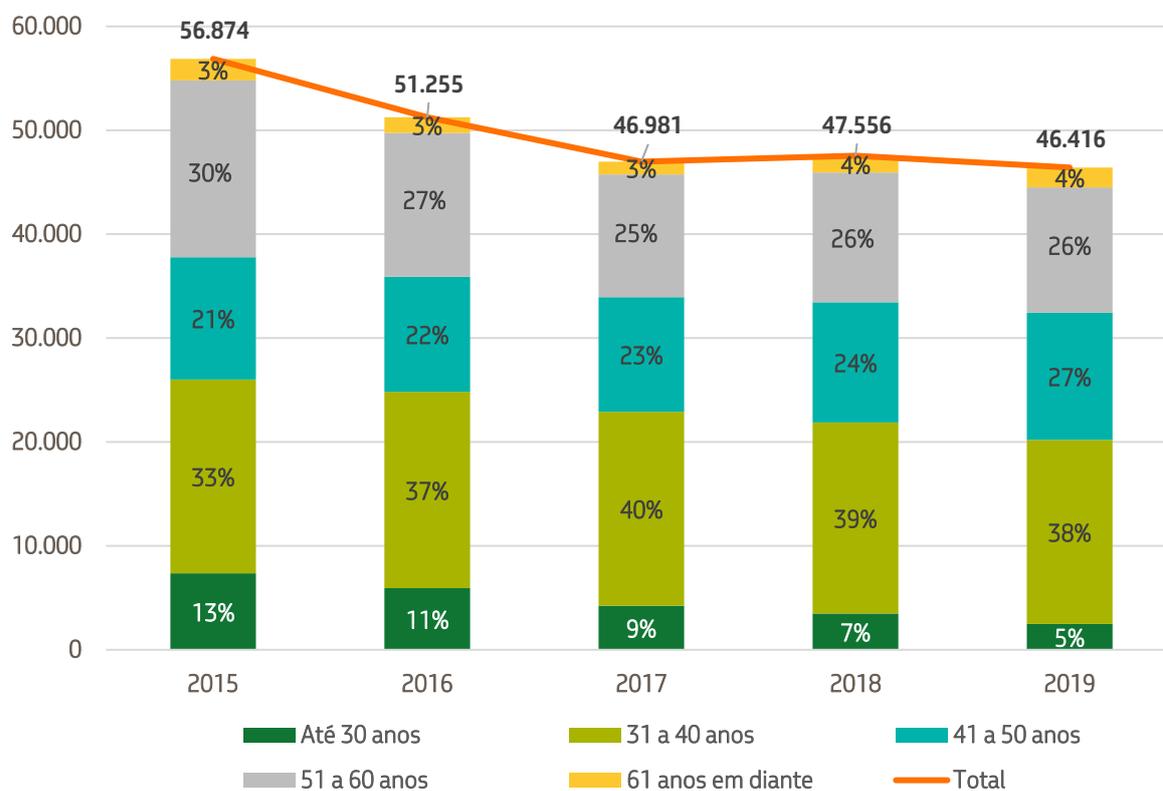


DADOS SOBRE GÊNERO (CONTROLADORA – DADOS DE 31/12/2019)



PERFIL ÉTNICO-RACIAL (CONTROLADORA)

	Com Função				Sem Função				Total	
	Feminino	% do total	Masculino	% do total	Feminino	% do total	Masculino	% do total	Total	% do total
Branco	907	1,95%	4374	9,42%	3565	7,68%	16393	35,32%	25239	54,38%
Pardo	214	0,46%	1316	2,84%	1349	2,91%	7807	16,82%	10686	23,02%
Preto	31	0,07%	252	0,54%	317	0,68%	1855	4,00%	2455	5,29%
Amarela	16	0,03%	88	0,19%	94	0,20%	450	0,97%	648	1,40%
Indígena	3	0,01%	12	0,03%	17	0,04%	84	0,18%	116	0,25%
Não Informada	255	0,55%	1200	2,59%	815	1,76%	5002	10,78%	7272	15,67%
TOTAL	1426	3,07%	7242	15,60%	6157	13,26%	31591	68,06%	46416	100,00%

PERFIL POR IDADE (CONTROLADORA)

RAZÃO DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS (CONTROLADORA)

UNIDADES OPERACIONAIS RELEVANTES	Categoria Funcional	Nível Médio	Nível Superior
Diretoria Executiva de Exploração e Produção (DE&P)	com função	0,78	0,92
	sem função	0,74	0,88
Diretoria Executiva de Refino e Gás Natural (DRGN)	com função	0,75	0,91
	sem função	0,77	0,91
Demais Diretorias	com função	0,89	0,92
	sem função	0,81	0,91
Total	com função	0,80	0,91
	sem função	0,74	0,91
Total		0,74	0,90

. Enquadramos as áreas diretamente relacionadas ao nosso negócio principal em "Unidades Operacionais Relevantes": área de exploração e produção e área de refino e gás natural (RGN). As demais unidades operacionais e as unidades administrativas integram o item "demais diretorias".

. Média das remunerações de mulheres dividida pela média das remunerações de homens, no caso de cada grupo.

. Possuímos tabela salarial com diversos níveis de salário básico, todos aplicáveis tanto a homens, quanto a mulheres. Porém, para o cálculo da remuneração, são considerados os salários básicos e adicionais, como vale-transporte, auxílio-creche etc.

Análise de Desempenho

Nosso Plano Estratégico coloca a meritocracia como um de seus cinco pilares. Isso significa recompensar as pessoas com base em resultados e também em comportamentos e atitudes, além de garantir que todo desempenho seja tratado e reconhecido de forma transparente. A análise de desempenho dos empregados ocorre por meio do processo de Gerenciamento de Desempenho (GD), com base em métricas objetivas, derivadas das iniciativas estratégicas. A partir dessas métricas, estabelecidas por meio dos *scorecards* das unidades, buscamos assegurar que as metas individuais e as compartilhadas sejam desdobradas dos seus titulares para as suas equipes, contribuindo para o atingimento das nossas métricas de topo.

Esse processo é realizado em três etapas:

- 1) Planejamento – fase inicial, que compreende a definição de metas entre gerentes e empregados e/ou equipes, como resultado do desdobramento das ações para o atingimento dos resultados a serem alcançados pela gerência;
- 2) Acompanhamento – fase em que gerente e empregado verificam se o cumprimento das metas está de acordo com o desempenho esperado e se há necessidade de redirecionamento, efetuando os ajustes necessários nas condições para possibilitar o atingimento das metas;
- 3) Avaliação – compreende a medição e a avaliação do que foi executado, identificando

a diferença entre o realizado e o planejado. É nesta etapa que ocorrem os comitês de calibração e a formalização final do registro sobre o desempenho do empregado.

Em virtude dos impactos da pandemia da Covid-19, o prazo final para avaliação do ciclo 2019 e planejamento 2020 foi postergado para data posterior ao fechamento deste relatório (14/05/2020). Sendo assim, em data anterior a seu encerramento (14/04/2020), tínhamos 74% do total de empregados com metas do ciclo 2019 acompanhadas no sistema e 51% avaliadas. Para o ciclo 2020, 4% dos empregados possuíam metas planejadas na data indicada.

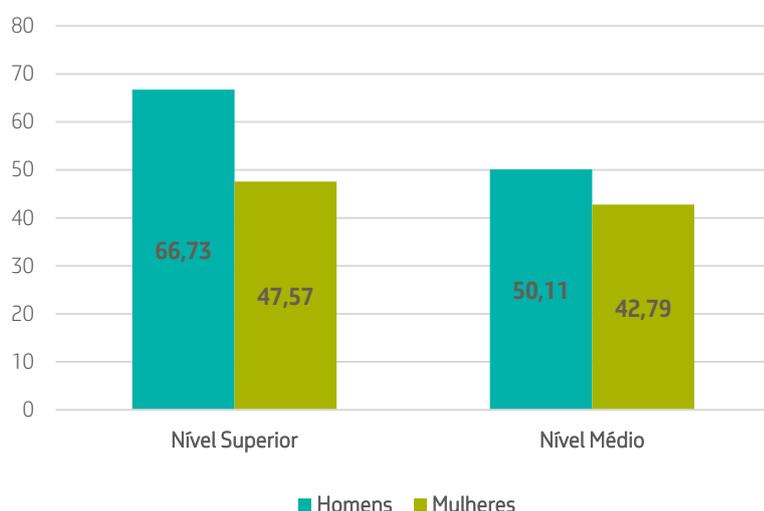
De forma a propiciar a recuperação da performance de empregados, estamos implantando um programa denominado Programa de Produtividade e Desempenho (PPD), que tem como objetivo oferecer um tratamento específico para aqueles empregados que apresentaram desempenho aquém do desejado, visando possibilitar a recuperação das suas produtividades e a melhoria dos resultados de seus desempenhos em novas avaliações.

205; 205-2; 404; 404-1; 404-2; 412-2

Treinamento

Nossa área de Recursos Humanos tem o papel de orientar o planejamento e a realização das capacitações e treinamentos. Disponibilizamos infraestrutura interna para realização de treinamentos na Universidade Petrobras e nas nossas unidades em todo o país, além de prover metodologias e tecnologias de ensino para auxiliar na aplicação e no acesso aos conteúdos pelos empregados. Investimos 127,4 milhões de reais em treinamentos em 2019.

MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO POR EMPREGADO



Com base na avaliação de desempenho, são identificadas as necessidades de treinamento. Anualmente, os treinamentos são negociados entre o gestor e cada empregado, visando atingir os resultados esperados para os negócios no período de avaliação. Até 31 dezembro de 2019, foram realizadas 367 mil participações em cursos, sendo 299 mil de empregados, com média de 54,95 horas de treinamento por empregado nesse ano, distribuídos conforme gráfico.

Alguns treinamentos importantes realizados em 2019 foram:

- **Cursos de Campo** – Os cursos de campo desenvolvidos no Brasil e no exterior estão alinhados com a proposta de aprimoramento das técnicas de exploração e modelagem de reservatórios, visando maior robustez e previsibilidade de descobertas na Área de Exploração e Produção nos nossos projetos de Desenvolvimento da Produção, incluindo os reservatórios do Pré-Sal e Pós-Sal. Nestas modalidades de curso, foram capacitados 205 empregados, totalizando 11.024 horas em 2019;

- **Economic Value Added (EVA)** – O EVA é uma metodologia de gestão orientada à criação de valor para o negócio e busca dar transparência à criação de valor de todos os ativos e a cada atividade nossa. A metodologia busca potencializar o desempenho, orientando todas as nossas atividades e os nossos processos para a geração de valor. Foram capacitados, até dezembro de 2019, 510 gestores, com um HHT de 4.080 horas;

Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual – Realizamos, em 2019, treinamento a distância para a nossa força de trabalho sobre Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual. Foram capacitados mais de 70 mil participantes, sendo 44.996 empregados, totalizando aproximadamente 45 mil horas de treinamento. Além disso, realizamos treinamentos preventivos relacionados a direitos humanos, no total de 30 palestras, contemplando 2.369 pessoas. Todas as palestras têm em comum o tema da violência no trabalho, mecanismos de prevenção e responsabilização, além de desdobramentos conceituais específicos, que podem ser de assédio moral, assédio sexual ou discriminação;

Módulo a distância para as lideranças com 41 conteúdos - O treinamento aborda as principais competências de liderança, conferindo aos que concluírem todos os módulos um certificado de formação com ferramentas, vídeos, artigos e casos reais de negócios, com alta aplicabilidade prática. Cada conteúdo pode ser acessado em computadores ou dispositivos móveis, sendo que, em 2019, foram realizadas 13.359 horas de treinamento.

Desenvolvemos também treinamentos de ética e integridade para públicos distintos. O quadro a seguir resume as principais ações de disseminação realizadas para os nossos públicos de interesse:

AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM ÉTICA E INTEGRIDADE (CONTROLADORA)

Mecanismo	Público	Periodicidade	Números de 2019
Guia de Conduta	Alta administração e empregados	Assinatura de ciência ao iniciar suas atividades profissionais e na revisão dos documentos e EAD contínuo	43.993 empregados
Código de Ética	Alta administração e empregados	Assinatura de ciência ao iniciar suas atividades profissionais e na revisão dos documentos e EAD contínuo	44.227 empregados
Treinamento de <i>Compliance</i> para Terceiros (em função do grau de risco)	Contrapartes	Anual	291 treinados ¹
Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais	Alta administração	Ao iniciar suas atividades profissionais	6 membros do CA; 1 presidente; 1 representante dos empregados; 7 diretores; 2 conselheiros fiscais e 2 membros externos de comitês; 16 sessões presenciais de treinamento
Programa Periódico de Treinamento de Administradores e Conselheiros Fiscais	Alta administração	Anual	9 membros do CA; 8 diretores; 5 conselheiros fiscais; 2 sessões presenciais e 5 videoaulas
Programa de Capacitação em Governança Corporativa e Societária	Técnicos que atuam na área de governança, administradores, dirigentes e gestores nossos e de nossas sociedades	Anual	100 empregados e gestores
EAD Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual	Alta administração e empregados	Obrigatório, com impacto na ascensão de carreira	44.996 empregados
Curso de Aperfeiçoamento em Temas Relacionados a <i>Compliance</i>	Profissionais da área de Conformidade	Semestral	97 empregados
Treinamento presencial de <i>compliance</i> para gestores	Gestores	Mensal	150 gestores
Treinamento presencial de <i>compliance</i> na atividade de contratação	Empregados que atuam em atividades relacionadas à contratação	Mensal	188 empregados

¹ O número 291 corresponde a pessoas treinadas e não terceiros em função do grau de risco

Os administradores e conselheiros fiscais, inclusive os representantes de empregados e minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais; divulgação de informações; controle interno; código de conduta, Lei nº 12.846/2013

(Lei Anticorrupção) e demais temas relacionados às nossas atividades. Os administradores e conselheiros fiscais que não participarem dos treinamentos anuais nos últimos dois anos não poderão ser reconduzidos ao cargo.

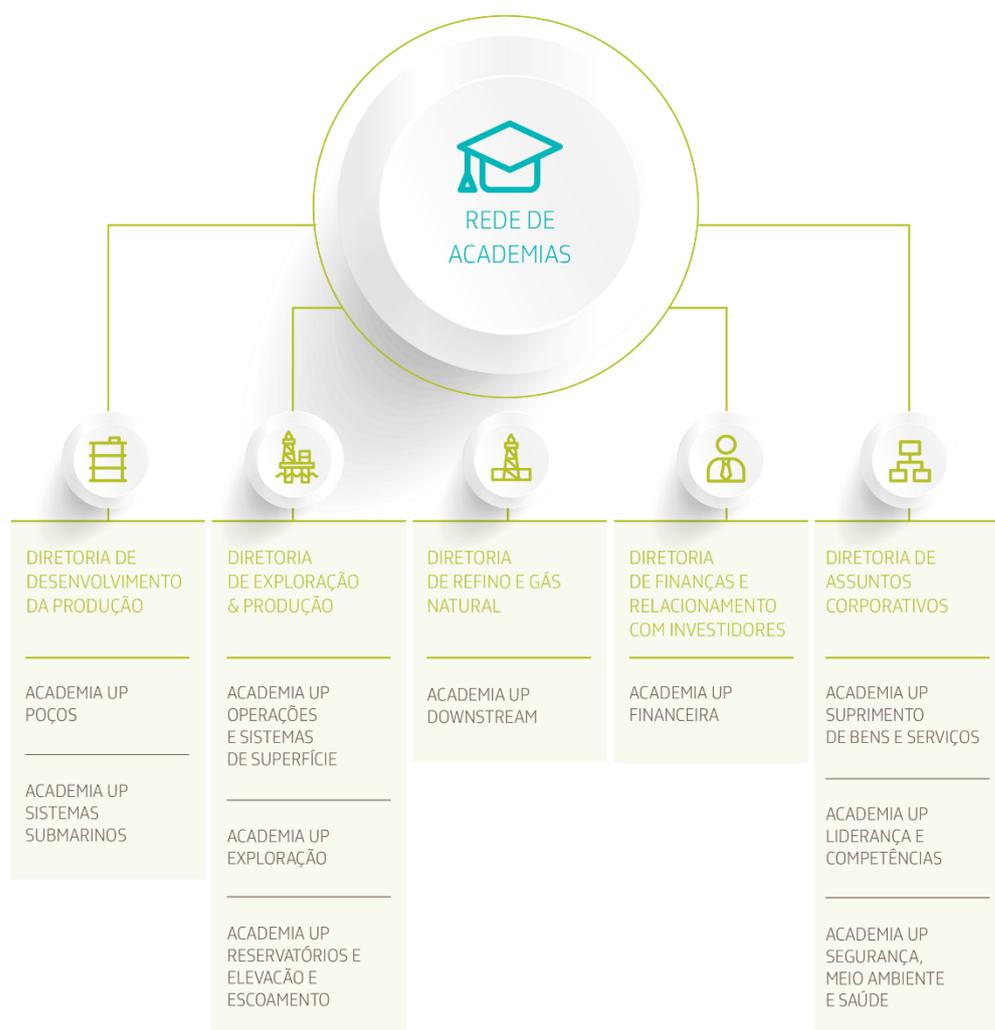
O Programa de Treinamento para Novos Administradores e Conselheiros Fiscais busca possibilitar uma compreensão ampla acerca dos desafios, deveres e responsabilidades atinentes aos cargos e disponibilizar material para leitura, consulta e aprendizagem sobre os principais instrumentos de governança, além dos relatórios da administração. No ciclo de 2019, foram apresentados temas como Código de Ética, Guia de Conduta, *compliance*, controles internos, legislação anticorrupção brasileira, deveres e responsabilidades dos administradores e conselheiros fiscais, gestão de riscos, modelo de governança e processo decisório.

Os treinamentos disponibilizados às contrapartes são priorizados em função do grau de risco que essas nos oferecem. Embora não sejam obrigatórios, auxiliam o cumprimento das obrigações firmadas por estas contrapartes na assinatura do contrato conosco.

Monitoramos a eficácia dos treinamentos por meio de avaliação de reação de todos os treinamentos ofertados. Não participamos de avaliações externas relacionadas ao tema desenvolvimento, porém fazemos contatos constantes com instituições de mercado para manutenção periódica dos nossos processos e produtos no nível das melhores práticas disponíveis.

Reposicionamento Estratégico da Universidade Petrobras

A Universidade Petrobras (UP) se reposicionou, visando maior alinhamento estratégico, agilidade e efetividade no atendimento de nossas demandas críticas. Para tanto, foi criada uma rede de academias vinculadas às estruturas das nossas áreas, contando com 10 academias em funcionamento.



Como exemplo de atuação dessas estruturas, a Academia de Liderança e Competências tem como principal objetivo prover as ações críticas de desenvolvimento a esse público, revisando e aprimorando o programa de desenvolvimento da nossa liderança, além de auxiliar no nosso processo de transformação cultural por meio do desenvolvimento das competências de todos os empregados. Além disso, essa Academia terá o papel de oferecer o portfólio de ações de desenvolvimento de temas corporativos que não estiverem no escopo das demais Academias, como por exemplo, Gerenciamento de Portfólio, Programas e Projetos; Responsabilidade Social; entre outros.

A Academia de Suprimentos é uma iniciativa que visa criar um programa de capacitação para os empregados que atuam no suprimento de bens e serviços em suas diversas disciplinas, com o intuito de formar um time com capacidade para orquestrar o processo integrado de suprimento.

INICIATIVAS DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DA ACADEMIA DE SUPRIMENTO



1. Matriz de Treinamento: A grade de treinamentos, adequada às orientações da Lei 13.303/16, é composta por 36 cursos, que são disponibilizados pela Universidade Petrobras aos empregados. Como exemplos, podemos mencionar o Curso de Aspectos Jurídicos dos Contratos na Petrobras, o Curso de Aspectos Financeiros do Suprir Bens e Serviços e o Curso de Gerência e Fiscalização de Contratos de Serviços;

2. Certificação: É uma ferramenta que possibilita reconhecer os profissionais com notório conhecimento em assuntos pertinentes ao processo de Suprimento de Bens e Serviços, estimulando a busca constante por atualização e aperfeiçoamento, aumentando assim o nível de capacitação dos nossos profissionais. Contamos com duas linhas de certificação, sendo uma delas direcionada para a certificação dos contratadores e a outra para os gerentes e fiscais de contratos e orçamentistas;

3. Simuladores: Programa desenvolvido para possibilitar o treinamento dos empregados, utilizando a sistemática dos jogos empresariais. Tem como objetivo acelerar a capacitação em contratação de bens e serviços e no processo de gestão contratual;

4. Curso de Formação SBS: O objetivo do "Curso de Formação SBS" é suportar o desempenho dos novos empregados, acelerando o seu conhecimento sobre o processo Suprir Bens e Serviços e reduzindo o seu tempo de adaptação.

Gestão do Conhecimento

Ampliando a percepção de desenvolvimento dos empregados, além de fomentar a identificação, criação, preservação, compartilhamento e aplicação de

conhecimentos, foram alavancadas ações de gestão do conhecimento, registradas no currículo dos empregados após conclusão. No ano de 2019, foram registradas:

- 49 ações de Aprendizagem por Observação, totalizando 801 horas de aplicação;
- 343 ações de Treinamento no Local de Trabalho (TLT), totalizando 1.713 horas de aplicação;
- 28 ações de Tutoria, totalizando 6.247 horas de aplicação; e
- 199 ações de Mentoria.

Essas ações de práticas de Gestão do Conhecimento agregam resultados práticos e aplicáveis ao desenvolvimento dos empregados e propiciam o compartilhamento tácito de empregados experientes.

Em 2019, descrevemos todos os procedimentos das práticas de gestão do conhecimento no Sistema de Padronização Petrobras (SINPEP). Os padrões especificam escopo, público, prazos e metodologias de aplicação das práticas. Também realizamos ações de sensibilização e capacitação da rede de Parceiros de Negócios de RH e técnicos, que sustentam a implementação de práticas de gestão do conhecimento.

MENTORIA EM GEOLOGIA

Realizamos, em 2019, o programa de Mentoria em Evaporitos, que são rochas sedimentares formadas por um processo de precipitação química com a evaporação da água. Os evaporitos são fundamentais no aprisionamento do óleo do pré-sal tanto nas bacias do Espírito Santo, Bacia de Campos e Santos e também favorecem o processo de formação dos campos no pós-sal.

Produtos desta Mentoria: elaboração do Atlas de Petrografia de Evaporitos, do Atlas Litofaciológico e de Associação de Facies Evaporíticas, inéditos na literatura mundial, que possibilitarão a criação de banco de dados com todas as informações sobre as rochas em escala macroscópica e microscópica e auxiliarão os técnicos das áreas de geologia e de engenharia na perfuração de poços. Também foram aperfeiçoadas algumas técnicas de Determinação Automática de Evaporitos, a partir de Inteligência Artificial e *machine learning*, utilizando-se algoritmos de análise e correlação das propriedades físicas dessas rochas aos dados obtidos nas perfurações de poços, com o intuito de se identificar os sais perfurados.

O programa teve como mentores o Dr. Peter Szatmari, o Consultor Sênior Rogério Gontijo, da Exploração sede, os geólogos Maria Rosilene Santos, do Cenpes, e Cláudio Pires Florêncio, da Gerência de Exploração do Rio Grande Norte/Ceará, todos com grande experiência profissional relacionada à geologia de evaporitos e 16 mentorados das áreas de geologia e geofísica, vindos de diversas gerências do Cenpes e da Exploração.

Realizamos o Programa de Preparo para Aposentadoria (PPA) com os objetivos de favorecer reflexões e socializar informações que permitam aos empregados realizar o seu planejamento para a aposentadoria e incentivar a preservação do

conhecimento produzido pelos empregados nos anos de atividade em nossa companhia. O programa é voltado para empregados aposentados e/ou que estejam a cinco anos ou menos de completar os critérios para a aposentadoria pelo INSS. A participação é voluntária. Em 2019, foram realizadas 27 turmas, com a participação de 743 empregados no Programa.

102-15; 102-43; 102-44; 203-1; 203-2; 405; 406; 406-1; 407; 407-1; 408; 408-1; 409; 409-1; 410; 410-1; 411; 411-1; 412; 412-1; 412-2; 412-3; 413; 413-1; 413-2; 414; 414-1; OG9; OG10; OG11; OG12

Direitos Humanos

Nosso compromisso com direitos humanos está expresso nos nossos valores de respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente. O Código de Ética, aplicável a todas as operações e aos fornecedores, estabelece que pautamos nossa atuação respeitando os direitos humanos internacionalmente reconhecidos pelo Brasil e pelos países onde atuamos.

Nossa Política de Responsabilidade Social tem como diretrizes: (i) respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, na cadeia de fornecedores e nas parcerias, combatendo a discriminação em todas as suas formas; e (ii) identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores.

Para mais
informação
sobre a nossa
diversidade em
gênero, raça,
idade e outros,
consultar
"Gestão de
Pessoas".

Nossa Política de Recursos Humanos estabelece que devemos "Proporcionar aos empregados um bom ambiente de trabalho, que promova a diversidade e relações baseadas na confiança e respeito, não tolerando qualquer forma de assédio ou discriminação".

Nosso Guia de Conduta define discriminação como: "situações e circunstâncias que configurem distinções entre indivíduos, comprometendo a igualdade de tratamento, favorecendo a exclusão e degradando a dignidade e os direitos do indivíduo". O descumprimento das orientações previstas nesse guia submete o público interno às medidas e sanções administrativas pertinentes, conforme estipulado nas nossas normas disciplinares, bem como a eventual responsabilização prevista em lei. A título de prevenção e sensibilização, são realizadas palestras e divulgadas no nosso Portal matérias que tratam do tema discriminação. Relativamente aos empregados de empresas prestadoras de serviço, o eventual descumprimento das orientações do guia deverá ser informado ao seu empregador.

Para a detecção de questões relacionadas ao tema direitos humanos, disponibilizamos nossos canais de atendimento, por meio dos quais recebemos, tratamos e reportamos, com independência, isenção e confidencialidade, as manifestações apresentadas por todos os públicos de interesse.

Aderimos, em 2003, ao Pacto Global da ONU, cujos princípios estão relacionados a direitos humanos e práticas de trabalho. Participamos, desde 2006, do Programa

Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal, pelo qual fomos reconhecidos com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça por cinco vezes consecutivas.

Em 2010, aderimos aos sete Princípios de Empoderamento da ONU Mulheres, que tratam da promoção da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. Nesse mesmo ano, assinamos a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, por meio da qual declaramos nosso compromisso contra a exploração sexual, em favor da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Em 2015, assinamos o Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do Instituto Pacto Nacional de Erradicação de Trabalho (InPACTO), que tem como objetivo o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo.

Em 2018, assinamos a Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos, junto a outras seis empresas públicas – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica, Correios e Eletrobras –, ao Ministério dos Direitos Humanos, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público do Trabalho. Nesse compromisso, afirmamos nosso firme propósito de garantir os direitos universais nas atividades empresariais.

Também em 2018, aderimos à Iniciativa Empresarial pela Igualdade, proposta pela ONG Afrobras e pela Faculdade Zumbi dos Palmares, cujos dez compromissos têm como objetivo o respeito e a promoção da igualdade racial, da igualdade de oportunidades e do tratamento justo a todas as pessoas.

Em dezembro de 2019, assinamos o Pacto Nacional pela Primeira Infância. Esse compromisso, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil, tem como objetivo fortalecer as instituições públicas voltadas à garantia de direitos previstos na legislação brasileira e promover a melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança, em especial da primeira infância.

PRINCIPAIS COMPROMISSOS ASSUMIDOS EM DIREITOS HUMANOS

2003	2005	2010	2015	2018	2019
<ul style="list-style-type: none"> > Pacto Global da ONU 	<ul style="list-style-type: none"> > Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça 	<ul style="list-style-type: none"> > Princípios de Empoderamento das Mulheres > Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 	<ul style="list-style-type: none"> > Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo 	<ul style="list-style-type: none"> > Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos > Iniciativa Empresarial pela Igualdade 	<ul style="list-style-type: none"> > Rede Nacional Primeira Infância

Campanhas e Iniciativas em Direitos Humanos

Apoiamos iniciativas e divulgamos regularmente para os nossos públicos, em nossos canais, ações ou campanhas com temas relacionados aos direitos humanos, abordando questões como gênero, raça, direitos da criança e do adolescente, entre outros. Um destaque em 2019 foi a campanha realizada ao longo do mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em que contamos a história de diversas mulheres que se destacaram em suas carreiras na nossa companhia. Além da campanha, em nossas unidades operacionais, também foram realizadas diversas ações, em nível local, voltadas para colaboradores e comunidades.

Contamos com o apoio de nossos projetos patrocinados para reforçar a abordagem destas temáticas junto aos nossos públicos. Exemplo disso foi a ação realizada em 18 maio, data em que foi instituído o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Dois de nossos projetos patrocinados, Rede em Ação e Tecendo Redes, promoveram ações de conscientização sobre a importância do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em municípios onde estão as unidades da Regap e do Comperj, respectivamente. Essas ações tiveram como públicos organizações da sociedade civil, poder público e fornecedores.

Também realizamos o primeiro Fórum Petrobras de Equidade com a participação de representantes dos nossos principais fornecedores e idealizado em parceria com a Faculdade Zumbi dos Palmares.

Nossa Atuação em Direitos Humanos

Nossa atuação em direitos humanos pode ser dividida em três campos principais:



Combate à Discriminação e Promoção da Diversidade - Público Interno

Comunicamos nossos compromissos com os direitos humanos para o público interno por meio dos nossos Código de Ética e Guia de Conduta (que necessitam ter assinatura do termo de ciência por todos os empregados), na Política de Responsabilidade Social, na Política de Recursos Humanos e em notas no nosso portal interno.

Nos últimos cinco anos, nossa Universidade corporativa capacitou mais de 3.300 empregados com 14.570 homem-hora treinadas em cursos voltados ao tema direitos humanos, com o intuito de evitar práticas lesivas à nossa companhia e à sociedade, sendo 274 empregados capacitados em 2019 com 1.233 homem-hora treinadas. Além disso, o tema é desenvolvido no curso de formação para novos empregados, dentro da disciplina Gestão da Conduta.

Em 2018, lançamos o Plano de Ação de Equidade de Gênero no IV Fórum de Diversidade Petrobras, com a presença do nosso presidente, representantes da Diretoria Executiva (DE) e do Conselho de Administração (CA). Tal plano objetiva produzir impacto positivo para o ambiente de trabalho, para o desenvolvimento e a carreira funcional das mulheres, além de apresentar compromissos com o ambiente externo. Como iniciativas, possibilitou a criação de indicadores de gênero no

processo de seleção e sucessão gerencial, campanhas de comunicação que inspiram mulheres para a carreira STEM (sigla em inglês para Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e treinamentos específicos, tais como diversidade e prevenção à violência no trabalho. As ações do Plano de Ação de Equidade de Gênero foram desenvolvidas conforme a tabela a seguir:

REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO EM 2019

DESCRIÇÃO	Meta de Realização	Percentual Realizado	Desempenho*
Promover o comprometimento visível da alta liderança	85%	100%	118%
Inserir conteúdo de gênero e mulheres em carreira STEM em ações de comunicação interna e externa	85%	100%	118%
Realizar palestras e campanhas para prevenção da violência no trabalho	85%	100%	118%
Disponibilizar materiais e promover palestras na trilha de ingresso à carreira gerencial com foco no tema	85%	80%	94%
Incluir tema no Curso de Atualização e Integração de Líderes	85%	100%	118%
Disponibilizar palestras e conteúdos no “Siga Aprendendo” da comunidade “Liderança e Movimento”	85%	100%	118%
Desenvolver projeto de mentoria para liderança feminina	85%	100%	118%
Consolidar experiências internas	85%	100%	118%

* Percentual de realização relacionado à meta

Plano de Equidade de Gênero e o Prêmio Melhores Fornecedores 2018 tiveram destaque na avaliação

PRÊMIO WEPS BRASIL EDIÇÃO 2019

Fomos reconhecidos como uma das empresas que promovem a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres pelo Prêmio WEPs Brasil edição 2019. A premiação é organizada por uma parceria entre ONU Mulheres, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e União Europeia. O reconhecimento recebido foi do Troféu Bronze na categoria Grande Empresa. Fizeram parte da avaliação indicadores como o percentual de mulheres em nosso corpo funcional e a evolução das funções gerenciais por gênero, além de programas corporativos e políticas internas. Itens relacionados ao Código de Ética e ao Guia de Conduta e à Política de Responsabilidade Social e ações como Parto Adequado e Cuidados na Gestação, Plano de Equidade de Gênero e o Prêmio Especial de Equidade do Prêmio Melhores Fornecedores 2018 foram considerados na avaliação.

Para mais
informação
sobre o Prêmio
Melhores
Fornecedores
2018, consultar
"Cadeia de
Fornecedores".

Em 2019, patrocinamos a 7ª edição da Jornada da Diversidade. O evento fez parte da Segunda Virada da Consciência, organizada pela Faculdade Zumbi dos Palmares, que ocorreu entre os dias 17 e 20 de novembro de 2019, para celebrar o dia da Consciência Negra. A jornada tratou do tema "Diversidade Racial e o mundo corporativo: o desafio do século XXI".

Em maio de 2018, adotamos o nome social em ferramentas de sistemas de informação de visibilidade pública. Esta iniciativa representou uma antecipação à legislação, quando reconheceu o direito aos empregados e empregadas de adotarem o nome social em seus registros cadastrais. O reconhecimento legal da substituição do nome civil pelo nome social no Registro Civil Público ocorreu posterior à nossa decisão, em março de 2019. Em novembro de 2019, o uso do nome social foi estendido para o sistema de ambiente *offshore*.

Nosso Código de Ética, no item 3.9, exige de nossos empregados "não praticar nem se submeter a atos de preconceito, discriminação, ameaça, chantagem, falso testemunho, assédio moral, assédio sexual ou qualquer outro ato contrário aos princípios e compromissos deste Código de Ética, e denunciar imediatamente os transgressores". Nosso Guia de Conduta, no item 4.1.1, demanda de nossos empregados "não praticar e não compactuar com nenhum tipo de situação, quer ocorra de forma pontual ou recorrente, que envolva a prática de violência física ou psicológica, tais como preconceito, discriminação, ameaça, chantagem, assédio moral, assédio sexual ou qualquer outro ato contrário aos princípios éticos". E o Guia de Conduta explica, no item 4.14, os conceitos de violência psicológica, assédio moral e assédio sexual. A prática de ações em discordância ao Código de Ética e ao Guia de Conduta sujeitam o empregado à falta disciplinar.

Mantendo nosso foco na prevenção de conflitos no ambiente corporativo, realizamos, em 2019, duas iniciativas de treinamento. A primeira consistiu em Ensino a Distância sobre violência no trabalho, assédio moral e assédio sexual, que foi concluído por mais de 99% dos empregados, um índice muito elevado, considerando o universo de mais de 46 mil pessoas do nosso efetivo. A segunda iniciativa consistiu em palestras detalhando de forma didática a questão da violência no trabalho, tendo sido realizadas 30 palestras pela equipe da Ouvidoria, em diferentes unidades, contemplando um total de 2.369 integrantes da força de trabalho. Todas as palestras tiveram em comum o tema da violência no trabalho, mecanismos de prevenção e responsabilização, além de desdobramentos conceituais específicos nos temas de assédio moral, assédio sexual e discriminação.

Para mais
informação
sobre denúncias
recebidas,
consultar "Ética
e Trans-
parência".

Em nossa Ouvidoria-Geral, dispomos de uma coordenação específica para recebimento e acompanhamento de denúncias de violência no trabalho. A partir de 2019, as denúncias de assédio moral e assédio sexual envolvendo empregados próprios passaram a ser apuradas por essa equipe, permitindo tratamento

especializado nas interações com vítimas, denunciados e testemunhas, bem como na análise das informações levantadas. Os casos considerados procedentes são submetidos ao Comitê de Medidas Disciplinares para definição de responsabilização e consequências.

O nosso Canal de Denúncia externo e independente, está apto a acolher denúncias sobre assédio moral e sexual. Recebemos, por meio desse canal, ao longo do ano de 2019, 38 registros de discriminação envolvendo principalmente questões de gênero e de raça, cor da pele ou etnia, dos quais 4 ainda se encontram em tratamento, 28 foram avaliados e encerrados como arquivados, improcedentes ou não conclusivos, e 6 foram confirmados ou parcialmente confirmados. Os registros confirmados envolvem abordagem preconceituosa relacionadas a raça, cor da pele ou etnia (3), orientação sexual (2) e gênero (1).

Em 2019, fomos citados em Tutela Cautelar Antecedente requerida pelo Ministério Público do Trabalho a pretexto de que teríamos incorrido no que a Procuradoria do Trabalho da Bahia denomina de assédio moral organizacional no processo de desmobilização do imóvel Torre Pituba, situado na cidade de Salvador. O Juízo, embora reconheça que detemos o poder diretivo na gestão de nossos negócios, entendeu que a forma adotada ensejava o deferimento da tutela requerida pelo MPT. Após negociação com Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, foi celebrado acordo com amplitude nacional que estabelece condições complementares para as transferências de empregados decorrentes de desmobilizações e gestão de portfólio.

Em outubro de 2019, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) nos condenou a pagar R\$ 112 mil de indenização a uma terceirizada assediada sexualmente pelo fiscal do contrato, nosso empregado. O TST considerou o valor suficiente para coibir novos casos.

Em relação ao direito de livre associação, estabelecemos em nosso código de ética que comprometemo-nos a reconhecer o direito de livre associação de nossos empregados, respeitando e valorizando sua participação em sindicatos e não praticando qualquer tipo de discriminação negativa com relação aos empregados sindicalizados.

Na política de RH, uma das diretrizes é implementar acordos sustentáveis para nossa companhia por meio de diálogos construtivos, baseados na ética e na transparência, visando superar as diferenças nas negociações com os empregados e seus representantes.

Em 2019, a Ouvidoria recebeu nove manifestações relacionadas à associação coletiva/sindicalização de empregados. Desse total, quatro foram denúncias (sendo

duas improcedentes e duas arquivadas) e cinco foram reclamações (sendo três com pleito apresentado não atendido e duas arquivadas).

Mitigação e Prevenção de Violações aos Direitos Humanos – Comunidades

Acreditamos que criar e reforçar os vínculos de confiança com as comunidades onde atuamos é importante para promover um ambiente favorável para o desenvolvimento dos nossos negócios.

Dessa forma, adotamos padrões e processos que orientam nossa atuação na Gestão de Riscos Sociais e no Relacionamento Comunitário nos nossos projetos de investimentos e nas nossas operações. Esses processos buscam prevenir a violação de direitos humanos nas comunidades onde atuamos e fortalecer os vínculos de confiança com as comunidades do nosso entorno.

Os impactos e riscos sociais positivos e negativos são inerentes às atividades na indústria de óleo e gás. Entre os aspectos positivos, podemos destacar a geração de receitas para estados e municípios, a geração de postos de trabalho e a implementação de uma ampla carteira de projetos socioambientais. Já os impactos negativos geralmente estão vinculados ao processo de exploração, produção, refino e transporte de derivados de petróleo. Entre eles destacamos: poluição, proximidade com instalações de dutos e unidades industriais, impactos no trânsito, ruídos e risco de toque de óleo na costa.

Com o objetivo de mitigar e tratar os riscos e os impactos associados a nossas atividades, os projetos de investimento, ao serem submetidos à aprovação de passagem de fase, são avaliados por um grupo de revisão multidisciplinar que inclui profissionais das áreas Responsabilidade Social, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e áreas de negócio responsáveis pelos empreendimentos. Os projetos de investimento com valor superior a US\$25 milhões devem apresentar um relatório de Responsabilidade Social, com informações sobre o contexto social da área de abrangência do empreendimento, os riscos sociais do projeto e um plano de tratamento dos riscos sociais identificados. A avaliação para a passagem de fase do projeto se baseia nessas informações para a tomada de decisão.

Para além das ações mandatórias que ocorrem, por exemplo, no âmbito do processo de licenciamento ambiental e no atendimento às regulamentações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a análise de responsabilidade social dos projetos de investimento dá origem a recomendações que incluem a revisão dos planos de resposta a emergência, o monitoramento de ocorrências e queixas comunitárias, as ações de divulgação de projetos e atividades

operacionais e a inclusão de cláusulas de responsabilidade social em contratos de prestação de serviços. Em 2019, foram elaborados 30 relatórios de responsabilidade social para projetos de investimentos e 18 destes projetos foram submetidos à avaliação de responsabilidade social durante a passagem de fase, o que representa que 83% dos projetos com investimento superior a US\$25 milhões foram submetidos a análises de responsabilidade social em 2019.

Por outro lado, também possuímos uma sistemática para desinvestimentos de ativos e empresas, além de diversos padrões, políticas e diretrizes de SMS e projetos, que estabelecem normas para planejar e executar atividades de descomissionamento ou desinvestimento dos ativos *offshore* e *onshore*. Critérios rigorosos são aplicados na seleção de potenciais compradores para garantir a capacidade técnica, financeira e operacional de dar continuidade ao negócio.

Esta sistemática prevê a participação das áreas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, Comunicação e Marcas, Relacionamento com Investidores, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Telecomunicações e Responsabilidade Social, com o objetivo de garantir o atendimento dos requisitos legais e normativos, além da adoção das melhores práticas de SMS e responsabilidade social da indústria de óleo e gás.

Cumprimos todos os planos e padrões ambientais, seja no processo de desinvestimento e transferência do ativo para novo operador, seja no descomissionamento. Isso é implementado por meio do processo de licenciamento ambiental, que prevê regras específicas a serem cumpridas nos dois casos. Também disponibilizamos nossos canais de comunicação para que a sociedade seja devidamente informada e envie comentários ou dúvidas sobre estas atividades.

Em 2019, não tivemos consultas nem audiências públicas convocadas pelos órgãos ambientais em relação aos nossos projetos. No entanto, proativamente, realizamos reuniões envolvendo comunidades, além de demais públicos de interesse e órgãos externos, para apresentar e discutir nossos projetos. Essa é uma boa prática que temos implementado, buscando nos aproximar e levar informação sobre nossas atividades aos nossos públicos de interesse. Nessa linha, podemos citar o processo de perfuração dos blocos BAR 3 e 5, em que contamos com a participação do IBAMA na área de influência da atividade de perfuração, em dez municípios do Pará, três do Amapá e dez do Maranhão.

Nessas reuniões, a comunidade participa e tem a possibilidade de manifestar-se em relação aos nossos projetos e atividades. Todos os comentários são considerados na elaboração e implantação dos projetos.

O Programa de Proteção de Dutos busca conscientizar a comunidade e engajá-la no combate às derivações clandestinas

GESTÃO DE RISCOS SOCIAIS NA TRANSPETRO

As faixas de dutos têm forte interação com as comunidades, pois se encontram em locais abertos, interagindo com o meio ambiente, passando por cruzamentos de ruas e rodovias, áreas ambientais, urbanas, rurais, industriais e densamente povoadas. Além disso, vários trechos das faixas de dutos estão localizados bem próximos a diversas comunidades. Neste contexto, é fundamental o relacionamento comunitário, buscando o engajamento com as comunidades, por meio do diálogo contínuo e transparente, criando sinergia e integração, bem como incrementando a segurança das instalações e do seu entorno.

No Programa de Proteção de Dutos, foi realizado diagnóstico a fim de mapear as principais comunidades a serem priorizadas no plano de ação de Comunicação e Responsabilidade Social da Transpetro, levando em consideração critérios como densidade populacional e criticidade de produtos transportados.

Como parte das ações de relacionamento com as comunidades nos locais onde possuímos ativos, realizamos ações periódicas envolvendo moradores e demais públicos de interesse da sociedade local, tais como simulados com participação da comunidade, comunicação face a face com visitas de representantes da Transpetro aos moradores do entorno das faixas de dutos, reuniões em escolas e locais de associação comunitárias, eventos para a informação e engajamento sobre a segurança em dutos e sobre o canal de relacionamento com a Transpetro (telefone 168), ações promocionais com distribuição de folheteria e material informativo nas comunidades, divulgação por meio de campanha publicitária com carros de som, anúncios em rádios e outdoors. Todas essas ações buscam aprofundar o conhecimento sobre as comunidades e ampliar as mensagens a serem transmitidas ao público sobre as atividades da Transpetro nas localidades.

Buscamos, por meio dessas ações, que as comunidades estejam conscientizadas das nossas operações, riscos e impactos e entendam que o transporte de combustíveis por duto é uma atividade segura desde que não haja intervenções não autorizadas nos ativos. Espera-se que as comunidades vizinhas às faixas de dutos estejam engajadas no combate às derivações clandestinas e contribuam realizando denúncias por meio do canal 168 e demais canais disponíveis.

Identificamos, analisamos e respondemos aos impactos sociais relacionados às comunidades nas nossas operações por meio do processo de relacionamento comunitário. O diagnóstico e a análise das comunidades do entorno de nossas operações são realizados por equipes multidisciplinares lotadas nas unidades de operações, para reconhecimento da realidade local e direcionamento das ações de relacionamento com as comunidades.

Utilizando ferramentas específicas de diagnóstico, identificamos os impactos e riscos de ocorrência de alterações causadas por uma determinada ação. Nesse processo, são consultados indicadores municipais, como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Gini e de Vulnerabilidade social (IVS) e também dados específicos de comunidades mapeadas no território, como, por exemplo, atores sociais, povos e comunidades tradicionais, existência de conflitos e existência de impactos e riscos decorrentes das nossas atividades.

A partir da reunião e sistematização dessas informações, elaboramos planos de relacionamento comunitário com o objetivo de oferecer respostas às questões comunitárias da unidade operacional em questão.

Com base nestas informações, são elaborados planos de relacionamento comunitário a partir de níveis de engajamento, com periodicidade anual, contemplando todas as atividades direcionadas às comunidades. Os níveis de engajamento consistem em Informar, Consultar, Envolver e Comprometer. Esse nível trata do patamar pretendido para os trabalhos com cada comunidade no exercício de um ano, passando por processos de revisão e atualização. Para cada nível de engajamento, são recomendadas ações específicas de relacionamento comunitário.

Durante o processo de diagnóstico e análise, são apontados motivadores de conflitos potenciais ou reais com as comunidades, tais como reclamações sobre poluição atmosférica, ruídos, odores, contaminação do solo; intrusão nas nossas áreas e faixas adutoras; interferências cotidianas, especialmente trânsito e poeira, incluindo bloqueios de vias de acesso por parte das comunidades; protestos e reclamações resultantes da geração de expectativas, tais como empregos, melhorias locais, compensação financeira para as comunidades; derivação clandestina.

Em comunidades próximas a algumas de nossas unidades de operação, foram identificados impactos cotidianos normalmente relacionados a odor, ruído e fluxo de veículos.

Em 2019, ressaltamos como impacto positivo em comunidades locais o aumento no número de empregos na Unidade de Processamento de Gás da Rota 3. Mais de 6 mil pessoas estavam trabalhando na região no período. Conforme divulgado no veículo de comunicação para atendimento de condicionante "Petrobras Informa", esse número representa um aumento de 105% em relação ao ano anterior.

Situação similar também ocorreu no entorno da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), onde podemos destacar a contratação de mão de obra local.

Superamos a meta e alcançamos 94% de contratação de mão de obra local

INCENTIVO À CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA LOCAL NA REDUC

Na Reduc, por exemplo, criamos um processo de integração entre representantes nossos e de empresas terceirizadas, sindicatos e comunidades do entorno que tem melhorado nosso relacionamento com esses agentes e trazido resultados como mais ofertas de empregos para as comunidades locais, aumento da produtividade e redução de custos.

Realizamos reuniões com objetivo de planejar estratégias para incentivar a contratação de mão-de-obra local por meio do Sine (Sistema Nacional de Empregos), do Governo Federal, um serviço público e gratuito de oferta e procura de empregos.

O sindicato dos trabalhadores de Duque de Caxias e municípios do entorno mapeia e encaminha esses trabalhadores locais para atualizarem seus cadastros, enquanto o Sine capta as vagas disponíveis junto às empresas e encaminha os candidatos que atendam aos perfis das vagas para estes processos seletivos. A Reduc faz o controle e o monitoramento do processo, com a finalidade de dar a transparência necessária do início ao fim.

A Reduc superou a meta de contratação local, que era de 85%, e chegou a 94%, totalizando 2.238 contratados da região. Temos a expectativa de manter nossa meta de preencher 85% das vagas abertas pelas empresas prestadoras de serviços com trabalhadores locais na próxima parada programada de manutenção e estender a iniciativa para contratos de serviços de rotina da refinaria. Apesar de não selecionarmos e contratarmos diretamente esses candidatos, também ajudamos as empresas contratadas a aprimorarem seu processo de seleção, fazendo com que escolham os melhores perfis para as vagas que oferecemos. Todos saem ganhando com esta iniciativa, pois conseguimos gerar emprego e renda aos moradores locais com candidatos mais bem preparados e diminuir custos para empresas terceirizadas e para nós, realizando as paradas programadas com segurança e dentro do prazo determinado.

Em nossa atuação como operadores na América Latina, os impactos positivos nas economias locais estão na priorização da mão de obra local, estabelecidos nos contratos de suporte logístico e serviços que permitem a geração de empregos nas comunidades próximas às áreas operacionais. Também promovemos nessas comunidades campanhas de saúde com apoio de parceiros locais, que permitem avaliar a economia familiar para melhor atenção sobre aspectos médico e sanitário (consulta e entrega de medicamentos) locais.

Antes de se iniciar qualquer projeto, é uma prática usual a aproximação junto às autoridades locais e comunidades assentadas na área de influência indireta do

projeto para esclarecimentos. A partir dessa aproximação, as ações de caráter social são concebidas e implementadas em conjunto com autoridades locais e regionais, assim como com instituições representativas da região visando as oportunidades de apoio ao desenvolvimento local.

Atualmente, existem 23 planos de relacionamento comunitário, o que representa 96% das nossas operações, elaborados no ano de 2018, e em andamento no ano de 2019, todos monitorados por um sistema de gestão (SIGER) que acompanha a realização das ações em relação aos percentuais almejados. No quadro a seguir, apresentamos o percentual de realização das ações previstas nos planos de relacionamento comunitário em 2019:

REALIZAÇÃO DOS PLANOS DE RELACIONAMENTO COMUNITÁRIO EM 2019

DESCRIÇÃO	Meta de Realização	Percentual Realizado	Desempenho*
Aprimorar o conhecimento acerca das comunidades e seus atores sociais	85%	99,75%	117%
Atuar na mediação de conflitos e temas críticos	85%	100%	118%
Realizar comunicação sobre as atividades da Unidade (operações, segurança, meio ambiente, saúde e outros temas de interesse)	85%	99,42%	117%
Criar e fomentar espaços de diálogo com comunidades e atores da área de abrangência	85%	99,00%	116%
Envolver força de trabalho no relacionamento comunitário e promover cultura de RS	85%	98,51%	116%
Atuar na identificação e tratamento de temas comuns em articulação com demais empresas e órgãos do entorno	85%	99,17%	117%
Atuar nas paradas de manutenção e obras	85%	100%	118%
Atuar no processo de responsabilidade social dos projetos de investimento/ desinvestimentos e descomissionamentos	85%	100%	118%
Prestar apoio para ações de empregabilidade	85%	100%	118%

* Percentual de realização relacionado à meta

Essas ações buscam ampliar o nível de engajamento das comunidades, buscando aumentar sempre que possível a participação comunitária no planejamento das ações.

Além das ações de relacionamento comunitário, disponibilizamos também canais de contato direto conosco para registro de queixas e reclamações, como por exemplo o 0800 7280 9001 (Serviço de Atendimento ao Consumidor) e um correio institucional

Para mais
informação
sobre
relacionamento
com
comunidades,
consultar
“Relacionamen-
to com Públicos
de Interesse”.

das equipes de responsabilidade social das unidades operacionais.

As ações de relacionamento comunitário realizadas pelas unidades são registradas e monitoradas pelo Sistema de Gestão por Resultados (SIGER). Além desse sistema, realizamos reuniões periódicas de análise crítica com as equipes multidisciplinares responsáveis pelos planos de relacionamento comunitário.

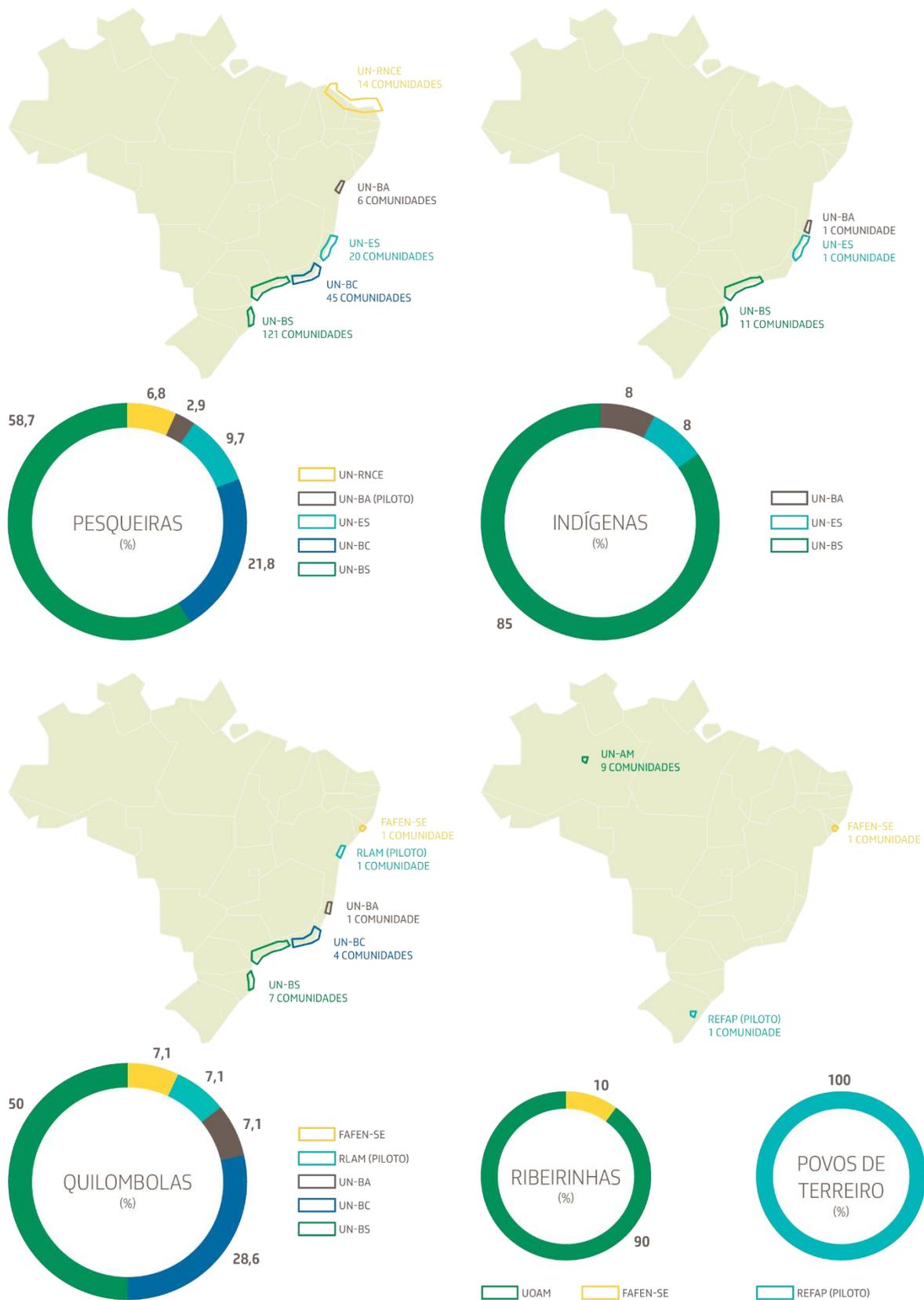
No processo de monitoramento do relacionamento comunitário, constatamos que as ações têm levado a um maior engajamento comunitário nas ações propostas. Um desafio identificado é desenvolver instrumentos de avaliação das ações que sejam acessíveis e de fácil compreensão pelas comunidades. Além disso, em algumas comunidades, identificamos carência de lideranças atuantes e representativas.

Os resultados do relacionamento comunitário são comunicados internamente por meio de palestras para os empregados, reuniões com os gerentes e notícias em nosso portal interno.

Os impactos sociais e os resultados do relacionamento comunitário são discutidos e divulgados para as comunidades por meio das discussões realizadas nos espaços de diálogo e comitês comunitários de cada unidade. Nesses espaços, são discutidas questões relacionadas aos impactos oriundos das atividades e operações nas comunidades e ações a serem desenvolvidas para ampliar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos.

No diagnóstico de relacionamento comunitário, foram priorizadas aquelas comunidades denominadas como tradicionais de pescadores, quilombolas e indígenas, comunidades ribeirinhas e povos de terreiro. A identificação das comunidades tradicionais abordadas nesse recorte considerou os conceitos estabelecidos legalmente. Esse escopo foi ancorado na identificação estabelecida no Decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As comunidades priorizadas nos diagnósticos são apresentadas na figura a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS POR UNIDADE OPERACIONAL



As operações da Petrobras Bolívia que envolvem comunidades indígenas estão localizadas no campo Sábalo, no Bloco San Antonio. Neste campo, encontram-se 70 famílias na Tierra Comunitaria de Origen (TCO) guaraní denominada Tucuinty. A comunidade tem uma extensão de 36 Km e se caracteriza por apresentar habitações dispersas (em uma distância de aproximadamente 5 km entre as habitações).

O relacionamento comunitário com povos indígenas e comunidades tradicionais se dá por ações de caráter mandatário provenientes de condicionantes do licenciamento ambiental, como o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde, o Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara – PEA BG e o Projeto de Caracterização de Territórios Tradicionais na Bacia de Santos. Essas iniciativas relacionadas a esse público específico estão sendo aprimoradas a fim de atender a todas as disposições da Convenção OIT 169, garantindo um processo participativo.

Desenvolvemos também projetos voluntários que atuam diretamente com povos indígenas. Os projetos Taramandahy, Ar, Água e Terra, Renascendo, Raízes do Purus, Pacto das Águas, Berço das Águas, Florestas de Valor e Amazonas Sustentável realizam ações de recuperação e conservação de florestas, rios e nascentes, manejo sustentável de recursos não-madeireiros, educação ambiental, articulação comunitária e gestão do território. Esses 8 projetos representam, juntos, um investimento superior a R\$ 26 milhões nos seus dois anos de duração, e preveem o envolvimento de cerca de 5.800 de pessoas nos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Pampa, Caatinga e Cerrado. Esses projetos contemplam diferentes povos indígenas em todas as regiões do Brasil, como Guarani (RS, SP), Apurinã (AM), Rikbatsa (MT), Jamamadi (AM), Deni (AM), Kaingang (RS) e Pankararu (PE), entre outros.

Os projetos Meros do Brasil, Albatroz, Coral Vivo e TAMAR, que realizam ações de educação ambiental, pesquisa e conservação da biodiversidade marinha no litoral brasileiro, do Pará ao Rio Grande do Sul, também se relacionam pontualmente com comunidades indígenas locais, que são parceiras e/ou participantes beneficiadas por esses projetos.

Celebrado por nossa iniciativa, o Termo de Ajustamento de Conduta permitiu a indenização de cerca de 1.400 impactados ainda em 2019

REPARAÇÃO POR DANOS DE VAZAMENTO OCORRIDO EM 2019 EM COMUNIDADE PESQUEIRA

No que tange ao nosso relacionamento com povos indígenas e comunidades tradicionais, no período do relatório, registramos somente um conflito significativo, sendo esse com comunidades pesqueira, devido ao vazamento de óleo ocorrido em 25/03/2019, no Campo Marlim Leste, oriundo da P-53, unidade situada na Bacia de Campos. Tendo o óleo chegado à costa da comunidade pesqueira dos municípios de Arraial do Cabo, Búzios e Cabo Frio, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) preventivo com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro. O TAC estabeleceu critérios para habilitação dos beneficiários e o valor da reparação a ser pago em razão dos prejuízos sofridos por essa comunidade devido à paralisação da atividade pesqueira durante dois meses. Assim, proativamente e preventivamente (não existe litígio sobre o tema), foi firmado TAC que prevê o pagamento de indenização total de aproximadamente R\$ 9 milhões a cerca 2 mil pescadores, maricultores e marisqueiras, sendo que cerca 1.400 foram indenizados ainda em 2019.

A Ouvidoria-Geral disponibiliza a todos os nossos públicos de interesse, incluindo povos indígenas e outras populações tradicionais, canais de relacionamento para o recebimento e o tratamento de manifestações, tais como denúncias, inclusive as de caráter anônimo, reclamações, solicitações de informação e pedidos.

Aprovada em 2020, a diretriz para reassentamentos estabelece que devemos evitar ou reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento de comunidades

DIRETRIZ CORPORATIVA PARA REASSENTAMENTOS

Em março de 2020, estabelecemos abordagem corporativa para a temática de reassentamento. Com abrangência sobre todas as nossas unidades, estabelecemos diretrizes para a remoção e reassentamento de indivíduos ou comunidades afetadas por nossos empreendimentos e/ou atividades. Remoção e reassentamento de comunidades incluem os casos de deslocamento físico (remoção e perda de moradia) e deslocamento econômico (perda de ativos ou de acesso a ativos que leva a situações de perda de renda ou de meios de vida) causados por aquisições de terra ou restrições de acesso e uso.

A diretriz estabelece que devemos: i) evitar ou reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento físico e/ou econômico de indivíduos e comunidades; ii) quando inevitável, considerar no planejamento a estimativa dos custos de desapropriação e indenização de benfeitorias, assim como os custos de recomposição dos modos de vida de indivíduos e comunidades impactadas; e iii) tratar de forma igualitária os segmentos sociais afetados, devendo-se buscar ações que garantam condições de vida similares ou melhores que as existentes, assim como a manutenção das relações sociais e culturais.

Os planos de ação devem incluir como as atividades serão implementadas, incluindo: sensibilização e abordagem do público-alvo e mecanismos de participação comunitária; metodologia de avaliação da justa compensação (elementos técnicos, jurídico e social); e mapeamento e cadastramento de pessoas para a remoção e reassentamento. Além de incluir todos os indivíduos e comunidades potencialmente afetadas pela remoção ou reassentamento, o plano de ação deve incluir as comunidades anfitriãs (para as quais as pessoas deslocadas serão realocadas), de forma a minimizar os impactos socioeconômicos e culturais.

Povos indígenas devem ser informados, em linguagem apropriada e acessível, sobre projetos que podem ocorrer em suas terras e ter a oportunidade de oferecer ou reter seu consentimento para um projeto antes do seu início. Sendo absolutamente necessária a remoção e o reassentamento de comunidades indígenas ou quilombolas, será necessário realizar consulta prévia, livre e informada direcionada a essas comunidades.

O monitoramento e a avaliação da remoção ou reassentamento devem ser incluídos no processo de gestão e no orçamento do projeto. Devem ser identificadas as responsabilidades organizacionais, metodologia e cronograma para monitoramento e elaboração de relatórios de monitoramento e avaliação. Ao fim de cada processo, uma auditoria de conclusão deverá ser realizada, apontando as medidas tomadas para restaurar os padrões de vida da comunidade afetada e os resultados alcançados.

Disponibilizamos, por meio de nosso Fale Conosco, o encaminhamento de queixas e reclamações das partes interessadas, incluindo reparação, quando cabível, por meio de ações eficazes e transparentes. Além da divulgação ampla do canal Fale Conosco, asseguramos a abertura de um canal local de relacionamento com as comunidades afetadas, por meio do qual essas poderão dar e receber retorno de suas queixas e reclamações.

Em 2019, recebemos nove manifestações relacionadas a comunidades indígenas ou povos tradicionais (pescadores artesanais, quilombolas, marisqueiros, etc.), sendo cinco pedidos, dos quais quatro foram atendidos e um arquivado, três reclamações, sendo duas atendidas e uma que segue em tratamento, e uma denúncia, a qual foi encerrada como improcedente. As reclamações estão relacionadas à comunidade pesqueira, quanto ao indeferimento de pedido de indenização, impacto ambiental supostamente de nossa responsabilidade e a dano a instrumentos de pesca.

Em 2019, registramos a remoção de uma moradora da faixa do trecho terrestre do Gasoduto Rota 3. A área é um local conhecido por invasões e por isso há uma disputa na justiça, na qual os invasores solicitam usucapião⁵ e o proprietário reivindica a reintegração de posse. Em virtude dessa indecisão, tivemos que ajuizar ação junto à Comarca de Maricá-RJ. Devido à situação da possuidora, o juiz autorizou que ela levantasse parte da indenização que havíamos depositado ao proprietário. Esse valor foi suficiente para ela providenciar uma nova moradia. No local, morava a possuidora e sua filha, maior de idade. Após decisão do juiz favorável a nós, a possuidora desocupou a casa e construiu uma nova moradia no terreno em disputa em questão, mas não mais em nossa faixa de servidão. Nossa empresa contratada para implementar o trecho terrestre do Gasoduto Rota 3 auxiliou na mudança e custeou um aluguel por um período de três meses.

Em relação ao Gasoduto Rota 2, uma ação civil pública sentenciou o Município de Macaé a remover as famílias ocupantes da primeira quadra do Balneário Lagomar, por estarem localizadas na Zona de Amortecimento do Parque Nacional Restingas de Jurubatiba. Entre esta unidade de conservação e o Lagomar, localiza-se uma faixa de dutos da operação do Rota 2. Conforme determinado por condicionante emitida pelo IBAMA, apoiamos e acompanhamos as ações de desocupação realizadas pela Prefeitura de Macaé. Uma de nossas ações foi a instalação de placas de concreto sobre o gasoduto e a implementação de vigilância diária na faixa, de forma a mitigar o risco de interação de moradores da localidade com o gasoduto. Desde dezembro de 2017, cerca de 250 famílias daquela localidade foram realocadas. Não há registro de comunidades indígenas, atividades extrativistas ou agricultura de subsistência na região.

⁵Usucapião é a modalidade de aquisição da propriedade ou de outro direito real sobre coisa alheia, que consiste no exercício de posse ininterrupta, sem oposição e com a intenção de dono, durante o prazo previsto em lei.

A metodologia dos estudos de segurança corporativa passou a contemplar questões de direitos humanos

SEGURANÇA CORPORATIVA E DIREITOS HUMANOS

Revisamos nosso processo “Gerir Riscos de Segurança Corporativa”, após a realização de um Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Forças de Segurança, capitaneado pela nossa área de Responsabilidade Social. Como resultado, baseada na ISO 31000 (norma internacional de gestão de riscos), a metodologia “Proteger”, relativa aos Estudos de Inteligência e Segurança Corporativa, passou a contemplar questões de direitos humanos.

Desde a revisão, a metodologia passou a contemplar explicitamente os aspectos de direitos humanos nos estudos, notadamente as questões de segurança elencadas no manual do processo de *Due Diligence* em Direitos Humanos da associação global da indústria de óleo e gás para desempenho ambiental e social - Ipieca. Sendo assim, compreende, em sua análise, riscos de segurança corporativa que, de alguma forma, envolvam a comunidade próxima à unidade, principalmente os riscos de movimentos sociais e intrusão, que podem comprometer a incolumidade das pessoas e a segurança do processo. Esses riscos são decorrentes da interação dos cenários de segurança externo e interno à unidade. Utilizamos, para o cenário externo, análise de inteligência materializada em um parecer gerado pela nossa área de Monitoramento e Análises de Segurança da Inteligência e Segurança Corporativa, que contempla, entre outras questões, índices de criminalidade, estatísticas, principais crimes, entre outras informações, buscando antever e prevenir possíveis situações de conflito.

Com isso, é possível desenvolver ações e procedimentos de segurança corporativa com foco em prevenção e resposta aos riscos de movimentos sociais, sindicais e intrusões, e entre outras ocorrências contempladas no entorno da unidade, que ficam refletidos no Plano Local de Segurança Patrimonial (PLSP). Em havendo situações de segurança que envolvam interação com as comunidades, propomos recomendações para o gestor da unidade que envolvam a atuação da área de Responsabilidade Social no sentido de mitigar eventuais riscos e/ou agir preventivamente em conjunto com a unidade, dentro da legislação e das normas atinentes aos direitos humanos.

A atividade de segurança patrimonial está subordinada a requisitos legais, aplicáveis tanto à segurança orgânica (constituída por empregados próprios) quanto às empresas de serviços de vigilância contratadas. Todas estão sujeitas à fiscalização pelo Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ), órgão regulador e fiscalizador da atividade de segurança privada no Brasil.

Adicionalmente, no âmbito de nossa companhia, as empresas de serviços de vigilância respondem à fiscalização de contratos que contempla, entre outras exigências, a manutenção dos certificados de funcionamento das contratadas e a

capacitação de seus profissionais que atuam em nossas unidades. As empresas contratadas são avaliadas no tocante à qualidade dos serviços prestados, atendimento a requisitos legais e outros itens. As notas ou conceitos alcançados pelos fornecedores e outros dados das avaliações são registrados em sistemas corporativos e analisados em reuniões de análise crítica, estando disponíveis para auditorias internas.

Queixas, dúvidas, reclamações e denúncias, inclusive de direitos humanos, relativas à atividade de segurança patrimonial podem ser comunicadas por meio da nossa Ouvidoria-Geral, sendo assegurado o anonimato do comunicante. As demandas de Ouvidoria encaminhadas à Inteligência e Segurança Corporativa (ISC) são tratadas, integrando relatos periódicos à alta administração. Caso a demanda seja referente à segurança patrimonial terceirizada, a ISC as investiga e analisa; e após conclusão dos trabalhos de apuração, a ISC comunica à área de contratação, objetivando mitigar riscos em novas contratações no momento da seleção de fornecedores; além de informar ao gerente do contrato, para que este adote as medidas necessárias ao descumprimento de cláusulas contratuais, com possíveis aplicações de sanções.

Nossos profissionais próprios e contratados que executam a atividade de segurança patrimonial periodicamente passam por treinamento e por reciclagem, em conformidade com o Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ). O conteúdo programático dos cursos inclui aspectos dos Direitos Constitucional, Penal e Civil, legislação da segurança privada e relações interpessoais, pautando-se no respeito à pessoa humana e na aplicação correta e proporcional da força. O Curso de Formação é obrigatório, assim como passar pela reciclagem a cada dois anos, que envolve, entre outros itens, os conceitos básicos de direitos humanos e relações humanas. Os contratos de segurança patrimonial contêm a exigência de cumprimento de toda a legislação por parte das empresas, o que inclui a obrigatoriedade do Curso de Formação e dos Cursos de Reciclagem.

Os integrantes da força de segurança realizam o treinamento formal com conteúdo relacionado a direitos humanos, a cada 2 anos, conforme determina a legislação aplicável à atividade de Segurança Privada, em especial a Portaria 3.233/12-DG/DPF. Ou seja, em média 50% da força de segurança é treinada nos anos ímpares, e 50% nos anos pares. Esse treinamento é aplicável tanto aos empregados próprios (vigilantes orgânicos) quanto aos empregados contratados (vigilantes terceirizados). Como exemplos das questões a serem treinadas, temos:

- desenvolver atitudes para o atendimento adequado e prioritário às pessoas com deficiência;
- recordar os conhecimentos que capacitem o aluno a desenvolver hábitos de sociabilidade que permitam aprimorar seu relacionamento no trabalho e em outras esferas de convívio social, especialmente no trato em áreas especializadas de

trabalho, como: bancos, shoppings, hospitais, escolas, indústrias, prédios, etc.;

- reforçar o conhecimento objetivando coibir a prática de atividades discriminatórias ou em desrespeito aos direitos humanos, especialmente na perspectiva de combate à violência de gênero, orientação sexual, contra a criança, adolescente, idoso e portador de necessidade especial; e
- lembrar conhecimentos gerais sobre conceitos e legislação relativos ao emprego e ao uso da força de maneira escalonada.

Nossos 4.200 componentes da força de segurança recebem aproximadamente 67.200 horas/aula por ano.

Prevenção de Violação a Direitos Humanos - Cadeia de Fornecedores

O nosso compromisso com os direitos humanos na cadeia de fornecedores está expresso em nossa Política de Responsabilidade Social, em nossa Política de Recursos Humanos, no nosso Código de Ética e no nosso Guia de Conduta. Antes de assinar um Contrato conosco, todo fornecedor deve preencher e assinar a Declaração de Atendimento ao Código de Ética, ao Guia de Conduta e à nossa Política de Responsabilidade Social.

Nossa minuta padrão do contrato de prestação de serviços inclui uma cláusula que exige que as empresas prestadoras de serviço se abstenham de utilizar mão de obra infantil e mão de obra análoga à de escravo ou em condições de trabalho degradantes. Em 2019, foram celebrados compromisso com 12.162 fornecedores, sendo que em todos constaram cláusulas de abstenção de trabalho infantil e análogo ao escravo.

Para contratos de construção e montagem de unidades de processo de refino e contratos de serviços de construção civil, considerados de maior risco para violação de direitos humanos, existe uma cláusula declaratória de responsabilidade social nos contratos. De acordo com esta cláusula, as empresas contratadas devem declarar e garantir que respeitam os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, conforme estabelecido na Carta Internacional dos Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU ("Princípios Orientadores") e no Decreto nº 9.571, de 21 de novembro de 2018, que estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos. Além disso, a cláusula contratual, de natureza declaratória, deve incluir o compromisso das empresas contratadas com os seguintes itens:

- Possuir política formal de respeito aos Direitos Humanos e divulgar ao seu público de interesse;
- Abster-se de utilizar mão de obra infantil e mão de obra análoga a de escravo ou condições de trabalho degradantes, bem como fazer constar cláusula específica nesse sentido nos contratos firmados com fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviço;
- Proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável que inclua condições adequadas de alimentação, alojamento e sanitárias;
- Respeitar o direito de seus empregados formarem ou se associarem a sindicatos, bem como negociar coletivamente;
- Ter compromisso com a igualdade de tratamento e a não discriminação;
- Não praticar ou compactuar com qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes, sensibilizando os empregados para o enfrentamento dessa violência e divulgando canais de denúncias locais como o Disque 100;
- Não praticar atos que configurem excesso de força na interação entre forças de segurança, comunidades e trabalhadores;
- Possuir canal de comunicação para receber, encaminhar e responder às manifestações dos públicos de interesse, assegurando que todas as manifestações sejam respondidas e não haja retaliações;
- Avaliar os riscos sociais de suas atividades nas comunidades do entorno, elaborando ações para identificar, prevenir e mitigar impactos adversos em temas de direitos humanos (interferência em povos indígenas e comunidades tradicionais, em grupos socialmente vulneráveis, acessos a meios de vida e ambiente saudável, direito à integridade e ambiente seguro, gestão de terras e reassentamento, entre outros);
- Comunicar às comunidades do entorno das atividades do contrato que impactem seu cotidiano, de forma a minimizar impactos/riscos;
- Envidar esforços para contratação de mão de obra local;
- Reparar os danos que causar nas comunidades durante a execução das atividades do contrato.

Em 2019, foram realizadas 40 avaliações de responsabilidade social junto a prestadores de serviço por meio de lista de verificação, para avaliar a aplicação dos requisitos de responsabilidade social nesses contratos. Dentre os contratos submetidos à avaliação por lista de verificação não foi identificada nenhuma violação de Direitos Humanos. No caso de ser constatada qualquer irregularidade, a empresa contratada é imediatamente notificada, devendo fazer cumprir as suas obrigações contratuais.

A oficina ampliou a compreensão quanto ao trabalho escravo contemporâneo e resultou no plano de ação para 2020

Para mais informação sobre DDI, consultar "Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção".

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO

A oficina sobre Prevenção e Enfrentamento do Trabalho Escravo em Empresas foi realizada em parceria com o Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO) em novembro de 2019.

Um de seus objetivos foi ampliar a compreensão do conceito contemporâneo de trabalho escravo. Na oficina, avaliamos que nossa cadeia tem dois segmentos de fornecedores com risco potencial de ocorrência de trabalho escravo: a construção civil e a indústria têxtil.

Ainda neste encontro, realizamos análise crítica dos resultados obtidos no questionário de monitoramento de 2018 e, com a orientação do Instituto InPACTO, identificamos ações que irão compor o nosso plano de ação para prevenção e erradicação do trabalho escravo.

Em junho de 2015, aderimos ao InPACTO como continuidade da nossa adesão ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, do qual somos signatários desde seu lançamento em 2005.

Os canais disponibilizados pela Ouvidoria-Geral também estão disponíveis aos nossos públicos de interesse para registro de manifestações sobre trabalho forçado ou degradante, sendo elas adequadamente tratadas e, eventualmente, fornecendo subsídios para a prevenção de novos casos.

Adicionalmente, realizamos *Due Diligence* de Integridade (DDI) em nossas contrapartes, considerando os fatores de risco associados a trabalho análogo ao escravo, degradante e infantil.

Prêmio e fórum
junto a nossa
cadeia de
fornecedores
promovem a
diversidade

PRÊMIO MELHORES FORNECEDORES E FÓRUM PETROBRAS DE EQUIDADE

Em alinhamento com a nossa Política de Responsabilidade Social, que prevê entre suas diretrizes o respeito aos direitos humanos nas nossas atividades diretas, cadeia de fornecedores e parcerias, bem como o combate à discriminação em todas as suas formas, implementamos a categoria Prêmio Especial de Equidade na edição 2019 do Prêmio Melhores Fornecedores Petrobras.

O objetivo da premiação foi reconhecer boas práticas das empresas, sendo elegíveis aquelas relacionadas à promoção da diversidade nos seguintes temas: equidade de gênero, igualdade de raça e inclusão de pessoas com deficiência. O Prêmio Especial de Equidade contou com a inscrição de casos de 34 empresas entre os nossos maiores fornecedores. Os vencedores, com as melhores práticas, foram:

- _ **Promoção da diversidade e equidade de gênero:** Halliburton, pelo programa Diversity and Inclusion, que objetiva maior atração, inserção e desenvolvimento de mulheres em seus quadros operacional e gerencial.
- _ **Igualdade étnico-racial:** IBM Brasil, pelo programa Black Woman InTech, de formação e atração de mulheres negras para empresas de tecnologia
- _ **Inclusão de pessoas com deficiência:** Estrutural Serviços Industriais, pelo programa Desenvolver para Incluir, de capacitação de pessoas com deficiência, com treinamento e inserção em diversas áreas da empresa.

Em 18/06/2019, foi realizado o Fórum Petrobras de Equidade, em parceria com a Fundação Zumbi dos Palmares, tendo sido apresentadas as práticas reconhecidas no “Prêmio Especial de Equidade”, com transmissão ao vivo para toda a força de trabalho via canal de TV web corporativo.

102-9; 102-43; 103-1; 103-2; 103-3; 204; 204-1; 308; 308-1; 308-2; 401; 414; 414-1; 414-2; OG14

Cadeia de Fornecedores

A cadeia de fornecedores, ao prover bens e serviços, tem papel relevante no atendimento das metas do nosso Plano Estratégico (PE) e na garantia da continuidade operacional. O resultado esperado da gestão de fornecedores é que o suprimento de bens e serviços aconteça de acordo com as nossas necessidades, respeitando os normativos legais e os princípios do Código de Ética.

Em 2019 nos tornamos a primeira empresa do mundo a obter a Certificação Empresarial da *Association for Supply Chain Management* (ASCM). Esta certificação é inédita a nível corporativo e demonstra a excelência e a transparência da cadeia de suprimentos, valores crescentes para os consumidores cada vez mais conscientes sobre sua importância em práticas de negócios éticas e sustentáveis.

A certificação é válida por três anos, tendo como requisito anual a demonstração da aderência aos padrões definidos pela ASCM para manutenção do certificado durante todo o período de validade. Ao obter a certificação, reforçamos nosso compromisso em melhorar a forma como gerenciamos nossos processos de fornecimento de bens e serviços, contribuindo para aumentar a nossa credibilidade em um mercado competitivo.

Dimensão e Perfil das nossas Contratações

Em 2019, a controladora firmou compromissos com 12.162 fornecedores e, considerando o montante total de transações efetuadas, 89,15% foram celebradas com fornecedores sediados no Brasil.

Dos compromissos assumidos, em 2019, pela nossa subsidiária Petrobras Biocombustível, 59,4% foram com fornecedores locais. Considera-se, neste caso, que fornecedores locais são todos aqueles estabelecidos na mesma Unidade da Federação que o destino do produto e/ou serviço contratado das usinas de biodiesel.

VOLUME COMERCIALIZADO

Empresa	Número de Fornecedores com Compromissos Celebrados em 2019	Contratos Celebrados em 2019	Pedidos Celebrados em 2019	Montante de Transações (R\$ milhões)
Petrobras Controladora	12.162	4.951	281.812	55.707,03
Petrobras Biocombustível	974	425	5.865	1.227,28
Petrobras Distribuidora ¹	16.800	7.698	74.460	30.731,37
Transpetro	4.261	548	54.891	3.375,85

¹ Dados não incluem as compras realizadas pela Petrobras Distribuidora junto à Petrobras Controladora.

PERFIL DAS NOSSAS CONTRATAÇÕES

Empresa	% Fornecedores com Negócios até R\$ 100 mil	% Fornecedores com Negócios entre R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão	% Fornecedores com Negócios entre R\$ 1 milhão e R\$ 100 milhões	% Fornecedores com Negócios Superiores a R\$ 100 milhões
Petrobras Controladora	74,27%	13,07%	11,88%	0,77%
Petrobras Biocombustível	81,83%	9,55%	8,32%	0,31%
Petrobras Distribuidora	73,70%	16,74%	9,14%	0,42%
Transpetro	74,58%	17,98%	7,32%	0,12%

Nossas principais categorias de bens e serviços contratados são:

— Controladora: Afretamento de plataformas de produção, afretamento de sondas, serviços de poços, engenharia, aquisição, construção e instalação (*Engineering, Procurement, Construction and Installation – EPCI*), operações submarinas, linhas flexíveis, válvulas, tubos, afretamento aéreo, afretamento de navios e embarcações especiais, produtos químicos e catalisadores, serviços de geofísica, engenharia, aquisição e construção (*Engineering, Procurement and Construction – EPC*) e manutenção de equipamentos.

— Petrobras Distribuidora: Aquisição de combustíveis e biocombustíveis, aditivos, óleos básicos, embalagens, insumos de produção e prestadores de serviços correlatos à área industrial da Petrobras Distribuidora. Adicionalmente, na parte de Transporte: serviços de transporte rodoviário, cabotagem, fluvial e rodo-fluvial,

utilizados na movimentação dos combustíveis e lubrificantes distribuídos pela Petrobras Distribuidora.

— Transpetro: Serviços operacionais, de manutenção da infraestrutura, logística, de inspeção, de docagem e serviços complementares, como os de transporte.

— Petrobras Biocombustível: No âmbito do suprimento de matéria-prima para as Usinas de Biodiesel, a cadeia de fornecedores é composta por fabricantes e comerciantes nacionais de óleos vegetais (de soja, algodão, palma, OGR – óleos e gorduras residuais), gorduras animais (de bovinos, suínos e aves), além de metanol e metilato de sódio. Adicionalmente, para manutenção das concessões de uso do Selo Combustível Social (SCS) das Usinas de Biodiesel, a subsidiária formaliza compromissos com cooperativas de produtores familiares para fornecimento de matérias-primas e serviços de assistência técnica.

Aspectos de Governança

Nossas contratações são regidas pela Lei 13.303/16, também denominada Lei das Estatais, que representou um marco regulatório para a atuação de empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, com o estabelecimento de procedimentos e responsabilidades. Esta lei introduziu novos procedimentos para as licitações e contratos das empresas estatais e determina que todas as contratações devem ser realizadas, em regra, por meio de licitação pública, ou seja, estarão abertas a quaisquer interessados que tenham condições de atender ao edital, conforme indicado em seu art. 28. Informações sobre a Lei nº 13.303/2016 e sobre as regras de contratação podem ser obtidas na internet, em nosso Canal do Fornecedor.

Em atendimento ao art.40 da referida Lei, foi editado o Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP), que entrou em vigor na data de sua publicação (15/01/2018). O RLCP apresenta as formas de contratar, as etapas a serem percorridas nas licitações, a gestão contratual e os procedimentos auxiliares, inclusive o cadastro de fornecedores.

Nosso Código de Ética, aplicável a todos os fornecedores, estabelece que pautamos nossa atuação pelo respeito aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos pelo Brasil e pelos países onde atuamos (Código de Ética 2019, Princípios VIII, página 3). Também explicita que selecionamos e contratamos fornecedores e prestadores de serviços baseando-nos em critérios estritamente legais e técnicos de qualidade, custo e pontualidade, e exigimos um perfil ético em suas práticas de gestão e de responsabilidade social e ambiental, recusando práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório. (Código de Ética 2019, item 4.3).

Para que seja possível participar dos nossos processos licitatórios ou assinar contratos conosco, os fornecedores devem assinar os nossos Código de Ética, Código de Conduta e Política de Responsabilidade Social. Sendo assim, nossos fornecedores devem ter conhecimento e cumprir a nossa Política de Responsabilidade Social, as normas de segurança, meio ambiente e saúde e as orientações sobre políticas e procedimentos de prevenção à corrupção.

Nosso Código de Ética requer, das empresas fornecedoras, bem como de seus empregados, o respeito aos princípios éticos e aos compromissos de conduta definidos no mesmo, enquanto perdurarem os contratos conosco. Baseado nesse código e nos padrões com as orientações para fiscalização de contratos de bens e serviços, o gerente e o fiscal do contrato têm o papel de garantir a conformidade da execução das cláusulas contratuais quanto aos aspectos relacionados à segurança, ao meio ambiente e à saúde, bem como à responsabilidade social.

O relacionamento com os fornecedores durante a execução contratual se dá por meio de:

- Acompanhamento pela fiscalização da execução dos contratos;
- Medição do Índice de Desempenho do Fornecedor (IDF), o qual avalia, entre outros itens, o desempenho com relação a práticas de SMS;
- Relatório de Ocorrências (RO) nos contratos de serviços, em que são notificadas as não conformidades e melhorias necessárias.

Em casos de não conformidade, pode ser solicitada ao fornecedor a realização de um plano de correção da divergência apontada. Nos contratos em vigência, é analisada a necessidade de abertura de Comissão para Análise e Aplicação de Sanções (CAASE). Ao longo do ano de 2019, conduzimos 147 processos sancionatórios por meio de CAASE, cujos fatos de apuração abarcaram suspeitas de fraudes, descumprimento de obrigação contratual, entre outras não conformidades. Ainda em 2019, estavam vigentes 137 sanções aplicadas a fornecedores. Também nesse período, 43 empresas foram incluídas na lista de empresas impedidas de contratar, em razão de termos aplicado sanção administrativa. Nenhuma empresa entrou na lista de empresas impedidas de contratar por questões ambientais em 2019.

O nosso Canal de Denúncia é mais um recurso que os fornecedores e/ou potenciais fornecedores dispõem para o envio de denúncias de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, assédio ou qualquer outra irregularidade, inclusive de forma anônima. A denúncia pode ser realizada por meio do link <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras> ou por telefone, ligando gratuitamente para 0800 601 6925.

PPPC

Programa
Petrobras de
Prevenção à
Corrupção

É uma de
nossas
iniciativas para
promoção da
integridade em
nossos
negócios

COMPLIANCE NA CADEIA DE FORNECEDORES

Incentivamos que nossos fornecedores implementem programas de integridade, estabelecendo e aperfeiçoando continuamente sua governança, seus processos e seus controles, de forma a garantir o cumprimento das leis, normas e procedimentos aplicáveis às suas atividades. Os principais documentos que estabelecem parâmetros para o relacionamento com nossos fornecedores são o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), o Código de Ética, a Política de Conformidade e o Guia de Conduta. Esses documentos tratam de assuntos como conflitos de interesse, nepotismo, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e a questão de presentes, brindes e hospitalidade. Além disso, as nossas minutas contratuais contemplam cláusula de conformidade, que prevê obrigações de *compliance* e visa estabelecer uma relação de negócios com nossos fornecedores baseada na ética, na integridade e na transparência.

Adicionalmente, todo licitante, antes de enviar propostas, deve aceitar os termos e declarações que estabelecem que ele atende ao nosso Código de Ética, ao nosso Guia de Conduta e à nossa Política de Responsabilidade Social. Todos os fornecedores têm acesso às políticas e diretrizes corporativas aplicáveis via Canal Fornecedor (<https://canalfornecedor.petrobras.com.br>) e Petronect (<https://www.petronect.com.br>).

Uma das ações que integram o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) é a *Due Diligence* de Integridade (DDI), que visa aumentar a segurança nas contratações de bens e serviços e mitigar eventuais riscos no relacionamento com nossos fornecedores, subsidiando a avaliação do critério Integridade. Para atender a esse critério, as empresas precisam fornecer informações sobre sua estrutura organizacional e de negócios, seu relacionamento com agentes públicos, seu histórico reputacional, seu relacionamento com terceiros e seu programa de integridade. Essas informações subsidiam o procedimento de DDI, cujo resultado é a atribuição do Grau de Risco de Integridade (GRI) nas categorias alto, médio e baixo. Empresas com GRI alto têm contratação restrita a situações excepcionais, devidamente justificadas, e mediante adoção de medidas mitigadoras dos riscos.

Pilares da Contratação

Ao analisarmos os fundamentos que regem as nossas contratações, identificamos e divulgamos oito princípios necessários para estruturar a tomada de decisão em todos os processos de contratação de bens e serviços, que foram denominados de Pilares da Contratação, apresentados a seguir:

PILARES DA CONTRATAÇÃO



Os pilares são diretrizes que devem ser aplicadas em todas as contratações e na gestão contratual, por todas as nossas áreas, tornando nossos processos mais simples, céleres e seguros.

Para mais informações sobre a Academia de Suprimentos, consultar "Treinamento".

Mantemos uma comunidade no Conecte, ferramenta disponível na nossa intranet, dedicada à disseminação de conhecimentos sobre contratação de bens e serviços, na qual nossos empregados e prestadores de serviços podem acessar os padrões normativos, dicas e treinamentos da Academia de Suprimentos.

Comunicação e Relacionamento com Fornecedores

O engajamento com fornecedores e potenciais fornecedores ocorre principalmente por meio do Canal Fornecedor (www.canalfornecedor.petrobras.com.br) e do portal Petronect (www.petronect.com.br), sendo esse último a plataforma utilizada para operacionalização das nossas contratações.

O Canal Fornecedor é o meio pelo qual disponibilizamos informações institucionais aos nossos fornecedores e potenciais fornecedores de bens e/ou serviços. É neste canal que divulgamos nossas regras de contratação, orientações sobre os processos de cadastro, habilitação e pré-qualificação de fornecedores, bem como esclarecemos o funcionamento de licitações e contratos e ações referentes a *compliance*.

O Canal Fornecedor está disponível em português e inglês para que empresas no Brasil e no exterior tenham acesso às orientações sobre nosso processo de suprimento de bens e serviços.

INFORMAÇÕES PARA NOVOS FORNECEDORES:

Ainda no Canal Fornecedor, disponibilizamos o Histórico e Projeções em Contratos, ferramenta de busca inteligente que pode auxiliar as empresas no acompanhamento dos nossos contratos e na previsibilidade de futuras contratações, oferecendo informações referentes a histórico de consumo de bens e/ou serviços, contratos se encerrando, possíveis oportunidades de contratação e oportunidades em aberto.

O Portal Petronect é amplamente acessível e permite, além da realização dos processos de contratação, operacionalizar a avaliação, habilitação, pré-qualificação e cadastramento de fornecedores, que ocorrem de forma eletrônica, com segurança e rastreabilidade.

Quando iniciamos uma contratação no Portal de Compras Petronect, a comunicação entre as empresas participantes e nós ocorre exclusivamente por meio do mesmo, garantindo a isonomia, a transparência e a rastreabilidade do processo. Ainda por meio deste portal, conduzimos a gestão da nossa base de fornecedores (Portal Cadastro), onde estabelecemos requisitos técnicos, econômicos, legais, e de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) para avaliar os fornecedores e potenciais fornecedores.

Nossa subsidiária Transpetro se relaciona com fornecedores pelo seu Canal Fornecedor. Este apresenta regras de contratação, orientações para fornecedores potenciais se cadastrarem a fim de agilizarem habilitação caso apresentem proposta mais vantajosa, bem como dicas gerais

Ao longo de 2019, também interagimos com os fornecedores por meio de participação nos seguintes eventos:

- *Brasil Offshore*, realizado de 25 a 28/06/2019, em Macaé/RJ, que reuniu as principais empresas da região de Campos para a promoção de negócios e a discussão sobre as tendências do segmento de óleo e gás;
- *Offshore Technology Conference (OTC) 2019*, realizado de 29 a 31/10/2019, sendo o

maior evento da indústria de petróleo e gás do país;

- Fórum no EDISA (Santos), realizado em 02/10/2019, que contou com 193 participantes de 153 empresas e teve como objetivo esclarecer questões sobre cadastro, processos licitatórios e gestão de contratos.

Cadastro de Fornecedores

Mantemos nossa base de fornecedores ativa, com o objetivo de avaliarmos previamente as empresas quanto ao atendimento dos requisitos técnicos, econômico-financeiros, legais, de grau de risco de integridade e SMS. Nossa avaliação de fornecedores vem sendo continuamente otimizada e simplificada, buscando maior geração de valor ao processo.

Com o advento da Lei das Estatais (13.303/16), adotada como base para nossas contratações e de nossas subsidiárias a partir de 15 de maio de 2018, o registro cadastral passou a ser um procedimento auxiliar das licitações, mantido para efeito de habilitação das empresas participantes dos processos licitatórios.

Por se tratar de uma avaliação prévia quanto à aptidão da empresa para nos fornecer bens e serviços, ainda que não obrigatória para participação em licitações públicas, o cadastro minimiza o risco de inabilitação das licitantes, além de conferir mais agilidade aos processos de contratação.

Em 2019, avaliamos tecnicamente 4.553 empresas; 8.125 empresas quanto aos requisitos econômico-financeiros; 11.776 empresas quanto aos requisitos legais; 3.981 empresas quanto aos requisitos de grau de risco de integridade e 1.486 empresas quanto aos requisitos de SMS.

Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Nossa Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde garante segurança e saúde no trabalho, disponibilizando para isso todas as condições e equipamentos adequados. Na aquisição de bens e serviços, o desempenho em segurança, meio ambiente e saúde de contratados, fornecedores e parceiros deve ser compatível com os nossos padrões.

Desenvolvemos diversos mecanismos que visam garantir que os fornecedores possuam condições técnicas, econômico-financeiras, legais e práticas de SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde) adequadas, além de possuírem perfil ético em seu relacionamento com a sociedade e com o meio ambiente. As verificações destas informações são realizadas em três etapas distintas, conforme tabela a seguir:

MECANISMOS PARA ASSEGURAR REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

Momento da	Mecanismos para assegurar requisitos de Sustentabilidade
Antes do envio de propostas	<p>Todo licitante, antes de enviar propostas, deve aceitar os termos e declarações que estabelecem que ele atende ao nosso Código de Ética, ao nosso Guia de Conduta e à nossa Política de Responsabilidade Social. Esses documentos contêm as diretrizes corporativas que guiam a nossa atuação quanto aos aspectos éticos e socioambientais</p>
Na etapa de habilitação do fornecedor	<p>Em nosso processo licitatório, existe uma etapa específica chamada “Habilitação”, na qual é verificado se a empresa que apresentou a melhor proposta reúne as condições mínimas necessárias para ser contratada por nós, sendo essa verificação dividida em diferentes critérios, sendo um deles relacionado à gestão de segurança, meio ambiente e saúde. Portanto, as empresas devem apresentar evidências e certificações relacionadas ao cumprimento de normas de SMS, como também declarar que atendem a todos os requisitos, leis e portarias desse tema. Entre os critérios utilizados para avaliação dos fornecedores, introduzimos o TEC-SMS, que tem por objetivo identificar o grau de implementação dos Sistemas de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde Ocupacional, segundo as normas ISO 14001 e ISO 45001, mesmo para os fornecedores que não possuam estas certificações.</p>
Durante a execução contratual	<p>Nossos contratos possuem cláusulas e anexos padronizados que estabelecem requisitos técnicos, legais, de <i>compliance</i>, de SMS e de responsabilidade social. O cumprimento dessas exigências é verificado pelos fiscais e gerentes de contratos, pelos auditores do setor de avaliação e cadastramento de fornecedores e auditores de gestão e qualidade de bens. Adicionalmente, em caso de não conformidade, pode ser solicitada ao fornecedor a elaboração de um plano de correção. Periodicamente, os fiscais e gerentes de contrato realizam a medição do desempenho dos fornecedores, gerando o Índice de Desempenho do Fornecedor (IDF).</p>
	<p>Avaliamos os riscos de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) nos contratos de prestação de serviços e nos contratos de fornecimento de bens com serviços associados. A análise considera os riscos de segurança e saúde para os trabalhadores e para as comunidades vizinhas e os riscos ao meio ambiente do serviço contratado, bem como as características dos locais onde o serviço será realizado. A avaliação resulta na categorização dos contratos em quatro grupos, cada qual com requisitos contratuais específicos. Estes requisitos são acompanhados ao longo da execução do contrato. Os contratos mais críticos demandam aplicação de Lista de Verificação (LV) presencial e as não conformidades eventualmente observadas são base para plano de ação obrigatório.</p> <p>A Petrobras Distribuidora, nossa subsidiária até julho de 2019, relata que, por meio do Programa de Gerenciamento de Riscos no Transporte e de Reconhecimento dos melhores motoristas - Motorista DEZtaque, busca prevenir acidentes, capacitando e conscientizando os motoristas que transportam seus produtos sobre temas relacionados à segurança. Ademais, periodicamente é realizada uma Mesa de Debates, na qual são discutidos os acidentes já ocorridos e busca-se alinhar as melhores práticas para que não se repitam. No processo de qualificação e desempenho das transportadoras fornecedoras de serviços, são realizadas auditorias de gestão, a fim de identificar as oportunidades de melhorias de acordo</p>

Para mais informações sobre Prêmio Melhores Fornecedores, consultar "Direitos Humanos".

com os requisitos estabelecidos pela Petrobras Distribuidora. Em 2019, foram auditadas 52 transportadoras, gerando assim diversas oportunidades de aprimoramento de seus modelos de gestão.

A segunda Edição do Prêmio Melhores Fornecedores Petrobras, realizada em 29/03/2019, contou com a categoria Destaques de SMS, com foco em Segurança, em que reconhecemos os fornecedores Oceânica Engenharia e Consultoria e Baker Hughes. Para a próxima edição do prêmio, que avaliará o desempenho dos fornecedores relativo a 2019, além desta categoria ter sido efetivada como permanente, também reconheceremos aqueles fornecedores que tenham se destacado no que se refere a meio ambiente, sendo avaliadas as práticas relacionadas à promoção da sustentabilidade ambiental, considerando os seguintes temas:

- Sistema de Gestão Ambiental;
- Recursos hídricos e efluentes;
- Resíduos sólidos;
- Áreas contaminadas;
- Emissões atmosféricas;
- Ecoeficiência e eficiência energética;
- Biodiversidade;
- Educação ambiental.

Responsabilidade Social na Cadeia de Fornecedores

Durante o processo de contratação, nossos fornecedores declaram conhecer e estar de acordo com a nossa Política de Responsabilidade Social, que tem, entre suas diretrizes: (i) respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, na cadeia de fornecedores e nas parcerias,

Para mais informações sobre nossa atuação em Direitos Humanos na Cadeia de Fornecedores, consultar “Direitos Humanos”.

combatendo a discriminação em todas as suas formas; e (ii) identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores.

Nossa minuta contratual para serviços possui cláusula demandando garantia do cumprimento dos preceitos trabalhistas previstos na legislação brasileira em vigor. O descumprimento desta cláusula nos dá o direito de rescindir o contrato com o fornecedor. Além disso, também há cláusula sobre proibição de utilizar, em todas as atividades relacionadas à execução do contrato, mão-de-obra infantil ou análoga à de escravo. Essa cláusula demanda que o fornecedor estenda esta proibição a seus fornecedores de insumos e/ou prestadores de serviços, sob pena de multa ou rescisão do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

No caso de nossos contratos de construção e montagem de unidades de processo de refino e contratos de serviços de construção civil, dispomos de cláusula declaratória de responsabilidade social, a qual estimula o fornecedor a “envidar esforços para a contratação de mão de obra local”. Estes contratos são priorizados por representarem maior possibilidade de migração de mão de obra.

Nossa subsidiária Transpetro registra casos em que as condicionantes de licenciamento ambiental determinam a priorização da contratação de mão de obra local, como por exemplo a LO 303/13 do Terminal Aquaviário de Barra do Riacho - TABR e a LO 439/10 Terminal Aquaviário Norte Capixaba – TNC.

As cláusulas de cunho social são fiscalizadas do mesmo modo que as cláusulas de questões técnicas e de SMS. Em termos de impactos negativos em práticas trabalhistas, sete empresas foram sancionadas em 2019 por ocorrências consideradas de alta gravidade.

O nosso Canal de Denúncia, sob gestão da Ouvidoria, está preparado para receber ocorrências relacionadas a fornecedores, como aquelas relacionadas a violações ao exercício da liberdade de associação e da negociação coletiva, entre outras questões de práticas trabalhistas e direitos humanos. As demandas são investigadas e, conforme os resultados da apuração das investigações, nossa área de Suprimento de Bens e Serviços é alertada para mitigar riscos em novas contratações. Se houver descumprimento de cláusulas contratuais, o gerente do contrato adota as medidas cabíveis.

102-21; 102-40; 102-42; 102-43; 102-44; 103-1; 103-2; 103-3; 201-4

Relacionamento com Públicos de Interesse

Temos o compromisso de nos comunicarmos de forma consistente, coerente, verdadeira, transparente, simples e ágil no relacionamento com todos os nossos públicos, representando nossa identidade e nossas atitudes. Esse compromisso está afirmado em documentos internos, como a Política de Comunicação, os padrões de relacionamento e em nosso Estatuto.

Classificamos públicos de interesse como grupos de indivíduos e organizações que possuem questões e necessidades comuns de caráter social, político, econômico, ambiental ou cultural e que estabelecem ou podem estabelecer relações conosco e são capazes de influenciar ou serem influenciados por nossas atividades, negócios e reputação. A seleção dos públicos de interesse que serão engajados se dá por meio da priorização feita a partir da análise da relevância e impacto, além das relações já estabelecidas conosco. Os critérios podem ser diferentes de acordo com cada público de interesse.

Nossos públicos de interesse são mostrados na figura a seguir:



Em abril, criamos a Diretoria de Relacionamento Institucional, que reúne as gerências executivas de Comunicação e Marcas, Responsabilidade Social e Relacionamento Externo. Criada em 2019, a área de Relacionamento Externo tem a missão de coordenar e assessorar o presidente e demais diretores executivos na articulação junto ao poder público, sendo também responsável por propor estratégia de atuação em relacionamento institucional e suporte ao tratamento de demandas internas e externas relacionadas aos públicos, visando à defesa e busca ativa dos nossos interesses.

Em atendimento à Lei nº 13.303/16, que determina que todas as sociedades de economia mista estabeleçam políticas de porta-vozes, a nossa gestão de porta-vozes visa eliminar riscos de contradição entre as informações fornecidas por diferentes áreas e o discurso de nossos executivos. Nossos porta-vozes são o presidente, diretores ou qualquer empregado por eles designado para falar em público em nome de nossa companhia.

Em 2019, treinamos 167 profissionais designados como porta-vozes com o objetivo de desenvolver e aprimorar habilidades de comunicação e relacionamento. A partir da criação do Programa Agentes de Relacionamento Petrobras, em 2017, já capacitamos 364 porta-vozes.

Realizamos, também, visitas corporativas a nossas instalações ou escritórios, tendo sido atendidos cerca de 2,8 mil visitantes da comunidade científica e acadêmica, clientes, moradores de comunidades do entorno, investidores, parceiros e representantes do poder público.

Estamos alinhados a referências e iniciativas externas que reiteram a importância do relacionamento com os públicos de interesse, tais como a Norma Internacional de Responsabilidade Social (ISO 26000), os padrões da *International Finance Corporation (Stakeholder Approach – IFC)*, a Lei das S.As. e a Norma AA1000SES de Engajamento com Públicos de Interesse da *Accountability*.

Principais Canais de Comunicação

CANAIS INSTITUCIONAIS

<https://www.petrobras.com.br>
<https://nossaenergia.petrobras.com.br/pt/>
<https://www.investidorpetrobras.com.br/pt>
<https://www.agenciapetrobras.com.br/>
<http://transparencia.petrobras.com.br/>
Serviço de Informação ao Cidadão: <http://transparencia.petrobras.com.br/servico-informacao-cidadao>
Canal de Denúncia: <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>
<http://www.petrobras.com.br/pt/ouvidoria/>
SAC Petrobras (0800 728 9001) ou <http://www.petrobras.com.br/pt/fale-conosco/>
Canal Fornecedor: <https://canalfornecedor.petrobras.com.br/pt>
<facebook.com/petrobras>
<twitter.com/petrobras>
<instagram.com/petrobras>
<linkedin.com/company/petrobras>
<youtube.com/petrobras>

Contamos com metodologias de pesquisa para aferir as percepções de nossos públicos. Os resultados são utilizados para elaborar diagnósticos de comunicação, auxiliar as tomadas de decisão e prover indicadores relacionados a imagem, marca e reputação.

PESQUISAS DE MONITORAMENTO

Pesquisa	Como funciona	Periodicidade
Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa (SÍSMICO)	Integra e consolida informações provenientes de pesquisas quantitativas junto à opinião pública e a diversos públicos de interesse. As informações levantadas geram um conjunto de indicadores de imagem que, combinados, compõem nosso indicador geral de imagem.	Anual
RepTrak™	O estudo permite avaliar a nossa reputação junto à opinião pública em comparação com outras empresas, com base em sete dimensões: Desempenho Financeiro, Produtos e Serviços, Liderança e Gestão, Cidadania, Ambiente de Trabalho, Governança e Ética e Inovação.	Trimestral
Pesquisa de Imagem	Possui abrangência e escopo mais simplificados que os do Sísmico Opinião Pública e possui o objetivo de acompanhar, com uma frequência maior, alguns indicadores críticos de imagem.	Trimestral
Pesquisa de Percepção sobre as Ações de Conformidade	Pesquisa quantitativa com os nossos empregados	Anual

Em 2019, tivemos como resultado relevante o Índice Pulse, que continua com tendência de crescimento, fechando o exercício de 2019 com 43,1 pontos (um aumento de 5,5 pontos em relação ao quarto trimestre de 2018). A dimensão Governança e Ética, que possui maior peso no Pulse, é uma das que vêm alcançando os maiores crescimentos. Foram 6,8 pontos no ano, embora ainda seja a dimensão com pontuação mais baixa,

Já o índice de confiança da pesquisa de imagem alcançou uma diferença de 13 pontos em relação ao segundo trimestre de 2018, alcançando sua maior pontuação após a Operação Lava Jato (52 pontos). Os respondentes com lembrança de patrocínios e propagandas têm uma imagem melhor de nossa empresa, comparados aos que não possuem essa lembrança.

No caso das pesquisas de imagem e opinião, os resultados são consolidados em um Diagnóstico de Imagem e Reputação. A avaliação da série histórica das pesquisas e a análise conjunta das informações provenientes de estudos diversos possibilita identificar o modo como somos percebidos por nossos públicos de interesse. A partir da identificação dos temas considerados relevantes por nossos públicos, traçamos objetivos de Comunicação, com foco em imagem e reputação, e estruturamos

programas, projetos e ações. Monitoramos as interações em nossos perfis nas redes sociais e em nosso portal interno. Com base nesses monitoramentos, levantamos e avaliamos possíveis riscos de comunicação e, em articulação com as áreas envolvidas e/ou impactadas, produzimos posicionamentos ou conteúdos relacionados. São realizadas ainda análises de riscos reputacionais de temas críticos específicos que são consolidadas juntamente com os riscos das demais naturezas. Tal análise é apresentada à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, conforme sua relevância estratégica.

No relacionamento com comunidades impactadas por nossas operações, identificamos por meio de diagnósticos os temas críticos comuns às atividades que desenvolvemos e executamos planos de ação para cada unidade de negócio nas regiões nas quais temos comunidades priorizadas.

Os temas mais comuns se relacionam a interferências no trânsito, restrições da área de pesca, conflitos relacionados a água e solo, odor, ruído, fumaça, variação na tocha/flare e atuação nas paradas de manutenção de obras.

O Conselho da Administração (CA) é informado sobre os resultados das consultas referentes a tópicos sociais, ambientais e econômicos por meio de apresentações, pautas em comitês executivos ou estatutários, reuniões da Diretoria Executiva (DE) e de comitês do próprio CA; documentos internos; relatórios específicos ou, em casos de crises, a depender do grau de impacto e emergência, são constituídas Estruturas Organizacionais de Resposta, Equipes de Suporte aos Negócios ou Equipes de Gerenciamento de Crise; canal direto com assessores da presidência, diretores ou presidente. A forma utilizada irá variar de acordo com assunto, limite de competência e outros fatores.

Nosso Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional, de caráter consultivo, também analisa e emite manifestação sobre as matérias que estejam na alçada de aprovação do presidente ou dos diretores executivos sobre esses temas.

Para mais
informação
sobre os
comitês técnico-
estatutários,
consultar
"Governança
Corporativa" e
"Estrutura de
Governança".

Clientes

Nossos principais clientes são os compradores de óleo bruto, gás natural, energia, derivados líquidos e fertilizantes.

Em nosso Programa Integrado de Relacionamento com Clientes, consolidamos procedimentos e orientações corporativas para a operacionalização dos Canais de Relacionamento com Clientes, com destaque para os canais com foco comercial como eventos técnicos e de gestão, eventos de integração, visitas e reuniões, além de promover integração com outros canais de relacionamento, como o Serviço de

Atendimento ao Cliente (SAC) e o Programa de Assistência Técnica Petrobras.

Em 2019, promovemos algumas iniciativas corporativas junto aos nossos clientes, tais como:

- Participação de clientes e gestores em eventos culturais que patrocinamos;
- Fóruns técnicos em unidades, com a promoção de encontros entre gestores comerciais e os principais clientes para a discussão sobre produtos, processos e mercado;
- Pesquisa da Qualidade Percebida na Resposta, por meio de questionário aplicado após o tratamento de cada manifestação (Reclamação Solicitação ou Consulta) em nosso SAC.

Tais ações tiveram como objetivos: contribuir para a fidelização da nossa carteira de clientes diante da volatilidade dos preços e entrada de outros concorrentes no mercado; frisar a nossa mensagem como a empresa com o melhor custo-benefício de produtos; reforçar os nossos diferenciais no pós-venda; e aprimorar o relacionamento interpessoal.

Conforme análise periódica dos registros no SAC e dos resultados das nossas pesquisas de satisfação, as principais questões e preocupações apresentadas pelos clientes por meio dos nossos diversos canais de relacionamento estão relacionadas a confiabilidade, previsibilidade no fornecimento dos produtos e na formação de preços, negociação contratual, problemas de medição e Canal Cliente.

Em 2019, nossa subsidiária Petrobras Biocombustível organizou reuniões presenciais com as distribuidoras responsáveis por mais de 80% das nossas vendas em leilão para identificação das suas necessidades e reclamações. Também instalou novas balanças nas duas usinas de produção de biodiesel, melhorando o atendimento e ampliando os tipos de veículos de carga que os clientes podem utilizar, e estabeleceu indicadores e metas de nível de serviço.

As principais questões e preocupações apresentadas pelos nossos clientes foram:

- Garantia de atendimento normal e das necessidades adicionais de cumprimento dos agendamentos de retirada; redução do tempo de espera para carregamento; e garantia de qualidade do produto com relação ao fornecimento de biodiesel;
- Nova realidade do mercado de combustíveis em consequência do desinvestimento na área de refino, com especial interesse na alteração da dinâmica de comercialização de biodiesel.

Em 2019, a nossa então subsidiária Petrobras Distribuidora patrocinou eventos relacionados a sustentabilidade e mobilidade urbana.

Ao todo, o segmento corporativo da BR investiu R\$ 528 mil nessas iniciativas, destacando-se: Programa de Logística Verde Brasil (PLVB); Arena ANTP; Fenatran; Congresso SAE (Painel Caminhões e Ônibus); Prêmio de Sustentabilidade; Painel 2019 (Pacto pela Infraestrutura Nacional e Eficiência Logística); e Frotas & Fretes Verdes 2019.

Esses eventos que tiveram como objetivo valorizar práticas sustentáveis no transporte e no consumo de combustíveis, levantando ainda discussões sobre mobilidade urbana que influenciam positivamente a qualidade de vida nas cidades.

As maiores preocupações dos consumidores corporativos da BR foram as oscilações de preços dos combustíveis e adequação de frotas para matrizes alternativas elétricas e de combustíveis de transição, como GNV e GNL.

Além das questões negociais, a Petrobras Distribuidora lançou o Cartão do Caminhoneiro Petrobras, uma carteira digital que dá acesso a preços diferenciados para os caminhoneiros, possibilitando a fixação dos preços por até 30 dias.

No âmbito da comercialização de gás, implantamos melhorias contratuais e de novos modelos de negócios.

No que diz respeito à previsibilidade dos preços, aprimoramos nossa política de preços constantemente, tendo por base a paridade de preço internacional e a busca pela melhor estratégia de divulgação dos reajustes. Passamos a informar em nosso sítio na internet o preço praticado em todos os nossos pontos de suprimento no mercado brasileiro. Quando há reajuste, atualizamos a tabela de preços dos combustíveis com preço novo, constando a data mais recente, ao lado do preço anterior.

Quanto à negociação contratual, buscamos, periodicamente, conciliar as condições do mercado, as necessidades dos clientes e as nossas possibilidades nas renovações contratuais em todos os segmentos, a fim de promover a competição e a maior abertura do mercado brasileiro.

Principais Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM CLIENTES

Sítio:

www.canalcliente.com.br

SAC PETROBRAS 0800 728 9001

sac@petrobras.com.br

[linkedin.com/company/petrobras](https://www.linkedin.com/company/petrobras)

[youtube.com/petrobras](https://www.youtube.com/petrobras)

Comunidade Científica e Acadêmica

Apoiamos a cooperação tecnológica com universidades e institutos de ciência e tecnologia. Em nossos investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), contamos com uma rede de parceiros tecnológicos envolvendo universidades e instituições de pesquisa. Nesse sentido, são utilizados vários canais de engajamento e articulação com a comunidade científica e acadêmica, entre eles:

- Estabelecimento de parcerias tecnológicas por meio de termos de cooperação com instituições de ciência e tecnologia e empresas em que são investidos recursos para alavancar a produtividade em PD&I;
- Reuniões técnicas com representantes institucionais e pesquisadores da comunidade acadêmico-científica para alinhamento entre ofertas e demandas tecnológicas específicas;
- Chamadas públicas para seleção, apresentação e execução de projetos de pesquisa em atendimento a desafios tecnológicos específicos;
- Promoção de *workshops* internos e externos para geração de ideias inovadoras focadas em gargalos tecnológicos críticos e aproximação entre grupos de pesquisa das universidades/institutos de pesquisa;
- Realização de palestras junto a universidades e institutos de pesquisa visando à apresentação de nossas demandas tecnológicas atuais.

Vencemos três das cinco categorias do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2019. Desde a criação do prêmio, em 2013, recebemos 21 de 28 prêmios concedidos pela ANP em todas as edições. O prêmio tem como objetivo reconhecer os resultados associados a projetos de PD&I que representem inovação tecnológica para o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis desenvolvidos no Brasil por instituições de pesquisa credenciadas pela ANP.

PROJETOS VENCEDORES EM 2019:

Projeto	Descrição
Centro de simulações de manobras do tanque de provas numérico da USP aplicado à busca de soluções para escoamento da produção de petróleo e gás brasileira	O projeto envolveu o desenvolvimento de um centro de simulação inovador para a pesquisa e o estudo de manobras marítimas, portuárias e hidroviárias. O objetivo é prover um ambiente completo para o estudo de operações marítimas não convencionais, utilizando modelos matemáticos que permitem a representação fiel das características do mar brasileiro. As simulações são controladas por comandantes de navios e rebocadores, <i>mooring-masters</i> e práticos, permitindo que o fator humano e a experiência operacional sejam levados em conta nas análises das novas soluções. O Centro de Simulações do Tanque de Provas Numérico da USP já realizou 135 estudos de simulação em portos e bacias brasileiras.
Desenvolvimento de tecnologias verdes, em parceria com UFRJ e UFPE, para a reciclagem de polímeros da indústria do petróleo, transformando resíduos em matérias-primas de valor para a cadeia produtiva	A inovação tecnológica consiste em processo de despolimerização e posterior reciclagem de embalagens e demais materiais a base do polímero PET, ambientalmente amigável e aderente aos princípios de engenharia verde. O processo é de condução segura e não gera resíduos tóxicos ao ambiente e ao ser humano. Utiliza catalisadores de origem biológica biodegradáveis e catalisadores químicos, que agregam eficiência e rapidez ao processo. A tecnologia foi demonstrada para despolimerização de PET tanto de materiais provenientes da indústria do petróleo, como embalagens de bebidas, quanto em materiais empregados em operações da indústria do petróleo, como cabos de ancoragem de plataformas. A inovação agrega, com desempenho sem precedentes, valor aos materiais da cadeia produtiva do petróleo, ao contribuir para o descarte adequado de plásticos no meio ambiente.
OtimRota – Ferramenta computacional para projeto conceitual e otimização de sistemas submarinos, desenvolvido em parceria com a UFRJ	Alinhado à inclusão da transformação digital nos projetos na área submarina, o OtimRota surge como uma ferramenta computacional para auxiliar na elaboração, avaliação e comparação de projetos conceituais otimizados de sistemas submarinos. A ferramenta gera automaticamente alternativas para a locação da plataforma e para a arquitetura e a disposição espacial dos diversos tipos de equipamentos submarinos. O OtimRota engloba novas metodologias para automatizar a síntese de sistemas submarinos, levando à maximização do valor gerado pelo sistema de produção, obtendo arranjos otimizados, avaliados por critérios de engenharia e de custos (Capex, Opex, Abex). O OtimRota permite o desenvolvimento de projetos mais eficientes, obtidos em menor tempo, e com redução significativa dos custos associados.

Também assinamos termo de cooperação com a *Rice University* para consultoria na modelagem da Iniciativa Petrobras para a Primeira Infância.

Investimos em 2019 cerca de 12,7 milhões em eventos de negócio, ciência e tecnologia, intensificando o relacionamento com parceiros, investidores, fornecedores, clientes, comunidade científica e acadêmica e outros públicos interessados na temática.

Adicionalmente, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, apoiamos projetos ambientais executados por instituições de referência e coordenados por representantes da comunidade científica e acadêmica de renome. Estes projetos

possuem parcerias com diversas universidades e centros de pesquisa, além de promoverem o desenvolvimento de redes. Um exemplo é o Projeto Coral Vivo, que possui uma rede de pesquisas estruturada, com a participação de pesquisadores e alunos de cursos de pós-graduação do Brasil. Dentre os desafios atuais, a rede contribui com estudos sobre a fauna marinha em temas como efeitos do óleo que atingiu a costa brasileira em 2019, da mudança do clima e da acidificação dos oceanos sobre os recifes de corais.

Comunidades

Para mais
informação
sobre a Iniciativa
Petrobras para a
Primeira
Infância,
consultar
“Investimento
Socioambiental”.

Nosso relacionamento com as comunidades localizadas no entorno das nossas atividades é orientado por um padrão corporativo que determina níveis de engajamento a serem estabelecidos. Para cada nível de engajamento, são recomendadas ações específicas de relacionamento comunitário tais como visitas aos atores sociais, realização de reuniões de comitês comunitários, diálogos com a comunidade, além de contatos permanentes com atores sociais para troca de informações sobre as nossas atividades, operações e iniciativas.

INICIATIVAS DESENVOLVIDAS JUNTO ÀS COMUNIDADES EM 2019:

Nacional	Total
Reuniões de comitês comunitários	77
Visitas às comunidades	843
Atuação em queixas e reclamações comunitárias	646
Atuação em simulados de emergência (cenário com comunidades)	71
Atuação em situações de emergência	28
Atuação em conflitos e crises	87
Atuação para paradas de manutenção	22
Atuação em processos de desinvestimento, hibernação e descomissionamento	34
Listas de verificação de responsabilidade social em contratos com fornecedores	40
Disseminação de conteúdos de responsabilidade social	208
Participação em comitês de gestão	253
Atuação em licenciamento ambiental	153
Atuação em projetos socioambientais	278

Por meio do diagnóstico realizado em 23 de nossas unidades de operações, as principais questões e preocupações apresentadas pelas comunidades foram criminalidade, desemprego, tráfico de drogas e dependência química.

No caso de nossa subsidiária Transpetro, na região da grande São Paulo, foram identificadas preocupações como a limpeza e a manutenção das faixas de dutos por parte dos moradores.

Respondemos e tratamos as questões apresentadas pelas comunidades principalmente via comitês comunitários, que ocorrem em nossas unidades operacionais e em parceria com nossos projetos sociais e ambientais. Disponibilizamos atendimento por meio de telefones gratuitos com cobertura de atendimento 24h, de domingo a domingo, por meio de canais de contato amplamente divulgados nas comunidades onde atuamos.

Buscamos sempre que possível atender às demandas apresentadas pelas comunidades nos comitês comunitários e incorporamos essas solicitações recorrentes aos planos de relacionamento comunitário das unidades de operações. Uma das principais demandas recebidas das comunidades em 2019 foi geração de renda e empregabilidade.

Nossas ações voltadas à empregabilidade consistem no acompanhamento do percentual de mão de obra local nos contratos de cada unidade e na divulgação de oportunidades nos comitês comunitários, oferecidas por projetos sociais que patrocinamos com foco na dinamização da economia e na capacitação profissional e pelo Programa Jovem Aprendiz. Apesar de o Jovem Aprendiz consistir em obrigação legal, fazemos a convergência com as expectativas apontadas pelas comunidades, ampliando os benefícios que oferecemos em cada território.

Ainda na interface com os projetos sociais, apresentamos as devolutivas dos questionamentos apresentados pelos participantes dos comitês comunitários, bem como novas iniciativas, alterações e continuidade de projetos. Os representantes de instituições, parceiros e moradores de comunidades escolhem os temas a serem abordados nas reuniões de Comitês e tanto nós quanto os representantes das instituições e do poder público detemos a responsabilidade de apresentar as iniciativas e respostas para os temas levantados.

De acordo com dados do diagnóstico de relacionamento comunitário referentes a 2019, foram reportadas questões ligadas principalmente ao aproveitamento de mão de obra local em atividades como paradas de manutenção, obras e manutenções pontuais principalmente nas regiões norte do Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Alagoas (Atividades de E&P Terrestre) e também em unidades nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (Refino e Gás Natural).

Principais Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM AS COMUNIDADES

SAC 0800 728 9001 (atendimento 24h, de domingo a domingo)

E-mail (endereços eletrônicos específicos para as comunidades com as quais nos relacionamos, divulgados regionalmente)

Reuniões de comitês comunitários

Em nossa atuação no Comperj, temos o canal 0800 7289 001 OPÇÃO 4 (exclusivo para atendimento referente a assuntos do Comperj)

FALE CONOSCO 168 e contato via aplicativo de mensagens 21 99992-0168 (contato da Transpetro para denúncia de movimentação suspeita junto às faixas de dutos com ligação gratuita e atendimento 24 horas por dia, sete dias por semana)

Concorrentes

Nossas atividades são realizadas de acordo com o nosso Código de Conduta Concorrencial, que orienta o compromisso com o cumprimento estrito da legislação de defesa da concorrência ou antitruste brasileira e das jurisdições estrangeiras em que realizamos negócios. Por atuarmos em diversos segmentos do setor de óleo e gás natural no Brasil, enfrentamos diferentes tipos de competição e muitos de nossos concorrentes no setor assumem mais fortemente o papel de nossos parceiros de negócios.

Também temos atuado em conjunto com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para promover a concorrência em mercados nos quais nossa presença é bastante significativa.

Na área de gás e energia, as principais questões e preocupações foram relacionadas ao processo de abertura e promoção da livre concorrência no mercado de gás natural no Brasil. Com relação aos concorrentes da nossa subsidiária Petrobras Biocombustível, as principais questões e preocupações foram relacionadas ao cumprimento do cronograma estabelecido de aumentos dos mandatos de Biodiesel, bem como futuros aumentos de mandato; regulamentação de comercialização; nova realidade do mercado de combustíveis em consequência do nosso desinvestimento na área de refino.

No âmbito do mercado externo, participamos dos principais eventos, conferências e fóruns de discussão globais do segmento de óleo e gás como *IP Week (International Petroleum Week)*, *CERAWEEK* (conferência mundial de energia) e *APPEC (Asia Pacific Petroleum Conference)*. No âmbito nacional, em 2019, nossa subsidiária Petrobras

Para mais informação sobre termos firmados com o CADE, consultar "Conformidade".

Biocombustível participou da Conferência BiodieselBR, principal evento do setor.

Fazemos parte ainda, com outras 12 companhias de óleo e gás (BP, Chevron, CNPC, ENI, ExxonMobil, Occidental, Pemex, Repsol, Saudi Aramco, Shell, Equinor e Total), da *Oil and Gas Climate Initiative* (OGCI), que tem por objetivo garantir a longevidade do uso do petróleo, evidenciando os compromissos do setor com a redução da sua pegada de carbono.

Nossa área de Inteligência e Estudos de Mercado monitora o movimento dos concorrentes e fornece insumos para nossas demais áreas internas desenvolverem ações comerciais. Do mesmo modo, pesquisas de imagem e reputação avaliam nossa performance com relação à concorrência (com destaque para o RepTrak™ – Monitor Trimestral de Reputação Corporativa) e são utilizadas também como *benchmarking* em estudos de levantamento de contexto para planos de comunicação.

Consumidores

Em 2019, atendemos aos consumidores finais de nossos produtos derivados de petróleo por meio de nossa então subsidiária Petrobras Distribuidora, conferindo capilaridade à distribuição de combustíveis. O engajamento com esse público se deu por meio de interações em eventos, tais como aqueles promovidos pelo Programa de Fidelidade Premmia e o Salão do Automóvel, além de promoções e comunicação em Redes Sociais.

Entre as iniciativas desenvolvidas para os consumidores em 2019, citamos as promoções contínuas nas lojas BR Mania e a presença constante em mídias tradicionais e redes sociais com as marcas BR Mania e Premmia.

Ao longo de 2019, as principais questões apresentadas pelos consumidores foram relacionadas ao preço dos combustíveis. As manifestações foram respondidas em nosso sítio na internet em uma seção com explicações sobre o funcionamento da precificação dos combustíveis no país.

Outras questões e preocupações apresentadas pelos nossos consumidores foram informações sobre as promoções, localização de lojas, questionamento sobre a não disponibilidade de produtos anunciados nas lojas de suas cidades, dúvidas sobre a qualidade dos produtos oferecidos e aspectos diversos do Programa de Fidelidade Premmia.

Fornecedores

O engajamento com fornecedores ocorre principalmente por meio do nosso Canal Fornecedor, que apresenta a potenciais fornecedores informações sobre como fazer negócios conosco e sobre o Portal Petronect, a plataforma utilizada para operacionalização das nossas contratações.

Esse engajamento também se dá por meio de participação e promoção de eventos técnicos e premiações para os melhores fornecedores. Nossa Ouvidoria também coordena o atendimento das reclamações enviadas por fornecedores e licitantes.

Principais Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM OS FORNECEDORES

CANAL FORNECEDOR: canalfornecedor.petrobras.com.br

PORTAL DE COMPRAS ELETRÔNICAS (PETRONECT): www.petronect.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO DO CADASTRO

4020-9876 (opção 4): Capitais, regiões metropolitanas e ligações originadas de telefone celular

0800 282 8484 (opção 4): Demais regiões

1 866 791 9432: Estados Unidos

1 713 808 2599: Outros países

FALE CONOSCO (para os usuários do sistema de cadastro): A abertura do chamado deve ser realizada pela área interna do seu cadastro no Portal Petronect.

ATENDIMENTO REMOTO (vídeo atendimento): Deve ser agendado por meio do Fale Conosco ou dos telefones 4020-9876 (para capitais, regiões metropolitanas e celulares) ou 0800-282-8484 (para as demais regiões).

SAC (PETROBRAS): 0800 72890001 - E-mail: sac@petrobras.com.br

OUVIDORIA: 0800 282 8280 ou <http://www.petrobras.com.br/pt/ouvidoria/>

CANAL DE DENÚNCIA: 0800 601 6925 ou <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>

Imprensa

Promovemos engajamento com a imprensa por meio da Agência Petrobras (www.agenciapetrobras.com.br), com publicação de releases, entrevistas, fotos, áudios, apresentações, com a transmissão de coletivas de imprensa (27,8 mil jornalistas cadastrados), com a realização de coletivas de imprensa para divulgação de resultados e outros assuntos de interesse público. Em 2019, realizamos 13

coletivas, 4 delas transmitidas em tempo real.

Entre os assuntos de maior interesse da imprensa, destacaram-se em 2019:

- Nosso apoio às operações de limpeza do litoral brasileiro atingido por manchas de óleo;
- Os leilões de excedentes da cessão onerosa e o aditivo ao contrato de cessão onerosa e da sexta rodada de licitações no regime de partilha de produção;
- Os desinvestimentos em curso, como os ativos de exploração e produção e refino e logística;
- Termo de Compromisso de Cessação (TCC) celebrado junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para a criação do Novo Mercado de Gás;
- Reajustes e política de preços de derivados como gasolina, diesel e gás de cozinha.

No mesmo período, entre os assuntos mais demandados pelos veículos regionais de imprensa, podemos destacar:

- Os reajustes de preços de combustíveis;
- Desinvestimentos de alguns de nossos ativos;
- Realocação de prédios administrativos;
- Protestos de colaboradores e incidentes operacionais.

Realizamos as seguintes ações junto à imprensa:

- Atuação na Estrutura Organizacional de Resposta (EOR) montada para acompanhar a limpeza do litoral atingido por manchas de óleo;
- Monitoramento de *clipping*;
- Elaboração de materiais de apoio para porta-vozes;
- Treinamento de porta-vozes para relacionamento com a imprensa (9 turmas de *media training* para a Alta Administração e gestores);
- Publicação de notas à imprensa (356 notas);
- Elaboração de respostas a demandas de imprensa (4.075 atendimentos);
- Entrevistas.

Principais Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A IMPRENSA

Sítio Agência Petrobras: www.agenciapetrobras.com.br

Coletivas de imprensa

Entrevistas

Notas à imprensa

Investidores

Nosso relacionamento com investidores se dá principalmente por meio de reuniões (reuniões *one-on-one* ou em grupo, conferências e *roadshows*) e apresentações da Diretoria Executiva para investidores quando divulgamos nossos resultados financeiros e em eventos como o *Petrobras Day* e o *Investor Tour*. Divulgamos ainda relatórios anuais, comunicados, fatos relevantes e esclarecimentos de notícias, além de diversas outras informações financeiras, operacionais e de gestão, disponíveis em nosso sítio na internet voltado ao relacionamento com investidores. Realizamos, também, teleconferências/*webcasts* e assembleias de acionistas e disponibilizamos atendimento por telefone, cartas e e-mails aos nossos investidores e acionistas. Durante as restrições de circulação causadas pela Covid-19, realizamos reuniões por videoconferência e eventos ao vivo (*lives*).

Estamos atentos às demandas dos nossos investidores. Os principais tópicos e preocupações levantados durante o ano de 2019 foram: negociação do aditivo ao contrato da Cessão Onerosa, gestão de portfólio e desinvestimentos, gestão da dívida e política de distribuição de dividendos, bem como a entrada em operação de novas unidades de produção e perspectivas para a curva de produção futura.

O posicionamento de investidores é levado como contribuição da área de Relacionamento com Investidores para o nosso processo de planejamento estratégico. Essas interações motivaram o aumento dos nossos relatos de informações sobre temas ambientais, sociais e de governança, muito demandados por esse público de interesse. Adicionalmente, questões levantadas pelos investidores nos *webcasts*, reuniões e conferências sobre temas estratégicos/operacionais nos motivam a aprimorar nossos processos.

Principais Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM OS INVESTIDORES

www.petrobras.com.br/ri

Atendimento aos acionistas e investidores individuais:

Av. República do Chile, 65, sala 1803

Centro, Rio de Janeiro, RJ 20031-912

Telefones: 0800 282 1540 ou (21) 3224-1540

Email: acionistas@petrobras.com.br

Atendimento aos investidores institucionais e analistas de mercado:

Av. República do Chile, 65, sala 1803

Centro, Rio de Janeiro, RJ 20031-912

Telefone: (21) 3224-1510

Email: petroinvest@petrobras.com.br

Parceiros

Nossas colaborações com as demais empresas do setor de óleo e gás se dão principalmente de duas formas: consórcios de exploração e produção (E&P) e acordos de cooperação.

Fazendo parte de consórcios de exploração e produção, tem-se um regimento de governança que define representantes para cada empresa para discussões no âmbito técnico e operacional. Todos os impactos relativos a tais empreendimentos são tratados nesses fóruns. Este mesmo regimento de governança estipula como obrigação o atendimento às principais leis referentes à conformidade e práticas anticorrupção existentes no mundo, como por exemplo o *Bribery Act* (Reino Unido) e o FCPA (*Foreign Corrupt Practices Act*, EUA), além das leis brasileiras sobre o tema. Em muitos casos, essas obrigações se refletem também nos contratos de fornecimento para esses consórcios. Na formação de consórcios, bem como nos casos de cessão de direitos nos mesmos, também são objeto de avaliação questões de conformidade.

Um exemplo importante deste tipo de parceria foi a aquisição dos direitos de produção dos volumes excedentes da Cessão Onerosa de Búzios, em consórcio com as empresas chinesas CNOOC Petroleum Brasil Ltda (CNOOC) e CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda (CNODC), além da participação em diversos consórcios nas demais rodadas promovidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 2019.

Outra forma de atuação junto a outros grandes operadores de E&P é caracterizada por alianças de cooperação técnica, por meio de acordo privados, visando troca de experiências e boas práticas que possam gerar benefícios mútuos em temas de natureza técnico-operacional como segurança de poço, recuperação de reservatórios depletados, estudos de oportunidades em energias alternativas, entre outros. Adicionalmente, participamos de discussões inerentes a toda a indústria de óleo e gás brasileira junto ao Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e a outros órgãos representativos.

Algumas das iniciativas desenvolvidas junto aos nossos parceiros, em 2019, foram a consulta pública sobre regramento de fundo de abandono e trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito das alianças de cooperação técnica, tais como segurança de poço e recuperação de reservatórios depletados.

Em 2019, o memorando de entendimentos que assinamos junto à Equinor visando ao desenvolvimento de um conjunto de negócios no segmento de energia eólica *offshore* no Brasil evoluiu para a avaliação de um futuro projeto eólico na bacia de Campos, utilizando recursos de pesquisa e desenvolvimento.

Poder Público

Nosso relacionamento com o poder público deve ser realizado de forma ética, transparente e impessoal. Esse relacionamento é regulado pelo nosso Código de Ética e pelo nosso Guia de Conduta, além de outros normativos internos, como nosso padrão de Interações com Agentes Políticos. Além de diversas outras medidas, esses normativos estabelecem que todas as interações presenciais com agentes políticos devem ser realizadas ao menos por dois colaboradores em conjunto.

As principais questões e preocupações apresentadas pelo poder público no ano de 2019 relacionadas a temas de interesse da indústria de óleo e gás, conforme levantamento de requerimentos de informação, audiências públicas, projetos de lei e pronunciamentos, foram:

- preços de combustíveis;
- desinvestimentos;
- reforma tributária;
- furto de combustíveis;
- conteúdo local;
- regime de exploração;
- contrato de partilha;

questões ambientais decorrentes das atividades da indústria de petróleo e gás/exploração e produção.

As questões e preocupações apresentadas pelo poder público foram tratadas por meio de respostas a requerimentos de informação, notas técnicas explicativas, reuniões com agentes políticos e participação em audiências públicas.

Algumas iniciativas importantes foram lançadas em 2019 com interação com o poder público, como o Seminário Pró-dutos: Desafio no Combate ao Roubo de Combustíveis e o Seminário Desafios e Oportunidades no Mercado de GLP, além da Iniciativa Petrobras para a Primeira Infância e da assinatura do Pacto Nacional pela Primeira Infância, firmado junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil, com objetivo de fortalecer as instituições públicas voltadas à causa.

Nossos contatos com o poder público podem se dar pelo acompanhamento de reuniões nas Comissões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, participação em audiências públicas, entrega de notas técnicas para autores e relatores de projetos da nossa agenda legislativa elaboradas por nossas áreas técnicas, seminários com temas específicos, participação em grupos de trabalho e programas coordenados pelo Poder Executivo, tais como Abastece Brasil, Novo Mercado de Gás e REATE, assim como reuniões periódicas no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), audiências públicas com agências reguladoras e do Poder Executivo em geral.

Para mais
informação
sobre o Pró-
Dutos, consultar
“Segurança das
Operações”.

Algumas importantes iniciativas para interação com o poder público foram realizadas dentro do Programa Pró-Dutos, como os Seminários com a Escola Superior de Guerra (ESG): Geopolítica de Recursos Naturais, uma Estratégica para Derivações Clandestinas em Dutos e, o Seminário com Pró-dutos, em Brasília, para debater os riscos, os impactos e promover ações mais integradas para coibir os atos criminosos em dutos.

Público Interno

O engajamento com nosso público interno ocorre por meio de interação digital nos nossos canais de comunicação interna, tais como intranet, rede social, comunidades online, divulgação de mensagens, notícias e eventos presenciais e virtuais, e vinculação dos nossos resultados a indicadores de performance individual (Gerenciamento de Desempenho).

Em 2019, nosso Plano Estratégico foi divulgado diretamente pelo nosso presidente, com transmissão ao vivo para todos os nossos colaboradores, e pelos nossos canais

informativos internos. A divulgação dos resultados também seguiu o mesmo formato.

As orientações sobre temas de recursos humanos são desdobradas pelos gerentes e suas equipes por meio de reuniões presenciais, e-mails eletrônicos e outros canais de comunicação interna.

A comunicação entre a alta administração e os empregados com função gerencial e especialistas acontece por meio dos “Alinhamentos das Lideranças”, evento quinzenal transmitido online para toda as nossas áreas.

Em relação ao Atendimento Multidisciplinar de Saúde (AMS), são realizadas ações de disseminação das regras da AMS por meio de palestras (AMS Vai Até Você).

Também são realizadas visitas de empregados a projetos sociais e ambientais apoiados e estimulamos a participação de empregados em ações de voluntariado corporativo.

Entre as principais questões e preocupações apresentadas pelo público interno, observadas nos comentários em nosso portal, destacam-se: desinvestimentos, reestruturações organizacionais, remuneração variável, nova legislação trabalhista e seus reflexos, Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), Plano de Previdência Petros, desempenho e resultados.

Realizamos periodicamente pesquisas com nossos empregados para aferir indicadores de clima organizacional, engajamento, satisfação com o trabalho, entre outros temas. Desde 2014, a frequência das pesquisas é bienal e a última findou em janeiro de 2019. Os resultados são disponibilizados em página na intranet, painéis para gestores e um sistema específico acessível a todos os empregados, o Sistema de Monitoração da Ambiência Organizacional (SMAO).

As preocupações e os problemas traduzidos pelos empregados na forma de resultados baixos são endereçados de duas formas: a) as áreas corporativas tomam conhecimento dos resultados vinculados às suas práticas e buscam fazer melhorias conforme suas possibilidades; b) questões locais são abordadas por planos de ação cadastrados e acompanhados no SMAO.

Entre os resultados significativos, podemos elencar: a) acréscimo de 9 pontos percentuais (60% para 69%) no principal indicador da pesquisa, o Índice de Satisfação do Empregado; b) apresentação de cerca de 6.000 ações derivadas da pesquisa pelo SMAO atualmente.

As informações são apresentadas em linguagem clara e acessível, em ambientes internos e externos acessíveis a todos, com curadoria dos conteúdos mais relevantes e atualização constante. O diálogo ocorre nos canais de comunicação interna, de forma franca e direta, com especial atenção ao esclarecimento de dúvidas e resposta aos questionamentos dos empregados.

Principais Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO INTERNO

Portal Petrobras (nossa intranet)
Conecte (Rede digital de colaboração para os colaboradores)
Email marketing
Mural Petrobras (Telas ou monitores fixos, on-line ou off-line)
Torpedo/mensagem (Mensagem de texto enviada para celulares via torpedo (SMS e Whatsapp)
Portal da Ouvidoria
Canal de Denúncia
Envio de e-mail para a Comissão de Ética (recebimento de consultas ou dúvidas relativas ao agir ético)
Portal AMS (Atenção Multidisciplinar de Saúde - AMS)
Envio de e-mails (AMS)
Call Center (AMS)
Canal de mensagens instantâneas (AMS)
Fale Conosco (AMS)
Centrais de Atendimento Presenciais (AMS)

Revendedores

Comunicamo-nos com revendedores por meio de texto (cartas e correspondências eletrônicas), contatos telefônicos e reuniões de negociação.

As principais questões e preocupações apresentadas pelos revendedores estão relacionadas a preço e cláusulas contratuais.

A Petrobras Distribuidora, nossa subsidiária até julho de 2019, relata que se relaciona com seus revendedores e franqueados por diversos meios, como: visitas comerciais, reuniões do Conselho da Revenda, pesquisas on-line, Canal de Negócios e Central de Pedidos, eventos, e-mail marketing, aplicativo de mensagens, programa de incentivo Desafio Petrobras e programa Capacidade Máxima. Em 2019, foram realizados, junto a esses públicos, a campanha de incentivo Desafio Petrobras, o Fórum de Revenda e os Encontros Regionais.

No ano passado, nossa então subsidiária Liquigás desenvolveu ações de incentivo e treinamentos para a sua rede de revendedores, além de reuniões do Conselho Consultivo de Revendedores. Foram realizados também treinamentos para a rede de revendedores que tratam de atendimento ao consumidor final, técnicas de negociação, segurança e outros.

Após divulgação pela Petrobras de Fato Relevante sobre o contrato firmado para a venda da Liquigás, a empresa emitiu um comunicado para a sua rede de revendedores informando que o referido contrato não altera a relação comercial entre a Liquigás e seus clientes e esclarecendo que a operação se concretizará após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

102-12; 102-13

Iniciativas e Associações Voluntárias

Participamos voluntariamente de algumas iniciativas e associações, conforme segue:

PRINCIPAIS INICIATIVAS E ASSOCIAÇÕES COM DESEMBOLSO (R\$)

Iniciativas e Associações	Adesão	2017	2018	2019
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP)	1957	238.373	257.324	279.907
<i>Asociación Regional de Empresas del Sector Petróleo, Gas y Biocombustibles en Latinoamérica y el Caribe (Arpel)</i> ¹	1965	109.585	131.901	138.106
Associação Brasileira de Corrosão (ABRACO)	1968	33.096	33.096	33.096
Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA)	1984	17.000	18.000	60.000
<i>International Association of Oil and Gas Producers (IOGP)</i>	1988	192.164	231.736	258.845
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	1997	72.667	74.812	77.618
Comissão de Estudos de Veículos Leves da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	1998	18.000	19.000	19.000
Instituto Ethos ²	2000	0	48.000	48.000
Comitê Brasileiro de Materiais, Equipamentos e Estruturas Oceânicas para Indústria de Petróleo e Gás Natural da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	2002	24.000	30.000	30.000
Instituto Brasileiro de Relacionamento com Investidores (IBRI)	2002	24.500	24.500	24.500
<i>World Water Council (WWC)</i>	2002	11.550	10.167	10.167
<i>International Gas Union (IGU)</i> ³	2003	23.816	26.634	26.483
Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas	2003	172.774	120.330	116.850
<i>Brazilian Energy Traders Association (ABRACEEL)</i>	2004	144.624	133.824	129.600
Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI)	2005	23.685	23.685	23.685
<i>Extractive Industries Transparenct Initiative (EITI)</i> ⁴	2005	198.480	0	0

Iniciativas e Associações	Adesão	2017	2018	2019
IPIECA - <i>The global O&G industry association for advancing environmental and social performance</i>	2006	388.488	464.692	692.026
Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais	2007	8.300	2.136	3.069
<i>Center for Chemical Process Safety (CCPS)</i>	2009	105.469	109.384	130.067
<i>Brazilian Association of Thermoelectric Generators (ABRAGET)</i>	2011	107.690	114.412	123.600
Consórcio CAPD/EWO - <i>Center for Advanced Process Decision</i> , liderado pela <i>Carnegie Mellon University</i>	2014	65.000	65.000	65.000
Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – InPacto	2015	30.000	30.000	30.000
<i>Society of Automotive Engineers (SAE BRASIL)</i>	2015	2.400	2.400	2.400
<i>CDP Benchmark Club</i>	2017	54.450	54.450	54.449
<i>World Economic Forum</i>	2017	0	601.074	1.140.090
<i>Oil and Gas Climate Initiative (OGCI)</i>	2018	0	35.085.345	26.405.010
Iniciativa Empresarial pela Igualdade - ONG Afrobras e Faculdade Zumbi dos Palmares	2019	0	0	30.000

¹Em 2020 solicitamos desfiliação dessa associação; ²Aderimos ao Ethos em 2000 até 2008 e depois novamente em 2018; ³Valor de 2019 convertido de euros para reais considerando o câmbio médio do ano; ⁴A partir de 2018 não somos mais afiliados a essa associação.

Para mais
informação
sobre nossas
iniciativas em
direitos
humanos,
consultar
"Direitos
Humanos".

Iniciativas sem desembolso ou vinculadas às associações e iniciativas listadas acima:

- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção – Ethos
- Pacto de Integridade – IBP
- Pacto Nacional pela Primeira Infância
- Rede Nacional Primeira Infância
- Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres
- Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – Governo Federal
- *Zero Routine Flaring by Initiative* (World Bank)
- *Carbon Sequestration Leadership Forum* (CSLF)
- *Brazilian Permanent Benzene Commission*
- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
- Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos
- Iniciativa Empresarial pela Igualdade
- *Association for Supply Chain Management* (ASCM)

203; 203-1; 203-2

Investimento Socioambiental

Nosso investimento socioambiental voluntário atende ao nosso Plano Estratégico 2020-2024 como ferramenta de suporte à sustentabilidade do nosso negócio. Desenvolvemos soluções socioambientais em temas relevantes e territórios onde atuamos, buscando a consolidação do relacionamento com públicos de interesse, a geração de informações técnicas e científicas e o fortalecimento da nossa reputação com a disseminação dos nossos valores.

Nossos investimentos socioambientais contribuem positivamente para as comunidades localizadas nas áreas em que operamos, impulsionando mudanças culturais, econômicas, sociais e ambientais e estão vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): (1) Erradicação da Pobreza, (4) Educação de Qualidade, (5) Igualdade de Gênero, (6) Água Potável e Saneamento, (8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico e (10) Redução das Desigualdades, (13) Ação contra a Mudança Global do Clima e (14) Vida na Água.

Em 2019, nosso Programa Petrobras Socioambiental apoiou projetos nas linhas de atuação: Educação, Esporte Educacional, Direito da Criança e do Adolescente, Biodiversidade, Água e Florestas e Clima.

Como exemplo de projetos desenvolvidos em territórios em que atuamos, destacamos a região de Duque de Caxias-RJ, onde estão localizadas as unidades da REDUC, Termo-Rio, TECAM, Terminal BR e área de Dutos. Atuamos na gestão e na mitigação de riscos sociais e operacionais por meio dos projetos Unircirco, EDUC, Conectora de Oportunidades, Centro de esporte e Educação e Rede Parceiros Multiplicadores de Esporte Educacional.

Esses projetos atuam em rede na conscientização sobre riscos operacionais, capacitação profissional, empreendedorismo e atendimento de crianças e adolescentes. Essas temáticas foram priorizadas a partir dos diagnósticos realizados nas comunidades impactadas por nossas operações. Apenas em Duque de Caxias, os projetos atendem 1890 participantes diretos, com faixas etárias que variam de 0 a acima de 30 anos.

O envolvimento e o vínculo junto às comunidades proporcionado pelos projetos sociais e ambientais que apoiamos são essenciais para o alcance dos nossos resultados de negócio. Envolver a comunidade significa incluir e dar voz à população que traz suas questões prioritárias sobre o cenário socioambiental no qual o projeto

busca atuar.

Além da contribuição para as comunidades localizadas próximas às nossas áreas de operação, nossos projetos socioambientais apresentam grande parte de suas atividades alinhadas aos Planos de Ação Nacionais (PANs) para a Conservação de Espécies do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esses projetos também são responsáveis por uma geração significativa de dados, sendo, muitas vezes, os maiores fornecedores de informações para a elaboração e implementação destes planos.

Os projetos da nossa carteira de investimento socioambiental possuem metas e indicadores, estabelecidos desde a contratação, que permitem periodicamente avaliar seu desempenho. A periodicidade da medição do grau de realização das atividades é definida antes de iniciar o projeto, bem como o meio de verificação. As coletas das informações podem variar a cada projeto, mas geralmente abrangem informações sobre o público, o engajamento nas atividades previstas e os resultados obtidos.

Estamos em constante busca pelo aprimoramento dos métodos de avaliação do retorno social do investimento em nossos projetos socioambientais apoiados. Em virtude do número de projetos do Programa Petrobras Socioambiental, do volume de recursos envolvidos e da amplitude do programa, realizamos a análise de retorno social de um de nossos projetos, o Projeto Uçá, de forma piloto, em 2019. O projeto compõe nossa carteira desde 2017 e atua no monitoramento do caranguejo Uçá, no restabelecimento de áreas degradadas de manguezais e na educação ambiental.

A análise do retorno social indicou um retorno de R\$ 4,55 por cada real que investimos no projeto. A metodologia converte em valores monetários a transformação ambiental, social e econômica ocorrida em virtude da implementação do projeto. Esse valor foi considerado expressivo para este tipo de investimento no Brasil. Pretendemos ampliar esta avaliação de desempenho em responsabilidade social para outros projetos de nossa carteira.

Também avaliamos qualitativamente os projetos com o objetivo de mensurar o impacto na vida dos participantes. A instituição Luta pela Paz aplica no projeto Maré Unida o "Questionário de Desenvolvimento Pessoal", que permite mensurar os impactos do projeto em áreas-chave da vida dos jovens. Quando necessário, a instituição também realiza grupos focais, entrevistas e estudos de caso individuais para mensurar indicadores específicos. Nossa parceira desde 2010, a Luta pela Paz já realizou cerca de 2.641 horas de aulas de boxe, artes marciais e de desenvolvimento pessoal para alunos de 6 a 29 anos e 527 horas de reforço escolar para crianças e adolescentes de 11 a 14 anos. O projeto, o quarto que patrocinamos realizado pela instituição, também já promoveu 2.561 horas em qualificação

profissional, além de formação e assessoria técnica para educadores esportivos atuantes na Maré, totalizando o atendimento a 1.316 participantes diretos. Essas e outras ações do Maré Unida ocorrerão até setembro de 2020.

O projeto Mão na Massa, por exemplo, possui um sistema de cadastro e acompanhamento das mulheres participantes que acompanha sua empregabilidade e o retorno à rede formal de ensino. Desde 2007, já foram capacitadas mais de mil mulheres no estado do Rio de Janeiro. Metade delas estão empregadas na área e 100 voltaram a estudar, em áreas ligadas à construção civil.

O Projeto Agroflorestar, visando avaliar os efeitos da adoção dos sistemas agroflorestais na qualidade de vida das famílias agricultoras, utiliza o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que é uma metodologia de realização de entrevistas semiestruturadas para conhecer as características da agricultura familiar local, bem como os benefícios gerados pela prática e comercialização de produtos das agroflorestas na qualidade de vida das famílias participantes do projeto.

Em 2019, elaboramos um guia metodológico destinado a orientar a quantificação de carbono dos projetos de conservação e recuperação florestal apoiados pelo nosso programa. O documento estabelece referências técnicas e aplica-se à estimativa das contribuições socioambientais e de redução de gases de efeito estufa (GEE). Os responsáveis pelos projetos podem observar as instruções para quantificar o carbono removido ou emitido para a atmosfera em consequência das suas atividades. Foi realizado um piloto em 2019 e os resultados referentes a essa quantificação de carbono, assim como dos benefícios sociais e ambientais gerados pelos projetos, são apresentados a seguir.

INDICADORES DE RESULTADOS DA CARTEIRA DE PROJETOS DE FLORESTAS E CLIMA*

INDICADORES DE RESULTADOS DA CARTEIRA DE PROJETOS DE FLORESTAS & CLIMA*



*Resultados acumulados dos projetos vigentes em 2019.

Os projetos que apoiamos buscam promover articulações de convergência de suas ações por meio da atuação em redes. Entre as redes constituídas, destacamos a Biomar, que reúne, na sua composição atual, seis iniciativas de biodiversidade que patrocinamos (Albatroz, Baleia Jubarte, Coral Vivo, Golfinho Rotador, Meros do Brasil e Tamar) com o objetivo de potencializar sua contribuição para a conservação marinha. A rede teve seu planejamento elaborado em 2007, com participação do Ministério do Meio Ambiente, por meio de seus órgãos vinculados relacionados ao tema. Em mais de 12 anos de trabalho, atuou em 10 estados e 54 municípios, pesquisando e conservando mais de 11 espécies ameaçadas de extinção e ambientes coralíneos.

Também a nossa linha de atuação Oceano contempla iniciativas voltadas para a conservação de espécies e ecossistemas costeiros e marinhos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos oceanos, associadas à educação ambiental. Os projetos patrocinados desta linha buscam a ampliação e a valorização do

conhecimento técnico, científico e tradicional para conservação de espécies e ambientes costeiros e marinhos e educação para sustentabilidade, com atenção às ações voltadas para a primeira infância (0 a 6 anos).

Também estão incluídas ações que promovam a conservação da biodiversidade costeira e marinha, incluindo monitoramento de espécies e habitats, manejo e redução de pressões como sobrepesca e lixo no mar, apoio à gestão e fortalecimento de áreas protegidas com objetivo de promover a conservação de espécies e ambientes costeiros e marinhos, além de iniciativas que contribuam para conservação com uso sustentável dos recursos que consideram modos de vida, sistemas de produção e conhecimentos associados à biodiversidade, incluindo atividades artesanais pesqueiras e de aquicultura.

Nossa subsidiária Petrobras Biocombustível, por meio de seus contratos com cooperativas de agricultores familiares firmados com objetivo de obtenção do Selo Combustível Social, remunerou essas cooperativas com um bônus específico de originação de agricultura familiar, totalizando o valor de R\$ 1,2 milhão em 2019. O uso pelas cooperativas deste valor pago é de livre opção das mesmas, desde que utilizado para a estruturação de sua cadeia produtiva ou repasse direto aos agricultores cooperativados.

Também em 2019, a Petrobras Biocombustível participou ativamente da construção da “Agenda de Inovação para a Cadeia Produtiva do Biodiesel”. Trata-se de um planejamento estratégico que objetivou apontar o caminho para que o setor atinja um novo patamar de eficiência. Para alcançar tal objetivo, foram definidas metas compostas pelos desafios e as ações necessárias para os próximos anos, considerando as vertentes de Pesquisa e Desenvolvimento, de Transferência de Tecnologia e de Políticas Públicas.

Esse documento foi construído em um grupo de trabalho designado pela Câmara Setorial das Oleaginosas e Biodiesel da Secretaria do Desenvolvimento Agrário vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da qual a Petrobras Biocombustível é membro.

A nossa subsidiária Transpetro destaca em sua carteira de projetos socioambientais os seguintes projetos:

— **De Olho no Duto:** busca o desenvolvimento de ações de arte-educação e socioculturais para comunidades vizinhas aos dutos operados na Região Sudeste;

— **Faixa Limpa:** realiza atividades nos entornos das faixas de dutos em São Paulo visando à mitigação do descarte inadequado de resíduos e outras ações nocivas à preservação da faixa de dutos verificadas nessas comunidades;

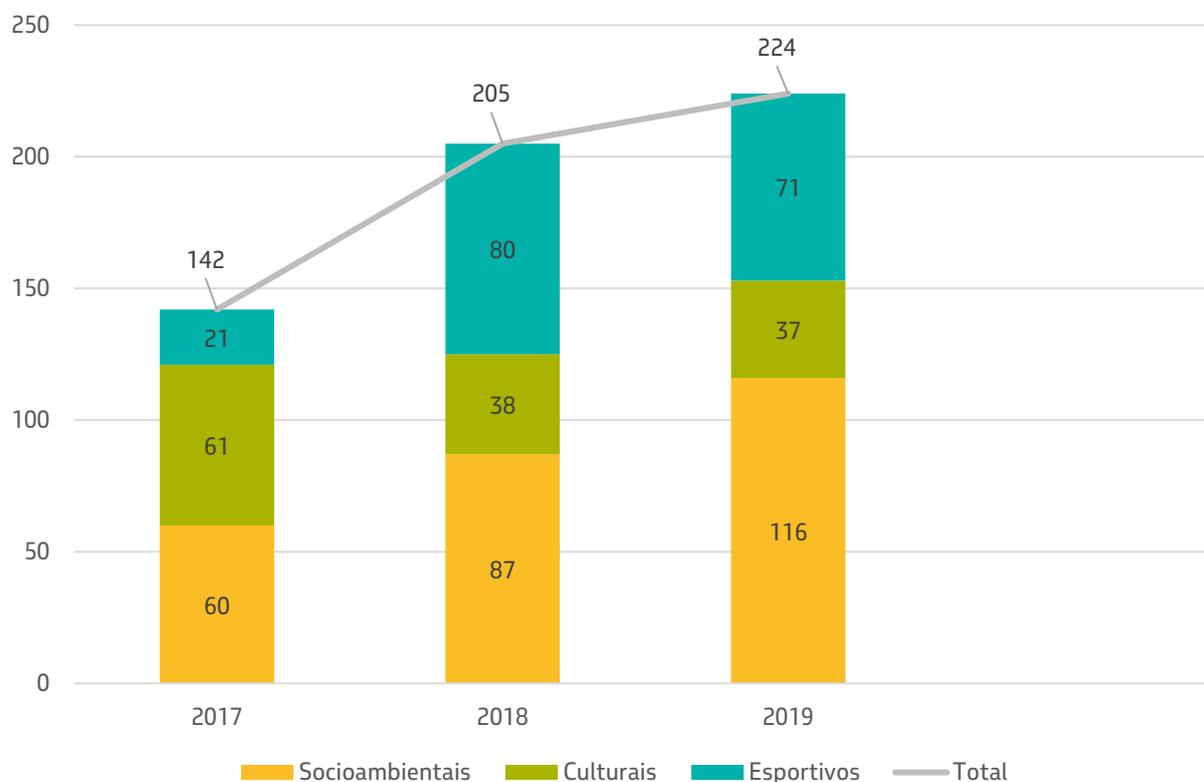
— **Cinturão Verde:** visa promover o desenvolvimento e a conscientização socioambiental das comunidades vizinhas ao Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul – TEFTRAN (SC);

— **Tenda Itinerante:** incentiva as práticas sociocultural e ambiental em todas as suas vertentes, em especial a do lazer e ações lúdicas como instrumento de educação, de inclusão e de desenvolvimento pessoal no Rio Grande do Sul;

— **Cine Transpetro nas Comunidades:** com atuação nacional, utiliza o cinema como instrumento pedagógico, abordando temas como reciclagem, meio ambiente, segurança e cidadania.

Ao adotarmos os dez compromissos de sustentabilidade frente aos nossos públicos de interesse, no compromisso de número 10 nos comprometemos com a manutenção dos investimentos socioambientais. A distribuição do investimento socioambiental ao longo dos três últimos anos pode ser observada no gráfico a seguir.

INVESTIMENTO SOCIOAMBIENTAL, CULTURAL E ESPORTIVO (EM MILHÕES DE R\$)



Investimento Cultural e Esportivo

Na nossa linha de atuação Cultura, os patrocínios são realizados a projetos brasileiros com valor cultural destacado, inovadores, com alto potencial de retorno e alinhamento à nossa estratégia de marcas. Os projetos patrocinados seguem linhas de ação com foco em Música, Artes Cênicas e Audiovisual, incluindo o patrocínio à produção, circulação e ampliação do acesso a produtos culturais. Em 2019, modelamos ainda a nossa primeira chamada para projetos culturais focados em Primeira Infância, com lançamento no início de 2020.

Na nossa linha de atuação Esporte, patrocinamos oportunidades de promoção da nossa marca e de ações de relacionamento, além de associação tecnológica e de pesquisa, bem como esportes olímpicos e esportes de participação, incluindo a formação de um grupo de atletas patrocinados denominado Time Petrobras.

Mensuramos o retorno obtido pelos projetos de patrocínio a partir da avaliação de exposição de marca, mídia espontânea obtida e por meio de pesquisas de imagem e reputação que geram indicadores específicos para essas atividades.

A iniciativa integra instituições públicas, educadores, setor privado, organizações da sociedade civil e redes e organizações multilaterais

O objetivo da iniciativa é promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças nos primeiros anos de vida

INICIATIVA PRIMEIRA INFÂNCIA

Lançamos em agosto de 2019 a Iniciativa Petrobras para a Primeira Infância, com o objetivo de promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças nos primeiros anos de vida. A iniciativa envolve instituições públicas e privadas que já estão realizando ações voltadas para a primeira infância.

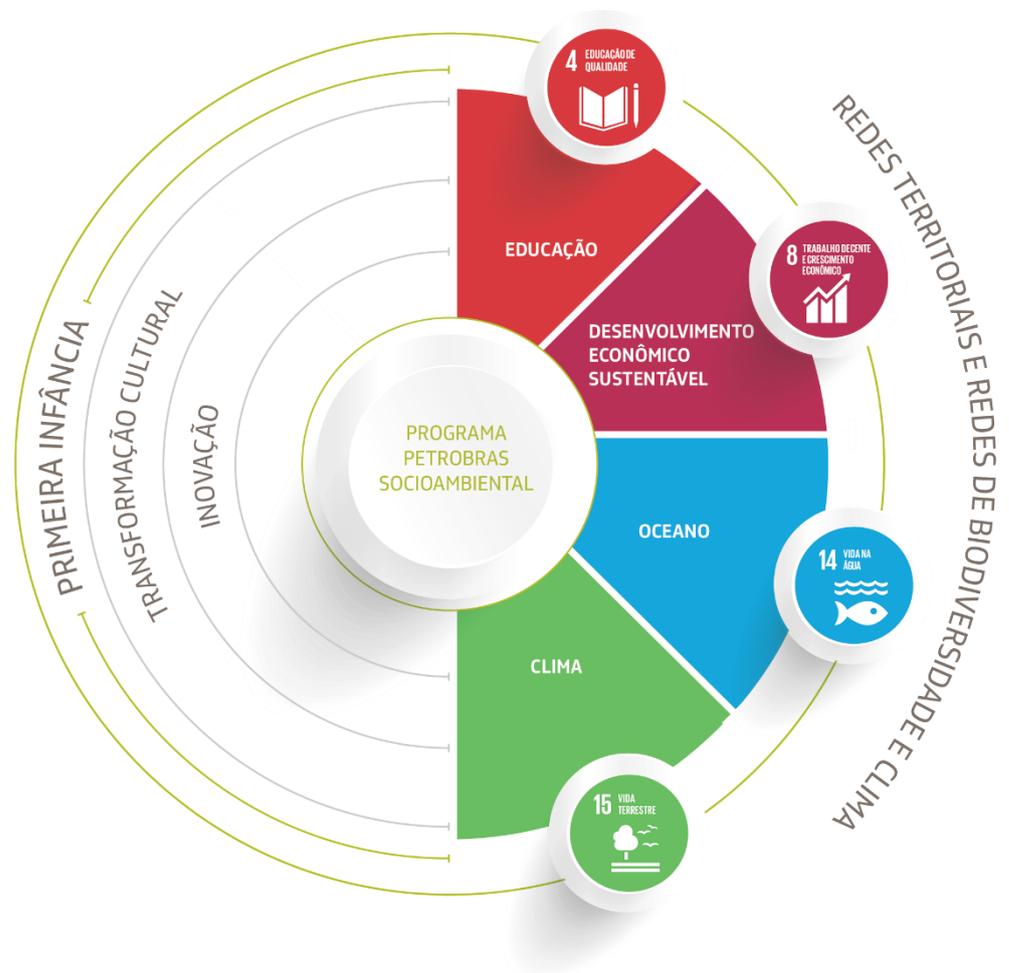
Essa iniciativa tem o objetivo de melhorar a qualidade do ensino na pré-escola, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e busca contribuir para o aprimoramento de políticas públicas e indicadores sociais relacionados à faixa etária de 0 a 6 anos, além de fortalecer a atuação intersetorial (prefeituras, secretarias de educação e de assistência social e respectivas equipes técnicas, além de educadores e organizações da sociedade civil).

Outras ações também são realizadas pelos projetos voltados para a primeira infância, tais como oficinas e atividades esportivas, além da formação de professores na metodologia musical, trabalhando técnicas para domínio da linguagem, canto, respiração, apreciação musical, improvisação, conhecimento de atividades lúdicas e materiais sonoros, destacando cada objetivo pedagógico das atividades.

Neste sentido, um dos projetos com os quais já firmamos parceria ainda em 2019 foi o projeto Primeira Infância é Prioridade, executado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). Esta iniciativa alcançará mais de mil participantes entre gestores públicos, técnicos de instituições que atuam na rede de proteção a crianças e adolescentes e profissionais de meios de comunicação, em 100 municípios de 10 estados brasileiros, ao longo de 2 anos de duração.

Também formalizamos adesão à Rede Nacional Primeira Infância, que é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do poder público, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da primeira infância. Assinamos, em dezembro de 2019, o Pacto Nacional pela Primeira Infância, compromisso firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil, com o objetivo de fortalecer as instituições públicas voltadas à garantia de direitos previstos na legislação brasileira e de promover a melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança, em especial da primeira infância.

De forma a manter o alinhamento ao Plano Estratégico 2020-2024, as linhas de atuação do Programa Petrobras Socioambiental foram revisadas em janeiro de 2020, sendo: Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Oceano e Clima, voltados para contribuir, principalmente, para quatro dos ODS: (4) Educação de Qualidade, (8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; (14) Vida na Água e (15) Vida Terrestre. Entre os temas transversais a serem considerados em todos os projetos que compõem a carteira estão a primeira infância, inovação e transformação cultural.



ESTRATÉGIA DO INVESTIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Linha de Atuação	Alinhamento com o negócio	Benefícios	Indicador mais Relevante
Educação	Atuação na área de abrangência	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição para o ODS 4 (Educação de qualidade) - Melhoria nas condições de vida das comunidades - Redução e mitigação de potenciais impactos negativos onde atuamos - Fortalecimento da reputação e credibilidade 	Análise do retorno social (em desenvolvimento) ¹
Desenvolvimento Econômico Sustentável	Atuação na área de abrangência	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição para o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) - Melhoria nas condições de vida das comunidades - Redução e mitigação de potenciais impactos negativos onde atuamos - Fortalecimento da reputação e credibilidade 	Análise do retorno social (em desenvolvimento) ¹
Oceano	Atuação para conservação de espécies e ambientes marinhos e costeiros (forte da nossa exploração), beneficiando, principalmente, a comunidade pesqueira	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição, em especial, para o ODS 14 (Vida na água) - Aumento do envolvimento da comunidade local na conservação da biodiversidade - Melhoria do status de conservação das espécies - Geração de renda - Redução e mitigação de potenciais impactos negativos onde atuamos - Fortalecimento da reputação e credibilidade - Expansão de conhecimento com geração de dados e informações técnicos e científicos 	Análise do retorno social (em desenvolvimento) ¹
Clima	Necessidade de negócio considerando um ambiente de transição para uma economia de baixo carbono Compromisso de sustentabilidade assumido no Plano Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição prioritária para o ODS 15 (Vida terrestre) - Geração de benefícios sociais e ambientais nos locais onde atuam, como geração de renda e conservação da biodiversidade associada - Contribuição potencial para a redução de gases de efeito estufa - Fortalecimento da reputação e credibilidade 	<p>Análise do retorno social (em desenvolvimento)¹</p> <p>Contribuição potencial estimada em fixação de carbono e emissões evitadas²</p>

¹ Nessa mesma seção, ver análise de retorno social do projeto Uçá.

² Nessa mesma seção, ver Guia metodológico destinado a orientar a quantificação de carbono.

A avaliação das necessidades das comunidades é realizada pelas equipes multidisciplinares de nossas unidades de operação. Para tal, renovamos a cada ano os planos locais de relacionamento comunitário, que indicam as iniciativas que devem

ser realizadas junto a cada comunidade. Realizamos um diagnóstico a cada três anos ou quando ocorrerem alterações significativas das operações e atividades das unidades ou das características socioeconômicas e políticas das comunidades. Nossos últimos diagnósticos foram realizados entre 2017 e 2018. De caráter regional, tais diagnósticos destacam os principais impactos (especialmente sociais e operacionais) das unidades junto às comunidades próximas.

Para mais
informação
sobre
relacionamento
comunitário,
consultar
"Direitos
Humanos".

Uma das categorias levantadas é de condições de vida, para as quais foi indicado acesso a serviços de abastecimento de água; esgoto sanitário; destinação final do lixo coletado; educação; saúde; transporte; espaços de lazer e cultura. De todos esses, os que apresentam maiores fragilidades são de esgotamento sanitário e transporte.

Destacam-se como impactos econômicos indiretos os aportes financeiros por meio da arrecadação de impostos (ICMS) e *royalties*, bem como as questões ligadas à empregabilidade e a impactos na infraestrutura das localidades.

PAGAMENTO DE TRIBUTOS (EM BILHÕES DE R\$)¹

	2016	2017	2018	2019
TRIBUTOS PRÓPRIOS E RETIDOS POR TERCEIROS	85,8	101,3	145,3	206,8
ICMS	37,3	35,0	45,3	42,6
PIS/Cofins	20,9	27,4	38,1	34,0
Royalties	9,7	12,4	17,8	18,0
Participação especial	4,5	11,0	20,4	21,9
IRPJ/CSLL	0	0,4	8,2	9,5
Contribuições previdenciárias	4,6	4,2	4,8	6,5
Cide	5,1	4,6	3,3	2,3
Outros impostos e contribuições	3,8	6,4	7,4	71,9 ²
TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS	39,8	38,7	37,0	39,3
ICMS substituição tributária	28,2	28,4	27,1	29,2
Retenções Lei nº 10.833	5,9	5,4	5,4	4,7
Outros impostos e contribuições	5,6	4,9	4,6	5,4
Total Geral	125,6	140,0	182,4	246,0

¹Distribuição entre União (R\$ 173,2 bilhões), Estados (R\$ 71,9 bilhões) e Municípios (R\$ 0,9 bilhão).

²Inclui bônus de assinatura.

Doações

Realizamos doações para os estados de Minas Gerais e Espírito Santo em fevereiro de 2020, em decorrência da situação de calamidade pública decretada após as fortes chuvas que causaram graves danos humanos e materiais às populações ali residentes. Em fevereiro de 2019, enviamos recursos à cidade de Brumadinho, após a tragédia ocasionada pelo rompimento de barragem da mineradora Vale no município mineiro. Os valores totalizam R\$ 2,3 milhões.

DOAÇÕES REALIZADAS EM 2019 E 2020 (até 29/02/2020)*

Destinação	Mês/Ano	Valor
Município de Brumadinho	02/2019	R\$ 900.000,00
Estado de Minas Gerais	02/2020	R\$ 900.000,00
Estado do Espírito Santo	02/2020	R\$ 500.000,00
Total		R\$ 2.300.000,00

*Período anterior à pandemia do coronavírus no Brasil.

Voluntariado

Promovemos diversas ações de voluntariado em nossas unidades em todo o Brasil. Entre as ações realizadas, estão a reforma de uma escola pública dedicada à primeira infância no município do Rio de Janeiro e de uma biblioteca infantil em Macaé, além de aulas de informática, mutirões de limpeza de praias, lagoas e manguezais, palestras sobre mercado de trabalho, capacitação de jovens e arrecadação de doativos.

VOLUNTARIADO EM NÚMEROS (2019)

Número de voluntários	697			
Horas de voluntariado executadas	Horas pagas	Horas não pagas	Total de horas	Total (R\$)
	1476	1132	2608	415.774,44

Em setembro, houve o esforço integrado de contribuição de 22 projetos apoiados por meio do Programa Petrobras Socioambiental e dos nossos voluntários nas atividades do dia mundial de limpeza de praias. Esta ação faz parte de um movimento global para conscientizar as pessoas sobre os impactos ambientais causados pelo descarte irregular de resíduos e resultou na coleta de 18 toneladas de lixo em 15

estados e 125 quilômetros da costa brasileira, contribuindo para a conservação do oceano e suas espécies.

Seguimos participando da Trilha Empreendedora, projeto do qual somos uma das empresas âncora. Trata-se de um projeto de voluntariado do setor de óleo e gás realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e a instituição Junior Achievement, envolvendo nossos colaboradores em atividades de sensibilização e educação de jovens do ensino médio de escolas públicas do Rio de Janeiro nos eixos de empreendedorismo, ética, educação financeira e preparação para o mundo do trabalho. Em setembro de 2019, o projeto Trilha Empreendedora foi homenageado pelo Comitê Brasileiro de Voluntariado Empresarial (CBVE) com o título "Prata da Casa".

Em outubro, mês das crianças, nossos voluntários reformaram a escola pública de educação infantil mais antiga do Rio de Janeiro, o Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Campos Salles, que completou 110 anos em 2019. Cerca de 90 voluntários realizaram atividades de pintura de mobiliário, restauração de paredes e recuperação de pisos durante cinco dias de reforma. Essa ação contou com a assistência de nosso projeto patrocinado Mão na Massa, que atua capacitando e inserindo mulheres no ramo da construção civil. Suas participantes ofereceram orientações técnicas para a realização das atividades de reforma. Em Macaé, cerca de 20 de nossos voluntários revitalizaram a seção infantil da Biblioteca Pública Municipal Dr. Têlio Barreto.

Realizamos ações de Natal, como parte do nosso voluntariado corporativo, em diversas de nossas unidades operacionais e prédios administrativos em todo o Brasil. Na Bacia de Campos, 2.343 pessoas de 16 escolas da rede municipal de Macaé e Rio das Ostras e um asilo na região do Porto Açu, no norte fluminense, foram beneficiadas com a ação que contou com a dedicação e o engajamento de 130 colaboradores. Na ação de Natal promovida pela Refinaria Abreu e Lima (RNEST), 271 crianças de três escolas municipais foram contempladas com presentes doados por colaboradores. No Rio de Janeiro, mais de 1,1 mil crianças e adolescentes de cinco Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nove abrigos da prefeitura foram beneficiados. Além de doarem brinquedos, mochilas e roupas, cerca de 120 voluntários se engajaram na entrega dos presentes, atuando como papai Noel, fazendo a triagem e embrulho dos pacotes, além da organização dos lanches, recreação das crianças, fotografia e demais tarefas de apoio.

Nossa subsidiária Transpetro também realizou uma campanha, por meio do voluntariado corporativo, que arrecadou mais de 800 itens de cesta básica que foram destinados para o grupo de catadores de caranguejo do entorno do Rio Estrela, em Magé, no Rio de Janeiro. No total, o Programa de Voluntariado da Transpetro arrecadou mais de 5.000 itens e beneficiou mais de 1.700 pessoas.

Convergência com o Programa Petrobras Jovem Aprendiz

Realizamos o Hackathon Tecnojovem em parceria com o Programa Petrobras Jovem Aprendiz (PPJA). Participaram da maratona tecnológica não competitiva 82 integrantes do PPJA, estudantes de instituições públicas de ensino na faixa de 16 a 18 anos, sendo 9 deles com deficiência. Vinte colaboradores atuaram voluntariamente como mentores e apoiadores desses adolescentes.

A partir de algumas mentorias em Ciências de Dados Sociais (*Social Data Science*), os estudantes construíram painéis georreferenciados (*Dashboards*) que mostraram indicadores das potencialidades e das vulnerabilidades dos territórios onde eles vivem. Além de aprender a trabalhar com dados sociais georreferenciados, os jovens relacionaram essas informações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

Eles foram capacitados previamente nos meses de agosto, outubro e dezembro em tecnologias digitais, cultura digital, conteúdos de responsabilidade social e ambiental, autogestão e aprendizado colaborativo, cujo treinamento ocorreu em uma parceria da TIC e do Laboratório de Informática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Labis).



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Demais Partes Interessadas
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras" ou "Companhia") com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2019 da Petrobras, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2019.

Responsabilidades da administração da Petrobras

A administração da Petrobras é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações de sustentabilidade divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2019 de acordo com o Padrão para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-Standards)* e com os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2019, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2019, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

1



Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Petrobras e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2019, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2019, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2019 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais de sustentabilidade divulgadas no Relatório de Sustentabilidade 2019, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- a. planejamento dos trabalhos: consideração da materialidade dos aspectos para as atividades da Petrobras, da relevância das informações divulgadas, do volume de informações quantitativas e qualitativas e dos sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2019 da Petrobras. Esta análise definiu os indicadores a serem testados em detalhe;
- b. entendimento e análise das informações divulgadas em relação à forma de gestão dos aspectos materiais;
- c. análise dos processos para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade 2019 e da sua estrutura e conteúdo, com base nos Princípios de Conteúdo e Qualidade do Padrão para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-Standards)*;
- d. avaliação dos indicadores não-financeiros amostrados:
 - entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
 - aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório de Sustentabilidade 2019;
 - análise de evidências que suportam as informações divulgadas;
- e. análise da razoabilidade das justificativas das omissões de indicadores de desempenho associados a aspectos e tópicos apontados como materiais na análise de materialidade da Companhia;

Acreditamos que as informações, as evidências e os resultados obtidos em nosso trabalho são suficientes e apropriados para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

**Alcance e limitações**

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2019.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Sustentabilidade 2019 da Petrobras, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Padrão para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-Standards)* e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2020

KPMG Assessores Ltda.
CRC 2SP034262/O-4 F-SP

Eduardo V. Cipullo
Contador CRC 1SP135597/O-6

102-55

Sumário GRI

INDICADORES GERAIS

GRI STANDARDS OU SETORIAL	LOCALIZAÇÃO, RESPOSTA OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÕES			ASSEGURAÇÃO
		ODS	PACTO GLOBAL	IPIECA	

PERFIL ORGANIZACIONAL

102-1	Nome da organização	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras				✓
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	Págs. 16 e 17				✓
102-3	Localização da sede	Rio de Janeiro				✓
102-4	Localização das operações	Pág. 24				✓
102-5	Natureza da propriedade e forma jurídica	Somos uma empresa de economia mista e o nosso acionista majoritário é a União Federal, que mantém o controle				✓
102-6	Mercados atendidos	Pág. 24				✓
102-7	Porte da organização	Formulário de Referência 2019. Disponível em https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/relatorios-aneis/				✓

102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	Págs. 156 a 159	8			✓
102-9	Cadeia de Fornecedores	Págs. 209 e 210				✓
102-10	Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	Págs. 3 e 18				✓
102-11	Princípio da precaução	Em alinhamento aos princípios da precaução e prevenção, buscamos adotar medidas eficazes para impedir danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente e à saúde humana, mesmo quando não há consenso científico sobre o assunto				
102-12	Iniciativas Externas	Págs. 241 a 243			GOV-2; GOV-5	✓
102-13	Participação em associações	Págs. 241 a 243			GOV-5	✓
ESTRATÉGIA						
102-14	Declaração do Presidente	Págs. 3 a 6				
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Págs. 34 a 41, 99 a 103 e 192			GOV-1; CCE-1	
ÉTICA E INTEGRIDADE						
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de conduta	Págs. 61 a 64 e 82	16	10	GOV-1	✓
102-17	Mecanismos de aconselhamento e de preocupações éticas	Págs. 61 a 67	16	10	GOV-1	
GOVERNANÇA						
102-18	Estrutura de Governança	Págs. 51 a 55			GOV-1	✓

102-19	Delegação de Autoridade	Pág. 57		GOV-1
102-20	Responsabilidade do nível executivo sobre temas econômicos, ambientais e sociais	Págs. 45 a 46 e 59		GOV-1; CCE-1
102-21	Processos de consulta aos stakeholders sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	Págs. 219 a 240	16	
102-22	Composição do mais alto órgão de governança e seus comitês	Pág. 52	5, 16	GOV-1; CCE-1
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	Págs. 52 a 55	16	GOV-1
102-24	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	Pág. 52	5, 16	GOV-1
102-25	Conflitos de Interesse	Págs. 63 e 80 a 82		
102-26	Papel do mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia	Págs. 52 a 58		GOV-1
102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Págs. 58 e 59	4	GOV-1
102-28	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Págs. 59 e 60		GOV-1
102-29	Identificação e gerenciamento de impactos econômicos, ambientais e sociais	Págs. 78 e 97 a 100	16	GOV-1; GOV-2; CCE-1
102-30	Eficácia dos processos de gestão de risco	Págs. 97 a 104		GOV-1; GOV-2; CCE-1
102-31	Revisão de tópicos econômicos, ambientais e sociais	Pág. 57		GOV-1
102-32	Função do maior órgão de governança no relato de sustentabilidade	Pág. 8		GOV-1
102-33	Comunicação de preocupações críticas	Págs. 57 e 81		

102-34	Natureza e número total das preocupações críticas	Págs. 64 a 67		
102-35	Políticas de Remuneração	Pág. 162		GOV-1
102-36	Processo para determinação de remuneração	Pág. 161		
102-37	Envolvimento dos stakeholders na remuneração	Pág. 168	16	
102-38	Proporção da remuneração total anual	Pág. 163		
102-39	Aumento percentual na proporção da remuneração total anual	Pág. 168		

ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS

102-40	Lista de grupos de stakeholders	Pág. 219			
102-41	Acordos coletivos	Pág. 168	8	3	
102-42	Identificação e seleção de stakeholders	Pág. 221			SOC-9 
102-43	Abordagem no engajamento dos stakeholders	Págs. 135 a 136, 193 a 240			SOC-8; SOC-9; SOC-12; SOC-13 
102-44	Principais tópicos e preocupações levantadas	Págs. 193 a 207 e 219 a 240			SOC-8; SOC-9; SOC-12 

ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES

102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes	Form 20F 2019, página 385. Disponível em https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais/2020			
102-46	Definição do conteúdo do relatório e limites	Pág. 14			

102-47	Lista dos tópicos materiais	Pág. 14		
102-48	Reformulações de informações	Pág. 7		
102-49	Mudanças no relato	Pág. 14		
PERFIL DO RELATÓRIO				
102-50	Período do relatório	Pág. 7		
102-51	Data do relatório mais recente	A versão anterior a esta edição referia-se ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018		
102-52	Periodicidade dos ciclos de relato	Anual		
102-53	Contato para perguntas sobre o relatório	sustainabilityreport@petrobras.com.br		
102-54	Relato da opção "de acordo" escolhida pela organização	Este relatório foi preparado de acordo com a Norma da GRI (GRI Standards): opção Abrangente		
102-55	Sumário de conteúdo GRI	Págs. 260 a 275		
102-56	Verificação externa	Págs. 258 e 259	GOV-1	

INDICADORES ESPECÍFICOS

GRI STANDARDS OU SETORIAL	LOCALIZAÇÃO, RESPOSTA OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÕES			ASSEGURAÇÃO
		ODS	PACTO GLOBAL	IPIECA	
PREÇOS DOS DERIVADOS					
103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 32 a 33			
PREVENÇÃO DE ACIDENTES E VAZAMENTOS					
103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 132 a 138			ENV-6
306-3	Vazamentos significativos	Págs. 128 a 129	3, 6, 12, 14, 15	8	ENV-6 
CONFORMIDADE, ÉTICA NOS NEGÓCIOS E COMBATE À CORRUPÇÃO					
103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 61 a 70 e 86 a 88			GOV-3 
205	Anticorrupção	Págs. 80, 86, 90, 91 e 176			GOV-3 
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados à corrupção	Págs. 89 a 91	16	10	GOV-3
205-2	Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	Págs. 86 a 91, 176 e 177	16	10	GOV-3 
205-3	Casos confirmados de corrupção e ações tomadas	Pág. 92	16	10	GOV-3 
206	Concorrência desleal	Pág. 70			
206-1	Ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	Pág. 71	16		
307	Conformidade ambiental	Pág. 75			

307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Págs. 77 a 79	16	8	
417	Marketing e rotulagem	Pág. 73			
417-1	Exigência de informações sobre produtos e serviços e rotulagem	Pág. 74	12, 16	1	
417-2	Casos de não conformidade em relação à informação e rotulagem de produtos e serviços	Pág. 74	16		
417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicações de marketing	Pág. 69			
419	Conformidade socioeconômica	Págs. 69 a 73			
419-1	Não conformidade com leis e regulamentos na área social e econômica	Págs. 77 a 78	16		

REPOSIÇÃO DE RESERVAS

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Pág. 33			
OG1	Volumes das reservas e de produção	Pág. 33			

QUESTÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Pág. 101			
--	-----------------	----------	--	--	---

EFETIVIDADE DA CURVA DE PRODUÇÃO

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 30 a 31			
--	-----------------	---------------	--	--	---

SEGURANÇA E COMPROMISSO COM A VIDA

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 139 a 140 e 144 a 145		SHS-1; SHS-2	
403	Saúde e segurança no trabalho	Págs. 145 a 148		SHS-3; SHS-2	

403-1	Representação dos trabalhadores em comitês formais de saúde e segurança	Págs. 145 a 146	8		✓
403-2	Tipos de lesões e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absenteísmo e número de fatalidades	Págs. 148 a 149	3, 8	SHS-3	
403-3	Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças ocupacionais	Págs. 150 a 151	3, 8	SHS-3	✓
403-4	Tópicos de saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos	Pág. 151	8		✓
416	Saúde e segurança do cliente	Pág. 71		SHS-5	✓
416-1	Avaliação dos impactos em saúde e segurança de categorias de produtos e serviços	Págs. 71 a 74		SHS-5	✓
416-2	Casos de não-conformidade em relação aos impactos de saúde e segurança de produtos e serviços	Pág. 73	16	SHS-5	✓
OG13	Processos relacionados a eventos de segurança	Págs. 132 a 137 e 147	3, 6, 8, 11	SHS-6; SHS-7	✓

AMBIENTE REGULATÓRIO, ABERTURA DE MERCADO E CONCORRÊNCIA

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 70 a 71			
202	Presença de mercado	Pág. 24			✓

EFICIÊNCIA OPERACIONAL E DE INVESTIMENTOS

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 30 e 31			
-------------------------	-----------------	---------------	--	--	--

ESTRATÉGIAS DE PORTFÓLIO

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 25 a 30			
OG11	Operações descomissionadas ou em processo de descomissionamento	Pág. 191	1, 2	ENV-8	

GOVERNANÇA CORPORATIVA

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Pág. 45 a 50	GOV-1
-------------------------	-----------------	--------------	-------

ESTRATÉGIA FINANCEIRA

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 31 e 32
-------------------------	-----------------	---------------

201	Desempenho econômico	Págs. 32 e 33	
-----	----------------------	---------------	---

201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	Form 20F 2019, páginas 150 a 163. Disponível em https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/relatorios-anuais/2020
-------	---	---

QUALIDADE DO PRODUTO E RELACIONAMENTO COM CLIENTES

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 71 a 74 e 223 a 226
-------------------------	-----------------	---------------------------

418	Privacidade do cliente	Págs. 68 a 69
-----	------------------------	---------------

418-1	Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	Pág. 69
-------	--	---------

OG8	Conteúdo de benzeno, chumbo e enxofre nos combustíveis	Págs. 152 e 153	3, 12
-----	--	-----------------	-------

GESTÃO DE FORNECEDORES

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 208 a 210	GOV-1; SOC-14
-------------------------	-----------------	-----------------	---------------

204	Práticas de compras	Pág. 208 a 218	SOC-14	
-----	---------------------	----------------	--------	---

204-1	Proporção de gastos com fornecedores locais	Pág. 208	12	SOC-14	
-------	---	----------	----	--------	---

308	Avaliação ambiental de fornecedores	Pág. 210 e 215 a 217	
-----	-------------------------------------	----------------------	---

308-1	Novos fornecedores selecionados usando critérios ambientais	Págs. 210, 215 e 216	2, 3, 4, 5, 8		
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	Págs. 215 a 216	2, 3, 4, 5, 8		
414	Avaliação social de fornecedores	Págs. 206, 208, 217 e 218		GOV-3	
414-1	Novos fornecedores avaliados usando critérios sociais	Pág. 204, 205 e 218	5, 8, 16	2	
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	Pág. 218	5, 8, 16		

RELACIONAMENTO COM PÚBLICOS DE INTERESSE

103-1 103-2 103-3	Forma de gestão	Págs. 154, 155, 219 e 220			
201-4	Assistência financeira recebida do governo	Págs. 236 e 237			
203	Impactos econômicos indiretos	Pág. 254			
203-1	Investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos	Págs. 193 e 248	2, 9, 11		
203-2	Impactos econômicos indiretos significativos	Pág. 193, 194, 244 a 251	1, 2, 3, 8, 10		
415	Políticas públicas	Págs. 82 a 85			GOV-5
415-1	Contribuição política	Págs. 82 a 85	16	10	GOV-4

DEMAIS INDICADORES

GRI STANDARDS OU SETORIAL	LOCALIZAÇÃO, RESPOSTA OU MOTIVO PARA OMISSÃO	CORRELAÇÕES			ASSEGURAÇÃO
		ODS	PACTO GLOBAL	IPEICA	

EMISSÕES

Os inventários de emissões atmosféricas da Petrobras dos anos apresentados neste relatório foram verificados pela RINA Brasil Serviços Técnicos LTDA (verificação do inventário do ano de 2019 em andamento), de acordo com a ISO 14064. Apesar da norma ser específica para gases de efeito estufa, são verificados no processo também os demais poluentes (NOx, SOx, VOC, CO e PM), bem como são avaliados a confiabilidade do sistema, fluxo de dados e responsabilidades.

201-2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às mudanças climáticas	Págs. 110 a 111	13	7	CCE-1; CCE-2; CCE-7
305	Emissões	Págs. 107 a 109			CCE-1; CCE-2; CCE-7; ENV-5
305-1	Emissões diretas de GEE (Escopo 1)	Pág. 107	3, 12, 13, 14, 15	7,8	CCE-3; CCE-4; CCE-5
305-2	Emissões indiretas de GEE provenientes de energia (Escopo 2)	Págs. 109 e 110	3, 12, 13, 14, 15	7,8	CCE-3; CCE-4; CCE-5
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Escopo 3)	Pág. 110	3, 12, 13, 14, 15	7,8	CCE-3; CCE-4
305-4	Intensidade das emissões de GEE	Págs. 109 a 111	3, 12, 13, 14, 15	8	CCE-2; CCE-4
305-5	Redução das emissões de GEE	Págs. 108 a 110	3, 12, 13, 14, 15	8, 9	CCE-2
305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada de ozônio	Págs. 109 e 110	3, 13, 14, 15	7, 8	CCE-2
305-7	Emissões de óxidos de nitrogênio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas	Pág. 112	3, 13, 14, 15	7, 8	CCE-2; ENV-5
OG6	Hidrocarbonetos queimados em tocha e dissipados na atmosfera	Pág. 107	3, 7, 8, 12, 13, 14		CCE-2; CCE-7

ENERGIA

302	Forma de gestão	Págs. 113 e 114			CCE-6	
302-1	Consumo de energia dentro da organização	Pág. 113	7, 8, 12, 13	8	CCE-6	
302-2	Consumo de energia fora da organização	Págs. 113 e 114	7, 8, 12, 13	8	CCE-6	
302-3	Intensidade energética	Pág. 113	7, 8, 12, 13	8	CCE-6	
302-4	Redução do consumo de energia	Pág. 113	7, 8, 12, 13	8, 9	CCE-6	
302-5	Redução nos requisitos de energia de produtos e serviços	Págs. 113 e 114	7, 8, 12, 13	8, 9	CCE-6	
OG2	Pesquisa e desenvolvimento em energias renováveis	Pág. 42	7, 9, 17		CCE-3	
OG3	Total de energia renovável gerada por fonte	Pág. 19	7		CCE-3	
OG14	Volume de biocombustíveis produzidos e comprados que atendem a critérios de sustentabilidade	Pág. 208			CCE-3	

BIODIVERSIDADE

304	Biodiversidade	Págs. 115 a 118			ENV-3; ENV-4	
304-1	Unidades operacionais próprias, arrendadas ou administradas dentro ou nas adjacências de áreas protegidas e áreas de alto valor para a biodiversidade situadas fora de áreas protegidas	Pág. 117	6, 14, 15	8	ENV-3	
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Págs. 117 e 118	6, 14, 15	8	ENV-3	
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	Pág. 117	6, 14, 15	8		

304-4	Número total de espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações	Pág. 118	6, 14, 15	8		
OG4	Número e percentual de unidades operacionais significativas em que o risco à biodiversidade foi avaliado e monitorado	Págs. 115 a 118	6, 14, 15			ENV-3; ENV-4

RECURSOS HÍDRICOS

303	Forma de gestão	Págs. 119 e 120				ENV-1	✓
303-1	Retirada de água por fonte	Pág. 122	6	7, 8		ENV-1	
303-2	Fontes de água significativamente afetadas pela retirada de água	Págs. 119 a 122	6	8		ENV-1	
303-3	Água reciclada e reutilizada	Pág. 122	6, 8, 12	8		ENV-1	✓
306-5	Corpos d'água afetados por descarte de água e/ou drenagem	Pág. 123	6, 15	8		ENV-1	✓
OG5	Volume e descarte de água produzida	Pág. 121	3, 6, 8, 12, 14			ENV-1	✓

MATERIAIS

301	Forma de gestão	Págs. 124 e 125				ENV-7	✓
301-1	Materiais usados por peso ou volume	Pág. 127				ENV-7	✓
301-2	Uso de materiais reciclados na entrada	Pág. 127				ENV-7	
301-3	Produtos e embalagens recuperados	Pág. 127				ENV-7	✓

EFLUENTES E RESÍDUOS

306	Forma de gestão	Págs. 122 a 125				ENV-2	✓
------------	-----------------	-----------------	--	--	--	-------	---

306-1	Descarte de água por qualidade e destinação	Pág. 123	3, 6, 12, 14	8	ENV-2
306-2	Resíduos por tipo e método de disposição	Págs. 125 e 126	3, 6, 12	8	
306-4	Transporte de resíduos perigosos	Pág. 126	3, 12	8	
OG7	Quantidade de resíduos de perfuração (lama de perfuração e cascalho) e estratégias para tratamento e descarte	Págs. 122 e 123	3, 6, 12		

RECURSOS HUMANOS

201-3	Obrigações relativas a plano definido de benefícios e outros planos de aposentadoria	Págs. 163 a 164				
202-1	Comparação do salário mais baixo, por gênero, com o salário mínimo local	Pág. 163				
202-2	Proporção de membros da alta administração contratados na comunidade local	Págs. 159 e 160				
401	Emprego	Págs. 156, 210, 213 e 218			SOC-6; SOC-8; SOC-15	
401-1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região	Págs. 159 a 161	5, 8	6		
401-2	Benefícios concedidos aos empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de tempo parcial	Pág. 165 a 166	8			
401-3	Licença parental	Pág. 167	5, 8			
402	Relações trabalhistas	Págs. 156 e 168			SOC-6	
402-1	Prazo mínimo, em semanas, geralmente fornecido aos funcionários e seus representantes antes da implementação de mudanças operacionais significativas que possam afetá-los substancialmente	Pág. 160	8			

404	Treinamento e educação	Págs. 175 e 178			SOC-7	✓
404-1	Média de horas de treinamento por ano por empregado	Págs. 175, 178 a 181	4, 5, 8	6	SOC-7	✓
404-2	Programas de atualização de habilidades de empregados e programas de assistência a transição	Págs. 174, 181 a 182	8		SOC-7	
404-3	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional	Págs. 173 a 174	5, 8	6	SOC-6	✓
405-1	Diversidade nos órgãos de governança e empregados	Pág. 172	5, 8	6	GOV-1; SOC-5	✓
405-2	Proporção entre o salário base e a remuneração de mulheres e de homens	Págs. 170 a 173	5, 8, 10	6	SOC-5	
DIREITOS HUMANOS						
405	Diversidade e igualdade de oportunidades	Págs. 169, 170, 186 e 188			GOV-1; SOC-5	✓
406	Não discriminação	Págs. 186, 188 e 204				
406-1	Casos de discriminação e ações corretivas tomadas	Pág. 189	5, 8, 16	6		
407	Liberdade de associação e negociação coletiva	Pág. 189			SOC-8	
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	Págs. 204 a 205	8		SOC-2	
408	Trabalho infantil	Pág. 204				
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	Págs. 204 e 206	8, 16		SOC-2	
409	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Págs. 93, 204 e 206			SOC-4	

409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo	Págs. 93, 204 e 206	8		SOC-2; SOC-4	
410	Práticas de segurança	Pág. 202			SOC-3	
410-1	Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Págs. 203 e 204	16	1	SOC-1; SOC-3	
411	Direitos dos povos indígenas e tradicionais	Págs. 196 a 198				
411-1	Casos de violações envolvendo direitos de povos indígenas	Págs. 198 a 201	2	1		
412	Avaliação em direitos humanos	Pág. 186			SOC-1; SOC-2	
412-1	Operações sujeitas a análises de direitos humanos ou avaliações de impacto	Págs. 190 a 196		1	SOC-1; SOC-2	
412-2	Treinamento de funcionários em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Págs. 175 e 186			SOC-1	
412-3	Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à classificação de direitos humanos.	Págs. 190 e 191		2	SOC-1; SOC-2	
413	Comunidades locais	Págs. 190 a 196			SOC-9	
413-1	Operações com engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	Págs. 191 a 196		1	SOC-9; SOC-12	
413-2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	Pág. 190	1, 2		SOC-9	
OG9	Operações em que comunidades indígenas estão presentes ou afetadas pelas atividades	Págs. 196 e 198			SOC-10	
OG10	Conflitos significativos com comunidades locais e povos indígenas	Pág. 199	1, 2		SOC-10	

OG12	Operações onde ocorreu o reassentamento involuntário, o número de domicílios reassentados em cada caso e como os meios de subsistência dos reassentados foram afetados no processo	Pág. 201	1, 2	SOC-1; SOC-11
-------------	--	----------	------	---------------

Expediente

Coordenação Geral, Produção, Edição e Diagramação
Gerência Executiva de Responsabilidade Social
Diretoria de Relacionamento Institucional

Projeto Gráfico
Flávia da Matta Design

Fotografias
Andre Motta de Souza (Capa)
Flavio Emanuel (Pág. 3)
Steferson Faria (Pág.43 - Governança)
Áthila Bertoncini - Projeto Meros do Brasil (Pág. 105 - Ambiental)
Felipe Mesquita (Pág. 141 - Social)

Para obter mais informações, contacte:
Gerência de Planejamento e Desempenho em Responsabilidade Social
Coordenação de Avaliação e Relato de Sustentabilidade
sustainabilityreport@petrobras.com.br
Av. República do Chile, 65 – sala 1701
Centro – Rio de Janeiro – RJ | CEP 20031-912
www.petrobras.com.br



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL